

ALFA
Revista de Linguística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Vice-reitor no exercício da reitoria

Julio Cezar Durigan

Pró-Reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Apoio:

PROPe

Pró-Reitoria de Pesquisa

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA

Revista de Linguística

ISSN 1981-5794 (ON LINE)

ISSN 0002-5216 (IMPRESSA)

Alfa	São Paulo	v.55	n.2	p.351-698	2011
------	-----------	------	-----	-----------	------

Alfa: Revista de Linguística
UNESP – Univ Estadual Paulista,
Pro-Reitoria de Pesquisa
Rua Quirino de Andrade, 215
01049-010 – São Paulo – SP
alfa@unesp.br

Editoria Executiva
Cristina Carneiro Rodrigues
Gladis Massini-Cagliari
Marize Mattos Dall'Aglio Hattner
Roberta Gomes Camacho
Rosane de Andrade Berlinck

Editor responsável
Arnaldo Cortina

Capa
Adriana Bessa Dammann

Revisão
Sílvia Maria Gomes da Conceição Nasser

Revisão dos Abstracts
Bento Carlos Dias da Silva

Assessoria Técnica
Ana Paula Meneses Alves

Diagramação
Eron Pedroso Januskevictz

Conselho Editorial

Ângela Cecília Souza Rodrigues (USP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (CNRS), Claudia Maria Xatara (UNESP), Claudia Nivia Roncarati de Souza (UFF), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Dermeval da Hora (UFPB), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Edair Gorski (UFSC), Eduardo Calil (UFAL), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (UNICAMP), Fábio Lopes da Silva (UFSC), Freda Indurski (UFRS), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Azenha Júnior (USP), João Wanderlei Geraldi (UNICAMP), John Robert Schmitz (UNICAMP), José Borges Neto (UFPR), Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), Laurent Danon-Boileau (Paris V – CNRS), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar Cabral (UFSC), Lúcia Teixeira (UFF), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luís Carlos Travaglia (UFU), Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG), Maria Bernadete M. Abaurre (UNICAMP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Mariangela Rios de Oliveira (UFF), Mary Aizawa Kato (UNICAMP), Pedro de Souza (UFSC), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rosa Virginia Barretto de Mattos Oliveira e Silva (UFBA), Rosemary Arrojo (State University of New York), Seung Hwa Lee (UFMG), Sírío Possenti (UNICAMP), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia de Almeida Cardoso (USP).

Publicação semestral/Bi-annual publication

Alfa: Revista de Linguística / UNESP – Universidade Estadual Paulista – v.1 (1962) – v.23 (1977); v.24 (1980) – São Paulo, UNESP, 1962-1977; 1980 –

Semestral
Publicação suspensa de 1978-1979

ISSN 0002-5216 (Impressa) 1981-5794 (On line)

Os artigos publicados na Alfa: Revista de Linguística são indexados por:
The articles published in Alfa: Revista de Linguística are indexed by:

BLL – Bibliography of Linguistic Literature

CLASE – Cich-Unam – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

Francis Database

IBZ – International Bibliography of Periodical Literature in the Humanities and Science Galé

LLBA – Linguistic and Language Behavior Abstracts

MLA – International Bibliography.

APRESENTAÇÃO

Este segundo número do volume 55 da *Alfa*: revista de linguística reúne trabalhos que, em diferentes perspectivas teórico-metodológicas, trazem reflexões sobre a mudança da linguagem. Trata-se de um número temático em Linguística Histórica.

Nas últimas décadas, houve um avanço notável dos estudos históricos no Brasil. As questões que instigaram os pesquisadores e as tendências assumidas foram diversas, dentre elas: o interesse em apreender a instabilidade formal e funcional das gramáticas no tempo; a compreensão das condições e das trajetórias de mudança; a descrição de instâncias de mudança de itens/construções nos vários níveis de análise; a busca de um refinamento metodológico para seleção dos *corpora*; e a constituição das bases de uma linguística sócio-histórica, que evidencia a interface com outras disciplinas científicas.

Os treze textos que compõem este volume permitem vislumbrar algumas dessas questões e tendências, que refletem um pouco do trabalho em Linguística Histórica feito hoje nas universidades brasileiras. A disposição dos artigos obedece às aproximações teórico-metodológicas. Assim, a princípio são apresentados dois textos que flagram a mudança linguística, respectivamente, no sistema pronominal e conjuncional, em perspectiva variacionista. O primeiro deles se funda em um diálogo entre o modelo variacionista e a teoria das Tradições Discursivas; o segundo reúne indícios de mudança em tempo real e em tempo aparente para um conjunto de juntores que fazem sequenciação reatrotivo-propulsora. Na sequência, são trazidos três textos que abordam diferentes fenômenos de mudança, aliando teoria da gramaticalização e funcionalismo. Dois deles privilegiam a análise das alterações de sentido que acompanham o processo de gramaticalização, com foco, respectivamente, na emergência de marcadores discursivos e de juntores. O terceiro texto explora o papel dos princípios da persistência e da marcação no processo de gramaticalização de formas de passado imperfeito.

Em outros quatro artigos, apresentados na sequência, os fatos de mudança recebem uma abordagem formalista. O primeiro investiga aspectos relacionados à posição do verbo, em textos do português clássico, reunindo indícios acerca da natureza V2 da língua. O segundo artigo lança mão de padrões estatísticos para sustentar correlações entre as mudanças nas construções com *se*, de passivo

a indefinido, e a mudança na posição do sujeito. O terceiro artigo contempla a sintaxe dos clíticos, com o propósito maior de verificar hipóteses relacionadas à instabilidade gramatical e à competição de gramáticas, no período de transição do chamado português medieval para o clássico. O quarto artigo focaliza mudanças na estrutura silábica do latim ao português, propondo que tais processos podem fornecer uma solução descritivo-explicativa adequada para a questão da perda de quantidade vocálica e de quantidade consonantal, que caracterizou o processo de derivação entre as duas línguas.

Em seguida, são apresentados artigos representativos da metodologia histórico-comparatista. O primeiro compara línguas indígenas, do ponto de vista fonético-fonológico, com propósitos de reconstrução do tronco linguístico comum. O segundo problematiza a origem e o estatuto da Língua Geral Amazônica. Fecham este volume um trabalho em terminologia histórica, que investiga em que extensão e de que modo se conservaram, na exposição gramatical oficial, termos criados na gramática grega; e um trabalho em historiografia linguística, que investiga como aspectos de variação e normalização foram considerados e registrados em uma gramática oitocentista.

Consideramos que o volume apresenta uma fotografia, ainda que parcial, muito expressiva dos desenvolvimentos recentes da Linguística Histórica no Brasil. Desejamos que essa apreensão de um momento na pesquisa da área estimule diálogos profícuos com momentos passados e novas investigações .

*Rosane de Andrade Berlinck e
Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi (Organizadoras)*

SUMÁRIO / CONTENTS

- Tradição discursiva e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro: definindo perfis comportamentais no início do século XX
 Discourse Tradition and Linguistic Change in the pronominal forms of address in Brazilian Portuguese: defining behavioural profiles in the beginning of the 20th century
Célia Regina dos Santos Lopes..... 361
- Mudança em dois períodos do século XX: inter-relacionando análises em tempo aparente
 Change in two periods of the twentieth century: interrelating apparent time analyses
Maria Alice Tavares..... 393
- (Inter)subjetivização de marcadores discursivos de base verbal: instâncias de gramaticalização
 (Inter)subjectivization of verb-derived discourse markers: instances of grammaticalization
Cláudia Andrea Rost Snichelotto e Edair Maria Görski..... 423
- Uma proposta de abordagem das relações semântico-cognitivas em processos de gramaticalização
 A suggestion to an approach of semantic cognitive relations in processes of grammaticalization
Lúcia Regiane Lopes-Damasio 457
- Aspecto inerente e passado imperfeito no português: atuação dos princípios da persistência e da marcação
 Imperfective past and inherent aspect in portuguese: actuation of persistence and markedness principles
Raquel Meister Ko. Freitag..... 477
- Posição do verbo no português clássico: evidências de um sistema v2
 Verb position in Classical Portuguese: evidences of a V2 system
André Luis Antonelli 501
- Padrões estatísticos do encaixamento da mudança de se-passivo a se-indefinido na história do português
 Statistical patterns of the embedding of the change from passive-SE to indefinite-SE in the history of Portuguese
Silvia Regina de Oliveira Cavalcante..... 523

- Diglossia em tempos de mudança? O caso da interpolação em Duarte Galvão, Pero Magalhães de Gandavo, Francisco de Holanda e Diogo do Couto
 Diglossia in times of change? The Case of interpolation in Duarte Galvão, Pero Magalhães de Gandavo, Francisco de Holanda e Diogo do Couto
Cristiane Namiuti-Temponi 545

- Mudança de estrutura moraica do latim ao português
 Moraic structure change from latin to portuguese
Evellyne Patrícia Figueiredo de Sousa Costa 573

- Comparando as consoantes das línguas tapajúna e suyá
 Comparing Tapajúna and Suyá consonants
Cíntia Karla Coelho Rodrigues e Marília de Nazaré Ferreira-Silva 601

- A contribution to the linguistic history of the língua geral amazônica
 Uma contribuição à história linguística da língua geral amazônica
Aryon Dall'Igna Rodrigues e Ana Suelly Arruda Câmara Cabral 613

- O legado grego na terminologia gramatical brasileira
 The legacy of Greek in the Brazilian grammatical terminology
Maria Helena de Moura Neves 641

- A construção da norma linguística na gramática do século XVIII
 The construction of linguistic norm in an 18th century Portuguese grammar
Marli Quadros Leite 665

ARTIGOS ORIGINAIS /
ORIGINAL ARTICLES

TRADIÇÃO DISCURSIVA E MUDANÇA NO SISTEMA DE TRATAMENTO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DEFININDO PERFIS COMPORTAMENTAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Célia Regina dos Santos LOPES*

- **RESUMO:** Propõe-se, neste estudo, delimitar os sistemas de tratamento vigentes no início do século XX em documentação produzida por brasileiros. A amostra utilizada para análise é constituída por cartas pessoais escritas entre 1906 e 1937. Na descrição e explicação do fenômeno, adotam-se alguns pressupostos da Teoria da Variação e do modelo das Tradições Discursivas. Os resultados encontrados indicaram quatro padrões comportamentais: (I) uso exclusivo do **tu-intimo** em cartas de maior intimidade; (II) emprego categórico de **você** em cartas de mesma natureza; (III) predomínio de **tu-intimo** ao lado de formas do paradigma de **você**, como o imperativo-subjuntivo, em uma seção específica da carta; e (IV) variação entre **tu** e **você** nos mesmos contextos funcionais com uma distribuição morfossintática diferenciada: formas do paradigma de **tu** predominam em contextos [+morfologizados] como o afixo verbal de segunda pessoa e o clítico acusativo/dativo **te**, ao passo que o paradigma de **você** prevalece em contextos [-morfologizados], como o pronome forte (nominativo ou complemento preposicionado).
- **PALAVRAS-CHAVE:** Pronomes de tratamento. Variação tu/você. Mudança linguística. Mescla de formas de tratamento.

Introdução

O objetivo deste trabalho¹ é estipular os sistemas de tratamento pronominal recorrentes no português brasileiro (doravante PB) no início do século XX. Parte-se de um conjunto de cartas pessoais trocadas entre casais no período de 1906-1937. Para a descrição desse material documental, propõe-se aliar a perspectiva teórico-metodológica da teoria de mudança de base laboviana (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1994) ao modelo das Tradições Discursivas (KABATEK, 2001, 2006; OESTERREICHER, 1997, 2006; KOCH, 1997). Busca-se, assim, observar que formas tratamentais eram motivadas pelas tradições do texto e quais poderiam ser consideradas como indícios da norma linguística da época em questão.

* UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras – Departamento de Letras Vernáculas. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21.941-590 – celia.s.lobes@gmail.com. CNPq/FAPERJ.

¹ Este estudo foi desenvolvido durante um estágio de pós-doutoramento realizado na *Universität Tübingen*, Alemanha, no período de março a agosto de 2010. O estágio foi supervisionado pelo Professor Catedrático Johannes Kabatek e foi financiado pela CAPES, processo BEX 3606/09-0, Estágio Sênior 01/04 – 2010.

O foco do estudo é delimitar como se configurava a disputa entre **você** e **tu** na documentação remanescente do período, procurando vestígios dos três subsistemas de tratamento pronominal vigentes no Brasil na posição de sujeito: 1) **tu**; 2) **você**; e 3) **você~tu**). Trabalhos anteriores, feitos com base em peças teatrais dos séculos XVIII e XIX, mostraram que o emprego de **tu** se apresentava mais frequente que **você** nas relações simétricas e de maior intimidade, principalmente, nas “classes populares”. O tratamento **Você** era menos frequente que **tu**, entre iguais populares, e mais produtivo que o antigo pronome de segunda pessoa nas relações assimétricas descendentes. As duas formas começam timidamente a ocorrer nos mesmos contextos discursivo-funcionais no início do XX.

Em termos estruturais, a hipótese norteadora é a de que a implementação da nova forma gramaticalizada **você** ocorreu em alguns contextos morfossintáticos mais do que em outros, criando-se um paradigma pronominal supletivo com formas de **tu** associadas ao paradigma de **você**. Os resultados parciais obtidos a partir de documentação produzida no Rio de Janeiro indicaram que os ambientes morfossintáticos que favoreciam o uso de **você**, generalizados hoje no PB, já apareciam delineados nos séculos XIX-XX. **Você** se instaurou no quadro de pronomes como pronome sujeito preenchido e complemento regido por preposição. As formas relacionadas a **tu**, contudo, não se perderam. O paradigma pronominal de 2ª pessoa manteve o **te** complemento direto (acusativo “**você** sabe que **te** amo” e dativo “**você** viu que **te** enviei algo”) ao lado de formas alternantes relacionadas a **você** (**lhe** e **a você**) que já eram pouquíssimo frequentes no século XIX. Isso ocorreu e continua ocorrendo tanto nos subsistemas tratamentais em que o **Tu** prevalece quanto naqueles em que predomina o emprego de **Você** como sujeito.

Tendo em vista esse quadro, defende-se que a “uniformidade tratamental” preconizada pelas gramáticas tradicionais é completamente artificial no português brasileiro. Considerando que a combinação de **você** com formas relacionadas a **tu** é bastante recorrente no PB desde o século XIX (**você**₁ disse que **te**₁ vi com **teu**₁ amigo), pretende-se apresentar uma análise da variação entre **tu** e **você** nos seus diferentes contextos morfossintáticos de ocorrência, a fim de mapear quais eram os padrões de comportamento tratamental identificados nessas cartas produzidas no alvorecer do século XX.

A proposta do trabalho procura trazer à discussão ainda a pertinência do conceito das Tradições Discursivas para a explicação das mudanças ocorridas no sistema de tratamento pronominal do português brasileiro. Propõe-se mostrar como uma metodologia para a apreensão das TD, desenvolvida inicialmente para análise dos juntores de um texto (KABATEK, 2006), pode ser aplicada a outros fenômenos linguísticos, em particular, às formas de tratamento de segunda pessoa. A análise experimental feita neste estudo baseia-se em um *corpus* de

cartas escritas por três casais: os dois primeiros são de gerações distintas, mas com grande domínio dos modelos de escrita da época e o terceiro tem cultura escrita mediana. A aplicação dessa metodologia tem como principal objetivo visualizar a distribuição dos dados em cada documento gerando um diagrama completo do texto. Para tanto utiliza-se o programa computacional TraDisc (MALISI, 2006) desenvolvido para auxiliar a análise das Tradições Discursivas. Neste estudo, em particular, quer-se estipular as normas de uso vigentes no período.

A estruturação do trabalho está assim organizada. Em primeiro lugar, dá-se uma breve notícia sobre o estado da questão. Na sequência, apresentam-se as linhas teóricas norteadoras do trabalho, com ênfase nos pressupostos variacionistas e no paradigma das Tradições Discursivas. Ainda nessa seção, propõe-se a discussão das vantagens e desvantagens da análise do gênero carta para o estudo do tratamento pronominal e descreve-se a constituição do *corpus*, para, por fim, delimitar o objeto de estudo. Na seção seguinte, são apresentados os resultados quantitativos da análise variacionista que servirão de base para configurar o perfil comportamental da documentação discutida na seção seguinte. Por fim, descreve-se brevemente a proposta metodológica e os critérios adotados para aplicação do modelo das tradições discursivas a partir de um aparato computacional desenvolvido com esse fim. Nas considerações finais, apresenta-se a síntese dos padrões estabelecidos.

O sistema de tratamento pronominal depreendido no gênero carta: problematizando a questão

Os reflexos estruturais e sociais da inserção **você** no quadro de pronomes do português têm sido objeto de estudo de diversos estudos de caráter diacrônico (LOPES; DUARTE, 2003; RUMEU, 2008; LOPES, 2006; MARCOTULIO, 2008). Análises parciais com base em *corpora* distintos têm demonstrado que a partir do século XVIII a forma vulgar **você** torna-se produtiva nas relações assimétricas de superior para inferior, podendo assumir inclusive, em algumas situações sociopragmáticas, “conteúdo negativo intrínseco”, em oposição à sua contraparte desenvolvida **Vossa Mercê**, ainda presente nas relações assimétricas ascendentes (inferior-superior). No Brasil do século XIX, a concorrência passa a ser maior entre **tu** e **você** em relações solidárias mais íntimas e de confiança.

Os estudos mais recentes, com base em diferentes conjuntos de cartas (SOTO, 2001, 2007; LOPES; MACHADO, 2005; RUMEU, 2008), evidenciam que o tratamento **você** no século XIX apresentava um comportamento instável, pois aparecia tanto como uma estratégia de prestígio usada pela elite brasileira da época, quanto como um tratamento generalizado na fala doméstica ao lado de **tu**.

Nas missivas de fins do XIX, o inovador **você** transitava por espaços discursivo-pragmáticos distintos e típicos de formas híbridas em processo de mudança. Era um tratamento veiculado pela elite brasileira com algum traço de cerimônia que também circulava como variante pronominal de **tu** íntimo. Ao mesmo tempo que **você** aparecia, por exemplo, nas trocadas entre o Imperador D. Pedro II e a Condessa Barral, como mostra o estudo de Soto (2001; 2007), estava presente nas cartas íntimas da avó Bárbara se referindo aos netos, à filha e à criada. Por um lado, nas cartas do Imperador D. Pedro II, o emprego de “você” (grafado V.) poderia ainda estar correlacionado à semântica do poder (relações assimétricas). Nas cartas da avó Bárbara, uma interpretação precipitada poderia nos levar às mesmas conclusões (relação assimétrica de superior para inferior). Há, contudo, um aspecto ímpar nesse material: o estilo da escrita da remetente é predominantemente oral, quase a reprodução de fala espontânea. O exemplo (i) ilustra a espontaneidade oralizada de Bárbara: não há nenhum sinal de pontuação para recuperar a estrutura do discurso direto e emprega-se o pronome “ela” como sujeito numa estrutura com verbo causativo “mandasse ela fazer”. Em (ii) nota-se o uso de **você** e **tu** como formas variantes em uma mesma carta:

(i) “Tenho uma criada que dice que sabia fazer tudo que eu mandace ella fazer: emtaõ perguntei e Paõ doce **você** sabe fazer sei emtaõ mando todos os sábados fazer” (Carta 30, Bárbara Ottoni ao neto) (LOPES; MACHADO, 2005, p.215, grifo nosso).

(ii) “Estimei muito as boas noticias que tive que **voce** está muito estudiozo e que **Ø** está muito adiantado. Continue para nos dar muito gostos e a sua Mae aquem **Ø** abraçarás por mim!” (Carta 41, Bárbara Ottoni ao neto) (LOPES; MACHADO, 2005, p.251, grifo nosso).

Em outros estudos referentes aos séculos XIX e XX no PB escrito, os resultados são bastante semelhantes aos observados nas cartas de Bárbara aos netos. Nota-se a coexistência de **tu** ao lado de **você** em uma mesma carta, seja na posição de sujeito, seja na combinação de **você** com **te**. Tal comportamento, rotulado como “mistura de tratamento” pela tradição gramatical, constitui um reflexo da reorganização do sistema pronominal do PB a partir da inserção da forma inovadora **você** (BRITO, 2001; LOPES; MACHADO, 2005; SOTO, 2001, grifo nosso). Em termos estritamente morfossintáticos, tem-se observado também que a inserção de **você** no sistema pronominal não se deu da mesma maneira em todos os contextos. Constituem-se como ambientes implementadores de **você**: pronome-sujeito, pronome complemento preposicionado e formas verbais imperativas, ao passo que os possessivos, formas verbais não-imperativas e pronomes complemento não preposicionados apresentam-se como contextos em que paradigma de **tu** se mantém (LOPES, 2008, 2009, grifo nosso).

Embora se tenha avançado bastante nessas generalizações descritivas diacrônicas, há outros aspectos sobre a tradição textual a considerar. Em um estudo feito com base nas cartas da família de Cupertino produzidas entre 1870 e 1890 no Rio de Janeiro, Lopes (2009) verificou que dos raros dados de **você** localizados nas missivas repletas de **tu** como sujeito nulo, a maior parte estava presente em fórmulas fixas para captação de benevolência² típicas do modelo de escrita do gênero carta (“Desejo que.../Estimara que...eu vou passando bem/continuando a passar bem”), como se vê de (iii) a (vi):

(iii) “Desejo que **você** esteja boa. Eu vou passando bem, pouco aborrecido por estar só aqui...” (15/03/1879, Antonio a Elisa).³

(iv) “Estimara que **você** e todos os nossos queridos filhinhos tenham passado bem”. (12/02/1886, Antonio a Elisa).

(v) “Estimarei que **você** e todos os meus também continuando a passar bem, conforme me disse em uma carta de antes ontem” (20/02/1886, Antonio a Elisa).

(vi) “Desejo que **você** e Marieta estejam boas. Eu vou sem novidade, mas com muitas saudades de vocês”. (01/04, Antonio a Elisa).

Nesse sentido, um dos problemas identificados nessas investigações, com base no gênero carta, tem sido definir se o emprego de **você** (advindo do tratamento abstrato **Vossa Mercê**) e de outras formas de tratamento pronominal constitui uma mera marca da tradição do gênero epistolar ou sinaliza uma etapa do processo de mudança no sistema de tratamento do português. A natureza do corpus utilizado nas análises de sincronias pretéritas pode influenciar sobremaneira nos resultados obtidos. Assim, defende-se que o modelo de Tradição Discursiva pode ser elucidador para minimizar os problemas impostos pelas fontes de sincronias pretéritas que nos chegaram às mãos.

Pressupostos teórico-metodológicos: princípios básicos variacionistas

É basicamente a partir dos estudos sociolinguísticos instaurados por Labov (1994) que se procura superar a perspectiva, até então reinante, de que o sistema é o domínio da invariância. Defende-se, pois, que a variação é inerente às línguas e que ela, na verdade, não é aleatória, mas sistemática e predizível tanto estrutural

² Trata-se de uma seção relativamente fixa no gênero carta que ocorre no início da correspondência e serve para estabelecer o contato inicial entre remetente e destinatário antes mesmo de introduzir o assunto principal da carta.

³ Todos os exemplos foram retirados do Corpus compartilhado diacrônico: cartas pessoais brasileiras. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010).

quanto socialmente. Dessa forma, há de se considerar, na análise linguística, a inter-relação de fatores internos e externos ao sistema.

Existem diversas dificuldades em se fazer um trabalho através de um longo período de tempo, principalmente no que se refere à interpretação dos dados históricos e à própria qualidade do *corpus*. Além de não haver registros de fala, só sendo possível analisar textos escritos, “[...] os documentos representam o vernáculo dos seus escritores, refletindo uma variante padrão que não corresponde a um falante nativo” (LABOV, 1994, p.11). O autor considera ingênua a tentativa de alguns pesquisadores de localizarem textos que “tenham maior probabilidade de aproximação com a língua falada”, como cartas, peças teatrais e textos literários. Uma perspectiva sociolinguística exigiria informações precisas sobre a posição social dos escritores e sobre a estrutura social da comunidade e por essas e outras razões os documentos escritos seriam limitados para o estudo da mudança linguística.

Entretanto, mesmo consciente dessas limitações, mudanças sistêmicas, como a que ocorreu no nosso sistema pronominal, levam séculos para serem concluídas e necessitam de observações mais amplas de cada momento histórico a fim de que se tenha certeza do valor significativo de cada fase histórica e de seu alcance. Torna-se imprescindível, portanto, determinar se houve realmente mudança no tempo, ou se a “mudança postulada” não é resultado de simples flutuação de comportamento. Nesse sentido, opta-se pela análise de um material rigorosamente controlado em termos do perfil sociolinguístico do remetente-destinatário como é o caso das cartas pessoais que compõem nosso *corpus*.

O paradigma das Tradições Discursivas

O conceito de Tradições Discursivas (TDs), introduzido nos estudos românicos pela linguística alemã, reacendeu nos estudos diacrônicos empíricos uma antiga preocupação dos sociolinguistas, que é a questão do controle rigoroso da amostra representativa da comunidade a ser estudada.

Como afirma Kabatek (2001, p.6), aqueles que se interessam pela questão da mudança diacrônica dos sistemas linguísticos sempre se deparam com o fato de certas propriedades propriamente textuais “perturbarem a verdadeira diacronia” da língua ou, dito de outra forma, para o estudo da mudança linguística deve-se levar em conta a história dos textos que constituem o acervo discursivo de uma língua em cada momento de sua formação histórica.

Essa correlação entre a história dos textos e a história das línguas tem como base teórica a perspectiva inicialmente discutida por Coseriu (1981, p.272s) e, reinterpretada por Koch (1997) e Schlieben-Lange (1993) entre outros,

sobre os três níveis do saber linguístico: o plano universal, o plano histórico e o plano individual. O nível universal refere-se ao falar em geral como uma prática universalizada não determinada historicamente (capacidade humana de se comunicar por meio de signos linguísticos independentemente da língua que falam). O nível histórico corresponde a uma língua particular, inserida em uma tradição histórica, vista como sistemas de significação historicamente determinados, submetidos a constantes atualizações que se dão por meio do nível individual. Este último diz respeito ao ato de fala do indivíduo que utiliza uma língua particular numa situação de comunicação ou circunstância específica, o discurso.

Obviamente os atos linguísticos, na situação concreta de uso, pressupõem o emprego concomitante dos três níveis da língua, uma vez que “[...] não se pode falar ‘universalmente’ sem falar uma língua e sem produzir textos, e não se pode falar uma língua como sistema de signos sem que seja mediante textos” (KABATEK, 2006, p.2). Adotando tal perspectiva, teóricos mais recentes, a partir de Koch (1997) e Oesterreicher (1997), subdividiram o nível histórico em dois subníveis: o das línguas históricas em particular (alemão, inglês, espanhol, português etc.) e o das tradições dos textos (ou tradições discursivas).

A partir dessa subdivisão, discute-se a independência entre a história dos textos e a história das línguas particulares. A atividade do falar, o plano individual, submete-se, seguindo tal perspectiva, a esses dois filtros concomitantes (língua histórica e tradições discursivas). O indivíduo produz um texto seguindo à tradição histórica da língua e o cria de acordo com uma determinada TD. Entende-se, desse modo, que a historicidade particular das línguas coaduna-se à historicidade do homem como ser social, e a “história dos textos” engloba todas as formas e fórmulas comunicativas que são recorrentes, tradicionais e cujas fronteiras estão além das estabelecidas para as línguas históricas. Essas formas ou fórmulas comunicativas recorrentes são as Tradições discursivas.

Os traços fundamentais para o estabelecimento de uma TD como material composicional de um gênero textual são: a repetição e a evocação. Um exemplo ilustrativo do objeto de estudo em questão seria o emprego no português brasileiro do tratamento **senhor/senhora** para uma pessoa mais velha e desconhecida com quem não se tem nenhum tipo de intimidade. Mesmo que não exista nenhum impedimento gramatical para que se utilize uma estratégia como **você/tu**, nossa tradição sociocultural recomenda que não se empreguem tais formas. Na perspectiva adotada aqui, uma estratégia de tratamento como **o senhor/ a senhora** é evocada por uma situação concreta que se repete (uma forma de se dirigir a uma pessoa mais velha em um contexto [-íntimo]): a situação evoca outros encontros semelhantes em que se pronuncia a mesma estratégia.

Procura-se evidenciar, com tal perspectiva teórica, que o emprego das estratégias de tratamento não está condicionado simplesmente à presença ou ausência de relações de poder (BROWN; GILMAN, 1960), ou ao grau de proximidade/distância comunicativa nas relações interlocutivas. Esses usos se adaptam às diversas tradições textuais, consolidadas no âmbito da cultura. Isso significa que, para se empregar um determinado tratamento de segunda pessoa, torna-se imprescindível não só vivenciar novamente uma determinada situação (evocação), mas sobretudo repetir a forma ou expressão linguística evocada pela situação comunicativa (repetição), conforme Kabatek (2006).

Nesse sentido, uma análise criteriosa das estratégias de tratamento ao interlocutor demanda um exame apurado das situações comunicativas em que estas se fazem presentes, na medida em que essas situações também influenciam no emprego de uma ou outra estratégia. Para identificar as variações de uso das estratégias de tratamento, ponto central para análise das mudanças no sistema pronominal, não basta realizar um levantamento quantitativo em termos de regras variáveis a fim de descrever que forma é frequente em que período numa amostra específica. Tal perspectiva metodológica, se não for associada a outros instrumentais de análise, indicaria um resultado não necessariamente válido, mas poderia evidenciar apenas que determinada estratégia é produtiva pelo fato de fazer parte de uma TD ou mais TDs predominante(s) em determinados textos e não porque seu emprego seja de fato o mais abrangente. Um dos principais aspectos a serem examinados é se houve uma expansão ou redução dos contextos comunicativos em que um tratamento específico é evocado.

A escolha do gênero carta como material de análise

A carta, por conta do seu tema íntimo ou espontâneo, pode facilitar na identificação de fatos linguísticos em processos de mudança. Se, por um lado, a carta transmite a inovação e mudança linguísticas, por outro, conserva fórmulas fixas em que se perpetuam “tipos estáveis de enunciados”, caracterizando-a como gênero discursivo (SOTO, 2001).

Apesar de apresentar algumas variações em sua estrutura composicional ao longo do tempo, as cartas se caracterizam por alguns traços prototípicos que podem interferir, sobremaneira, na análise de fenômenos linguísticos quando se parte desse gênero como fonte para o estudo da mudança linguística. Em termos da estrutura textual, o gênero epistolar, no geral, apresenta uma macroestrutura constituída pelas seguintes partes: a seção de contato inicial (em que costuma figurar a saudação e captação da benevolência), o núcleo da carta (o corpo do texto, a razão pela qual a carta está sendo escrita,

predominando um pedido de algo concreto, notícias ou uma ordem a ser cumprida, etc) e a seção de despedida. No exemplo a seguir, reproduz-se parte de uma carta de 1936 enviada por Jaime a sua noiva,⁴ identificando seus elementos constitutivos principais:

"Rio de Janeiro 24 de Setembro de 1936	→ (Local e data)
Minha amada Mariquinhas	→ (Saudação)
Que esta te vá encontrar boa de saúde assim como aos teus, espero que já estejas boa de domingo	[Contato inicial] → (Captação da benevolência)
Eu minha querida cada vez ando mais inconsolável do que nunca, tua ausência é terrível, preferia ser condenado aos serviços mais rudes que existe a estar longe de ti, longe de ti minha bela, tudo é diferente para mim; mundo parece-me que vai acabar a saudade atormenta-me a todo momento pareço ouvir-te falar, ou então ouvir-te jamar pelo meu nome, pareço vel-a, mas tudo isso não passa de uma ilusão, porque estas tão longe, e só tenho comigo dentro do peito o teu pobre coração (...)	→ [Núcleo da carta]
Lembranças aos teus, beijos para Hilda, e para você minha querida quantos beijos, quantos tu desejar.	→ [Seção de Despedida]
Jayme O. Saraiva"	→ [Assinatura]

Esta carta-modelo apresenta apenas um perfil geral da estrutura da amostra. Obviamente que há variações desses elementos e até ausência de algumas partes.

Na "seção de contato inicial" constam elementos importantes para caracterização do documento em termos da sua identificação (local e data) e da relação existente entre o remetente-destinatário pelo emprego de um vocativo ("Minha querida Mariquinhas"). Na saudação já há indícios do tipo de relação que o remetente pretende estabelecer com o seu destinatário a partir do emprego de algum elemento de qualificação (amada, querida, amigo, pai, mãe, etc), definindo de antemão o nível da interação estabelecida [+ solidária, + íntima, - formal, - distante, + simétrica] (BRAVO; BRIZ, 2004, p.80).

Embora não tão fixa como data e a saudação, a "captação da benevolência" costuma aparecer nessa seção e serve, como o próprio nome diz, para captar a

⁴ Extraído do *Corpus Compartilhado diacrônico*, disponível em Corpus... (ano?).

boa vontade do destinatário com o teor da carta e garantir que o contato seja mantido com eficácia em futuras trocas de correspondência. Interessante observar que há variadas estratégias linguísticas utilizadas nessa parte que podem servir, até mesmo, para distinguir uma carta particular de uma oficial por exemplo. No caso das cartas mais pessoais, observa-se que o remetente costuma repetir a mesma estratégia com poucas variações entre uma carta e outra. No exemplo, em questão, Jayme optou por escrever (“Que esta te vá encontrar boa de saúde assim como aos teus, espero que já estejas boa”). Também é frequente o emprego de expressões formulaicas que se repetem em várias de suas cartas como: “espero que esta te encontre com saúde...; desejo que você esteja boa junto dos seus”, etc.). É preciso levar em conta que a alta frequência de um dado linguístico em análise presente nesses trechos fixos precisa ser observada com maior apuro para não se caracterizar como uso de época uma estrutura típica da tradição discursiva do gênero.

O “núcleo da carta” é uma parte mais flexível em termos estruturais e temáticos. É nele que se tem o corpo do texto, a razão pela qual se está escrevendo a carta. As partes finais, seção de despedida e assinatura, são mais fixas e podem conter também trechos de “captação da benevolência”.

Em síntese, nessas partes constitutivas,⁵ principalmente na “seção de contato inicial/saudação”, houve desde a origem do gênero grande preocupação de conferir respeito aos papéis sociais e às posições de emissor e receptor, construindo laços de boa vontade com o receptor e estimulando sua cooperação (BAZERMAN, 2005, p.9).

Koch (2008) mostra que a disseminação do emprego do tratamento nominal abstrato de acordo com o estado social dos interlocutores (formas nominais de tratamento, como **Vossa Majestade**, **Vossa Mercê**, entre outras) e a pluralização do tratamento do tipo **V(ós)** se deu pelo fato de essas estratégias funcionarem para atenuar o ato linguístico diretivo das petição/solicitações ou ordens sempre presentes nas cartas. Para o autor, esses tratamentos abstratos se transplatarem de uma língua a outra quando se mantinha a mesma tradição discursiva como regras discursivas e não necessariamente regras idiomáticas, ou seja, funcionariam mais como marcas da tradição desses textos, da história do gênero epistolar do que da história de uma língua X ou Y.

⁵ As partes constitutivas do gênero epistolar apresentam variações de nomenclatura em função do tempo, dos autores e dos inúmeros manuais que ganharam força no Ocidente a partir da *ars dictaminis* (disciplina retórica centrada na redação de cartas e documentos). Há diversos tratados da história da epistolografia (o tratado de Anônimo de Bolonha, de 1135; o de Erasmo de Rotterdam, de 1520, e o de Justo Lúpsio, escrito em 1590). Os tratados epistolares se multiplicaram nos séculos XVI e XVII. Para maiores detalhes ver as obras citadas em Koch (2008), Simões (2007), Marcotulio (2008) entre outros estudos que fazem menção à história do gênero.

Breve descrição do *corpus* de análise

A amostra⁶ é constituída por cartas escritas por casais no início do século XX. O primeiro conjunto delas é composto por cartas da família Affonso Penna⁷ escritas entre 1901 e 1910, e o segundo conjunto pertence a um casal de noivos (1936-1937).

Na produção da família Penna, têm-se cartas trocadas entre o patriarca da família, Affonso Augusto Moreira Penna (30/11/1847-14/6/1909), e sua esposa, Maria Guilhermina de O. Penna (21/06/1857-14/07/1929). Trata-se de uma família oriunda de Minas Gerais que se estabeleceu na capital do país (Rio de Janeiro). Foram analisadas 26 cartas do marido escritas quando estava de viagem pelo Brasil como Presidente da República e 20 cartas que são respostas da esposa. Há ainda as cartas trocadas entre o filho do Presidente, Affonso Penna Junior (25/12/1879-12/04/1968), e sua esposa, Marieta Penna (21/12/1883-?). Apesar de pertencerem à mesma família, os dois casais são de gerações distintas: a primeira mais velha que segunda. O patriarca A. Penna tinha 59 anos quando se correspondia com sua esposa de 49 anos. O seu filho Penna Jr e esposa estavam na faixa dos 30 anos aproximadamente.

Sobre o conjunto de 39 cartas do final dos anos 30, não se têm ainda muitas informações, porque o material não foi localizado em acervos institucionais. É um material⁸ ímpar, pois reúne cartas particulares de um casal de namorados residentes no Rio de Janeiro. O noivo Jayme S. residia no subúrbio carioca de Ramos e trabalhava no centro da cidade da antiga capital federal. A noiva Maria R. morava em Petrópolis. Analisaram-se 21 cartas dele e 18 dela. Pelas informações que constam na própria documentação, ambos eram adultos e tinham pouco contato com os modelos de escrita.

A delimitação do objeto estudo em dois modelos de análise

Nesse estudo, são analisadas as formas de tratamento verbo-pronominais de referência à segunda pessoa do singular que foram identificadas na amostra de cartas íntimas do início do século XX. O principal objetivo da descrição dos dados nessa amostra é observar 1) o papel das tradições discursivas nos

⁶ Os exemplos/dados foram extraídos de algumas cartas disponíveis no Corpus compartilhado diacrônico: cartas pessoais brasileiras que estão em Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). A indicação do exemplo dá-se pela data em que foi escrita a carta, além do nome do remetente e do destinatário. Maiores informações sobre cada família, consultar o tópico “*Corpus*” no referido *site*.

⁷ Rachel de Oliveira Pereira (Mestrado-UFRJ/CNPq) é responsável pela edição desse material.

⁸ Janaina Pedreira Fernandes de Sousa e Érica do Nascimento Silva, ambas ex-bolsistas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFRJ) e atuais alunas de Mestrado, são responsáveis pela transcrição e edição desse material publicado em Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010).

processos de mudança linguística e 2) os fatores que retardaram ou aceleraram na inserção da forma inovadora **você** no sistema pronominal. Para tanto, foram levantadas as formas de tratamento em todos os contextos morfossintáticos de ocorrência e não só na posição de sujeito (complemento direto, complemento preposicionado, determinante possessivo, etc). O intuito é verificar a) se há variação entre as formas relacionadas ao paradigma de **você** e de **tu** numa mesma carta, b) em que contextos morfossintáticos as formas relacionadas a **você** e/ou **tu** ocorrem e c) em que parte constitutiva da carta as formas tratamentais são empregadas. Para descrição de cunho variacionista, os dados foram submetidos ao Programa Goldvarb (RAND; SARKOFF, 1990) para calcular as frequências brutas e avaliar o peso de cada fator postulado na explicação do fenômeno de variação entre **tu** e **você**. A partir desses resultados gerais, fez-se uma análise, com base no programa computacional TraDisc e seus desdobramentos, de alguns documentos prototípicos do *corpus* a fim de estipular modelos de determinadas tradições discursivas da época no que se refere a padrões de comportamento tratamental. A ideia básica da metodologia proposta é, como será mostrado adiante, traçar um perfil de cada texto em um diagrama, chamado aqui de pronomograma, a partir da configuração visual dos resultados anotados pelo TraDisc.⁹

Análise variacionista: resultados gerais

A tabela a seguir reúne os resultados de toda a amostra descrita, apresentando um panorama geral do emprego das formas tratamentais no *corpus* a partir dos percentuais de frequência de uso e dos pesos relativos. O intuito é analisar a coexistência dos sistemas de tratamento de **tu** frente a **você** com seus paradigmas verbais, de possessivos e de clíticos correspondentes. Nessa análise de cunho estrutural, leva-se em conta a presença ou não de formas pronominais dos dois sistemas de tratamento (**tu** e **você**) em um mesmo documento (a chamada “mescla de tratamento” da prescrição gramatical). Propõe-se observar em que contextos morfossintáticos predominam as formas relacionadas a **você** ou a **tu** nessas cartas: sufixo flexional (sujeito nulo), imperativo, nominativo (sujeito pleno), determinante possessivo, pronome-complemento com e sem preposição:

⁹ O programa TraDisc é uma ferramenta computacional, desenvolvida na *Universität Tübingen*, que foi criada para anotar *corpora* linguísticos em um formato XML. Em princípio, o programa serve para identificar e anotar juntores (conectivos sentenciais) em um *corpus*, podendo, entretanto, ser utilizado para outros tipos de anotações como se propõe mostrar aqui. Como nossa análise se refere ao estudo de pronomes, estamos chamando de ‘pronomograma’ ou diagrama dos pronomes os resultados obtidos a partir do TraDisc.

Tabela 1 – Distribuição das formas de tratamento de 2ª pessoa em função do contexto morfossintático de ocorrência em cartas de casais no início do século XX (Valor de aplicação: paradigma de **você**)

Tipos pronomes/ Formas verbais	TU	VOCÊ	Total	P.R
Pronome complemento sem preposição (te/você – clítico acus./dativo)	350/360 97,2	10/360 2,8%	360 23,6%	.22
Sufixo flexional (sujeito nulo)	283/310 91,3%	27/310 8,7%	310 20,3%	.52
Determinante Possessivo (teu/seu)	375/392 95,7%	17/392 4,3%	392 25,7%	.22
Verbo Imperativo (ex: Fala! Corre!)	81/149 54,4%	68/149 45,6%	149 9,8%	.90
Pronome Reto (tu/você – nominativo)	65/138 47,1%	73/138 52,9%	138 9,1%	.85
Pronome complemento (com preposição Contigo/com você)	119/175 32%	56/175 68%	175 11.5	.85
Total	1281/1524 84.1%	243/1524 15,9%	---	---

Fonte: autoria própria.

Em termos dos resultados globais, nota-se que as formas do paradigma de **tu** são as mais produtivas nessas cartas do início do XX com índices de frequência acima de 80%. Observa-se ainda que os contextos favoráveis a formas relacionadas ao inovador **você** são: a forma imperativa subjuntiva ('mande', 'escreva') com (.90) ilustrado em (1), o pronome complemento preposicionado (.85) como em (2) e o pronome-sujeito pleno (.85) exemplificado em (3):

- (1) “**Acceite** um abraço da tua G” (1906, Guilhermina a Affonso Penna).
- (2) “eu tenho sonhado todas as noites **com você**” (1936, Maria a Jaime).
- (3) “**voçe** dise que era melhor chamar-me de noivinha” (1936, Maria a Jaime).

Por seu turno, os contextos morfossintáticos favorecedores de formas relacionadas ao pronome original **tu** são: pronome-complemento sem preposição (**te**), verbo não-imperativo (sujeito nulo com marca desinencial de segunda pessoa) e determinante possessivo (**teu/tua**) ilustrados em (4):

- (4) “Bem Ø **compreendes** as saudades que sinto da família e o empenho que tenho em voltar. Como Ø **estarás** interessantes os nossos netinhos [...] Abençoo e abraço os nossos filhos, e envio-**te** o coração de Sempre e só **teo** Negrão” (1906, Affonso Penna a Guilhermina).

Esses resultados gerais confirmam o que tem sido observado em outros materiais do mesmo período: a inserção de **você** no sistema pronominal se implementou paulatinamente em alguns contextos mais do que em outros (LOPES; MACHADO, 2005). Os contextos de resistência à entrada de **você**, ou seja, os ambientes que propiciam o uso do paradigma de **tu** (clítico acusativo/dativo **te** e possessivo **teu**) foram também os mesmos identificados em outros trabalhos – Lopes (2009), entre outros.

Notou-se maior favorecimento de **você** como sujeito-preenchido e de **tu** como sujeito nulo nessas cartas. Em relação ao complemento do verbo, também foi identificada certa distribuição complementar. Enquanto o complemento preposicionado ('para/com/de **você**') favorece a presença da forma inovadora, o não preposicionado (clítico **te**) é o mais produtivo seja com função acusativa ('eu te vi'), seja dativa ('eu te dei a carta'). Como discutido em Lopes e Cavalcante (2011), o clítico **te** predomina tanto no subsistema tratamental em que **tu** é mais produtivo quanto no que prevalece **você** no tratamento geral do português brasileiro.

Apesar de esses resultados fornecerem uma generalização ampla do que ocorria no período, é preciso advertir que as frequências brutas totais não captam o perfil comportamental desses indivíduos nas relações sociais estabelecidas entre eles. Faz-se necessário elucidar, por exemplo, se todos os remententes apresentavam ou não o mesmo comportamento quanto às escolhas tratamentais nessas cartas do início do século XX. Há outras questões importantes que necessitam de resposta: Como se dava a distribuição dos dados por remetente? As formas dos dois paradigmas em variação (de **tu** e de **você**) apareciam em uma mesma carta? Que sistemas de tratamento conviviam à época?

A distribuição das formas nas cartas e os sistemas de tratamento em constituição

O quadro a seguir sintetiza a distribuição das formas de tratamento em função da relação estabelecida entre remetente-destinatário na amostra geral analisada. Na primeira coluna, informa-se o autor e o destinatário da carta; na segunda, tem-se a data em que foi escrita; na terceira coluna, destaca-se o tipo de relação estabelecida entre os correspondentes e, finalmente, na última, é indicado se havia ou não uniformidade tratamental na carta, ou seja, se o remetente empregava categoricamente formas relacionadas a **tu** ou a **você** e que realizações concretas eram essas:

De → Para	Período	Relação	Tratamento empregado nas cartas de amor
A. Penna → Guilhermina Penna	1906	Esposo- esposa	Tu (quase) categórico. ♣ 1 dado de imperativo-subjuntivo (você): <i>procure</i>
Guilhermina → A. Penna	1906-10	Esposa- esposo	🚩 Tu (quase) categórico. ♣ Imperativo-subjuntivo (você) majoritário. ♣ 1 dado de <i>seus</i> ♣ 1 dado de <i>você</i> -nominativo
A. Penna Jr. → Marieta Penna	1913	Esposo- esposa	♣ Você categórico (como V.)
Marieta → Penna Jr.	1905-10	Esposa- esposo	🚩 Tu (quase) categórico. ♣ 1 dado de imperativo-subjuntivo (você): <i>aceite</i>
Jaime → Maria	1936-37	Noivo- noiva	🚩 Tu majoritário (92%)
Maria → Jaime	1936-37	Noiva- noivo	♣ Aumento do uso de você em alguns contextos

Quadro 1 – Síntese da distribuição tratamental na relação remetente-destinatário

Fonte: autoria própria.

Percebe-se que o comportamento linguístico apresentado pelos remetentes é distinto. Na família Penna, os missivistas utilizam praticamente formas do paradigma de **tu** ou de **você**, mas mantêm quase categoricamente a “uniformidade tratamental” em suas cartas (uso exclusivo de um dos paradigmas). Como são pessoas ilustres que compõem a elite brasileira da época, adotam os usos mais convencionais de tratamento e, nesse sentido, predominou o emprego do **tu**-íntimo: tratamento esperado em relações interpessoais de maior proximidade.

Nas cartas em que o patriarca da família, o então Presidente da República, escreve a sua esposa Guilhermina, o **tu** foi de uso quase categórico em todas as suas formas de realização (**de ti, teus, te**), havendo apenas uma única ocorrência de verbo imperativo relacionado a **você** (‘procure’) como se vê em (5):

(5) “Acho me hoje a m[ai]s de 1.100 legoas distante de ti, minha adorada Negrinha! Que saudades, que saudades sinto! e sem ter teus carinhos e conselhos religiosos no [inint] transe porque passei! **Procure** não affligir te, mas sem o querer a pessoa refere se ao fatal, ao dolorosissimo golpe que nos ferio! Prometto não mais tocar nesse assumpto, guardando no recesso de minh’alma essa magoa profunda”. (27/06/1906, Affonso Penna a Guilhermina).

A esposa Guilhermina, ao responder ao marido, emprega o mesmo tratamento (**tu** íntimo), mas foram localizados, diferentemente do que se viu na produção escrita do esposo, alguns poucos dados de formas do paradigma de **você**. Tal uso se deu, principalmente, com verbo imperativo, como ilustrado em (6), e,

eventualmente com o possessivo **seus** (1 ocorrência) em (7). Houve também um dado de **você** como sujeito pleno em (8):

(6) “Se **tivesses** vindo para mim seria em paraizo esta vida mas sem o meu Negrão é preciso que eu pense m[ui]to nos filhos p[ar]a fazer o sacrificio de demorar- me. **Dê** um abraço ao Alavro, Ceição e Edmundo. Muitos beijinhos da Olguinha. (15/08/1901, Guilhermina a Affonso Penna).

(7) “Estou eu a choramingar q[uan]do preciso ter coragem p[ar]a te dar, devemos dar graças a Deos pelos **seus** beneficios. Tens tido saude, eu tambem e os filhos a viagem vai se fazendo a contento de todos os jornalistas estão alegres e bem intencionados o q[ue] mais queremos?” (17/07/1906, Guilhermina a Affonso Penna).

(8) “Affonsinho ja levanta agarrado na penna m[ui]to tremulo tem dias q[ue] está prazenteiro contador de historias como **você** sabe. como vai o Alvaro? tenho tido muitas saudades delle”. (sem data, Guilhermina a Affonso Penna).

Pode-se dizer que se trata de um comportamento mais conservador desse casal de pessoas ilustres, pois, além da manutenção do emprego de **tu** como estratégia recorrente no tratamento íntimo, a variação entre formas relacionadas a **tu** e a **você** nas cartas é incipiente e restringe-se basicamente a formas imperativas. Como o sistema que se firmou no português brasileiro foi constituído pelo sincretismo entre os paradigmas de **tu** e de **você**, ou seja, a ausência da “uniformidade no tratamento” prescrita na gramática tradicional, postula-se que Affonso Penna e sua esposa (mais ele do que ela) ainda adotavam uma norma mais “portuguesa” do que brasileira.

Nas cartas trocadas entre o filho do Presidente Penna (Afonzinho) e sua esposa Marieta, embora predomine um único tratamento como no casal anterior, há uma certa divergência quanto à escolha das formas. Penna Junior. trata a esposa apenas por **você**, utilizando-se da abreviatura (V.) como em (9), ao passo que sua esposa repete o comportamento de sua mãe ao se dirigir ao marido (uso sistemático de formas relacionadas a **tu** e um único dado de imperativo de **você**:

(9) “Hontem e hoje tive o imenso conforto de receber duas cartas suas. Já estava pensando que tinha sido esquecido, que **V.** não sentiu falta nem saudade do maridinho e minha tristeza era tão grande, que nem coragem tinha de ranzinzar”. (16/03/1919, Affonso Penna Junior a Marieta).

O casal de pessoas não ilustres apresenta um sistema de tratamento distinto. Nas cartas produzidas em fins dos anos 30, principalmente na produção escrita pela Maria, houve uma forte presença de **tu** ao lado de **você**. Nas cartas de Jayme tem-se a convergência das formas, mas os índices relativos ao pronome primitivo **tu** são significativamente altos (92%). Foi justamente nas cartas de Maria, a menos

letrada de todos os remetentes controlados, que se verificaram fortes indícios do que se constituiu o sistema de tratamento do português brasileiro: coexistência de **tu** ao lado de **você** nos contextos morfossintáticos apontados na tabela 1. No exemplo (10), percebe-se que Maria usa **você** na posição de sujeito (**voçe dise**) e em seguida emprega a forma verbal **reparaes**. Na sequência da carta, utiliza **você** como sujeito (**voçe troçe**) ou como complemento preposicionado (para voçe) ao lado das formas relativas ao pronome original **tu** (**tuas, teu, te, repares, ires, manda**):

(10) “Jayme **voçe** dise que era melhor chamar-me de noivinha eu jabotei na carta não reparaes eu fiquei eu jáli a quele romance que **voçe** troçe no domingo e muito bonito mais não proçedas como elle eu vou proçeder como ella **para voçe** eu passo o dia inteiro lendo as tuas cartinhas e beijando o teu retratinho. muitos beijinhos desta que te ama muito não reparaes a minha carta por que sou bobinha eu pesso-te para ires aumedico trite de **voçe** brigar no escritório eu pesso-te para ficares mais calmo, manda-me dizer por que **voçe** brigou com **Senhor** Mario” (22/09/1936, Maria a Jaime).

Em síntese, esses resultados evidenciam distintas normas de uso vigentes no período analisado. Como se viu, os raros casos de coexistência do paradigma de **tu** ao lado **você** na família Penna se circunscreveram apenas ao uso do imperativo-subjuntivo localizado nas cartas das duas esposas: a do marido (Guilhermina) e a do filho (Marieta). A emergência da variação entre **você** e **tu** em um mesmo documento começa a se consolidar mais fortemente na produção da década de 30, principalmente, nas missivas de Maria (menos contato com modelos de escrita). Em função desses resultados, postulam-se alguns modelos prototípicos que vislumbram o comportamento tratamental nas relações de maior intimidade em cartas do início do século XX:

- 1) Uso de **tu**-exclusivo (comportamento conservador).
- 2) Uso de **você**-exclusivo (V): conservador.
- 3) Predomínio absoluto de **tu** com imperativo-subjuntivo (**você**): ± conservador.
- 4) Perfil de variação inicial sinalizando mudança (**tu** desinencial e **você** lexical).

Análise complementar das TDS: uma proposta de aplicação metodológica

Propõe-se, na sequência, uma análise metodológica adicional a partir do programa computacional TraDisc e de seus desdobramentos. A hipótese básica, discutida em Kabatek (2006) para a análise de outro fenômeno, é a de que o levantamento do esquema de formas de tratamento varia em uma mesma sincronia

a depender do texto produzido. O ponto central seria, desse modo, determinar a relação entre as formas tratamentais empregadas em um texto determinado e “a TD à qual pertence”. Em termos qualitativos, a depender da finalidade comunicativa de cada carta e do perfil social do indivíduo que a produziu, ou seja, do maior ou menor contato com modelos de escrita da época, os esquemas tratamentais também poderiam ser distintos.

Partindo do resultado obtido na análise quantitativa variacionista, pretende-se comprovar como a diagramação dos dados (pronomograma) de cada documento pode facilitar a visualização desses distintos sistemas de tratamento postulados para a época. A idéia básica é traçar o perfil de cada texto a partir da configuração visual dos dados que foram anotados previamente no programa TraDisc (MALISI, 2006).¹⁰ O objetivo desse diagrama (pronomograma) é formalizar uma imagem-padrão do fenômeno estudado ao longo do documento. Trata-se de uma ferramenta interessante que pode ser utilizada inclusive para estipular modelos de determinadas tradições discursivas. Se forem feitas análises de textos prototípicos de uma determinada tradição discursiva, traçando nesses diagramas alguns perfis básicos, pode-se perfeitamente, a partir de análises comparativas de outros textos, estabelecer confrontos que permitirão observar quanto o documento em análise se afasta ou se aproxima do perfil modelar estipulado. Obviamente que não se trata de uma camisa de força, mas um parâmetro inicial de análise.

Parâmetros de análise para o TraDisc

A partir do Programa TraDisc, os dados linguísticos são anotados em dois eixos (horizontal e vertical) com base em determinadas funções ou características de sua escolha. Parte-se de um esquema postulado pelo usuário que gera uma tabela entrecruzando colunas e linhas nas dimensões previstas que podem ser de natureza diferenciada, por exemplo: sintática x semântica. São atribuídos para cada item anotado dois números que dependem dos critérios postulados previamente a partir de um esquema de anotação criado pelo linguista. A cada elemento de uma coluna é atribuído um número positivo de acordo com a sua posição. Para cada linha, é indicado um número negativo em função também da sua posição (mais próximo ou mais distante de zero). No caso da análise dos pronomes de tratamento de 2ª pessoa encontrados nas cartas, optou-se por contrapor visualmente o paradigma de **tu** ao de **você**. No primeiro caso (**tu**), os itens aparecem no eixo y (positivo) e, no segundo pronomograma de **você**, no eixo x (negativo). Na configuração dos dois eixos previstos no TraDisc para anotação dos dados, levou-se em conta a seguinte distribuição:

¹⁰ O manual está disponível em inglês no site da Universität Tübingen: (MALISI, 2010). Pode-se fazer o *download* das ferramentas computacionais *TraDisc* e *Tokenizer* em (PROJEKT..., 2010).

Valores (+) Eixo y	Formas relacionadas a TU		Valores (-) Eixo x	Formas relacionadas a VOCÊ
+1	Sufixo verbal de P2 – <i>s, ste</i>		-1	Sufixo verbal de P3 – <i>Ø, u</i>
+2	Forma verbal imperativa (indicativo)		-2	Forma verbal imperativa (subjuntivo)
+3	Acusativo – (te)		-3	Acusativo – (o, você?)
+4	Dativo – (te)		-4	Dativo – (lhe, a você)
+5	Det. Poss. (teu)		-5	Det. Poss. (seu)
+6	Nominativo – tu		-6	Nominativo – você
+7	Prep. + pronome – contigo		-7	Prep. + pronome forte – com você

Quadro 2 – Contexto morfofssintático das formas variantes

Fonte: autoria própria.

Como se vê no esquema proposto no quadro 2, a hierarquização dos elementos de (1) a (7), em termos do contexto morfofssintático de realização, não foi aleatória. O mesmo critério de anotação foi utilizado nos dois eixos (positivo para formas de **tu** e negativo para formas de **você**), prevendo um continuum de morfologização do item em questão. Isso quer dizer que a realização morfofssintática do paradigma de **tu** ou de **você** foi observada tendo em vista um controle gradual da forma (mais ou menos gramatical): quanto mais próximo de zero, mais morfologizado o item [+gramatical], quanto mais distante de zero, mais livre é a forma analisada [-gramatical]. Segue a proposta descritiva dos critérios adotados para nivelção das formas em análise.

No primeiro nível de cada eixo (+1) ou (-1), a expressão de segunda pessoa é um mero sufixo verbal, uma forma presa portanto. Como as formas imperativas não apresentam desinência própria e são oriundas de outros modos verbais (indicativo, no caso de **tu** e subjuntivo no caso de **você**), optou-se por hierarquizá-la no segundo nível (+2 ou -2).

Nos terceiros e quartos níveis, constam as formas clíticas¹¹ pronominais que, como afirma Brito et al (2003, p.828), “[...] partilham com outras unidades lexicais, como as preposições e os artigos, a propriedade de serem átonas, e por isso, dependentes de itens lexicais com acentuação própria, usualmente designados como seus hospedeiros.” São considerados pelas autoras como clíticos especiais já que, diferentemente dos artigos e preposições, se cliticizam numa classe de palavras específica (o verbo) e não tem necessariamente uma posição fixa relativamente ao seu hospedeiro, podendo ocorrer em próclise, ênclise e mesóclise. Não são formas livres como os pronomes fortes, pois não ocorrem isoladamente

¹¹ A subdivisão dos clíticos foi pensada para o **te** (acusativo/dativo), **o, a** (acusativo) e **lhe** (dativo). No caso de **você** com função acusativa não houve ainda um processo de cliticização nesse contexto (***vi cê**), mas optou-se por hierarquizar tal forma no mesmo nível (3 e 4) meramente para facilitar a comparação.

no discurso, mas também não seriam presas como os sufixos verbais. Seriam as formas dependentes de Camara Junior (1970).¹²

No nível 5, estaria o determinante possessivo que seria mais livre que os clíticos, uma vez que respondem por si só a uma pertunta (De quem é esse livro? **Teu/Seu**) e não assumem obrigatoriamente posição fixa pré-nominal (**teu filho/filho teu**). Nos dois últimos níveis (6) e (7) estão as formas fortes dos pronomes como nominativo e complemento preposicionado.¹³

A partir da anotação das formas de tratamento encontrados foi possível gerar o ‘pronomograma’ de cada texto. O diagrama feito exibe o número do dado no eixo *x* ou o próprio item anotado, coordenando o valor negativo com cada número do dado no eixo *y*. Com tal diagrama, ilustra-se a anotação feita de todos os itens de um texto. Na sequência, apresentam-se os ‘pronomogramas’ de seis cartas que são representativas das normas tratamentais vigentes à época.

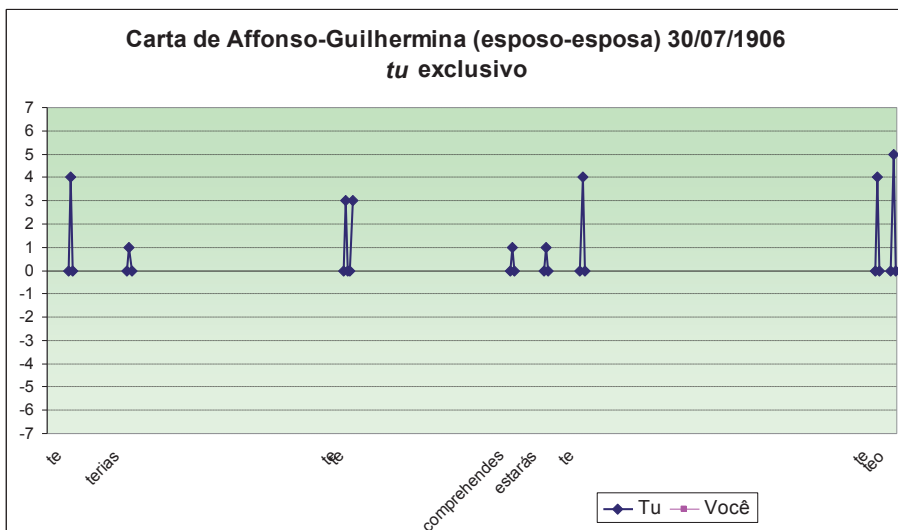
Estipulando os padrões de comportamento pelo modelo TraDisc: normas de uso

O primeiro diagrama foi feito a partir de uma carta de 1906 escrita pelo patriarca Affonso Penna a sua esposa Guilhermina. Como se viu na análise variacionista, o Presidente da República só utilizava formas do paradigma de **tu** em todos os contextos de ocorrência:

A partir do pronomogra 1 é possível perceber a distribuição dos dados ao longo da carta. São indicadas, na parte inferior, as formas concretas realizadas (**te, terias, te, compreendes, estarás, te, teo**) e os pontos marcados no eixo positivo do gráfico categorizam o contexto morfossintático controlado pelos parâmetros postulados no quadro 2: (+1) sufixo verbal de P2, (+3) acusativo, (+4) dativo, (+5) determinante possessivo. No modelo de análise proposto, considerou-se conservador o comportamento do missivista pela uniformidade tratamental em sua produção escrita (presença apenas do paradigma de **tu**). No pronomograma 1 visualiza-se tal perfil, uma vez que todas as formas de segunda pessoa empregadas na carta só ocorreram no eixo positivo (*y*) atribuído a **tu**. Não foram detectados dados relativos a **você** na produção escrita de Penna.

¹² Brito et al (2003, p.847) afirmam que “[...] o comportamento dos clíticos, na sua globalidade, face ao hospedeiro verbal em que cliticizam, permite caracterizá-los como itens lexicais que partilham um estatuto intermédio entre as palavras acentuadas e os afixos.” Considera-se ainda que, independente do seu conteúdo semântico, os clíticos seriam quase-afixos flexionais por exibirem marcas de pessoa. No português europeu aparecem nos dados de aquisição e na língua coloquial, em ênclise mesmo nos contextos em que a próclise é obrigatória. No português brasileiro, por outro lado, ocorre na posição próclítica, constituindo nesse caso um prefixo.

¹³ Pelo critério de [+morfologizado] > [-morfologizado] adotado aqui, os pronomes complementos anteceditos de preposição deveriam estar a um nível acima dos nominativos. A hierarquização merece ainda alguns ajustes que serão feitos em outra ocasião.



Pronomograma 1 – Carta com **tu**-exclusivo (comportamento conservador)

Fonte: autoria própria.

No viés das tradições discursivas, pode-se dizer que a estratégia de tratamento **tu** é evocada por uma situação concreta (carta íntima) que se repete. Vários indícios do alto grau de intimidade, do caráter privado, de marcas de emocionalidade e confiança estão presentes no documento (KOCH; OESTERREICHER, 2007). A saudação inicial é inaugurada com o qualificador ‘querida’ seguido pelo nome da esposa no diminutivo (‘Mariquinha’). Percebe-se também a forte presença de apelidos afetivos para se dirigir ao filho (‘Tavo’ por Otávio). Na maneira de assinar (‘Negrão’), o Presidente deixa evidenciado o papel que assume na sua relação com a esposa:

(11) “**Querida Mariquinhas** || São Paulo, 30 de Julho de 1906 || Escrevo te da bella Capital paulista que tantas recordações” [...] Imagino a inveja que as nossas pequenas terão de **Tavo** por se achar na Paulicea, tão [decantada] e que é realmente a segunda Cidade do Brasil”. (30/07/1906, Affonso Penna a Guilhermina).

(12) “envio-te o coração de Sempre e só **Teo Negrão**”. (30/07/1906, Affonso Penna a Guilhermina).

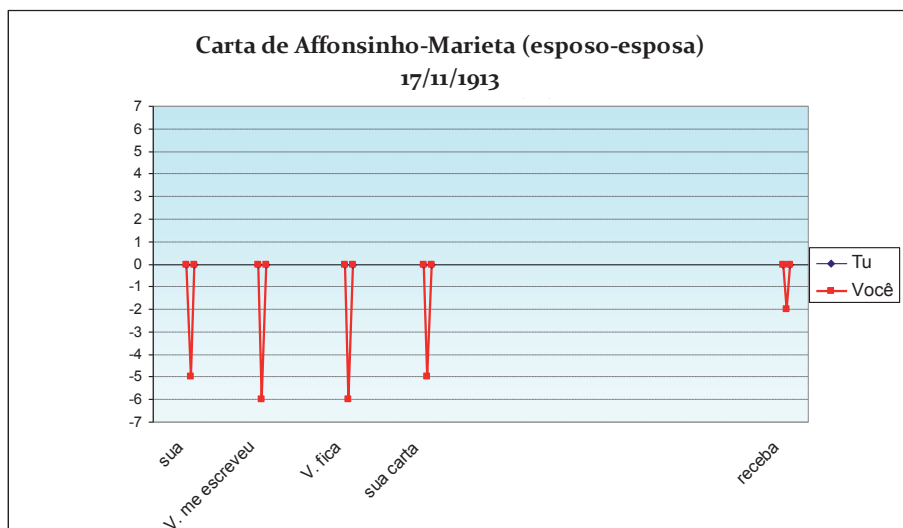
Outras passagens sinalizam o caráter íntimo, pessoal e amoroso dessa carta. A temática que impera é a saudade marcada pela distância da pessoa amada:

(13) “**senti o espirito de saudade aguçando, por faltar a minha companheira, que tanto adora as flores**” (30/07/1906, Affonso Penna a Guilhermina).

(14) “Felizmente os dias vão correndo, e **não está longe aquele em que terei a felicidade de abençoar te e beijar te amorosamente**” (30/07/1906, Affonso Penna a Guilhermina).

(15) “Bem compreendes **as saudades q[ue] sinto da família** e o empenho que tenho em voltar”(30/07/1906, Affonso Penna a Guilhermina).

O diagrama a seguir foi gerado a partir de uma carta de 1913 do Affonso Penna Jr. a sua esposa Marieta. Diferentemente do padrão anterior, em que só se empregava **tu**, na produção escrita do filho do Presidente Penna foi categórico o uso de **você**:



Pronomograma 2 – Carta com **você**-exclusivo (V.): conservador

Fonte: autoria própria.

Comparando os dois pronomogramas (padrão I e II), parece haver um perfil distinto. Aqui todas as formas marcadas no gráfico estão no eixo negativo que controla o paradigma de **você**: **sua**, **V.(ocê)**, **receba**. Nesse caso, pode-se adotar duas linhas interpretativas. Em uma primeira leitura, poder-se-ia detectar a generalização de **você**, evidenciando que na geração mais jovem já haveria a expansão do contexto comunicativo em que o tratamento é evocado:

(16) “Querida Marieta. Recebi hoje sua primeira carta datada de 14, mas com o carimbo de 15. Supponho não ser a 1a que **V.(ocê)** me escreveu, pois fala em doença de Affonso como cousa já sabida e, quando eu saí, ele estava bom. Calculo como **V.(ocê)** fica nervosa e afflicta com estas cousas fula de afflicção em que também fico. (...) Caricias aos filhinhos, saudades às meninas e à Mamãe, a

quem peço a benção e *receba* o coração saudoso de Chim” (17/11/1913, Affonso Penna Jr. a Marieta).

Nessa carta, assim como na anterior, também há fortes traços de intimidade e a relação estabelecida é a mesma: esposo-esposa. O que chama atenção, entretanto, é que a forma **você** aparece graficamente abreviada e com letra maiúscula (**V.**) como se vê na ilustração a seguir. Por ser uma forma híbrida em processo de mudança, esse **você** poderia resguardar vestígios de polidez do tratamento original (**Vossa Mercê**) e, nesse caso, faria parte de uma TD predominante, seguindo o remetente um determinado padrão modelar de escrita. O uso do papel timbrado reproduzido no *fac-símile* de outro documento é mais um dado para fundamentar tal interpretação:

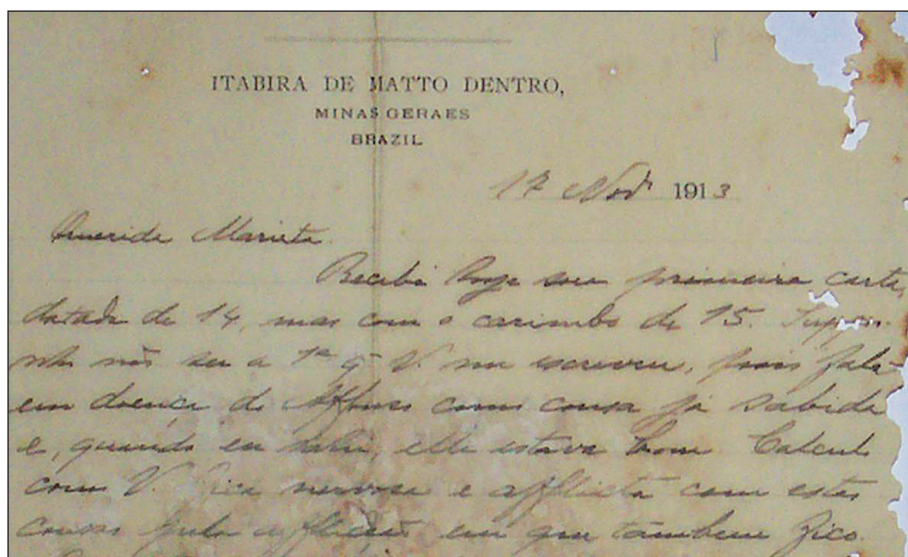


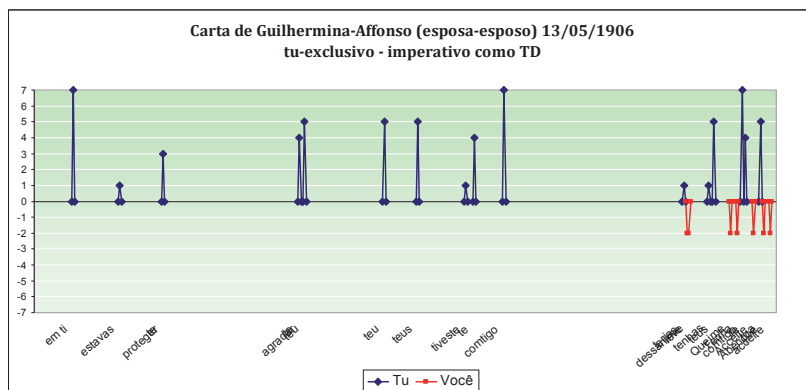
Figura 1 – Carta de Affonso Penna Jr. a sua esposa Marieta em 17/11/1913

Fonte: autoria própria.

Nesses dois primeiros casos (pronomogramas 1 e 2), considerou-se o padrão de comportamento conservador levando-se em conta como parâmetro de análise, a categórica uniformidade na escolha tratamental (não houve variação entre formas de **tu** e de **você** nas cartas). Por serem ambas pessoas ilustres, com perfil social bastante semelhante, defende-se que, nos dois casos, o emprego tratamental era motivado pelas tradições dos modelos de escrita que imperavam à época.

É preciso ressaltar, entretanto, que no início do século XX o emprego de **você** já se fazia presente, de maneira tímida, nos mesmos contextos sócio-funcionais que o pronome íntimo original **tu**. Como se viu, os dois padrões foram

postulados a partir de cartas do mesmo tipo [+intimidade] e de idêntica relação pessoal [esposo-esposa]. A distinção geracional entre os remetentes pode nos dar indícios do que se observa em outros estudos: a generalização do emprego de **você** no lugar de **tu** como tratamento de [- distância], [+ solidariedade], [- formalidade].



Pronomograma 3 – Carta com predomínio absoluto de **tu** com imperativo-subjuntivo (**você**): [± conservador]

Fonte: autoria própria.

O padrão ilustrado no pronomograma 3 apresenta um perfil distinto dos dois anteriores. Trata-se de uma carta de Maria Guilhermina ao marido Affonso Penna, escrita em 1906 e representativa do comportamento de ambas as esposas ilustres (Maria Guilhermina e Marieta). Vê-se no diagrama 3 que houve predomínio do **tu-íntimo** (eixo positivo) ao longo do documento e a presença de formas do paradigma de **você** (eixo negativo) se dá apenas em um contexto bem peculiar e numa parte da carta específica (fim do documento). Nesse caso, mais evidente do que os dois anteriores, a força da TD parece atuar de maneira irrefutável. A predominância do tratamento **tu** nas cartas das esposas prevalece, embora não de maneira categórica. O contexto de uso de formas relacionadas a **você** se circunscreve a um ambiente morfossintático e local específicos: imperativo-subjuntivo empregado na seção de despedida.

Partindo do diagrama e observando os dados, as evidências são ainda mais marcantes. Foram identificados 72 dados de imperativo-subjuntivo nas cartas dos dois casais da família Penna. Desse total, 36 dados ocorreram nas cartas das esposas. Interessante observar, entretanto, que desses 36 dados, 24 aparecem na “seção de despedida” e apenas 09 no núcleo da carta. Constata-se, desse modo, que o emprego do imperativo nessas cartas femininas ocorreu como uma estrutura quase cristalizada na “seção de despedida” e não se configura como um uso inovador, mas sim como uma imposição de uma TD.

No quadro a seguir, tem-se a distribuição dos dados de imperativo nas cartas das esposas da família Penna. Na primeira coluna, estão os exemplos de imperativo negativo que favorecem obviamente a forma subjuntiva, nas duas seguintes, indica-se a seção da carta em que o dado foi localizado, além da lista dos verbos e o número de ocorrências com cada verbo:

Imperativo Negativo	Núcleo da Carta	Seção de Despedida
Não me legres	Diga (02)	Aceite (15)
Não me engane	Veja (02)	Abençoe (03)
Não deixe	Entregue (01)	Receba (02)
	Queime (01)	Dê (02)
	Pense (01)	Abrace (01)
	Olhe (01)	Recomende-me (01)
	Mande-me (01)	
	9 dados	24 dados
3 dados		

Quadro 3 – Distribuição dos imperativos subjuntivos nas cartas das esposas Penna por seção

Fonte: autoria própria.

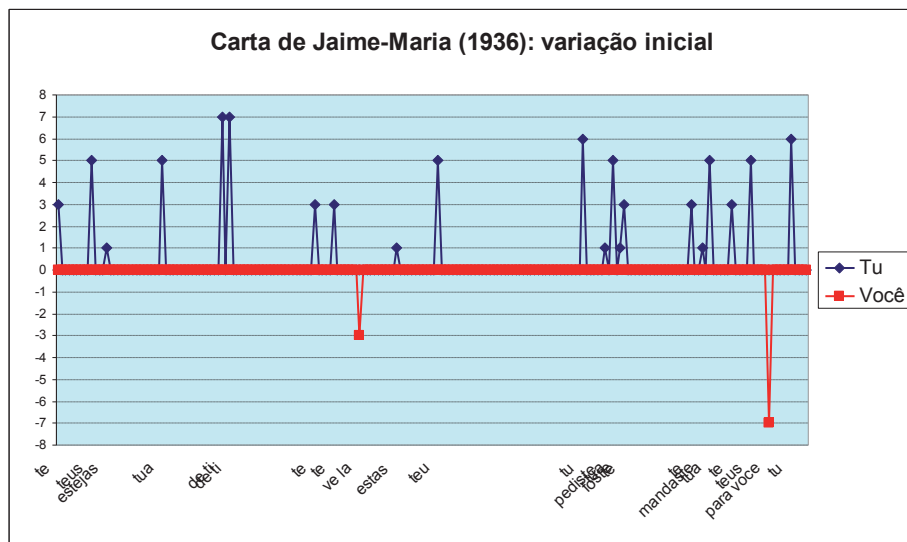
Os exemplos ilustram que o emprego do imperativo nessas cartas femininas ocorre realmente em estruturas fixas típicas do gênero. Nesse caso, ainda não se pode dizer que se trata de um comportamento inovador, pois tal emprego é gerado por imposição do modelo epistolar. A mera quantificação desses dados, sem levar em conta que fazem parte de uma TD, pode inviabilizar qualquer generalização decritiva diacrônica:

Seção de despedida	Núcleo da Carta
“receba o coração m[ui]to saudozo da tua G”	“ Diga isso a Ceição p[ar]a ella escrever lhe sobre a renda”.
“ Dê um abraço ao Alavro”	“Se não tiver levado o cartão da Gita, entregue este”.
“ Dê lembranças a Come Jovita.”	“O Leopoldo não gosta da sogra por justos motivos veja q[ue] sacrificio tem de fazer p[ar]a morar junto”.
“ acceite um abraço da tua G=”	“ Queime as m[inh]as cartas. Tenha m[ui]to cuidado contigo, eu te prometo fazer o mesmo”.
“ Abençoe e abrace os filhos todos”	“ pense em mim nos filhos, e na Patria que precisamos tanto tanto de ti”.
“ Acceite um abraço da tua Maria”	“ diga lhe que relevo as faltas das cartas aceitando as desculpas”
“ Acceite um abraço da tua G.”	“ cuide bem de tua saude, que estou fazendo o mesmo para me encontrares forte”.
“ Abençoe as filhas e acceite beijos das filhinhas.”	“Fiz benção de nunca me meter ou atrapalhar os teus planos, pois não entendo nada de politica e posso te prejudicar, ouvindo só o meu coração. Veja bem isso: olhe q[ue] as mudanças bruscas são m[ui]to ruins p[ar]a a saude”
“ Acceite m[ui]tos beijos nossos filhos e netos”	
“ Abençoe os nossos filhos”	
“ Acceite o coração e m[ui]tos abraços e beijos da tua G”	
“ Acceite o saudozo coração de tua G”	
“ Acceite um abraço e o coração da tua G”	
“ Acceite um abraço da tua Maria”.	
“Com Alvaro acceite m[ui]tos beijos da criançada” e abraços da tua G”	
“ acceite mil abraços da Maria”	
“ acceite com Alvaro abraços e beijos da tua G”	
“Com os nossos filhos acceite um abraço da tua Maria”	
“Os Recomende me ao D[outo]r Aarão”.	

Quadro 4 – Dados de imperativo extraídos das cartas das esposas

Fonte: autoria própria.

Mesmo levando em conta às pressões do gênero, considerou-se que o pronomograma do tipo III configura um padrão de transição [\pm conservador] entre um sistema bastante homogêneo e uniforme (I e II) e outro mais variável e instável (padrão IV) apresentado a seguir:



Pronomograma 4 – Carta com perfil de variação inicial (**tu** desinencial e **você** lexical) [\pm inovador]

Fonte: autoria própria.

O pronomograma 4 ilustra um padrão de comportamento tratamental estipulado como [\pm inovador]. Tem-se diagramada uma carta de 1936 escrita por Jaime a sua noiva Maria. Nota-se a presença de formas relacionadas ao **tu-intimo** em praticamente todos os níveis controlados (contextos morfosintáticos de ocorrência) e no decorrer de toda a carta.

Diferentemente dos padrões anteriores, as formas do paradigma de **você** aparecem somente em dois momentos. O primeiro deles, em (17), tem-se um exemplo bastante artificial de clítico acusativo **a** associado à segunda pessoa (-3). Tal dado ocorreu nessa carta repleta de **tu** como sujeito nulo (+1). A presença sistemática do clítico **te** reforçou a interpretação da forma acusativa '**a**' como de segunda pessoa. Considera-se ainda que tal excepcionalidade pode ser apenas um resquício do modelo epistolar, uma vez que Jaime, embora seja de letramento mediano, costuma reproduzir trechos típicos do discurso amoroso repleto de frases feitas:

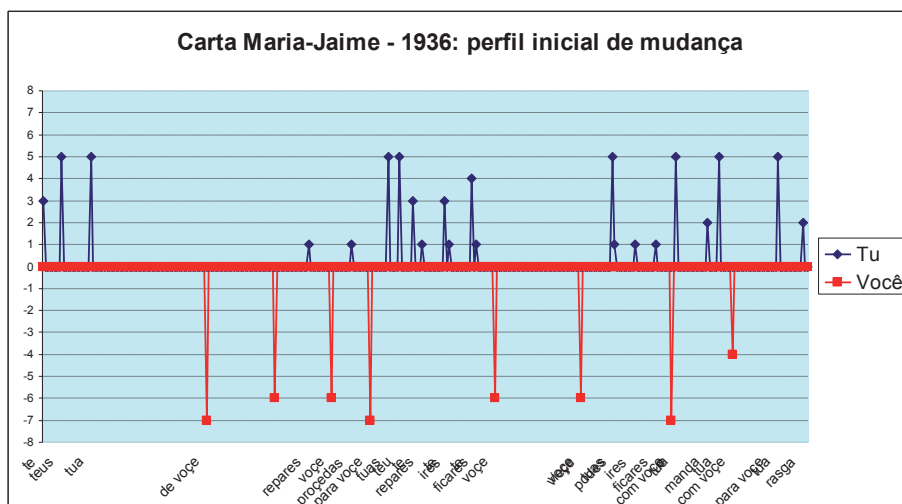
(17) “a saudade atormenta-me a todo momento pareço ouvir-te falar, ou então ouvir-te jamar pelo meu nome, pareço vel-a, mas tudo isso não passa de uma

ilusão, porque estas tão longe, e só tenho comigo dentro do peito o teu pobre coração.” (24/09/1936, Jaime a Maria).

O outro dado ocorreu no fim da carta na ‘seção de despedida’. Trata-se de um complemento preposicionado com função oblíqua (-7).¹⁴ Esse tipo de complemento, diferentemente dos de função acusativa e dativa, é sempre tônico e regido por preposição, mas não estabelece relações gramaticais centrais Duarte (2003, p.294):

(18) “Eu soube que tu vinhas do dia 4 de Setembro pediste que tua mãe foste te buscar, eu não quero que eles vão dizer que foi por minha causa, eu queria ir buscar-te já que mandaste a tua mãe, contento-me em esperar-te na Central. Lembranças aos teus, beijos para Hilda, e **para voce** minha querida” (24/09/1936, Jaime a Maria).

O emprego ainda que esporádico de formas de **você** ao lado do uso recorrente de **tu** em uma carta de pessoa de cultura mediana, como é o caso do Jaime, já dá indícios da instabilidade do sistema tratamental na época e da insegurança dos falantes quanto a sua nova formação.



Pronomograma 5 – Carta com perfil de variação inicial (**tu** desinencial e **você** lexical): [+ inovador]

Fonte: autoria própria.

O último pronomograma (5) exhibe o comportamento mais inovador para o período. É possível perceber que os pronomes **tu** e **você**, com suas correspondentes

¹⁴ Estamos considerando, aqui, como oblíquos os argumentos obrigatórios que fazem parte da estrutura argumental dos verbos – “complemento relativo” de Rocha-Lima (1972) – e os opcionais (adjuntos).

variantes morfossintáticas, ocorrem ao longo de todo o documento, ilustrando claramente o padrão linguístico vigente no português brasileiro em termos do sistema pronominal de segunda pessoa. Interessante destacar que as formas relacionadas à segunda pessoa original (**tu**) são produtivas nos contextos morfossintáticos mais próximos de zero, sendo, portanto, os mais morfologizados. O pronomograma mostra que as formas identificadas não ultrapassam o nível 5 e, desse modo, englobam apenas: (+1) formas desinenciais da segunda pessoa **tu** (sujeito nulo), (+2) formas verbais do imperativo-indicativo, (+3) clítico acusativo **te**, (+4) clítico dativo **te** e (+5) determinante **teu/tua**. As formas do paradigma do inovador **você**, por sua vez, ocorrem mais frequentemente como pronomes fortes nos níveis mais próximos de (-7), ou seja, são [-morfologizados]. A maior presença deu-se no nível (-6) e (-7): pronome sujeito e complemento verbal regido por preposição respectivamente:

(19) “Espero que esta te vá encontrar em perfeita saude junto aus teus eu e os meus vamos bem graças a Deus eu recebi a tua cartinha no dia 22 as 2 horas da tarde eu quando recebi fiquei tam contente mais as saudades au mentará muito mais eu fiquei lendo na estação naquele banco onde nois estivemos asentados eu estava lendo e as lagrimas caião na carta lenbrando-me do domingo a noite que eu estava junto **de voçe** e naquela hora estava so com a Ismênia no dia que eu fu buscar a carta fasia um dia lindo para nois dois paciarmos juntinhos como no domingo Jayme **voçe** dise que era melhor chamar-me de noivinha eu ja botei na carta não reparaes eu fiquei eu já li aquele romance que **voçe** troçe no domingo e muito bonito mais não proçedas como elle eu vou proçeder como ella **para voçe**”. (22/09/1936, Maria a Jaime).

Considerações finais

A combinação das duas perspectivas de análise (sociolinguística variacionista e o modelo da Tradição Discursiva) trouxe resultados mais seguros que permitiram visualizar a distribuição dos dados em cada documento. A aplicação metodológica possibilitou identificar com clareza que formas tratamentais empregadas nos documentos eram motivadas pelas tradições do texto e quais poderiam ser consideradas como indícios da norma linguística da época em questão.

Além de mapear a expansão dos contextos comunicativos em que a forma tratamental inovadora **você** é evocada, foi possível traçar, nas cartas em análise, os diferentes perfis tratamentais da época: (I) uso exclusivo do **tu-íntimo** em cartas de maior proximidade comunicativa; (II) emprego do **você**-exclusivo em cartas de mesma natureza; (III) predomínio de **tu-íntimo** com o emprego de formas do

paradigma de **você**, como imperativo-subjuntivo, em uma seção específica da carta (imposição de uma TD); e (IV) variação inicial entre **tu** e **você** nos mesmos contextos funcionais com uma distribuição morfossintática diferenciada: **tu** [+morfologizado], predominando como afixo verbal ou clítico acusativo/dativo e **você** [-morfologizado], prevalecendo como pronome forte (nominativo ou complemento preposicionado).

É preciso salientar que o refinamento dessa metodologia de análise, principalmente para caracterizar criteriosamente um *corpus* diacrônico, pode trazer grande contribuição aos estudos de linguística histórica que ganharam impulso nos últimos anos no Brasil.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq, à FAPERJ e à CAPES pelo apoio financeiro. Agradeço, ainda, as valiosas contribuições dos pesquisadores da *Univesität Tübingen*.

LOPES, C. R. S. Discourse Tradition and Linguistic Change in the pronominal forms of address in Brazilian Portuguese: defining behavioural profiles in the beginning of the 20th century. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.361-392, 2011.

- **ABSTRACT:** *This paper analyses different patterns of forms of address in the pronominal system in Brazilian Portuguese in the beginning of the 20th century. The analysis is based on a sample of private letters written between 1906 and 1936. The analysis is based on two theoretical frameworks: Sociolinguistics and Discourse Tradition Model. The results show four different patterns in the period: (I) the exclusive usage of the intimate **tu** (you-sg.) in letters of “higher intimacy relationship”; (II) the exclusive usage of **você** (you-sg derived from **Vossa Mercê** “Your Grace” or “Your Mercy”) in letters of the same nature; (III) the usage of intimate **tu** (you-sg) correlated with **você** (you-sg) pronominal paradigm, such as imperative-subjunctive moods in a specific section of the letter; (IV) the **tu** and **você** (you-sg) alternation in the same functional contexts but in a different morphosyntactic distribution: **tu** occurs with a higher rate in [+morphologized] contexts used as a verbal affix or an accusative/dative clitic (**te**) whereas **você** is more frequent in [-morphologized] contexts used as a strong pronoun (nominative or prepositional complement).*
- **KEYWORDS:** *Forms of pronominal address. Tu/você variation. Linguistic change. Blending of address forms.*

REFERÊNCIAS

- BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRAVO, D.; BRIZ, A. (Ed.). *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso e cortesía en español*. Barcelona: Ariel Linguística, 2004.

BRITO, A. M. et al. Predicação e classes de predicadores verbais. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. p.204-242.

BRITO, O. R. M. de. *Faça o mundo te ouvir*: a uniformidade de tratamento na história do português brasileiro. 2001. 193f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2001.

BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. (Ed.). *Style in language*. Cambridge: MIT Press, 1960. p.253-276.

CAMARA JUNIOR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

CORPUS compartilhado diacrônico: cartas pessoais brasileiras. Disponível em: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/laborhistorico/corpora/JM/01-JM-24-09-1936.xml>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

COSERIU, E. Creatividad y técnica lingüística: los tres niveles del lenguaje. In: _____. *Lecciones de lingüística general*. Madrid: Editorial Gredos, 1981. p.269-286.

DUARTE, I. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003. p.275-320.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, T. et al. (Ed.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Ed. da UFBA, 2006. p.505-530.

_____. ¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: JACOB, D.; KABATEK, J. (Ed.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*: descripción gramatical: pragmática histórica – metodología. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2001. p.97-132. (Lingüística Iberoamericana, 12).

KOCH, P. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, J. (Ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico*: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2008. p.53-88. (Lingüística Iberoamericana, 31).

_____. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. (ScriptOra, 99). p.43-80.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. *Lengua hablada en la Romania*: Español, Francés, Italiano. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994. v.1.

LOPES, C. R. S. Retratos da variação entre “você” e “tu” no português do Brasil: sincronia e diacronia. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português Brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: Ed. da UFF, 2008. v.2. p.55-71.

_____. Correlações histórico-sociais e linguístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX. In: CIAPUSCIO, G. et al. (Org.). *Sincronia y diacronia: de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2006. v.107. p.187-214.

LOPES, C. R. S.; CAVALCANTE, S. R. O. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-*te*. *Revista Linguística*, Santiago de Chile, v.25, p.30-65, jun. 2011. Disponível em: <http://www.linguisticalfal.org/25_linguistica_030_065.pdf>. Acesso em: 15 set. 2010.

LOPES, C. R. S.; DUARTE, M. E. L. De “Vossa Mercê” a “Você”: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (Org.). *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In-fólio, 2003. p.61-76.

LOPES, C. R. S.; MACHADO, A. C. M. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In: LOPES, C. R. S. (Org.). *A norma brasileira em construção*. Fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2005. p.45-66.

LOPES, C. R. S. et al. Sobre norma e tratamento em cartas a Rui Barbosa. In: AGUILERA, V. (Org.). *Para a história do Português Brasileiro: Vozes/Veredas/Voragens*. Londrina: Ed. da UEL, 2009. v.8. p.45-92.

MALISI, C. *TraDisc Manual*. Disponível em: <http://www.sfb441.uni-tuebingen.de/b14/TraDisc-Handbuch_en.pdf>. Acesso em: 03 maio 2010.

_____. *TraDisc*. Versão 1.0, 2006. 1 CD-ROM.

MARCOTULIO, L. L. *A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez linguística*. 2008. 215f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

OESTERREICHER, W. Mudança lingüística e recursos de expressividade na língua falada. In: CIAPUSCIO, G. et al. *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2006. p.253-281. (Bibliotheca Ibero-Americana, 107).

PROJEKT B14. Tools. Disponível em: <<http://www.sfb441.uni-tuebingen.de/b14/tools.html>>. Acesso em: 03 maio 2010.

_____. Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. p.19-41. (ScriptOraia, 99).

RAND, D.; SANKOFF, D. *Goldvarb: a variable rule application for the Macintosh*. Version 2.0. Montréal: Université de Montréal, 1990.

ROCHA-LIMA, H. da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2002.

RUMEU, M. C. B. *A implementação do 'Você' no Português Brasileiro Oitocentista e Novecentista: um estudo de painel*. 2008. 276f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 2v.

SCHLIEBEN-LANGE, B. *História do falar e história da linguística*. Tradução de Fernando Tarallo et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

SIMÕES, J. S. *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. 2007. 376f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 2v.

SOTO, E. U. M. S. *Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira*. Niterói: Ed. da UFF, 2007.

_____. *Variação/mudança do pronome de tratamento alocutivo: uma análise enunciativa em cartas brasileiras*. 2001. 264f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Letras. Laboratório de história do Português Brasileiro. *Corpus compartilhado diacrônico: cartas pessoais brasileiras*. Disponível em: <<http://www.letas.ufrj.br/laborhistorico/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2010.

WEINREICH, U., LABOV, W.; HERZOG, M. I.: Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p.95-195.

Recebido em fevereiro de 2011.

Aprovado em maio de 2011.

MUDANÇA EM DOIS PERÍODOS DO SÉCULO XX: INTER-RELACIONANDO ANÁLISES EM TEMPO APARENTE

Maria Alice TAVARES*

- RESUMO: À luz da sociolinguística variacionista, tomo os conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO como variantes da variável dependente “sequenciação retroativo-propulsora”. Os dados são oriundos das seguintes fontes: (i) *As vinhas da ira*, romance escrito por John Steinbeck em 1939, cuja tradução brasileira, datada de 1940, apresenta marcas da fala de classes populares do Rio Grande do Sul; (ii) 48 entrevistas provenientes do Banco de Dados VARSUL de Florianópolis, que foram coletadas ao longo da última década do século XX. Tenho por objetivos: (i) buscar indícios de mudança em tempo real; (ii) buscar indícios de mudança em tempo aparente através do controle da variável social idade; (iii) inter-relacionar os resultados referentes à variável idade nos dois períodos de tempo considerados. Obtive indícios de mudança em tempo real e de mudança em tempo aparente. Além disso, fiz uma inter-relação entre os resultados referentes à variável idade no final da primeira metade do século XX e no final da segunda metade do século XX. Baseada nessa inter-relação, consegui traçar um panorama mais detalhado das mudanças possivelmente sofridas por E, AÍ, DAÍ e ENTÃO ao longo do século XX.
- PALAVRAS-CHAVE: Mudança. Tempo real. Tempo aparente. Conectores. VARSUL. *As vinhas da ira*.

Introdução

Abordo um fenômeno de variação e mudança linguística envolvendo, como variável dependente, uma função discursiva que denomino sequenciação retroativo-propulsora, responsável por estabelecer uma relação coesiva de sequenciação entre enunciados, de modo que o primeiro serve de base para o que será dito no segundo. A sequenciação realiza um movimento duplo: anafórico e catafórico, pois, ao mesmo tempo em que se volta para o enunciado passado como uma fonte de informações para a continuidade do discurso, direciona a atenção para um enunciado que está por vir, o qual tem por escopo. É o que tento apreender com o rótulo sequenciação retroativo-propulsora: os movimentos simultâneos de retroagir – guiando a atenção para trás – e de propulsionar – guiando a atenção para a frente. Em resumo, a sequenciação

* UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Letras. Natal – RN – Brasil. 59.072-970 – aliceflp@hotmail.com. Bolsista PQ/CNPq.

gera a expectativa de que algo novo será dito ou escrito, em continuidade e consonância com o já dado – indica que o que vem depois no discurso tem a ver com o que vem antes.

Na fala de Florianópolis (SC), os conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO são as formas linguísticas que mais frequentemente desempenham a função de sequenciação retroativo-propulsora,¹ e são aqui tomados como variantes. Como sequenciadores retroativo-propulsores, E, AÍ, DAÍ e ENTÃO indicam as seguintes relações semântico-pragmáticas: (i) conexão textual: sinalização da ordem pela qual as unidades conectadas sucedem-se ao longo do tempo discursivo, salientando o encadeamento de uma porção textual anterior com uma posterior (como em (1)); (ii) conexão temporal: apresentação de eventos no texto de acordo com a ordem em que ocorrem no tempo (como em (2)); (iii) conexão de causa-consequência: introdução de informações que representam consequência em relação a uma causa mencionada previamente (como em (3)).²

(1) “E eu e a S., a gente se perdeu lá, porque a gente andava sempre juntas, né? **Então**, tem duas descidas **e** a gente não sabe qual a descida que é pra gente sair, **e** eles não dão informação, tu sabes? Os paraguaios, eles não dão pra gente-informação pra gente.” (AT/FLP09A).³

(2) “Tem que lavar o arroz, botar na- na- no fo- ah, não! Tem que botar a água, **ai** bota o óleo, bota o sal, **ai** bota o arroz. Deixa eu ver o que mais.” (JA/FLP11J).

(3) “Talvez ela vai vender um terreno que ela ganhou e talvez ela compre um terreno e compre um cachorro pra gente, porque lá em casa não tem muito espaço, **daí** ela não quer comprar um cachorro”. (TH/FLP07C).

¹ Existem também outros conectores que desempenham a mesma função, porém menos frequentes e de distribuição diferenciada, razões pelas quais não foram incluídos neste estudo. Entre eles, o que mais se destaca é o **depois** (TAVARES, 2003a).

² Nas gramáticas normativas, as relações semântico-pragmáticas em questão costumam ser incluídas sob o rótulo de “coordenação aditiva” e ilustradas com o conector E. Vejam-se alguns exemplos: “O galho partiu e o menino caiu da árvore.”, “Eu li a carta e entreguei-a a Pedro.” (ALI, 1969, p.105, 133); “Deram o braço e desceram a rua.”, “Tio Cosme acomodava as carnes, e a besta partia a trote.” (CUNHA, 1994, p.534, p.554); “Acordou e pulou da cama.”, “Caiu e levantou-se.”, “Tomei café e saí.” (SACCONI, 2008, p.335-337). Não forneci informações mais detalhadas a respeito dessas relações por uma questão de espaço, mesma razão pela qual apresentei apenas um exemplo de cada uma delas, embora tanto E quanto AÍ, DAÍ e ENTÃO as indiquem. Em Tavares (2003a, 2004, 2006a), podem ser conferidos resultados referentes ao controle das relações semântico-pragmáticas como variável independente.

³ Os dados apresentados acima provêm do Banco de Dados VARSUL (Variação Linguística Urbana no Sul do Brasil). O código que segue o trecho da entrevista a identifica. Por exemplo, em (AT/FLP09) = informante AT, natural de Florianópolis (FLP), entrevista número 9. O código C indica faixa etária de 9 a 12 anos, J indica faixa etária de 15 a 21 anos, A indica faixa etária de 25 a 45 anos, e B indica faixa etária de mais de 50 anos.

Provenientes de fontes distintas e em épocas distintas, E, AÍ, DAÍ e ENTÃO tornaram-se conectores através de processos de gramaticalização.⁴ O E adentrou o português já na função de conector, oriundo da conjunção latina ET. O ENTÃO também já era utilizado como conector nos primórdios da língua portuguesa (séculos XIII e XIV). Quanto ao AÍ e ao DAÍ, é provável que seus usos como conectores tenham surgido em tempos mais recentes, pois, em um estudo anterior, tendo como fonte vários textos escritos em língua portuguesa e datados do século XIII ao XX, obtive dados de AÍ e de DAÍ como conectores apenas em textos escritos em português brasileiro – a partir da primeira metade do século XX, no caso de AÍ, e da segunda metade do século XX, no caso de DAÍ (TAVARES, 2003a).⁵ Além disso, em outro estudo, comparando conectores coordenativos na fala do português brasileiro e do português europeu, não localizei nenhum dado de AÍ e de DAÍ na fala portuguesa, o que é forte indício de que eles se desenvolveram apenas no português brasileiro (TAVARES, 2003b).

Cada conector recém-chegado passou a conviver e a competir por espaço com os demais, o que permite que sejam tomados como formas variantes na expressão da sequenciação retroativo-propulsora.⁶ A seguir, estão listados alguns exemplos cuja similaridade ressalta a possibilidade de uso variável de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO. Trata-se de ocorrências extraídas de entrevistas pertencentes ao Banco de Dados VARSUL de Florianópolis, em trechos de introdução de discurso direto, com o verbo de elocução ‘dizer’ no pretérito perfeito do indicativo.

(4) “Aí a minha mãe: ‘Ah! pois é, mas eu tenho que dar baixa nessa carteira.’ Aí o cara falou: ‘É, mas a senhora não quer nada?’ **E** a minha mãe disse: ‘Quer nada o quê?’ ‘É porque nós somos obrigados a vender um ônibus desses pra pagar ele, porque a- a carteira dele não está dando baixa, ninguém deu baixa, né?’ ” (MC/FLP09J).

(5) “Aí no que ele chegou ali, ele me convidou pra mim ouvir música com ele. **Aí** eu disse: ‘Ah, não, eu não vou, porque amanhã é outro dia, e eu, outro dia, tenho que enfrentar todo mundo: pai, mãe, tio, todo mundo, né?’ **Aí** ele disse: ‘Não, mas, amanhã eu fico contigo.’ Eu disse: ‘Ah, não.’ Aí eu não sabia se eu acreditava nele,

⁴ Através da gramaticalização, estratégias retóricas envolvendo itens lexicais e/ou gramaticais, inicialmente criativos e expressivos, tornam-se habituais por terem sido utilizadas recorrentemente em determinado tipo de contexto interacional. A gramática é alimentada por essa rotinização de inovações. Com base em dados do latim e das várias fases da língua portuguesa, Tavares (2003a) faz uma análise das etapas de gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO como conectores.

⁵ Além das formas AÍ e DAÍ, também considerei, em minha busca em textos do século XIII ao XX, as variações formais HY, Y e AHI no caso de AÍ, e DHI, DY, DI e DJ no caso de DAÍ. Quanto a ENTÃO, as variações formais observadas foram ENTÔ, ENTON e ENTONCE.

⁶ Sobre a abordagem, à luz da sociolinguística variacionista, de formas de mesma função, conferir Tagliamonte (2006).

se eu ria, se eu chorava, se eu não- Eu não sabia a minha reação, não tem?” (SE/FLP20A).

(6) “Ele pegou e saiu e nós estávamos conversando, daí a minha irmã disse, né? ‘Ah, ele está falando assim, ele vai botar nós pra rua. Se eu trazer a carteira amanhã, ele vai ter que assinar.” (JR/FLP02J).

(7) “Mas ele insistiu e disse: ‘Olha, tem uma equipe de São Paulo, lá, do Professor Odair Pedroso, se for necessário nós podemos lhe mandar pra São Paulo fazer um curso.’ **Então** eu disse: ‘Se é assim, se desejam assim, eu posso tentar, se não decepcionar.’ Então eu fiquei, realmente três meses em treinamento com a equipe do Professor Odair Pedroso num- no Hospital Celso Ramos.” (AC/FLP21B).

Neste texto, apresento os resultados que obtive com o controle da variável social idade em duas amostras referentes a dois períodos de tempo distintos, o final da primeira metade e o final da segunda metade do século XX. Os dados referentes à primeira amostra foram extraídos da fala de personagens do romance *As vinhas da ira*, tradução brasileira de *The grapes of wrath*, de John Steinbeck, feita em 1940. Nessa tradução, encontrei ocorrências de E, AÍ e ENTÃO como conectores sequenciadores, inclusive em contextos de uso similares, como os ilustrados em (8) e (9) a seguir. Os dados referentes à segunda amostra foram extraídos da fala de florianopolitanos nativos, em entrevistas pertencentes ao Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana no Sul do Brasil).

(8) “E eu perguntei: ‘Por que não escreve pra ele?’ **E** ele me disse: ‘Acho que eu vou, sim, talvez eu escreva. Mas se não escrever, eu queria que você avisasse o Tommy, se você ainda ficasse por aqui.’ **Então** eu disse: ‘Tá bem, eu acho que eu vou ficar ainda.’ ” (STEINBECK, 1940, p.47).

(9) “Willy só andava pra cima e pra baixo e ‘tava com uma vergonha que lhe digo. **Aí**, a Elsie disse: ‘Eu sei porque tu veio pra cá.’ ” (STEINBECK, 1940, p.72).

Tenho por objetivos: (i) buscar indícios de mudança em tempo real, comparando os resultados obtidos para os dois períodos de tempo considerados; (ii) investigar a possibilidade de ocorrência de mudança em tempo aparente em cada um dos períodos de tempo considerados; (iii) propor uma estratégia para inter-relacionar os resultados referentes à variável idade em cada um desses períodos de tempo a fim de obter um panorama mais detalhado do desenvolvimento da mudança ao longo do século XX.

Como principais resultados, aponto que a comparação entre as frequências de ocorrência dos conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO no final da primeira e no final da segunda metade do século XX traz indícios de mudança em tempo real: ocorre o aumento de uso dos conectores mais recentes, AÍ e DAÍ, às expensas

dos conectores mais antigos, E e ENTÃO. Tais indícios de mudança em tempo real são refinados pelo controle da variável *idade* nos dois períodos de tempo em questão. Esse controle traz indícios de ocorrência de mudança em tempo aparente, e permite traçar um percurso mais detalhado das alterações de padrões de uso sofridas por E, AÍ, DAÍ e ENTÃO ao longo do século XX.

Além disso, a análise comparativa entre a distribuição etária de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO no final da primeira e no final da segunda metade do século XX possibilita responder a questões como: (i) os rumos de mudança sugeridos pelos resultados referentes ao final da primeira metade do século XX são confirmados pelos resultados referentes ao final da segunda metade do século XX? (ii) o que se manteve estável entre um período de tempo e outro?

Nas próximas seções, abordo a questão da análise da mudança em tempo real e em tempo aparente, descrevo e discuto os procedimentos metodológicos adotados, exponho os resultados obtidos pelo controle da variável *idade* no final da primeira e no final da segunda metade do século XX e levanto indícios de mudança em tempo real e em tempo aparente. A seguir, proponho uma estratégia para a inter-relação dos resultados obtidos pelo controle da variável *idade* nos dois períodos de tempo em questão, buscando traçar um panorama mais refinado da mudança que parece ter ocorrido nos padrões de uso dos conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO ao longo do século XX. Para encerrar, apresento as considerações finais e lista das referências bibliográficas.

Análise da mudança em tempo real e em tempo aparente

Foi a sociolinguística variacionista que primeiro se voltou para a face social da variação e da mudança, um dos pilares de sua constituição na década de 60, fundamentada na proposição de que era possível estudar a heterogeneidade linguística levando em conta a relação entre a língua e a sociedade, e considerando essa relação como diretamente vinculada à mudança linguística.

Labov (1994) afirma que podemos perscrutar a mudança linguística tanto em amostras do passado quanto no que ouvimos a nossa volta, pois a língua é constituída por variações e alterações que cruzam períodos de tempo. O quadro de inter-relações linguísticas delineado hoje é reflexo dos usos anteriores dados à língua por seus falantes e é a base dos usos futuros, em um contínuo de pequenos incrementos inovadores levando a grandes mudanças. Sendo assim, os indícios de mudança linguística podem ser buscados em estudos que envolvem dados de tempo real e/ou de tempo aparente.

A pesquisa em tempo real exige o rastreamento do processo histórico de mudança em diferentes épocas da língua, valendo-se o pesquisador de amostras

orais ou, se elas não estiverem disponíveis, amostras escritas de sincronias distintas, para poder comparar os usos dados a um certo fenômeno variável ao longo do tempo. Tal análise permite observar se a variante inovadora aumentou a frequência na comunidade com o passar do tempo “real”.

Se uma mudança estiver em jogo, possivelmente haverá uma correlação significativa entre a idade dos informantes e o fenômeno estudado, mapeando-se diferenças nas frequências das variantes entre falantes mais jovens e mais velhos de uma mesma fatia sincrônica, o que é denominado por Labov (1972) de mudança em tempo aparente. Para Chambers (1995, p.147), essa estratégia de abordagem sincrônica à mudança pode ser considerada a “realização singular mais notável da linguística contemporânea”. Fazendo coro, Bailey (2003) aponta que estudos da mudança em tempo aparente vêm tendo um grande impacto na pesquisa linguística, levando a uma crescente ampliação do conhecimento sobre as motivações e os mecanismos da mudança.

A proposta feita por Labov (1972) é que diferenças linguísticas existentes entre gerações distintas de falantes de uma mesma comunidade – diferenças em tempo aparente – refletem desenvolvimentos diacrônicos da língua – mudanças em tempo real. O esperado é que a recorrência das variantes inovadoras aumente à proporção que diminua a idade dos informantes, do que resulta uma distribuição linear crescente: de um lado da escala, temos a faixa etária mais velha, com as frequências de uso mais baixas ou mesmo com frequência zero, e do outro a faixa etária mais jovem, com as frequências de uso mais elevadas.

A possibilidade de estudo da mudança em tempo aparente depende da validade do pressuposto de que o sistema linguístico individual é estável, isto é, o vernáculo⁷ de um indivíduo de uma certa faixa etária permanece essencialmente o mesmo a despeito da passagem dos anos, o que permite que se compare a fala de pessoas de diferentes idades para se observar diferentes estágios da língua. A hipótese, baseada na psicologia desenvolvimentista, é que a aquisição da língua é finalizada até o final da adolescência e se mantém estável pelo resto da vida, do que resulta que, ao analisarmos a fala de uma pessoa de setenta anos hoje, temos um reflexo do sistema que estava sendo adquirido por volta dos anos quarenta, ao passo que a fala de uma pessoa de cinquenta anos nos desvela os anos sessenta. (LABOV, 1994, 1981; SILVA; PAIVA, 1996). A concepção subjacente a esse tipo de análise é a de que a mudança linguística avança em progressão geracional: uma variante inovadora que ocorre com baixa frequência na fala dos idosos ocorre com mais frequência na fala dos adultos e mais ainda na fala dos jovens, configurando, com o passar do tempo, uma mudança na comunidade de fala.

⁷ O vernáculo é “o estilo em que o mínimo de atenção é dado ao monitoramento da fala”, isto é, o falante concentra mais a atenção no que fala e menos no como fala (LABOV, 1972, p.208). É a manifestação mais espontânea da língua, de onde costumeiramente emergem os dados mais sistemáticos para a análise.

Todavia, temos de ser cuidadosos ao assumir a perspectiva de análise da mudança em tempo aparente, pois o pressuposto de fixação do sistema linguístico ao final da adolescência não é balizado em alguns casos. Exceções têm emergido de análises empíricas, envolvendo tanto mudança morfosintática quanto fonológica. Por essa razão, Labov (2001) e Kerswill (1996) alertam que a concepção de estabilidade do vernáculo após a adolescência talvez precise ser revisada ou ao menos relativizada à cada situação de variação. Adultos em torno de trinta a quarenta anos aparentemente perderam grande parte da habilidade de mudar seu sistema linguístico, mas ainda assim não se pode afirmar que possuam um sistema rígido e imutável.⁸ Quando os adultos modificam seus vernáculos, acompanhando *pari passu* a evolução linguística na comunidade de fala, a mudança não pode ser detectada por meio de uma metodologia de tempo aparente, pois as frequências de distribuição das variantes inovadoras serão semelhantes ao longo das faixas etárias, ao invés de mais intensas entre os jovens (ou seja, não haverá uma distribuição linear crescente). Na grande maioria dos casos de mudança já estudados isso não ocorre, mas as exceções exigem cautela por parte do analista, que não deve se conformar a evidências unicamente derivadas da distribuição etária.

A solução sugerida por Labov (2001), em termos de procedimentos metodológicos, é não confiar tão somente em resultados relativos à distribuição etária dos informantes como fonte para a constatação da existência ou não de um fenômeno de mudança em andamento, mas também buscar informações em fontes diversas – por exemplo, valendo-se de dados de tempo real.

Uma parte importante da investigação das origens sociais da mudança linguística levada a cabo pela sociolinguística foi a identificação dos grupos de falantes que são “responsáveis” pela disseminação das inovações. Os traços que têm sido mais relevantes para a identificação de tais grupos distribuem-se entre aqueles adstritos ao falante (como sexo e idade) e aqueles por ele adquiridos (como classe socioeconômica e escolaridade). Grupos sociais específicos, organizados de acordo com os traços supracitados, podem influir na velocidade da mudança.

A propagação da mudança depende dos valores associados às inovações linguísticas, que, em geral, não recebem valoração positiva.⁹ Se uma dada forma inovadora é considerada de menor *status* no mercado linguístico, sua utilização pelos diferentes grupos sociais pode ser influenciada por essa avaliação negativa. Por exemplo, essa forma poderá ser mais recorrente na fala de indivíduos de menor

⁸ Tomemos um exemplo. Modelos de mudança sonora definiram o período final para a estabilização fonológica do sistema linguístico como ocorrendo aos dezessete anos de idade. Contudo, Norberg e Sundgren (1998 apud LABOV, 2001) observaram que, no caso de algumas variáveis fonológicas, adultos jovens continuavam a avançar a mudança no início dos vinte e mesmo trinta e quarenta anos.

⁹ Citando Labov (2001, p.6): “As comunidades diferem na extensão com que estigmatizam as novas formas da língua, mas eu nunca encontrei ninguém que as recebesse com aplausos.”

idade e escolaridade, que costumam utilizar com maior frequência as formas de menor *status*, se comparados aos indivíduos de mais idade e escolaridade. Um dos fatores que possivelmente está subjacente ao grande uso de formas inovadoras por indivíduos mais jovens é a questão da marcação de identidade: falantes adolescentes tendem a tomar formas estigmatizadas e/ou inovadoras como marcas típicas do grupo de pares (LABOV, 1972, 1990; CHAMBERS, 1995; ANDROUTSOPOULOS, 2005).

Procedimentos metodológicos

Final da primeira metade do século XX

Se há a necessidade de retroceder para períodos de tempo distantes, o acesso ao registro falado torna-se obviamente inviável, restando a opção de se recorrer à escrita. Contudo, a coleta de dados dos conectores sob estudo em textos de épocas passadas é tarefa árdua, pois, embora E seja sempre um item bastante recorrente, a frequência de aparecimento de AÍ, DAÍ e ENTÃO como conectores é bastante baixa. Em busca de dados, revistei um total de quarenta textos – de vários autores e gêneros –, publicados do século XIII ao século XX (a relação completa pode ser conferida em Tavares (2003a)). Constatei que, em todos os recortes de tempo efetuados, E é sempre abundante e ENTÃO é encontradiço desde o século XIII, embora, à exceção do romance *As vinhas da ira*, com pouca frequência para a execução de uma análise estatística. Em contraste, as ocorrências de AÍ somente começam a aparecer no século XX e mesmo nesse período são bastante escassas. Outros pesquisadores já se defrontaram com o mesmo problema. Por exemplo, Braga (2001, p.17) aponta como “[...] dificuldade básica inerente aos estudos voltados para a trajetória de *aí* [...]”: a inexistência de material diacrônico que fundamentasse a análise”. O romance *As vinhas da ira* fornece, então, o que pode ser considerado uma raridade: dados suficientes de E, AÍ e ENTÃO para a realização de um estudo variacionista.

The grapes of wrath, escrito em 1939 por John Steinbeck, é um clássico da literatura norte-americana. Narra as desventuras de uma família de retirantes de Oklahoma, os Joad, que perdem para os latifundiários as terras nas quais viveram por gerações. Com um mesmo objetivo em mente, uma multidão de agricultores desempregados – incluindo os Joad – vende seus poucos bens, compra caminhões e carros caindo aos pedaços, e põe-se na estrada, percorrendo milhares de quilômetros em direção ao sonho dourado representado pelo estado das frutas abundantes, Califórnia, para o qual apontavam tentadoramente os inúmeros panfletos que, em todo país, ofertavam empregos na colheita de pêssegos, laranjas e uvas. Depois de muitas provações, a família Joad finalmente chega à Califórnia, só para constatar que o trabalho disponível – pouco e para

poucos – não era muito diferente da escravidão pura e simples. Começa então sua odisseia em busca de melhores condições de vida, enfrentando grandes desafios e tragédias, e sempre driblando a polícia, à caça dos desordeiros inconformados com a miséria. Trata-se, enfim, de um romance-denúncia dos dramas e flagelos de um país debilitado pela grande depressão dos anos 30. John Steinbeck, agraciado com o prêmio Nobel de literatura em 1964, recebeu, por *The grapes of wrath*, o Prêmio Pulitzer.

The grapes of wrath foi traduzido para o português brasileiro em 1940 por Ernesto Vinhaes e Herbert Caro, com o título de *As vinhas da ira*. Foi em um dos textos ainda sobreviventes dessa primeira edição do romance¹⁰ que tive a feliz surpresa de encontrar ocorrências de AÍ como conector. Em *As vinhas da ira*, coletei uma boa quantidade de dados não somente de AÍ, mas também de outros dois conectores – E e ENTÃO –, o que possibilitou levar a cabo análises estatísticas, embora não tenha havido nenhuma ocorrência de DAÍ como conector.

Em *The grapes of wrath*, os personagens falam de acordo com a “linguagem chã dos homens de sua condição” (STEINBECK, 1940, p.10), integrantes das classes socioeconomicamente desfavorecidas. Para manter o tom de oralidade e o destaque à presença de traços de língua não padrão na fala dos personagens, a tradução para o português se valeu de marcas dialetais de classes populares do estado do Rio Grande do Sul.¹¹ Alguns dos exemplos mais ricos ficam por conta da concordância. Por exemplo, relativamente à concordância da primeira pessoa do plural com o verbo, são apresentadas duas possibilidades para cada uma das variantes – ‘nós’ e a ‘gente’:

(10) “Nós a cultivamos, fizemos ela produzir. Nascemos aqui e queremos morrer aqui.” (STEINBECK, 1940, p.35).

(11) “Aquele arado, aquela grade, lembram-se? Na guerra, nós plantou mostardeiras. Tu lembra daquele camarada que diss’assim: fique rico, compre aquelas ferramenta.” (STEINBECK, 1940, p.88).

(12) “Bem, – disse Pai – a gente vendeu as coisas todas lá de casa e todo mundo andou apanhando arroz na safra, até Avô”. (STEINBECK, 1940, p.86).

(13) “A gente juntamo uns duzentos dólares. O caminhão custou setenta e cinco [...]”. (STEINBECK, 1940, p.86).

¹⁰ Em 2001, a tradução de *The grapes of wrath* feita por Ernesto Vinhaes e Herbert Caro recebeu nova edição pela Editora Record.

¹¹ Tive notícias da existência, na tradução brasileira de 1940 de *The grapes of wrath*, de marcas dialetais do Rio Grande do Sul, através do excelente artigo “Pronome da segunda pessoa no Sul do Brasil: tu/você/o senhor em *Vinhas da ira*” (MENON, 2000).

Sobre a “audácia” dos tradutores Ernesto Vinhaes e Herbert Caro em inserir em sua tradução a linguagem popular do Rio Grande do Sul, Menon (2000, p.149) aponta que:

[...] isso não deve ter sido só “capricho” (em todos os sentidos dessa palavra) da parte dos tradutores da editora gaúcha Livraria do Globo. Provavelmente, para terem reproduzido tão fielmente esse dialeto, eram eles mesmos utentes dessa variedade, pois em nenhum momento parece haver artificialismo nas falas das personagens. Tal fato fica mais evidente em passagens onde aparecem construções mais lusitanas que brasileiras, mas, quando o dialeto gaúcho é utilizado, ele é coerente.

Portanto um bom grau de confiança pode ser depositado nas marcas dialetais inseridas na tradução de *As vinhas da ira* por Vinhaes e Caro, as quais parecem de fato refletir o uso real de falantes gaúchos em torno de 1940, inclusive, possivelmente, no que diz respeito aos conectores E, AÍ e ENTÃO. Por isso, creio ser possível comparar resultados referentes ao emprego de E, AÍ e ENTÃO na fala das personagens de *As vinhas da ira* – como reflexos do uso real no final da primeira metade do século XX – com resultados referentes ao emprego desses conectores na fala de Florianópolis – uso real no final da segunda metade do século XX.

Embora os traços dialetais presentes em *As vinhas da ira* sejam de fala gaúcha, acredito ser possível tomá-los como representando um estágio anterior em relação à fala florianopolitana de hoje, em virtude da proximidade geográfica dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Além disso, em um estudo anterior (TAVARES, 1999b), com o objetivo de destacar semelhanças e diferenças relativamente às restrições sociolinguísticas sobre o emprego dos conectores E e AÍ em duas comunidades de fala brasileiras no final do século XX – Florianópolis (utilizando dados de Tavares (1999a)) e Rio de Janeiro (utilizando dados de Silva e Macedo (1989)) –, constatei que variáveis sociais (sexo, idade e escolaridade) e linguísticas (tipo de discurso e traços semântico-pragmáticos verbais) condicionadora do uso de E e de AÍ no Rio de Janeiro atuavam de modo semelhante sobre o uso dos mesmos conectores em Florianópolis (com frequências e pesos relativos bastante próximos). Tal similaridade parece evidenciar a existência de tendências gerais quanto à estratificação sociolinguística dos conectores em questão no português brasileiro de hoje, independentemente da região considerada, hipótese que pode ser estendida para as comunidades de fala gaúcha e catarinense do final da primeira metade do século XX. Assim, parto da suposição de que a distribuição etária de E, AÍ e ENTÃO em 1940, no Rio Grande do Sul, assemelhava-se à distribuição etária desses conectores na mesma época, em Santa Catarina.

É digno de nota que os conectores mais frequentes no original americano, *and* e *then*, foram traduzidos variavelmente para a versão brasileira como E, AÍ e ENTÃO, o que ressalta o fato de terem sido percebidos, pelos tradutores do romance, como funcionalmente equivalentes. A seguir, temos exemplos da tradução de *and*.¹²

<p>(14i) “<i>You go right on along. Me – I’m stayin’. I give her a goin’-over all night mos’ly. This here’s my country. I b’long here. <u>An’</u> I don’t give a goddamn if they’s oranges an’ grapes crowdin’ a fella outa bed even. I ain’t a-goin’.</i>” (STEINBECK, 1970, p.121).</p>	<p>(14ii) “– Acho que vocês devem viajar, sim. Mas eu... eu fico. ‘Tive pensando a noite toda nisso. Aqui é a minha terra. <u>E</u> não me importa que lá na Califórnia as uvas até caiam na cama das pessoas. Não vou, e pronto.” (STEINBECK, 1940, p.115, grifo nosso).</p>
<p>(15i) “<i>Well, we got to tear the pan off an’ get the rod out, <u>an’</u> we got to get a new part an’ hone her an’ shim her an’ fit her. Good day’s job.</i>” (STEINBECK, 1970, p.182).</p>	<p>(15ii) “– Bem, vamo tirar fora a cuba de óleo, depois também o pino da biela. <u>Aí</u> temo que arrumar uma peça substituta e limar ela e encaixar ela. É trabalho pra um dia, pelo menos.” (STEINBECK, 1940, p.176).</p>
<p>(16i) “ ‘No’, said Muley. ‘Not that I know. Las’ I heard was four days ago when I seen your brother Noah out shootin’ jackrabbits, <u>an’</u> he says they’re aimin’ to go in about two weeks. John got his notice he got to get off.’ ” (STEINBECK, 1970, p.49).</p>	<p>(16ii) “ ‘Não’ – afirmou Muley. – ‘Tou certo de que não foram. Faz quatro dias, encontrei o teu irmão Noah, ‘tava caçando coelho, <u>então</u> ele me disse que só iam daqui a duas semanas. Tio John também foi mandado embora.’ ” (STEINBECK, 1940, p.48).</p>

Quadro 1 – Exemplos do conector AND no romance *The Grapes of Wrath* e suas traduções correspondentes em *As Vinhas da Ira* como E, AÍ e ENTÃO

Fonte: autoria própria.

Como *As vinhas da ira* é um romance bastante extenso, com um total de 489 páginas e vinte e quatro capítulos na edição consultada (a primeira tradução para o português brasileiro, datada de 1940), recolhi dados apenas nas 197 páginas iniciais (da página 7 à 204), nos capítulos em que a história da família Joad é contada (capítulos I, III, V, VII, IX, XII, XIV e XV). Deixei de lado os capítulos intercalados (II, IV, VI, VIII, X, XI e XIII), em que o narrador tece considerações pertinentes à narrativa, destacando aspectos históricos, geográficos, socioeconômicos, entre outros.

¹² Exemplos da tradução de *then* como *e*, *aí* e *então* podem ser conferidos em Tavares (2003a).

Estudos que empregam *corpora* de períodos de tempo passados não costumam fazer o controle de variáveis sociais, pois geralmente sabe-se muito pouco ou mesmo nada sobre características socioeconômicas dos autores dos textos ou dos personagens que aí ganham fala. Entretanto foi possível considerar a influência de duas variáveis sociais na análise dos dados extraídos de *As vinhas da ira*: idade e sexo. Neste texto, apresento apenas resultados referentes à idade.

Final da segunda metade do século XX

Os dados referentes à fala de Florianópolis provêm do Banco de Dados VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil), que foi organizado através da documentação do português falado em áreas urbanas dos estados da Região Sul. O armazenamento de amostras da fala de habitantes de áreas urbanas dessa região tem os seguintes objetivos principais: i) oferecer à comunidade acadêmica um *corpus* de oralidade representativo da Região Sul; ii) promover a descrição dos vários aspectos do português falado no Sul do Brasil; iii) fornecer um *corpus* ideal para a investigação de fenômenos de variação e mudança linguística.

Durante o primeiro estágio da coleta de dados, li a transcrição e ouvi a gravação de trinta e seis entrevistas que já estavam disponíveis para consulta no Banco de Dados VARSUL. Trata-se de entrevistas feitas com informantes florianopolitanos nativos, jovens e adultos, distribuídos homogeneamente em relação às variáveis sociais sexo, idade e escolaridade, do que resulta a seguinte estratificação em termos de características sociais: (i) três níveis de escolarização: primário, com quatro ou cinco anos de escolarização (ou o equivalente ao 5.º ou 6.º ano do ensino fundamental); ginásio, com oito anos (9.º ano do ensino fundamental); colegial, com onze anos (3.º ano do ensino médio); (ii) três faixas etárias: de 15 a 21 anos; de 25 a 45 anos; mais de 50 anos. Essas entrevistas foram coletadas no final do século XX (entre 1990 e 1996).

No segundo estágio da coleta, utilizei uma amostra suplementar de doze entrevistas com informantes florianopolitanos com idades entre 9 e 12 anos, perfazendo um total de quarenta e oito entrevistas.¹³ Como os conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO são bastante recorrentes na fala, considerei apenas os trinta minutos finais das entrevistas, que têm cada uma cerca de sessenta minutos de duração.

Em ambas as amostras consideradas, referentes ao final da primeira metade e ao final da segunda metade do século XX, utilizei o pacote estatístico VARBRUL (PINTZUK, 1988) para cálculo de frequências, percentuais e pesos relativos.

¹³ As entrevistas com informantes de 9 a 12 anos foram realizadas no primeiro semestre do ano 2000 e posteriormente doadas ao Banco de Dados VARSUL.

Realizei rodadas binárias distintas considerando cada variante como aplicação da regra, *versus* as demais.¹⁴

Análise da mudança em tempo real

Encontrei a seguinte distribuição dos conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO no final da primeira e no final da segunda metade do século XX:

Tabela 1 – E, AÍ, DAÍ e ENTÃO – 1.ª e 2.ª metades do século XX

CONECTORES	1.ª METADE DO SÉCULO XX		2.ª METADE DO SÉCULO XX	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%
<i>E</i>	624	82	1.790	41
<i>ENTÃO</i>	99	13	694	16
<i>AÍ</i>	37	05	926	22
<i>DAÍ</i>	-	-	890	21
TOTAL	760	100	4.300	100

Fonte: autoria própria.

Na primeira metade do século XX, em *As vinhas da ira*, E é o conector que predomina na expressão da sequenciação retroativo-propulsora, com 82% dos dados referentes a esse período. Todavia a frequência de E diminuiu para 41% na segunda metade do século XX, em Florianópolis. Em contraste, a frequência de AÍ sofreu uma elevação de 5 para 22%, e a de ENTÃO de 13 para 16% – e DAÍ aparece, na segunda metade do século XX, como conector em 21% dos casos. Ou seja, na segunda metade do século XX, há, ao invés de um, quatro conectores de grande frequência. No período de cerca de sessenta anos existente entre as sincronias aqui em comparação, aconteceram, portanto, alterações de grande proporção nos padrões quantitativos de utilização dos conectores.

Em um estudo anterior, comparando *corpora* de fala do final do século XX do português brasileiro (PB) e do português europeu (PE) (TAVARES, 2003b), encontrei uma alta taxa de aparecimento de E no PE, em que o conector é responsável por 82% das ocorrências, ao passo que, no PB, conta com 41% das

¹⁴ Realizei também várias rodadas ternárias, no caso de *As vinhas da ira*, e eneárias, no caso da amostra de fala de Florianópolis. Essas rodadas confirmaram os resultados das rodadas binárias.

ocorrências.¹⁵ Parece, então, que, em relação à grande utilização de E, o padrão do PE atual está próximo do padrão do PB em 1940, representado pela fala dos personagens de *As vinhas da ira*. À semelhança do PE, em *As vinhas da ira*, os adversários de E cavam pequenos nichos em um território em que o conector mais antigo reina quase absoluto. A ampliação da utilização de AÍ e de ENTÃO, e, posteriormente, de DAÍ como conectores parece ter acarretado a retração no uso de E. Assim, a distribuição em termos de frequência dos conectores sob enfoque no final da primeira metade e no final da segunda metade do século XX se tornou bastante diferente, bem como a distribuição desses conectores no PB e no PE na atualidade. No final da segunda metade do século XX, em Florianópolis, as frequências revelam preferências de uso que estão longe das opções quase categóricas por E manifestadas no final da primeira metade do século XX, em *As vinhas da ira*.

Uma vez que rastreei indícios de mudança em tempo real levando em conta dados do final da primeira e dados do final da segunda metade do século XX, levantei a hipótese de que uma análise da distribuição de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO em termos de estratificação etária nos dois períodos de tempo considerados poderia ser útil para a obtenção de indícios mais refinados acerca de como aconteceu, em termos de alteração gradual dos padrões de frequência de uso, a mudança em questão. Com essa finalidade, apresento, na próxima seção, os resultados que obtive para a distribuição etária de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO.

Análise da mudança em tempo aparente

Entender os efeitos da idade sobre a língua requer entender as mudanças nas relações sociais ao longo de nossas histórias de vida. Passamos por afiliações a sucessivos grupos de referência e socialização, em estágios que, segundo Chambers (1995, p.159), podem ser sintetizados do seguinte modo: (i) na infância, o vernáculo é desenvolvido sob influência da família e dos amigos; (ii) na adolescência, as normas vernaculares sofrem aceleração sob pressão de redes densas; (ii) no início da vida adulta, a standardização tende a se intensificar e, uma vez que os traços do socioleto estão estabelecidos na fala, eles permanecem relativamente estáveis para o resto da vida. É no período da adolescência que os indivíduos comumente sentem necessidade de, por um lado, distinguir-se dos adultos e, por outro, aproximar-se de companheiros da mesma idade ou um pouco mais velhos. Nesse processo de busca da identidade, formas já existentes na região podem ser tomadas como marcas identitárias, havendo predileção por aquelas que fogem à língua padrão.

¹⁵ Na amostra do PE, ENTÃO é responsável por 2% das ocorrências de conectores sequenciadores, PORTANTO é responsável por 16% dessas ocorrências.

Busquei propor, para o conjunto de personagens de *As vinhas da ira*, recortes etários que fossem consoantes às etapas de vida supracitadas. Contemplo, pois, quatro faixas etárias: de 9 a 12 anos (pré-adolescentes, em pleno processo de alinhamento a um grupo de amigos); de 15 a 21 anos (envolvimento em grupos adolescentes e orientação ao grupo de trabalho mais amplo); de 25 a 45 anos (emprego regular e/ou responsabilidades familiares); acima de 50 anos (diminuição da força de trabalho e aposentadoria). Identifiquei três personagens com idades entre 9 e 12 anos; quatro com idades entre 15 e 21 anos; sete entre 25 e 45 anos; dez com mais de 50 anos. Em alguns casos, a idade das personagens é claramente revelada:

Tom: “Mas logo parou, indeciso, e sentou-se sobre o estribo do lado que não era visível do restaurante. Não podia ter mais que trinta anos.” (STEINBECK, 1940, p.10, grifo nosso).

Ruthie e Winfield: “De pé na carroceria, segurando-se firmemente às bordas do caminhão, vinham os outros, a pequena Ruthie, de doze anos; Winfield, de dez, selvagem, de cara suja; todos de olhar fatigado, mas excitados [...]”. (STEINBECK, 1940, p.97, grifo nosso).

Em outros casos, a idade das personagens teve de ser inferida a partir de informações dadas no texto, como nos exemplos:

Muley: “O homem estacou ao ouvir o grito e a seguir foi chegando, passos apressados. Era um homem magro e não muito alto. [...] As faces de Muley eram lisas, sem a menor ruga, mas seus olhos eram os olhos truculentos de um menino mau, briguento e petulante [...]”. (STEINBECK, 1940, p.47, grifo nosso).

Mãe: “Tom quedou, olhando-a. A velha era corpulenta, mas não gorda; enrijecida devido aos muitos filhos e ao muito trabalho que teve na vida. (...) Os cabelos ralos, cor de aço, estavam amarrados sobre o pescoço, formando um nó largo e bojudado”. (STEINBECK, 1940, p.76, grifo nosso).

A exemplo da confiança depositada nas marcas de oralidade presentes na tradução brasileira de *As vinhas da ira* como representando o dialeto gaúcho real de 1940, estou supondo que a sensibilidade linguística dos tradutores do romance também tenha se manifestado na distribuição de E, AÍ e ENTÃO de acordo com os tipos sociais – em termos de idade – que mais utilizavam cada um dos conectores sequenciadores na época.

Para o conjunto de 48 informantes que, nesta pesquisa, representam a comunidade de fala de Florianópolis, propus recortes etários idênticos aos que estabeleci para as personagens de *As vinhas da ira*: de 9 a 12 anos (pré-

adolescentes.); de 15 a 21 anos (adolescentes); de 25 a 45 anos (adultos jovens); acima de 50 anos (adultos mais velhos).¹⁶

Dois dentre os conectores focalizados neste estudo – AÍ e DAÍ – costumam ser considerados de menor *status*, isto é, trata-se de conectores que não fazem parte do conjunto de formas pertencentes à língua padrão. Sua utilização é, provavelmente, influenciada por tal avaliação negativa: AÍ e DAÍ devem ser mais recorrentes na fala dos indivíduos mais jovens, de 9 a 12 anos e de 15 a 21 anos, ao passo que os indivíduos de mais idade devem dar preferência para E e para ENTÃO, que não são considerados conectores de menor *status*.¹⁷ Pautando tal previsão, está a hipótese de que: (i) a necessidade de afirmação da identidade levaria a uma maior frequência de formas de menor *status*, como AÍ e DAÍ, na fala das pessoas com menos de 21 anos; (ii) o caráter estigmatizado desses conectores resultaria em sua menor recorrência na fala das pessoas com mais de 25 anos, talvez em razão de um maior envolvimento com o mercado de trabalho, em que pode haver uma certa pressão em direção ao respeito de normas da língua padrão.

Subjacente à relação entre períodos de vida e o uso de formas de *status* inferior, está outra razão pela qual podemos esperar uma maior recorrência de AÍ e de DAÍ na fala dos menores de 21 anos: são esses indivíduos que tendem a angariar formas inovadoras como marcas típicas do grupo de pares. Os itens linguísticos que sofrem “discriminação” são, em geral, mais novos em relação a outras opções tidas como mais “corretas” – e por isso mesmo considerados como de menor valor. Assim, as formas tomadas como marcas identitárias pelos pré-adolescentes e/ou adolescentes apresentam, comumente, duas propriedades correlacionadas: são relativamente recentes e, em decorrência, possuem baixo *status* no mercado linguístico – caso de AÍ e de DAÍ.

Conforme Labov (2001), a aquisição linguística é, em grande parte, uma transmissão de traços fonéticos e morfossintáticos de núcleos adolescentes e pré-adolescentes mais velhos a mais jovens, sobrepondo-se à base linguística transmitida pelos pais. A transmissão da mudança acontece no processo de transmissão da língua, em uma trajetória constante de inovações que são adicionadas ao vernáculo adquirido dos pais. Cada criança reflete o nível de sua aquisição inicial (do que lhe foi transmitido pelos pais), acrescido de alterações advindas do contato com irmãos e outras crianças mais velhas na comunidade local. Há, portanto, incrementos constantes nas gramáticas individuais: a experiência de cada grupo mais jovem faz a mudança avançar.

¹⁶ Embora a faixa etária ‘25 a 45 anos’ seja bastante ampla, a maioria dos informantes que a integram se encontra entre 34 e 45 anos (nove informantes do total de doze), o que minimiza eventuais enviesamentos que uma faixa etária abarcando indivíduos de idades tão diferentes pudesse causar.

¹⁷ Sobre testes de avaliação referentes ao *status* dos conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO, conferir Tavares (2003a, 2003c).

Final da primeira metade do século XX

O que espero em termos da relação entre a idade dos indivíduos retratados em *As vinhas da ira* e o aparecimento de E, AÍ e ENTÃO é que a recorrência de AÍ, a variante mais recente dentre as encontradas no romance, aumente à proporção que diminuir a idade das personagens, já que as gerações mais jovens inclinam-se a utilizar formas inovadoras e de menor *status* – se hoje em dia a avaliação do uso de AÍ como conector não é positiva (TAVARES, 2003a), há setenta anos atrás o conector provavelmente era ainda mais estigmatizado e mais fortemente vinculado à fala de adolescentes e pré-adolescentes.

Conforme mostram os resultados a seguir, a distribuição de E, AÍ e ENTÃO de acordo com a estratificação etária é passível de diagnosticar uma mudança em tempo aparente na comunidade de fala do final da primeira metade do século XX representada pelas personagens de *As vinhas da ira*.

Tabela 2 – Distribuição de E, AÍ e ENTÃO quanto à idade na 1.^a metade do século XX

IDADE	<i>E</i>			<i>AÍ</i>			<i>ENTÃO</i>		
	Ap./Tot.	%	PR	Ap./Tot.	%	PR	Ap./Tot.	%	PR
9 a 12 anos	8/15	53	0,31	2/15	13	0,61	5/15	33	0,63
15 a 21 anos	78/96	81	0,54	8/96	8	0,62	10/96	10	0,39
25 a 45 anos	339/404	84	0,54	23/404	6	0,55	42/404	10	0,43
+ de 50 anos	172/219	79	0,43	5/219	2	0,35	42/219	19	0,67
TOTAL	597/734	82		38/734	5		99/13	13	

Fonte: autoria própria.

E é o conector maciçamente mais frequente, com 82% das ocorrências em geral, e de 79 a 84% das ocorrências entre os grupos de falantes com mais de 15 anos. Contudo, os pesos relativos de 0,54 apontam um condicionamento maior por parte dos grupos etários intermediários. Em contraste, entre os pré-adolescentes, a utilização de E é mais restrita, havendo um pico de desuso (frequência de 53% e peso relativo de 0,31). Esse seria um indício de que haveria, futuramente, uma presença gradativamente menor de E a cada geração de falantes vindoura?

Percebe-se uma relação direta entre a diminuição da idade e o aumento de uso de AÍ, tanto em termos de frequências quanto de pesos relativos. No entanto, a faixa etária mais jovem, embora tenha apresentado a frequência mais alta de AÍ (13%), recebeu um peso relativo um ponto mais baixo (0,61) que a faixa etária precedente (0,62), provavelmente em razão da maior recorrência de ENTÃO entre os pré-adolescentes.

ENTÃO destaca-se entre as gerações mais velha, com frequência de 19% e peso relativo de 0,67, e mais jovem, com frequência de 33% e peso relativo de 0,63. Seu favorecimento na fala pré-adolescente poderia ser tomado como um indício de mudança, prevendo-se um emprego maior desse conector entre os falantes mais jovens com o passar do tempo. No entanto, como ENTÃO também predomina na fala dos indivíduos com mais de 50 anos, e é desfavorecido entre os indivíduos de 15 a 21 anos e de 25 a 45 anos, torna-se difícil tecer previsões quanto ao destino desse conector.

Diferentemente, a maior opção por AÍ manifestada a cada nova geração é uma evidência mais forte de mudança linguística em andamento no sentido de que esse conector poderia vir a ocupar pouco a pouco o espaço de E e de ENTÃO.

Não se pode deixar de mencionar, ademais, a existência de um grande acréscimo de uso de AÍ entre os dois grupos etários mais velhos: esse conector passa de uma frequência de 2% e peso relativo de 0,35 para uma frequência de 6% e peso relativo de 0,55, o que é um indício de que a geração que contava com 25 a 45 anos em 1940 pode ter apresentado um pico de uso de AÍ em seu período de adolescência. Ou seja, um período de mudança mais vigorosa para AÍ poderia ter ocorrido por volta de 1920.

Enfim, podemos interpretar os resultados relativos ao controle da idade das personagens de *As vinhas da ira* como indícios da ocorrência de um processo de mudança, segundo o qual AÍ, o conector mais recente entre os utilizados nesse romance, teria seu uso gradativamente incrementado a cada nova geração de falantes e, talvez como contraparte, E teria seu uso diminuído. Já para ENTÃO é mais difícil tecer previsões, pois o conector recebe destaque na fala das personagens mais jovens, mas também na fala das mais idosas.

Final da segunda metade do século XX

A hipótese para a distribuição etária dos conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO no final da segunda metade do século XX, em Florianópolis, é que o aparecimento das variantes mais recentes, AÍ e DAÍ, deve aumentar à proporção que diminui a idade dos falantes, o que pode ser tomado como indício de que tais conectores têm seu uso acelerado pelas gerações mais jovens, em um processo de mudança linguística.

Tabela 3 – Distribuição de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO quanto à idade na 2.^a metade do século XX

IDADE	E				AÍ				DAÍ				ENTÃO			
	Ap./Tot.	%	PR		Ap./Tot.	%	PR		Ap./Tot.	%	PR		Ap./Tot.	%	PR	
09 a 12 anos	300/1.146	26	0,39		144/1.146	13	0,24		686/1.146	60	0,91		16/1.146	1	0,12	
15 a 21 anos	479/1.064	45	0,51		310/1.064	29	0,64		161/1.064	15	0,64		114/1.064	11	0,36	
25 a 45 anos	488/1.113	44	0,52		290/1.113	26	0,60		29/1.113	3	0,21		306/1.113	27	0,74	
+ de 50 anos	523/977	54	0,59		182/977	19	0,40		14/977	1	0,13		258/977	26	0,77	
TOTAL	1.790/4.300	41			926/4.300	22			890/4.300	21			694/4.300	16		

Fonte: autoria própria.

O conector E é o mais frequente, sendo responsável por 41% dos dados, e possuindo alta taxa de recorrência em três dos grupos etários controlados. Os falantes com mais de 50 anos são os que mais tendem à utilização de E, com frequência de 54% e peso relativo de 0,59. Esse conector também recebe destaque na fala dos indivíduos de 25 a 45 anos e dos adolescentes, e tem uso mais restrito apenas entre os pré-adolescentes.

AÍ é favorecido na fala dos adolescentes e dos indivíduos de 25 a 45 anos, com frequências de 29% e 26%, e pesos relativos de 0,64 e 0,60, respectivamente. Quanto a DAÍ, os dois grupos de falantes mais jovens tendem ao uso desse conector, com frequências de 15% e 60% e pesos relativos de 0,64 e 0,91. Contrastivamente, os dois grupos de falantes mais velhos inclinam-se fortemente a seu desfavorecimento, com frequências de 1% e 3% e pesos relativos de 0,13 e 0,21.

Os grupos que mais fazem uso de ENTÃO são aqueles referentes a indivíduos maiores de 25 anos, com frequências de 26% e 27% e pesos relativo de 0,77 e 0,74. Comparativamente, indivíduos com menos de 21 anos utilizam pouco esse conector, com frequências de 1% e 11% e pesos relativos de 0,12 e 0,36.

Portanto, as hipóteses propostas para o controle da variável *idade* na amostra de Florianópolis foram atestadas: os conectores mais recentes e de menor *status*, AÍ e DAÍ, estão associados aos falantes mais jovens, ao passo que os mais antigos e não estigmatizados, E e ENTÃO, estão associados aos falantes mais velhos. As exceções são a inesperada alta frequência (26%) e o peso relativo elevado (0,60) referente ao emprego de AÍ pelos indivíduos de 25 a 45 anos, e a sua baixa frequência (13%) e o peso relativo diminuto (0,24) referente ao emprego desse conector pelos os pré-adolescentes.

Uma vez que foi constatada uma correlação significativa entre a idade dos informantes e o uso de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO, a possibilidade de que uma mudança esteja em progresso é grande: DAÍ, a cada geração, vem ocupando um espaço maior na indicação da sequenciação retroativo-propulsora. Analisemos com maior detalhe...

Com base em diversos estudos que observaram haver uma utilização intensa de formas inovadoras por indivíduos em torno de dezesseis a vinte anos de idade,

Labov (2001) defende a possibilidade de existência de um pico de uso dessas formas no período final da adolescência. Depois desse pico de uso, teria lugar uma retração constante da frequência de utilização das variantes inovadoras à medida que aumenta a idade dos informantes, ocorrendo uma distribuição linear decrescente a partir das faixas etárias adultas. Precedendo o pico de uso na fala adolescente, haveria um uso ainda elevado, mas menor, das formas em questão, por parte dos indivíduos com menos de dezesseis anos.

Como contraparte, podemos esperar um pico de desuso, entre os adolescentes, de variantes mais antigas. No caso dos conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO, as variantes mais antigas e de maior *status*, E e ENTÃO, parecem estar perdendo porções do território a cada geração, o que é evidenciado pela distribuição etária decrescente: quanto mais jovens os falantes, menor a utilização de E e de ENTÃO. Contudo a retração do uso de E acontece de modo mais suave, verificando-se a existência de um declive maior de desuso apenas na fala dos pré-adolescentes. Já os desenvolvimentos de ENTÃO em termos geracionais apresentam um pico de recalque de uso que se inicia entre os adolescentes e se acentua entre os pré-adolescentes.

E quanto a AÍ e a DAÍ? A distribuição de AÍ pelas três faixas etárias mais velhas caracteriza-se por um aumento de frequência acompanhando a diminuição da idade (da frequência de 19% e peso relativo de 0,40 entre os indivíduos com mais de 50 anos a frequência de 29% e peso relativo de 0,64 entre os adolescentes). Configura-se, portanto, uma distribuição linear crescente que poderia ser interpretada, a despeito da ausência de um pico mais intenso de uso na adolescência, como indício de mudança em progressos, no sentido de que as gerações vindouras optariam cada vez mais por AÍ para indicar a sequenciação retroativo-propulsora. Contudo, os resultados para o grupo mais jovem, de 9 a 12 anos, frustram essa interpretação: a utilização do conector sofre uma grande contração, passando da frequência de 29% e do peso de 0,64 referentes à faixa anterior, para 13% e 0,24.

Silva e Macedo (1996), com base em dados de informantes cariocas, analisaram a influência da idade sobre o uso de AÍ e concluíram que, quanto mais jovem o falante, maior é o uso do conector em questão. Os pesos relativos atribuídos a cada uma das faixas etárias consideradas foram: de 7 a 14 anos = 0,70; de 15 a 25 anos = 0,60; de 26 a 50 anos = 0,40; mais de 50 anos = 0,30. Foi obtida, portanto, uma distribuição linear crescente: o aparecimento de AÍ aumenta à medida que diminui a idade dos informantes. Ou seja, no Rio de Janeiro, AÍ parece não ter tido interrompida sua trajetória de aumento em progressão geracional, ocupando o conector mais e mais terreno a cada novo grupo etário.¹⁸

¹⁸ Silva e Macedo (1996) utilizaram dados provenientes da "Amostra Censo".

Em Florianópolis, entre os indivíduos de 15 a 21 anos, a frequência de AÍ, de 29%, já é a segunda maior (nessa faixa etária, ele perde apenas para E, com 45%), e o peso relativo, 0,64, é semelhante ao atribuído à faixa etária correspondente no estudo de Silva e Macedo (indivíduos de 15 a 25 anos), 0,60. Se o processo de incremento de uso a cada nova geração tivesse continuado em Florianópolis, AÍ poderia ter tido seu emprego aumentado na fala dos pré-adolescentes. Nesse caso, talvez apresentasse um peso relativo similar ao de AÍ carioca no grupo de 7 a 14 anos (0,70). Contudo, no grupo florianopolitano correspondente (de 9 a 12 anos), um dos conectores – o mais recente – aparece tomando espaço dos demais conectores.

O emprego de DAÍ como conector é baixo entre os florianopolitanos com mais de 25 anos. Já entre os adolescentes, observa-se um pico de uso, em comparação com as duas faixas mais velhas: a frequência de DAÍ atinge os 15% e o peso relativo é 0,64. Há um pico de uso ainda maior entre os pré-adolescentes, com frequência de 60% e peso relativo de 0,91. Parece que os adolescentes de Florianópolis adotaram DAÍ como marca identitária e o transmitiram a falantes cada vez mais jovens, o que culminou em sua utilização intensa entre os pré-adolescentes.

Labov (2001) prevê que os picos de mudança acontecem na fala de indivíduos no final da adolescência, com idades em torno de 16 a 20 anos. No caso sob enfoque, tal não se verifica: os maiores picos de uso e de desuso de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO encontram-se na faixa etária de 09 a 12 anos, e não na faixa de 15 a 21 anos. As razões que motivam os indivíduos, na pré-adolescência, a superdisseminarem formas inovadoras e de baixo *status* devem ser as mesmas que motivam os adolescentes. As pessoas de 9 a 12 anos já estão em uma fase de busca e afirmação da identidade, procurando aproximar-se do grupo de pares. Nesse processo, podem adotar formas linguísticas como marcas identitárias, reforçando um modo de falar “jovem”, em oposição a um modo de falar “adulto” (ou “velho”).¹⁹

Podemos interpretar os números apresentados na tabela 3 como significando que AÍ tomou um pouco do espaço de E no grupo de 25 a 45 anos (a frequência daquele aumentou, a deste diminuiu) e outro tanto de E e de ENTÃO no grupo de 15 a 21 anos. Contudo, uma possível mudança em direção ao predomínio de AÍ na indicação de sequenciação retroativo-propulsora foi interrompida em razão da grande disseminação de DAÍ. O maior atingido pelo avanço de DAÍ, no entanto,

¹⁹ Além de ser uma marca típica da fala dos membros mais jovens da comunidade florianopolitana, o uso de DAÍ como conector pode ser uma marca regional. Nesse caso, tratar-se-ia de um item linguístico indicando que seu usuário é, provavelmente, um adolescente ou pré-adolescente residente em Florianópolis (TAVARES, 2006b). Alguns depoimentos informais colhidos de linguistas pertencentes a comunidades de fala de outras cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Natal) apontam fortemente nessa direção, afirmando que o grande uso de DAÍ em Florianópolis chama a atenção e que não têm observado tão grande recorrência desse conector em suas comunidades e muito menos na fala de adolescentes e pré-adolescentes. Ou seja, há bons indícios de que o grande uso de DAÍ como conector em Florianópolis represente um processo de intensa disseminação de uma marca identitária típica de adolescentes e pré-adolescentes florianopolitanos.

parece ter sido ENTÃO, cuja evolução reflete, como imagem de espelho, a de DAÍ: o pico de uso – altíssimo – de ENTÃO acontece entre os falantes adultos e com mais de 50 anos e o de DAÍ – ainda mais alto – entre os falantes adolescentes e pré-adolescentes. À medida que a utilização de DAÍ aumenta, a de ENTÃO diminui.

É possível que os pré-adolescentes florianopolitanos tenham diminuída a taxa de aparecimento de DAÍ em sua fala à medida que amadurecerem. Conforme Labov (2001), é previsto que ocorra, nos processos de mudança, após o pico de uso da forma inovadora, uma diminuição de sua utilização: ela é incorporada, ainda com altos índices de frequência, à gramática dos falantes do grupo etário em que teve seu uso fortemente acelerado, mas passa a ser menos frequente, em comparação com a fase de pico de uso. O processo de mudança torna-se menos radical: passa a haver uma distribuição linear decrescente gradual nas faixas etárias adultas, representadas pelos indivíduos que levaram a forma inovadora a seu ápice quando adolescentes. Ou seja, DAÍ poderá realmente superar os demais conectores em termos de frequência de uso com o passar do tempo, mas com uma velocidade menor do que a que seria prevista considerando-se somente seu estágio de pico de uso na fala dos pré-adolescentes florianopolitanos no final do século XX.

Inter-relacionando análises em tempo aparente

O padrão de distribuição etária de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO obtido no final da primeira metade do século XX, em *As vinhas da ira*, pode ser entendido como representando uma etapa anterior de variação e de mudança em relação ao padrão de distribuição etária obtido no final da segunda metade do século XX, em Florianópolis. Assim, a comparação entre esses padrões em cada uma das fatias sincrônicas em questão, além de permitir observar o que pode ter permanecido estável ao longo do tempo, pode fornecer indícios mais refinados sobre a mudança ocorrida. Por exemplo, é possível obter ou não a confirmação, no final da segunda metade do século XX, de alterações previsíveis a partir do padrão de distribuição etária verificado no final da primeira metade do século XX.

A maior diferença entre a distribuição dos conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO nos dois períodos de tempo considerados é o aparecimento e a grande disseminação de DAÍ (empregado pelos pré-adolescentes da segunda metade do século XX em 60% das ocorrências), conector que, se já era utilizado em 1940, deveria ser pouco recorrente e, talvez por isso, não tenha aparecido na fala das personagens de *As vinhas da ira*. Como resultado da grande disseminação de DAÍ na fala dos mais jovens, a opção por ENTÃO se tornou tão infrequente que, conservando-se as tendências de uso atuais, o conector corre o risco de desaparecer na fala de Florianópolis. Essas são grandes mudanças tecidas

entre o final da primeira e o final da segunda metade do século XX, e que não poderiam ter sido previstas com base na análise dos fenômenos de variação e de mudança por tempo aparente na primeira metade do século XX, uma vez que, entre os dados referentes a essa sincronia, não há sequer uma ocorrência de DAÍ como conector.

Em contraste, a comparação da distribuição de E, AÍ e ENTÃO no final da primeira e no final da segunda metade do século XX permite a confirmação e/ou a refutação das previsões relativas aos desenvolvimentos futuros desses três conectores, feitas a partir dos resultados obtidos para a amostra referente à primeira metade do século XX. A diferença entre os períodos de tempo em causa que mais salta aos olhos é a da recorrência. Como já apontamos quando da análise em tempo real, a frequência geral de E diminuiu de 82% na primeira metade do século XX para 41% na segunda metade, a de AÍ sofreu uma elevação de 5 para 22% e a de ENTÃO de 13 para 16% – e DAÍ é responsável por 21% dos casos no final do século XX. O aumento do uso de AÍ e de ENTÃO e a diminuição do uso de E foram possibilidades levantadas quando da análise da distribuição dos conectores em tela na primeira metade do século XX.

Todavia, comparando os resultados referentes ao controle da variável idade em dois períodos de tempo distintos, é possível obter indícios mais refinados acerca da mudança linguística. Como salientei anteriormente, resultados encontrados por estudos variacionistas indicam que adquirimos grande parte da língua através de nossas experiências em situações de comunicação transcorridas da infância até o final da adolescência, tendendo a conservar por toda a vida os padrões linguísticos conforme experienciados nesse período.

Adotando-se essa hipótese, é possível reconstituir a mudança considerando-se não apenas dois períodos de tempo, o final da primeira e o final da segunda metade do século XX, mas diversas etapas de alterações ao longo do século XX. Como? Os informantes florianopolitanos do final da segunda metade do século XX que contavam, nessa época, com idades superiores a 50 anos eram crianças ou pré-adolescentes por volta de 1940,²⁰ o ano em que *As vinhas da ira* foi traduzido para o português. Em consequência, a distribuição de E, AÍ e ENTÃO na fala do grupo etário mais idoso de Florianópolis pode guardar semelhanças com sua distribuição na fala das personagens de 9 a 12 anos do romance, que são aqui tomados como representando os pré-adolescentes do final da primeira metade do século XX. Vejamos:

²⁰ As entrevistas com os informantes florianopolitanos adultos foram gravadas em 1990. Um informante de 60 anos na época tinha 10 anos em 1940.

Período de tempo	E	AÍ	ENTÃO
1. ^a metade do século XX	53%	13%	33%
2. ^a metade do século XX	54%	19%	26%

Quadro 1– E, AÍ e ENTÃO na fala de personagens de 9 a 12 anos, no final da 1.^a metade do século XX, e na fala de florianopolitanos com mais de 50 anos, no final da 2.^a metade do século XX

Fonte: autoria própria.

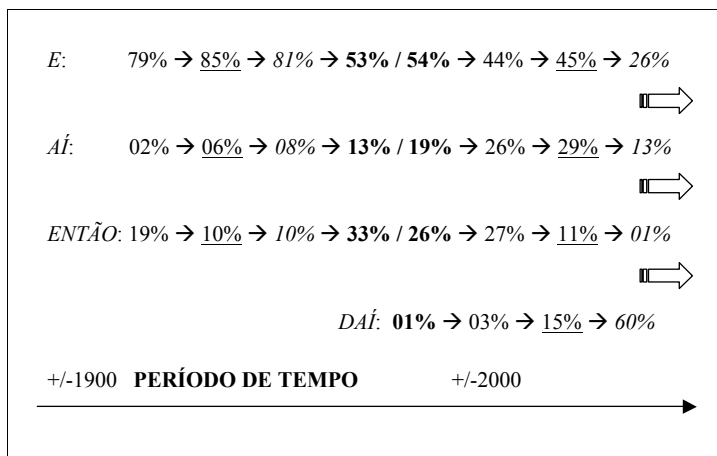
É grande a semelhança na distribuição de E, AÍ e ENTÃO na fala dos pré-adolescentes no final da primeira metade do século XX e na fala dos florianopolitanos com mais de 50 anos no final da segunda metade do século XX. Essa distribuição é um indício de que os padrões de frequência de uso dos conectores sob enfoque adquiridos por pré-adolescentes em torno de 1940 podem ter sido preservados por eles desde então.

A organização das frequências de uso de E, AÍ e ENTÃO de acordo com os grupos etários considerados no final da primeira e no final da segunda metade do século XX permite a obtenção de um panorama da possível evolução do uso de cada conector através de linhas iniciadas em torno de 1900 (época em que as personagens do romance com mais de 50 anos teriam sido pré-adolescentes) e que percorrem um trajeto de alterações que aconteceram em um período de cerca de cem anos, desembocando nos dias atuais, com a distribuição de E, AÍ e ENTÃO na fala dos pré-adolescentes florianopolitanos. A título de comparação, foi incluída uma linha para DAÍ, com base nos únicos resultados disponíveis para ele – os referentes ao final do século XX.

As frequências de uso dos conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO por grupo etário estão assim ordenadas no Quadro 2: *personagens com mais de 50 anos* → *personagens de 25 a 45 anos* → *personagens de 15 a 21 anos* → **personagens de 9 a 12 anos / florianopolitanos com mais de 50 anos** (que teriam de 9 a 12 anos em 1940, ou um pouco menos, ou um pouco mais) → florianopolitanos de 25 a 45 anos (que representam a geração seguinte à que contava com idades entre 9 e 12 anos em 1940) → *florianopolitanos de 15 a 21 anos* → *florianopolitanos de 09 a 12 anos*.

O esquema traçado no Quadro 2 mostra as distribuições etárias de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO no final da primeira e no final da segunda metade do século XX, inter-relacionando essas duas distribuições e, portanto, inter-relacionando resultados referentes a duas análises em tempo aparente, aquela da primeira metade e aquela da segunda metade do século XX. Daí resultam, para cada conector, duas linhas de mudança em tempo aparente que encaixam uma na outra em torno de 1940. Esse encaixamento é motivado pela hipótese de a fala

dos florianopolitanos com mais de 50 anos refletir a fala dos indivíduos de 9 a 12 anos em *As vinhas da ira*.



Quadro 2 – Inter-relação das frequências de uso dos conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO na fala de indivíduos de diferentes faixas etárias no final da 1.ª e no final da 2.ª metade do século XX

Fonte: autoria própria.

O Quadro 2 representa, assim, um possível panorama da evolução das frequências de uso dos conectores E, AÍ, DAÍ e ENTÃO ao longo do século XX. Nesse panorama, observa-se que a tendência manifestada por E, no final da primeira metade do século XX, de retração de uso nas gerações mais novas, segue seu curso na segunda metade do século XX, em que o conector chega à frequência de 26% na fala dos pré-adolescentes. AÍ deu continuidade a sua trajetória de extensão de uso em progressão geracional, que já transparece na primeira metade do século XX, e que só foi interrompida na segunda metade do século pelos pré-adolescentes, que tomaram DAÍ como marca identitária e o têm superutilizado, às expensas dos demais conectores.

Por sua vez, ENTÃO aparenta estabilidade na fala dos florianopolitanos com mais de 25 anos, com frequências de 26% e 27%, próximas da frequência dos pré-adolescentes em *As vinhas da ira*, de 33%. Contudo, o conector sofre influência do maior uso de AÍ e de DAÍ na fala adolescente em Florianópolis, tendo diminuída a sua taxa de aparecimento para 11%, e, posteriormente, sofre influência do alto uso de DAÍ na fala pré-adolescente, tendo ainda mais diminuída a sua taxa de aparecimento, desta vez para apenas 1%. DAÍ, com frequências baixas entre os florianopolitanos com mais de 25 anos (em torno de 2%), passa por um pico de elevação de uso entre os adolescentes, atingindo o patamar de 15%, e, já na geração subsequente, torna-se o conector mais frequente, detendo 60% das ocorrências.

Considerações finais

A inter-relação da distribuição etária dos conectores E, AÍ e ENTÃO no final da primeira metade do século XX, em *As vinhas da ira*, com a distribuição etária desses mesmos conectores, incluindo ainda a distribuição do conector DAÍ, no final da segunda metade do século XX, em Florianópolis, permitiu que fossem traçados de forma mais detalhada possíveis etapas do desenvolvimentos de uma grande mudança nos padrões de frequência de uso desses conectores ao longo do século XX. Isso não teria sido possível se os resultados obtidos nas duas análises em tempo tivessem sido tomados isoladamente, ao invés de inter-relacionados.

A inter-relação de resultados referentes a análises em tempo aparente pode ser considerada, portanto, uma estratégia de observação de mudança em tempo aparente possível de ser utilizada para a obtenção de indícios de mudança linguística com um maior grau de refinamento quando estes não estão diretamente disponíveis em tempo real.

TAVARES, M. A. Linguistic change in two periods of the 20th century: interrelating apparent time analyses. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.393-421, 2011.

- **ABSTRACT:** *Under the light of Labovian Sociolinguistics, I take the Brazilian Portuguese connectors E, AÍ, DAÍ, and ENTÃO as variants of the dependent variable “retroactive-propeller sequencing”. The data come from the following sources: (i) “The grapes of wrath”, an novel written by John Steinbeck in 1939, the 1940 Brazilian Portuguese translation of which is marked by spoken language traits of the working classes from Rio Grande do Sul (RS), the most southern Brazil State; (ii) 48 interviews from the VARSUL Data Base of Florianópolis (the capital of Santa Catarina State), which were collected during the last decade of the 20th century. My goal are: (i) to seek evidence of change in real time, (ii) to seek evidence of change in apparent time by controlling the social variable ‘age’, (iii) to interrelate the results regarding the variable ‘age’ in both periods of time. The results present evidences of change in both real time and apparent time. Moreover, I set up an inter-relationship between the results regarding the variable ‘age’ at the end of the first half of the 20th century and at the end of the second half of the 20th century. Based on this inter-relationship, I was able to trace a more detailed picture of the changes the connectors E, AÍ, DAÍ, and ENTÃO possibly underwent throughout the 20th century.*
- **KEYWORDS:** *Linguistic change. Real time. Apparent time. Connectors. VARSUL. The grapes of wrath.*

REFERÊNCIAS

ALI, S. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

ANDROUTSOPOULOS, J. Research on youth language. In: AMMON, U. et al. (Ed.). *Sociolinguistics/Soziolinguistik: an international handbook of the science of language and society/ein internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p.1496-1505.

BAILEY, G. Real and apparent time. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SHILLING-ESTES, N. (Ed.). *The handbook of language variation and change*. Cambridge: Blackwell, 2003.

BRAGA, M. L. *Aí e então* e a hipótese da trajetória universal. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. Cultura Acadêmica, 2001. p.11-24.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance*. Cambridge: Blackwell, 1995.

CUNHA, C. F. da. *Gramática da língua portuguesa*. 12. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1994.

KERSWILL, P. Children, adolescence, and language change. *Language Variation and Change*, Cambridge, v.8, n.2, p.177-202, 1996.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

_____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*, Cambridge, v.2, n.2, p.205-254, 1990.

_____. What can be learned about change in progress from synchronic description? In: SANKOFF, D.; CEDERGREN, H. (Ed.). *Variation omnibus*. Edmonton: Linguistic Research, 1981. p.177-199.

_____. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MENON, O. P. S. Pronome de segunda pessoa no sul do Brasil: tu/ você / o senhor em Vinhas da ira. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.35, n.1, p.121-164, 2000.

PINTZUK, S. *VARBRUL program*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1988. Mimeografado.

PROJETO VARSUL. Variação Linguística na Região Sul do Brasil: banco de dados. Disponível em: <<http://varsul.cce.ufsc.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

SACONNI, L. A. *Novíssima gramática ilustrada*. São Paulo: Nova Geração, 2008.

SILVA, G. M. O.; MACEDO, A. V. T. de. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A. V. T. de; RONCARATI, C. N.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.11-49.

_____. *Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais*. 1989. V Relatório de Pesquisa: Projeto “Mecanismos funcionais de uso linguístico” – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

SILVA, G. M. O.; PAIVA, M. da C. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.335-378.

STEINBECK, J. *The grapes of wrath*. New York: Penguin, 1970.

_____. *As vinhas da ira*. Tradução de Ernesto Vinhaes e Herbert Caro. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.

TAGLIAMONTE, S. A. *Analysing sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

TAVARES, M. A. O papel da marcação na expressão variável da sequenciação na fala de Florianópolis. In: VANDRESEN, P. (Org.). *Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006a. p.51-76.

_____. Abordagem pancrônica à gramaticalização de DAÍ como conector. *Signum: estudos da linguagem*, Londrina, v.9, n.2, p.219-251. 2006b.

_____. Reflexos da fala do Rio Grande do Sul em 1940: uma análise sociofuncionalista em “As Vinhas da Ira”. In: CHRISTIANO, M. E. A.; SILVA, C. R.; HORA, D. (Org.). *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Ideia, 2004. p.95-130.

_____. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. 2003. 307f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003a.

_____. Condicionamentos linguísticos e sociais sobre a sequenciação de informações no português oral d’aquém e d’além mar: mudança em progresso? *Signum: estudos da linguagem*, Londrina, v.6, n.2, p.219-251, 2003b.

_____. Gramaticalização: motivações sociais subjacentes à disseminação das inovações. *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v.2, n.2, p.115-155. 2003c.

_____. *Um estudo variacionista de AÍ, DAÍ, ENTÃO e E como conectores sequenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. 1999. 175f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999a.

_____. *Sequenciação de informações*: condicionamentos linguísticos e sociais em duas regiões do Brasil. 1999. Trabalho final do curso Sociolinguística Comparativa, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999b. Mimeografo.

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.

(INTER)SUBJETIVIZAÇÃO DE MARCADORES DISCURSIVOS DE BASE VERBAL: INSTÂNCIAS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Cláudia Andrea ROST SNICHELOTTO*
Edair Maria GÖRSKI**

- **RESUMO:** Este artigo objetiva apresentar, numa perspectiva pancrônica, uma descrição da multifuncionalidade dos marcadores discursivos **olha e vê**¹ em amostras de escrita e de fala catarinense. A análise é sustentada por uma abordagem funcionalista da gramaticalização, com ênfase na mudança semântico-pragmática e categorial dos itens, considerando a questão da (inter)subjetividade e (inter)subjetivização e sua relação com as funções da linguagem no processo de mudança. As ocorrências examinadas evidenciam que (i) das práticas comunicativas emergem polissemias pragmáticas, que sinalizam, em graus variáveis, o envolvimento do falante com o ouvinte, bem como um incremento de significados vinculados à atitude do falante a respeito do que é dito, além de tímida função dos itens no âmbito textual; (ii) os diferentes contextos de atuação discursiva de **olha e vê** são atestados a partir de frequências de uso que apontam tanto para situações de variação como para contextos de restrição de uso; (iii) há indícios de gramaticalização desses marcadores discursivos, estando **olha** num processo mais adiantado do que **vê**.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Marcadores discursivos. Olha e vê. (Inter)subjetivização. Gramaticalização.

Introdução²

Neste artigo³ pretendemos (i) descrever o funcionamento dos marcadores discursivos (daqui em diante MDs – categoria definida na próxima seção) **olha** e **vê** em amostra escrita (peças teatrais de autores catarinenses dos séculos XIX e XX) e oral (dados do projeto VARSUL de Santa Catarina, da década de 1990),

* UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó – Santa Catarina – Brasil. 89802-112 – claudiarost@uffs.edu.br

** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – gorski@cce.ufsc.br

¹ Adotamos como representantes dos itens em estudo as formas **olha** e **vê**, negritadas. Embora essas formas apresentem realizações distintas para a primeira, *olha* ~ *olhe* ~ ['ɔja] ~ ['ɔj] ~ ['ɔ], e para a segunda, *veja* ~ *veja* ~ *vê* ~ *vés*, inclusive construções como *olha só* e *veja bem*, escolhemos as derivadas do indicativo porque são as de uso mais generalizado nas entrevistas do Projeto Interinstitucional VARSUL (ROST, 2002; ROST SNICHELOTTO, 2009). Usaremos “olhar” e “ver” ao nos referirmos aos verbos.

² Agradecemos as contribuições do parecerista anônimo. Quaisquer problemas remanescentes são de nossa responsabilidade.

³ Este artigo é uma retomada revista de parte da tese de Rost Snichelotto (2009).

considerando etapas de mudança semântico-pragmática e categorial desses itens; e (ii) discutir esses processos de mudança como instâncias de gramaticalização. Nossa abordagem é prioritariamente discursiva/textual, considerando a interação entre os interlocutores nos eventos de fala e buscando depreender indícios de mudança a partir da observação do uso linguístico. A gramática é vista como rotinização e regularização de padrões de uso, codificando articuladamente os níveis da informação proposicional (semântica proposicional) e do discurso multiproposicional (pragmática discursiva) (GIVÓN, 2001).

Tomamos como suporte teórico as correlações entre trajetória de mudança e funções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual) sugeridas por Traugott (1982, 1989, 2002, 2003a, 2003b, 2010), com ênfase no *cline* de (inter)subjativização, e por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), com ênfase na função interpessoal; bem como os parâmetros para identificar e descrever instâncias de gramaticalização propostos por Heine e Kuteva (2007).

A escolha por tal abordagem decorre da natureza do objeto analisado: MDs que derivam de atos de fala manipulativos expressos por meio de formas verbais com usos rotinizados em P2.⁴ A proposta de Traugott (1982, 1989, 2002, 2003a, 2010) a respeito da expansão de significados (inter)subjativos pragmáticos a partir da intersubjetividade inerente ao contexto de P2, associada à ideia de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) de que o desenvolvimento da função textual é posterior à interpessoal – expansões admitidas como instâncias de gramaticalização –, dá suporte à análise apresentada neste artigo. Ademais, a aplicação dos parâmetros sugeridos por Heine e Kuteva (2007) aos dados analisados, aliada ao controle da frequência de uso das formas em suas diferentes funções, nos termos de Bybee (2003), oferece elementos que auxiliam na avaliação do estágio de gramaticalização em que se encontram os MDs **olha** e **vê** no português.

Vários trabalhos levados a cabo com amostras diacrônicas do português se utilizam da proposta de Traugott (1982, 1995, 2003a) relativa ao *cline* de (inter)subjativização para explicar as trajetórias de mudança dos itens/construções estudados. Longhin-Thomazi (2003, 2006), por exemplo, tratou da gramaticalização de **só que** e de **ainda**; Lopes-Damasio (2008) analisou a emergência e a multifuncionalidade do marcador discursivo **assim**. Esses trabalhos, entre outros, atestam a aplicabilidade da proposta da mudança de elementos de natureza adverbial que migram para a categoria de conector e/ou de marcador discursivo.

Vale ressaltar que, no caso do objeto analisado neste artigo, os MDs são originários de verbos e que, em geral, MDs como **sabe?**, **entende?**, **tá?**, **olha**, **vê** etc. não têm sido considerados como instâncias de gramaticalização (como ocorre

⁴ Os códigos P2 e P1 remetem, respectivamente, à segunda e à primeira pessoa do discurso (CAMARA JUNIOR, 1994).

com MDs e/ou conectores oriundos de advérbios, como **assim, então, lá** etc.), mas de discursivização (MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996). Não é de nosso interesse polemizar essa questão aqui. Defendemos, contudo, – especialmente com base nas propostas teóricas de Traugott (1982, 1989, 2002, 2003b, 2010), nas análises de MDs de base verbal em outras línguas românicas, conforme veremos adiante, e nas evidências por nós encontradas no português – que é legítimo analisar também os MDs de base verbal sob a ótica da gramaticalização.

Para levar a cabo essa tarefa, organizamos o artigo em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. Na sequência, apresentamos breve revisão da literatura sobre os MDs derivados de verbos de percepção, a qual ancora a identificação dos contextos de atuação discursiva dos MDs sob análise. As duas seções seguintes são destinadas, respectivamente, ao embasamento teórico e metodológico. Por fim, descrevemos rapidamente a mudança semântico-pragmática e categorial dos itens em foco, detalhamos aspectos formais dos MDs e apresentamos a análise dos contextos de atuação discursiva de **olha** e **vê** nas amostras examinadas.

Breve revisão da literatura sobre os MDs derivados de verbos de percepção

O interesse pelo estudo dos MDs tem despontado em diferentes áreas da linguística, tanto no Brasil quanto no exterior. O que assinala a revisão da literatura⁵ sobre o assunto é que os MDs não se enquadram facilmente em uma classe formal de palavras devido à dificuldade de formação de um paradigma homogêneo, uma vez que provêm de um universo de categorias (conjunções, preposições, advérbios, verbos, além de expressões não verbais, estruturas sintáticas, fenômenos prosódicos etc.). Mais comum é a posição de considerá-los como uma classe funcional (SCHIFFRIN, 1987; RISSO; SILVA; URBANO, 1996, 2006) a qual também adotamos neste trabalho. Consideramos que os MDs são elementos multifuncionais que “Amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também enquanto estrutura de interação interpessoal” (URBANO, 1997, p.86). São itens que desempenham um papel comunicativo importante, podendo articular simultaneamente diferentes valores, com graus de maior ou menor proeminência, tanto de caráter textual – estabelecendo elos coesivos entre partes do texto, como interpessoal, mantendo a interação falante-ouvinte (F–O)⁶ e auxiliando no planejamento da fala (MARCUSCHI, 1989, p.282). Essa definição

⁵ Para uma revisão mais abrangente e detalhada acerca de diferentes enfoques e critérios definidores dos MDs, e de estudos sobre marcadores em português e demais línguas românicas, particularmente os de base verbal, remetemos o leitor ao trabalho de Rost Snichelotto (2009).

⁶ As letras F e O são usadas para referir os interlocutores: falante/escritor e ouvinte/leitor, respectivamente.

ressalta a função pragmática da categoria, na qual se pode também incluir os MDs derivados de verbos de percepção **olha** e **vê**.

No Português Brasileiro, os MDs derivados de verbos de percepção, entre outros, têm sido investigados principalmente pelo grupo de pesquisadores vinculados ao projeto Gramática do Português Falado que atuam na perspectiva textual-interativa. A seguir, apresentamos breve apanhado de alguns desses trabalhos, e de outros que são relevantes para o tema em pauta neste artigo.

Risso, Silva e Urbano (1996)⁷ buscaram o estabelecimento de traços definidores do estatuto dos MDs identificados funcionalmente como basicamente orientadores da interação. Posteriormente, Urbano (1997, 1999, 2006) observou subfunções, propriedades e comportamentos interativos salientes de **olha ~ olhe, vamos ver, veja** e **viu?**. Risso (1999, 2006) deteve-se na análise qualitativa das funções textuais dos MDs **olha ~ olhe ~ ó**, com centração nos aspectos da orientação interacional e da articulação de segmentos do texto. Travaglia (1999), por sua vez, levantou a hipótese de que alguns marcadores teriam a função de marcar relevo, o que seria feito sobretudo por aqueles que objetivam chamar a atenção para determinados elementos e ideias, como **olhe, olha, ó, óia, veja** e **veja bem**. Mais recentemente, Guerra (2007) descreveu MDs de base verbal, entre os quais **olha** e **viu**, como exercendo majoritariamente funções predominantemente interacionais.

No âmbito das demais línguas românicas, observa-se que, tal como em PB, a depender do contexto, verbos de percepção visual migram de categoria para atuar como MDs, situação em que funcionariam como elementos de chamamento da atenção do O para um aspecto do texto do F. Citem-se, por exemplo, as formas espanholas *mira* e *¿ves?* investigadas por Pons Bordería (1998), Cuenca e Marin (2000), Galué (2002) e Domínguez e Alvarez (2005); a forma francesa *regarde*, pesquisada por Dostie (1998); o equivalente italiano *guarda*, investigado por Waltereit (2002); as formas catalãs *a veure* e *miri*, pesquisadas por Marin Jordá (2003); e as galegas *olla* e *mira*, investigadas por Domínguez Portela (2008). Além da base verbal comum entre essas línguas, convém ressaltar ainda que Cuenca e Marin (2000), ancoradas em Hopper e Traugott (2003a), analisam as formas *mira* e *¿ves?* como um processo de gramaticalização relacionado à subjetivação, com uma pragmatização do significado derivada da forma fonte; Galué (2002) identifica *mira/mire* como formas gramaticalizadas que funcionam como MDs; Waltereit (2002) fundamenta em Traugott e König (1991) o movimento de mudança semântica de *guarda*, envolvendo convencionalização de implicaturas

⁷ Anteriormente, Castilho (1989) apresentou a caracterização formal e funcional dos MDs **olha** e **veja bem**; Marcuschi (1989) analisou as formas, posições e funções dos Marcadores Conversacionais como **olha ~ olhe** e **viu?**. Também Martelotta, Votre e Cezario (1996), do **Grupo Discurso & Gramática**, e Silva e Macedo (1996), do grupo **PEUL/UFRJ** dedicaram-se à breve classificação de MDs como *olha, vê* e *viu?*.

conversacionais; Marin Jordá (2003) também faz menção à gramaticalização ao analisar os MDs no catalão.

Com base na literatura pesquisada sobre os MDs derivados de verbo de percepção, notadamente nos trabalhos que investigaram diferentes amostras do PB, bem como nos trabalhos de diversas línguas românicas acima referidos, efetuamos nossa proposta de descrição de cada contexto de atuação discursiva de **olha** e **vê** nas amostras por nós analisadas. Nesse levantamento, foram identificados dez contextos de atuação discursiva, conforme se verá no quadro 1.

(Inter)subjetividade e (inter)subjetivização, funções da linguagem e gramaticalização

Nesta seção, expomos o suporte teórico que sustenta a análise apresentada neste artigo. Inicialmente, tratamos das noções de (inter)subjetividade e (inter)subjetivização, ilustradas com exemplos; na sequência, mostramos a relação desses mecanismos de mudança semântico-pragmática com as funções da linguagem; por fim, relacionamos os processos de (inter)subjetivização e as funções da linguagem com a gramaticalização.

No âmbito dos estudos de mudança semântica em geral, e também de gramaticalização, costuma vir à baila a atuação de dois mecanismos, o primeiro de natureza cognitiva e o segundo de natureza comunicativa/pragmática: a metáfora – mudança de domínio conceitual, atuando no plano paradigmático; e a metonímia – fortalecimento pragmático por meio da convencionalização de uma implicatura conversacional, atuando no plano associativo. No primeiro caso, a passagem de um domínio a outro se dá de modo discreto; no segundo, a força pragmática se manifesta num *continuum* refletido em etapas com significados sobrepostos, cuja expansão resulta no que Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) denominam reinterpretação induzida pelo contexto.

Além da metáfora e da metonímia, Traugott (2002, 2003b, 2010) prevê dois outros mecanismos cognitivos e comunicativos de mudança semântica em geral: a subjetivização – processo que se desenvolve a partir do uso de expressões cujo significado é o de indexar a atitude ou ponto de vista do falante em relação ao conteúdo do que é dito; e a intersubjetivização – processo que se desenvolve a partir do uso de expressões cujo significado é o de indexar a atenção do falante à face/imagem do ouvinte. A partir do uso de expressões de subjetividade e de intersubjetividade⁸ é que se desenvolvem polissemias, de início pragmáticas, depois com significados semanticamente codificados.

⁸ Na abordagem defendida por Traugott (2002, 2003b, 2010), a (inter)subjetividade é observada numa perspectiva sincrônica, enquanto a (inter)subjetivização é percebida diacronicamente.

Traugott (2010) faz uma distinção entre usos que correspondem a (inter)subjetivização e usos que correspondem a aumento de (inter)subjetividade pragmática. Subjetivização e intersubjetivização são mecanismos que envolvem uma reanálise semântica: significados pragmáticos que emergem no contexto de negociação de sentidos pelos interlocutores são reanalisados como significados semânticos codificados. De acordo com Traugott (2002), as polissemias com significado semanticamente codificado podem, mais tarde, vir a ser reinterpretadas como homonímias, ou até mesmo deixar de ser usadas. Então, o movimento de mudança de significação se daria nessa direção: polissemia pragmática > polissemia semântica > homonímia. No processo de expansão polissêmica é que se encontram usos de expressões de (inter)subjetividade, os quais, como veremos adiante, podem se constituir em instâncias de gramaticalização.

Um exemplo frequentemente citado nos trabalhos de Traugott (2003b, 2010) é o que envolve o uso de *let's* no inglês (TRAUGOTT; DASHER, 2002):

<i>let us X</i> 'permit us to X' (IMP) >	<i>let's</i> 'I propose' (hortativo) >	'mitigador'
<i>Let us go, will you</i> >	<i>Let's go, shall we</i> >	<i>Let's take our pills now, Johnny</i>
intersubjetividade inerente >	polissemia orientada p/ o F >	aumento de intersubjetividade

A construção imperativa *let us X* (permita-nos X)⁹ é originariamente intersubjetiva – isto é, inerente ao contexto de sujeitos sintáticos (na estrutura argumental) que envolvem o interlocutor –, pois o enunciado tem força ilocucionária: F e O são participantes no evento projetado, uma vez que a construção é endereçada de P1 a P2. Fora dessa construção, que pode ser expandida para *Let us go, will you!*, emerge uma polissemia orientada para o F: *let us* (> *let's*), conhecida como *let's* hortativo ou exortativo. Aqui, P1 e P2 juntos são sujeito sintático de *let* e de *go*, como em *Let us go, shall we?* Essa construção é mais subjetiva, pois o falante se inclui na exortação, além de ser uma forma mitigada de um imperativo; e é também mais intersubjetiva, pois o O é agora tomado como agente junto do F. Usos mais recentes de *let's* mostram um aumento de intersubjetividade, como nos casos que incluem locuções dirigidas a pacientes ou a crianças, em que o F presumivelmente não é um participante no evento tomar pílula em: *Let's take our pills now, Johnny* (Vamos tomar nossas pílulas agora, Johnny). Esse tipo de posicionamento do F mitiga fortemente a intenção, que é imperativa (Tome suas pílulas agora, Johnny!) e explicitamente marca atenção intersubjetiva para com o ouvinte.

⁹ Esse tipo de construção é atestado desde o inglês antigo até hoje.

Como se depreende do exemplo acima, o que interessa não é apenas o caráter contextual da situação de interlocução – no caso, a intersubjetividade característica do ato de fala manipulativo –, mas principalmente a presença de marcadores e expressões linguísticas que indexam a subjetividade e a intersubjetividade, e a descoberta de como eles emergem. Outro dado ilustrativo é o uso rotinizado de sujeitos de P2 (indicadores inerentes de intersubjetividade), com propósitos subjetivos para negociar o significado pretendido pelo falante, em construções do tipo *you see* e *y'know*, como em “*I’ve got something to tell you, my dear, said Caleb in his hesitating way... You see, I’ve been **a bit of a fool** again, and put my name to a bill*– 1871 Eliott, *Middlemarch* [UVa]” (TRAUGOTT, 2010, p.48, grifo do autor).¹⁰

O aumento de intersubjetividade nos casos acima descritos está associado a uma mudança de significados de conteúdo (baseados na estrutura argumental no nível oracional) para significados procedurais pragmáticos (relacionados com estratégias comunicativas no nível discursivo). Particularmente, os usos de *let’s* e *you see* mostram que mesmo enunciados imperativos, que são inerentemente intersubjetivos, podem ser (inter)subjetivizados.¹¹ Esses exemplos são bastante pertinentes à análise dos MDs **olha** e **vê**, desenvolvida adiante.

Um ponto de partida de Traugott (1982, 1989) para conceituar a (inter)subjetividade e a (inter)subjetivização é a distinção entre os componentes do sistema linguístico propostos inicialmente por Halliday e Hasan (1976) – ideacional, textual e interpessoal –, renomeados pela autora como proposicional, textual e expressivo. Diga-se, de passagem, que essa classificação tripartida revisitada pelos estudiosos da gramaticalização é fundamental para a discussão acerca da multifuncionalidade dos MDs. Sob uma perspectiva diacrônica, Traugott (1989) sugere que, em muitos casos, um item lexical que se origina no componente ideacional desenvolve mais tarde polissemias nos domínios textual e expressivo, nesta ordem: proposicional > ((textual) > (expressivo)). O componente textual inclui elementos que servem à conexão local (como relativizadores e complementizadores) e também elementos que servem mais a propósitos procedurais de expressar a atitude do falante (como topicalizadores e marcadores discursivos), alguns deles sobrepondo as duas funções (como *and/e*, *then/então*, *in fact/de fato*) – todos tidos como ingredientes essenciais da gramática. O componente expressivo é posteriormente desdobrado em subjetivo

¹⁰ “Tenho algo a lhe dizer, querida, disse Caleb em seu tom hesitante... Veja, eu fui **um tanto tolo** novamente, e assumi uma dívida” (TRAUGOTT, 2010, p.48, grifo do autor, tradução nossa). No caso específico desse exemplo, a autora coloca em foco também o uso da construção *a bit of a fool* (um tanto tolo), considerando a mudança: *a bit of* (um pedaço de) partitivo > modificador de grau, como um caso de subjetivização.

¹¹ Veja-se também o caso do MD *say* em muitos de seus significados (*assume, about, for example, tell me*). *Say* deriva de um uso imperativo, naturalmente intersubjetivo portanto, mas é subjetivizado ao longo do tempo: o uso *about* é um tipo de topicalizador, e o uso *tell me* expressa impaciência do F (BRINTON, 2005 apud TRAUGOTT, 2010).

(orientado para o falante) e intersubjetivo (orientado para o ouvinte) (TRAUGOTT; DASHER, 2002).

Em trabalho mais recente, Traugott (2010) correlaciona o *cline* de (inter) subjetividade, que segundo ela deve ser visto como camadas (HOPPER, 1991) – no sentido de que significados mais antigos coexistem com significados mais recentes de um mesmo item –, à proposta de Halliday e Hasan (1976), focalizando os componentes ideacional e interpessoal. Observe-se que, aqui, o componente textual é omitido, uma vez que o componente mais relevante para a discussão da autora é o interpessoal.

não-/menos subjetivo	>	subjetivo	>	intersubjetivo
ideacional	>	interpessoal		

Esse *continuum*, segundo a autora, sintetiza tendências de mudança: a intersubjetivização é um mecanismo posterior e surge como uma extensão da subjetivização.

Considerando particularmente o componente da função interpessoal orientado para o ouvinte, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) sugerem um *cline* diferente daquele postulado por Traugott (1982, 1989), deslocando a função textual para o final da trajetória: ideacional > interpessoal > textual. A argumentação dos autores se pauta basicamente no seguinte: as situações mais nítidas de interação com o ouvinte envolvem atos de fala manipulativos com enunciados de perguntas e de comandos. Formas interrogativas (como *who*) e imperativas (como *suppose*) podem se desenvolver em elementos que atuam no plano textual, relacionando orações e estabelecendo elos coesivos no texto. A passagem da função interpessoal para a textual seria motivada por uma estratégia do falante chamando a atenção para determinada parte do texto. Com o tempo, essa relação passaria gradualmente a ser reinterpretada como uma relação entre diferentes partes do texto, evidenciando-se aí a função textual.

Não é nossa intenção discutir aqui a ordenação dos componentes das duas trajetórias mencionadas no parágrafo acima, nem as diferentes nuances conceituais observadas nas perspectivas dos autores.¹² O que interessa para os propósitos deste trabalho é a associação estabelecida entre os processos de mudança e as funções da linguagem. Nesse sentido, é relevante para nós o fato de que Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) consideram a passagem da função interpessoal para a textual como instância de gramaticalização.

Gramaticalização é entendida, neste artigo, como “mudança pela qual itens lexicais e construções passam, em certos contextos linguísticos, a desempenhar

¹² Para uma discussão dessas trajetórias, remetemos o leitor ao trabalho de Görski, Rost e Dal Mago (2004).

funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003a, p.18). E conforme especificada por Traugott (1995, p.1, grifo nosso): “processo pelo qual um item lexical [ou uma construção], **impulsionado por certo contexto pragmático** e morfossintático, torna-se gramatical”. A autora enfatiza que se trata do desenvolvimento de itens lexicais em contextos de construções específicas (TRAUGOTT, 2003a).

Qual a relação da (inter)subjetivização com a gramaticalização? Traugott (2010) afirma que a subjetivização está bastante atrelada à gramaticalização, bem mais do que a intersubjetivização, uma vez que esta se restringiria, de modo geral, a expressões de polidez, tendendo a ser mais associada a escolhas lexicais do que gramaticais. Essa estreita interação se deve ao fato de que ambos os processos – subjetivização e gramaticalização – envolvem o desenvolvimento de marcadores de atitude do falante em relação ao componente ideacional e à conectividade textual, entre outros. É na gramaticalização primária, em que acontece mudança de lexical/construcional para gramatical (diferente da gramaticalização secundária, que envolve o desenvolvimento de material já gramatical em mais gramatical), que a subjetivização se manifesta mais. Traugott (2002) pontua que antes da gramaticalização ocorre uma polissemia pragmática, ou seja, o uso de inferências sugeridas generalizadas (termo preferido pela autora em vez de implicaturas). Dito de outro modo, significados pragmáticos inferidos do contexto, correspondentes ao aumento de (inter)subjetividade pragmática, impulsionam a gramaticalização.

No domínio da subjetivização, encontram-se evidências de gramaticalização oriundas do desenvolvimento de verbos de atos de fala e especialmente de seus usos ilocucionários. Traugott (2010) chama a atenção para o fato de que elementos subjetivizados tendem a se posicionar na periferia de um constituinte ou oração. É o caso, por exemplo, da evolução do nome japonês *wake* (*reason*) para um MD situado no final do enunciado, traduzido para o inglês como *no wonder* ou *you see* (você vê). Estamos cientes de que não é consensual a atribuição de estatuto de gramaticalização a casos desse tipo, especialmente quando há aumento de escopo envolvido. Assumimos, no entanto, a posição de Traugott (2010) que considera esses casos como gramaticalização.

Ainda como embasamento teórico para a análise dos MDs, a par de considerar trajetórias de mudança implicadas nas funções da linguagem, acionamos também o conjunto inter-relacionado de parâmetros propostos por Heine e Kuteva (2007), que evidenciam perdas, e também ganhos, em diferentes níveis linguísticos nos processos de mudança por gramaticalização:

- a. extensão, i.e., o surgimento de novos significados gramaticais quando expressões linguísticas são estendidas a novos contextos (reinterpretação induzida pelo contexto);¹³
- b. dessemantização (ou “apagamento semântico”), i.e., perda (ou generalização) em conteúdo de significado;
- c. decategorização, i.e., perda em propriedades morfossintáticas características de formas lexicais ou de outras formas menos gramaticalizadas;
- d. erosão (ou “redução fonética”), i.e., perda em substância fonética (HEINE; KUTEVA, 2007, p.34, tradução nossa).

Cada um desses parâmetros recobre diferentes aspectos da língua em uso. A extensão é de natureza pragmática, a dessemantização capta o nível semântico, a decategorização exhibe a natureza morfossintática e a erosão reflete o nível fonético da categoria linguística. A ordenação desses parâmetros reproduz a sequência diacrônica em que eles são aplicados nos itens em processo de gramaticalização. Enquanto os três últimos envolvem perda de propriedades, o primeiro aponta para ganhos com usos em novos contextos.

Procedimentos metodológicos

Nesta seção, descrevemos brevemente os procedimentos analíticos adotados e as amostras analisadas. Assumimos uma perspectiva panocrônica, entendendo a mudança linguística como um processo contínuo. Nesse sentido, considerando o princípio do uniformitarismo, partimos do mapeamento da multifuncionalidade dos itens em dados atuais e, uma vez reconhecido o terreno sincrônico, recorremos a amostras de momentos anteriores da língua para buscar indícios do funcionamento dos MDs **olha** e **vê** ao longo do tempo, considerando sempre a questão do contexto. Procuramos, ao incorporar dados de diferentes épocas, verificar indícios do desenvolvimento conjunto e individual das formas sob análise, considerando a mudança semântico-pragmática e categorial por que passaram esses itens. Na seção de análise, os resultados sincrônicos e diacrônicos são discutidos conjuntamente.

¹³ Segundo Heine e Kuteva (2007), a extensão tem três componentes: um sociolinguístico, outro pragmático-textual e um terceiro semântico. O componente sociolinguístico tem a ver com a inovação e a propagação; o componente pragmático-textual envolve a extensão de um contexto usual para novo(s) contexto(s) e a disseminação gradual para contextos mais gerais; o componente semântico concerne à expansão de um significado existente para outro que é evocado ou suportado pelo novo contexto. Os componentes pragmático e semântico são dois lados de um mesmo processo que caracteriza a emergência de novas estruturas gramaticais.

Consideramos que um importante fator relacionado à gramaticalização é a frequência de uso – vista não como um resultado, mas como um indício para a sua identificação –, notadamente no que diz respeito à extensão de uso da forma a novos contextos com novas associações pragmáticas (BYBEE, 2003), daí a importância atribuída à quantificação dos dados. Para caracterizar um processo de gramaticalização, é necessário, portanto, não só mapear as funções, mas também quantificar as ocorrências.

Duas amostras foram analisadas, identificadas como *corpus* sincrônico (amostra oral) e *corpus* diacrônico (amostra escrita). A amostra de fala é constituída por entrevistas sociolinguísticas de 96 informantes catarinenses integrantes do Projeto VARSUL¹⁴, distribuídos em quatro localidades: Florianópolis, Blumenau, Chapecó e Lages. São 24 informantes por cidade, socialmente estratificados quanto às variáveis: idade (de 25 a 49 e acima de 50 anos), escolaridade (antigos primário, ginásial e colegial) e sexo.

A amostra escrita é formada por dezessete peças teatrais de autores catarinenses, integrantes do “Banco de dados diacrônicos de Santa Catarina”,¹⁵ vinculado ao Projeto VARSUL. A opção por peças se deve à tentativa de minimizar o “paradoxo histórico”, no sentido de “fazer o melhor uso de maus dados” (LABOV, 1994, p. 11), pois se supõe que as peças devem apresentar, na medida do possível, linguagem próxima à fala da época, embora reconheçamos que, devido à natureza do objeto, não se trata de dados abundantes e que alguns aspectos interacionais deixam de ser evidenciados em decorrência de restrições impostas na transferência da modalidade oral para a escrita.¹⁶

Considerando-se como critério o ano de nascimento do autor, dispomos de sete peças do século XIX e dez do século XX: *Raimundo*, 1868, de Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1965); *Brinquedos de cupido*, 1898, de Antero dos Reis Dutra (1835-1911); *A casa para alugar*, 1867, de José C. de Lacerda de Coutinho (1841-1902); *Os ciúmes do capitão*, 1880, de Arthur Cavalcanti do Livramento (1853-1897); *O idiota*, 1890, de Horácio Nunes Pires (1855-1919); *A engeitada* [sic], 1930, de Joaquim São Thiago (1857-1916); *A filha do operário*, 1942, de Ildefonso Juvenal (1894-1965); *A taverna do gato branco*, 1954, de Arnaldo Silveira Brandão (1922-1976); *O dia do javali*, 1983, de Mauro Júlio Amorim (1939-); *O contestado*, 1972, de Romário José Borelli (1943-); *Stradivarius*, 1993, de Augusto Nilton de Sousa (1944-); *Em tua homenagem ou não*, 1984, de José Darci Silva Júnior; *Os*

¹⁴ Detalhes sobre a constituição do banco de dados VARSUL podem ser conferidos em Projeto Varsul (2010).

¹⁵ O Banco de dados diacrônicos é constituído de textos a partir do século XIX, uma vez que a imprensa em Santa Catarina foi fundada somente em 1831. Embora o Banco disponha de mais peças de um mesmo autor, selecionamos apenas um texto de cada um dos 17 autores catarinenses que integram a amostra.

¹⁶ Como algumas peças de teatro apresentam número de páginas mais extenso, para que houvesse certo equilíbrio entre os textos, procedemos à captação do fenômeno numa extensão entre 20 a 40 páginas.

lobos, 1992, de Ademir Rosa, (1950-1997); *Metacor*, 1983, de Iberê do Nascimento (1959-); *As quatro estações*, 1998, de Antonio Cunha (1961-); *Prenome: Fausto*, 1993, de Fábio Brüggemann (1962-) e *Uma longa história de amor*, 1999, de Néri Gonçalves de Paula (1963-).

Cabe ainda uma observação a respeito da unidade de análise. Embora a conversação seja desenvolvida com base na troca de turno, podendo englobar porções de texto maiores ou menores, delimitamos como unidades de análise trechos que veiculam um significado semântico-pragmático proeminente, contextos em que os MDs auxiliam na expressão de diferentes funções comunicativas (advertência, surpresa, opinião, entre outras), seja na introdução, no desenvolvimento ou no fechamento dessas unidades temáticas (ROST SNICHELOTTO, 2009). Essas unidades ficarão mais bem evidenciadas adiante. Os critérios definidores dos contextos de atuação discursiva dos itens sob análise serão ancorados no desenvolvimento da seção seguinte.

Análise pancrônica do comportamento (multi)funcional de *olha* e *vê*

Nesta seção, nosso interesse incide na descrição do comportamento (multi) funcional exibido por **olha** e **vê** nas amostras escrita e oral. A seguir, abrimos uma breve subseção dedicada à mudança semântico-pragmática e categorial e outra destinada aos aspectos formais dos itens; na sequência, nos debruçamos nos contextos de atuação discursiva dos MDs.

Mudança semântico-pragmática e categorial de olha e vê

A partir do levantamento das ocorrências relativas ao contexto de ato de fala manipulativo típico de P2, **olha** e **vê** foram distribuídos em duas categorias: (i) formas verbais de percepção, com valor dêitico espacial, visto que há um comando explícito do F para o O direcionando o olhar/a visão deste último – **olha** e **vê** atuam como item lexical pleno em atos de fala claramente diretivos –; e (ii) MDs que vão expandindo seu significado de base e, conforme Risso (1999), a referência à percepção visual aparece remanejada para a expressão de outra espécie de envolvimento sensorio-cognitivo, isto é, altera-se o ponto de referência do campo visual (situações objetivas) para o da ação mental (situações (inter)subjetivas) – **olha** e **vê** se deslocam de sua posição verbal, perdendo o elo sintático explícito com o enunciado.

A sequência de trechos a seguir mostra um gradiente funcional com expansões de uso de **olha** e de **vê**. Tais expansões provavelmente não ocorrem numa linearidade cronológica fixa, pois os usos podem se expandir

em polissemias pragmáticas em mais de uma direção num mesmo momento. Nossa intenção aqui é apenas evidenciar instâncias de mudança semântico-pragmática e categorial.¹⁷

- (1) DALTON – **Olhe**, aqui estão todos os objetos e roupas que ela usava. (Larga tudo no centro da cena). Vestidos, calcinhas, soutiens, sapatos... Hummm! Ela ficava tão bem com esses soutiens, a caixa de maquiagem, um estojo de joias e bijouterias... (Pausa) Ela tinha o péssimo costume de dormir abraçada com este ursinho, eu detesto esse urso. Eu trouxe até a agenda que ela usava, **veja**, apesar de estar em branco, tem o nome dela gravado aqui na capa, algumas revistas, as prediletas [...] (SILVA JÚNIOR, 1984, p.24).
- (2) ELVIRA – (Descendo pela esquerda.) Perfeitamente. Mas previna-o de que não saio hoje de casa. Quero rir-me à custa desse tolo e fazê-lo andar aqui numa roda viva.
MACÁRIO – (Fechando a carta.) **Vê lá**... o rapaz é rico e não é para desprezar...
ELVIRA – Deixe-o por minha conta. Esperarei ocasião oportuna para aparecer-lhe. O papai não se admire do que fizer!
MACÁRIO – (Endereçando a carta.) Toma cuidado, menina... Às vezes a gente pensa uma coisa e ela é outra... Não vá o chumbo virar por cima da cortiça... (PIRES, 1999, p.222).
- (3) Menino 01: Ainda bem que só falta mais um . (Escreve) Acabei !
Menino 02: Eu também !...
Menino 01: Sabe que esse negócio de escrever com duas canetas rende mesmo.
Olha, se não fosse isso, nós ficávamos aqui até de noite!
Menino 02: E agora... A gente faz o quê ? Esperamos aqui – ou levamos lá?... (PAULA, 1999, p.156).
- (4) IDIOTA – Não pense tanto assim, eu me atrapalho. Como pode pensar tanto, ter tantas dúvidas?
FAUSTO – Talvez porque eu não me chame Idiota. Infelizmente me chamo, não sei por quanto tempo neste drama, Fausto. Sabe o que significa Fausto, Idiota? Quer dizer, **veja só**, Idiota, feliz. No fundo, ser feliz e ser idiota dá quase no mesmo (BRÜGGEMANN, 1999, p.61).

Em (1), **olhe** e **veja** apresentam um estatuto verbal definido, referindo-se a uma situação contextual concreta, com explícita remissão do falante ao ouvinte para que atenda ao comando expresso pelo verbo (dêitico locativo). No exemplo (2), nota-se que o item se reveste de certo grau de abstratização e expande seu sentido de base para expressar, por exemplo, uma espécie de advertência **cuidado**

¹⁷ Por uma questão de espaço, optamos por mesclar dados ora de um ora de outro MD e apresentar basicamente exemplos da amostra escrita. Ocorrências que evidenciam essa trajetória, coexistindo sincronicamente, são encontradas também na oralidade (ROST SNICHELOTTO, 2009).

com. Já a ocorrência (3) mostra um contexto de interpretação ambígua: **olha** pode ser interpretado como verbo pleno **olhar** cujo complemento dêitico poderia ser “as duas canetas”, ou como MD, revestindo-se de sentido mais abstrato e revelando certa surpresa com relação ao relatado/exposto, o que caracterizamos, conforme se verá adiante, como contexto interjetivo. Em (4), **veja só** perde parte do sentido de percepção visual, sofrendo desbotamento semântico e adquirindo um sentido de inferência mental uma vez que a atenção do ouvinte é metaforicamente deslocada do espaço físico para o espaço discursivo; nesse contexto, o MD apresenta valor de **presta atenção**.

Nas ocorrências seguintes, **olha** aparece contíguo a **mas**, o que parece reforçar o valor relacional do MD.

- (5) FELIPE – Afinal, que novidades trouxeram vocês? Como ocorreram as manifestações desta manhã? O pessoal levou a efeito o comício na Praça Municipal?

ROQUE – Como não!? Foi um sucesso! **Mas olha:** acabou em pau... A polícia entrevistou e choveu chanfallo e pata de cavalos. (JUVENAL, 1942, p.99).

Como vimos nos exemplos (1) a (5), elementos designativos de espaço [+concreto] passam a ser usados como organizadores do universo discursivo [-concreto] (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991). Entre esses níveis, delimitados de forma mais ou menos discreta como domínios metafóricos distintos, há um *continuum* de pequenas mudanças que se dão metonimicamente, por contiguidade contextual, em que um uso dá origem a outro. Esse movimento mostra um duplo deslocamento: desbotamento do conteúdo semântico com ganho pragmático-discursivo e mudança gradativa do estatuto categorial – de verbo a MD –, conforme atestam estudos de diversas línguas românicas cujos verbos de percepção visual **olhar** e **ver** também derivam MDs. Um detalhamento dos diferentes contextos de atuação discursiva desses itens será feito adiante.

Com uma trajetória parecida e compartilhando contextos de uso, esses dois marcadores discursivos podem ser inseridos num mesmo domínio funcional, rotulado como **chamada de atenção do ouvinte** e identificado a partir de uma propriedade de natureza interpessoal – um ato manipulativo de comando. No interior desse domínio funcional, **olha** e **vê** atuam como formas concorrentes, podendo ser tratados como variantes de uma variável linguística em grande parte de seus contextos de atuação discursiva. Não vamos tratar da variação entre os itens neste artigo. Em relação a uma análise variacionista, remetemos o leitor à tese de Rost Snichelotto (2009).

Aspectos formais dos MDs olha e vê

Nas amostras analisadas foram feitos dois tipos de levantamento de dados: nas peças teatrais, foram coletadas todas as ocorrências de **olhar** e **ver**, independentemente do tempo verbal e da pessoa do discurso; nas entrevistas do VARSUL, a coleta restringiu-se aos contextos de P2, que caracterizam os MDs em estudo. As Tabelas 1 e 2 apresentam, respectivamente, o total de ocorrências de MDs derivados de **olhar** e **ver** nas amostras investigadas. Na amostra escrita, constam também as ocorrências das respectivas formas verbais.

Tabela 1 – Distribuição das ocorrências de formas verbais e MDs derivados de **olhar** por amostra

		FORMAS VERBAIS	MDs									
			FORMA ISOLADA					FORMAS COMBINADAS				
			olha	['□ja]	['□j]	['□]	olhe	olhem	olha lá	pois olha	mas olha	olha só
Amostra Escrita	Séc. XIX	38	14				12	1			2	
	Séc. XX	51	17				5					
	Total parcial	89	31				17	1			2	
	Total geral	89						51				
Amostra Oral	Déc. 1990	/	436	37	33	18	18	/	2	14	17	2
	Total parcial	/			542						36	
	Total geral	/						578				

Fonte: Adaptada de Rost Snichelotto (2009, p.233, 293).

Atentemos inicialmente para os resultados da amostra escrita. A distribuição de **olhar** apresenta particularidades interessantes. No século XIX, foram encontrados 38 verbos e 29 MDs (43% dos usos de **olhar** são de MD); no século XX a proporção de marcadores fica um pouco menor: 51 verbos e 22 MDs (30% de MDs). Como se trata de registro escrito, essa frequência relativamente alta de MDs, já no século XIX, é um indício forte de que os usos de **olha** como marcador discursivo devem ter emergido bem antes disso.

Observemos agora as formas dos MDs. As ocorrências do século XIX se concentram em duas formas de P2 (**olha** = 14 dados e **olhe** = 12 dados), com apenas uma ocorrência de **olhem**. No século XX, também há concentração em P2, porém a proporção da forma derivada do modo indicativo (IND) é aproximadamente três vezes maior que a do subjuntivo (SUBJ) (**olha** = 17 dados e **olhe** = 5 dados). Esse resultado pode ser indício de que: (i) esse MD já se encontra formalmente fixado em P2 no século XIX; (ii) deve haver resquícios da forma verbal associada

aos pronomes **tu** e **você**.¹⁸ Pode-se inferir, desses resultados, que a forma **olha** vai se fixando independentemente do pronome de P2 usado.

Na amostra oral, como já foi dito, computamos somente as ocorrências de MD como P2. Destacam-se: alguns usos recorrentes de formas combinadas com elementos conectores e adverbiais, provavelmente em processo de cristalização; a significativa preferência pela forma derivada do IND: 471 ocorrências (81%) de **olha** (considerando as realizações isoladas e combinadas) *versus* 19 ocorrências (3%) de **olhe**. Se projetarmos que os 88 casos de semivocalização e de redução fonética de **olha** decorrem da forma do IND,¹⁹ o percentual de realização do MD **olha** por meio de formas derivadas do modo IND chega a 97% dos dados.

Quanto à redução fonética de **olha**, ao se observar a escala em direção à maior redução ([‘ ja] > [‘ j] > [‘]), nota-se a correspondente diminuição do número de ocorrências (37 > 33 > 18). Evidencia-se, aqui, a atuação do parâmetro da erosão (HEINE; KUTEVA, 2007), que pode ser explicado em termos de frequência de uso: palavras que são frequentemente repetidas no discurso tendem mais a ser encurtadas do que elementos de baixa frequência (BYBEE, 2003).

A tabela a seguir, adaptada de Rost Snichelotto (2009), apresenta as ocorrências de formas verbais e MDs derivados de **ver** nas amostras investigadas.

Tabela 2 – Distribuição das ocorrências de formas verbais e MDs derivados de **ver** por amostra

		FORMAS VERBAIS	MDs											
			FORMA ISOLADA					FORMAS COMBINADAS						
			vê	vês	veja	vamos ver	vejamos	vejam	vê bem	vê só	vê lá	veja bem	veja só	
Amostra escrita	Séc. XIX	118				1	3				1			
	Séc. XX	184				3	2				1	1	3	
	Total parcial	302				3	3	3	1				1	3
	Total geral	302												
			15											
Amostra Oral	Déc. 1990	/	83	2	13	/	/	/	1	2	0	23	7	
	Total parcial	/	98					33						
	Total geral	/	131											

Fonte: Adaptada de Rost Snichelotto (2009, p.236).

¹⁸ Loregian-Penkal (2004) evidencia, para a mesma amostra oral por nós analisada, a seguinte distribuição de uso dos pronomes **tu** e **você** em Santa Catarina: 23% dos informantes usam apenas a forma **tu**; 14% usam apenas **você**; e 63% fazem uso variável das duas formas pronominais.

¹⁹ Estamos fazendo uma projeção hipotética mas que consideramos plausível, já que não foi encontrada nenhuma forma de [‘ɔj] ou [‘ɔje], que pudesse ser identificada como um caso de semivocalização de **olhe**. No entanto não fica descartada a possibilidade de **olhe** > [‘ɔj] > [‘ɔ].

Iniciemos a análise pela amostra escrita. O item **ver** apresenta um comportamento diferenciado em relação a **olhar**: é um item bem mais produtivo no seu emprego verbal (séc. XIX – 118 ocorrências do verbo **ver** para apenas 38 do verbo **olhar**; séc. XX – 184 ocorrências do verbo **ver** para 51 de **olhar**). Por outro lado, o uso de **ver** como MD é bem mais reduzido (séc. XIX – 4% das ocorrências de **ver** na amostra (118 verbos e 5 MDs) são de MD; séc. XX – 5% dos usos (184 verbos e 10 MDs) são de MD. Já o percentual de **olhar** como MD é de 43% e 30%, respectivamente por século).

Quanto à forma dos MDs, no século XIX, foram encontradas, nas peças analisadas, 4 ocorrências em P4 (**vejamos, vamos ver**) e uma em P2 (**vê lá**). Já no século XX, a incidência maior é de P2 (**veja**), totalizando 7 dados entre formas isoladas e combinadas.

Ainda olhando comparativamente para os MDs: na amostra escrita, são 66 ocorrências totais (51 para **olha** e 15 para **vê**) entre as quais predomina largamente o MD **olha** em P2 ($50/66 = 76\%$), em contraste com **vê** em P2 ($9/66 = 13\%$). Vale observar também que, enquanto em apenas duas das dezessete peças examinadas não se verificou nenhuma ocorrência do MD **olha** em P2, em treze peças não houve registro de **vê**.

Quanto à amostra escrita, fica nítido que: (i) enquanto o MD **olha** já se fixa em P2 desde o século XIX, o MD **vê** começa a se fixar em P2 no século XX; (ii) enquanto para **olha** a forma derivada do SUBJ (**olhe**) vai recuando no século XX em favor da forma derivada do IND (**olha**), para **vê**, é a forma derivada do SUBJ (**veja**) que ganha espaço no século XX. Temos, pois, que as formas dos MDs predominantes nas peças teatrais catarinenses do século XX são: **olha** (derivada do IND) e **veja** (derivada do SUBJ).

Na amostra oral, a frequência de formas combinadas de **vê** em relação a formas isoladas ($33/131 = 25\%$) é relativamente maior que a de **olha** ($36/578 = 6\%$). A exemplo de **olha**, as formas de **vê** derivadas do IND (88 ocorrências) também suplantam as do SUBJ (43 ocorrências), porém em proporção relativamente menor: 97% de **olha** e 67% de **vê**. Os resultados apontam que os catarinenses, na fala coletada na década de 1990, elegem as formas derivadas de IND – **olha** e **vê** – para expressar valores de MD.

Notamos, portanto, uma trajetória diferenciada em Santa Catarina no que se refere à forma dos MDs: enquanto nas peças a forma preferencial vai se intensificando rumo a **olha** (IND) e é nitidamente **veja** (SUBJ), nas entrevistas o uso predominante é de **olha** (IND) e **vê** (IND).

Aspectos funcionais dos MDs olha e vê

Nesta seção, focamos a atenção nos contextos de atuação discursiva de **olha** e **vê**. Algumas considerações devem ser feitas inicialmente. A primeira diz respeito à identificação e delimitação desses contextos, tarefa levada a cabo com apoio, basicamente, na literatura sobre os MDs derivados de verbo de percepção nas línguas românicas. A delimitação dos contextos nem sempre é clara e frequentemente nos deparamos com sobreposições e interpretações ambíguas. Isso, no entanto, não é um empecilho para a análise, já que a perspectiva funcionalista prevê que a força pragmática se manifesta num *continuum* refletido em etapas com significados sobrepostos, levando a (re)interpretações sugeridas pelo contexto. Em termos metodológicos, porém, a gradiência acaba sendo discretizada, mas de modo escalar e não binário (MARTELOTTA, 1998; URBANO, 1999; GÖRSKI, 2008).

A segunda consideração concerne ao critério para a descrição dos contextos analisados. De acordo com a perspectiva teórica assumida neste trabalho, a suposição é que, a partir de um contexto inerentemente interacional de ato de fala imperativo, os itens vão incorporando traços de subjetividade advindos do envolvimento maior do F que expressa suas atitudes avaliativas seja em relação ao comportamento do interlocutor, ao seu próprio comportamento, seja em relação a situações relatadas ou a determinadas porções textuais. Nesse sentido, os MDs vão deslocando o foco do O para o próprio F. Nesse processo de subjetivização, os itens acabam adquirindo também certos traços de natureza textual, como a ocorrência em posições relacionais, assumindo um caráter coesivo bidirecional. Reiteramos que essa expansão polissêmica não se dá necessariamente numa linearidade cronológica fixa, podendo coocorrer expansões de contextos de uso em mais de uma direção. Portanto o *continuum* sugerido na ordenação descrita nesta seção não deve ser visto como linearmente rígido.

Feitas essas considerações, passemos à análise. Nas amostras examinadas, foram identificados dez contextos de atuação discursiva dos MDs **olha** e **vê**, dispostos no quadro 1, associados a autores que identificaram tais contextos em seus estudos (não necessariamente sobre esses MDs), com uma breve caracterização de cada um, adaptada por nós.

Contextos de atuação discursiva dos MDs <i>olha</i> e <i>vê</i>	
De advertência (PONS BORDERÍA, 1998; ROST, 2002; WALTEREIT, 2002; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008).	Esse tipo de contexto caracteriza-se como uma espécie de alerta, conselho ou aviso direcionado ao interlocutor.
Adversativo (WALTEREIT, 2002).	Uma dada declaração opõe os parceiros conversacionais. O ouvinte infere algo a partir da declaração de F e produz, na sequência, uma afirmação. Ao retomar o turno, F expõe uma resposta contrária à expectativa de O.
De atenuação (CASTILHO, 1989; SILVA; MACEDO, 1996; ROST, 2002; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008).	Com o uso do MD, F ameniza e controla, por antecipação, possíveis reações negativas do O a respeito do que será expresso; ou seja, F se descompromete com uma afirmação que poderia vir a ser inferida negativamente por O.
Interjetivo (ROST, 2002; WALTEREIT, 2002; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008).	Nesse contexto, o MD introduz um trecho que revela surpresa ou decepção com relação ao relatado/exposto. A entonação de F somada ao que é dito pode provocar uma dada inferência no O.
De prefaciação (SCHIFFRIN, 1987; RISSO, 1999, 2006; ROST, 2002, DOSTIE, 2004).	O MD introduz um trecho que indica certo retardamento do tópico da pergunta aberta pelo entrevistador. A resposta solicitada pelo entrevistador é inferida ou apresentada mais tardiamente.
De parentetização (JUBRAN, 2006).	O MD insere-se num enunciado parentético em que o F encaixa um comentário que não integra diretamente a articulação tópica sugerida pelo entrevistador. O tópico, momentaneamente desviado, é retomado assim que se fecharem os parênteses.
Exemplificativo (ROST, 2002; DOSTIE, 2004; DOMINGUEZ; ÁLVAREZ, 2005).	Nesse tipo de contexto, o MD introduz uma sequência que visa reforçar com exemplos o que está sendo dito por um ou outro dos interlocutores.
De opinião.	Trata-se de contexto em que um personagem/falante faz uma avaliação e emite sua opinião sobre um assunto/fato/pessoa.
Causal (ROST, 2002; MARÍN JORDÁ, 2003; DOSTIE, 2004; DOMINGUEZ; ÁLVAREZ, 2005; DOMÍNGUEZ PORTELA, 2008).	Trata-se da sinalização de uma espécie de conexão entre dois segmentos um dos quais encerra a causa ²⁰ que acarreta a consequência/efeito, explicação ou conclusão contida no outro.
Concessivo (TRAVAGLIA, 2002; ROST, 2002).	Nesse contexto, a expressão e olhe lá (cristalizada pelo uso) encerra um trecho que indica uma espécie de limite de concessão.

Quadro 1 – A multifuncionalidade de **olha** e **vê**

Fonte: Adaptado de Rost Snichelotto (2009, p.229).

²⁰ Empregamos o termo **causa** em sentido amplo, recobrando outros significados como razão, explicação, justificativa (PAIVA, 1992).

Para facilitar a análise conjunta das amostras examinadas, organizamos, na tabela 3, os resultados para cada um dos MDs. Os dados das peças estão apresentados apenas em número de ocorrências. Os dados das entrevistas, como são em quantidade maior, estão associados aos respectivos percentuais, calculados comparativamente entre os usos de **olha** e **vê** para cada contexto. Neste ponto, cabe uma ressalva: os resultados precisam ser considerados com certa cautela, pois são amostras de modalidades distintas que estão sendo comparadas, além de haver diferença quantitativa acentuada entre os dois universos. Acreditamos, no entanto, que o fato de a amostra escrita se restringir ao gênero peça teatral e se limitar ao mesmo espaço geográfico da amostra oral – ambas de natureza dialógica – atenua em certa medida as discrepâncias. Além disso, a análise não está a reboque dos resultados numéricos absolutos; a frequência permite a identificação da recorrência relativa de uso dos MDs nos diferentes contextos e auxilia na avaliação de estágios de mudança.

Tabela 3 – Distribuição pancrônica de olha e vê de acordo com os contextos de atuação discursiva em amostras escrita e oral

MDs	Amostra escrita				TOTAL	Amostra oral				TOTAL
	Século XIX		Século XX			Olha		vê		
	olha	vê	olha	vê		Freq.	%	Freq.	%	
Contextos	Ocor.	Ocor.	Ocor.	Ocor.						
De advertência	17	1	16	-	34	105	98	2	2	107
Adversativo	1	-	-	-	1	51	100	-	-	51
De atenuação	2	-	3	-	5	64	100	-	-	64
Interjetivo	6 ²¹	-	3	4	13	44	80	11	20	55
De prefaciação	-	-	-	-	-	34	94	2	6	36
De parentetização	-	-	-	-	-	8	35	15	65	23
Exemplificativo	1	-	-	-	1	79	80	20	20	99
De opinião	-	-	-	1	1	108	98	2	2	110
Causal	1	-	-	2	3	83	51	79	49	162
Concessivo	-	-	-	-	-	2	100	-	-	2
Total	28	1	22	7	58	578	82	131	18	709

Fonte: Adaptada de Rost Snichelotto (2009, p.304).

Observando os resultados da amostra escrita na tabela 3, adaptada de Rost Snichelotto (2009), notamos que cerca de 60% dos MDs analisados (34/58) se encontram em contexto de advertência, situação predominante nos dois séculos. Os demais dados se pulverizam com poucas manifestações em diferentes contextos. Por outro lado, considerando o total da amostra oral, apenas 15% dos MDs (107/709) são característicos do contexto de advertência. Podemos inferir

²¹ Nos dados diacrônicos, o contexto interjetivo reúne, no século XIX, também 1 dado de advertência/interjetivo e 1 dado de atenuação/interjetivo e, no século XX, 1 dado de advertência/interjetivo.

desses resultados que aquelas ocorrências esporádicas de MDs nos demais contextos nas peças se intensificaram de modo significativo nos dados de fala atuais, além de os MDs se expandirem para novos contextos, especialmente o de prefaciação.

É no contexto de advertência que localizamos a primeira ocorrência do MD **olha** (em (6)) e a única ocorrência de **vê** (em (2)).

(6) JULIETA – E se ele nunca mudar de opinião?

PAULO – Há de mudar... há de mudar de opinião...

JULIETA – **Olha**, Paulo; queres saber o que eu faria em teu lugar?

PAULO – Vejamos...

JULIETA – Apresentar-lhe-ia simplesmente a mulher, que julguei digna de meu amor e do meu nome... (COUTINHO, 2001, p.55).

Provavelmente as ocorrências de **olha** e **vê** em contexto de advertência assinalem o início da mudança semântico-pragmática dos itens, visto que o ato de fala manipulativo começa a se enfraquecer, embora indexando claramente o O. Nas ocorrências (6) e (2), ao usarem os MDs **olha** e **vê lá** no início de sua fala, os personagens pretendem explicitamente direcionar a advertência para o interlocutor em função de suas ações realizadas ou pretendidas. Especialmente em (2), a ideia de advertência é realçada na última fala do personagem Macário: “**Toma cuidado**, menina...”. Podemos observar nesses casos não só a intersubjetividade inerente do contexto de P2, mas também certa manifestação avaliativa do personagem/falante (subjetividade).

Em contexto adversativo, encontramos apenas uma ocorrência de **olha** na amostra escrita (ilustrada em (7)) e 51 ocorrências desse mesmo MD nas entrevistas, indicando o incremento dos contextos de uso dos MDs nos dados de fala.

(7) JOÃO ANDRÉ – E tu gostas dela?

RAIMUNDO – Eu?... amo-a, amo-a como louco! Tu nunca amaste, André, e por isso não podes avaliar o que se passa em mim.

JOÃO ANDRÉ – Alto lá! menas [sic] essa! Eu cá já tive amores; **olha**; andei maluco pela Zeferina, que vendia fruta [sic] no Rocio, em Lisboa; era uma mulher do tamanho do mastro da gata... (CARVALHO, 1994, p.38).

Em (7), há um contraste no diálogo entre os personagens. Nesse contexto, a intersubjetividade (ato de fala manipulativo, agora mais mitigado) se manifesta associada à avaliação do personagem João André quando este manifesta seu descontentamento frente à declaração de Raimundo.

A meio caminho entre os contextos de advertência e interjetivo, encontramos duas ocorrências de **olha**, uma em cada século, com aparente sobreposição de significados. É o que se verifica em (8), onde o Cabo, na fala iniciada pelo MD, pode tanto estar advertindo Paulo com relação à sua atitude de tentar se livrar da prisão, como expressando certa surpresa frente à declaração de inocência do preso.

(8) PAULO (forçando para se livrar) – Largue-me, com mil demônios! Já lhe disse que não fui eu!

O CABO (segurando-o sempre) – **Olhe**, assim agrava a situação!...

COMENDADOR (admirado) – Paulo! (COUTINHO, 2001, p.61).

Prosseguindo, em contextos de atenuação as ocorrências de **olha** correspondem a cerca de 9% dos casos tanto na escrita quanto na fala, não se verificando, portanto, diferenças entre as amostras em relação ao uso desse MD nesse tipo de contexto. Nenhuma ocorrência de **vê** foi encontrada, o que nos leva a hipotetizar que esse pode ser um contexto de restrição a **vê**. Observe o exemplo (9).

(9) D. MANOEL – Sim, tens razão: o cão que nos lambe a mão também nos tem amizade, e nós o acariciamos; mas nem o cão se eleva a nós, e nem nós baixamos ao cão.

MARIA – tristemente – Meu bom pai, não seja mau! Como pode fazer tal comparação?!

D. MANOEL – **Olha**, Maria, perdoo-te porque és mulher, e... és criança. Lembra-te porém sempre de quem descendes: somos de raça que pode quebrar, mas não dobrar; e fica sabendo que proíbo-te toda e qualquer familiaridade com rendeiros, marinheiros e mercadores. São vilões, que, quando têm algumas patacas, esquecem a origem e miram alto. Sinto-me sufocado no meio desta gente, e permita Deus que o vento mude a ver se me vejo livre desta... (CARVALHO, 1994, p.17).

No diálogo em (9), o pai faz uma declaração que estampa na filha um descontentamento. A fim de atenuar sua declaração, o pai, ao retomar o turno, inicia-o com o MD **olha**. Encontramos ainda, nesse tipo de contexto, marca de intersubjetividade, aliada à avaliação subjetiva na medida em que o F imprime certo abrandamento quanto à declaração anteriormente expressa.

O contexto interjetivo é o segundo mais recorrente na amostra escrita (22% das ocorrências de MDs nas peças se encontram nesse contexto). É interessante observar que, enquanto no século XIX há 6 ocorrências de **olha** e nenhuma de **vê**, no século XX o uso de **vê** (4 ocorrências) suplanta o de **olha** (3 ocorrências). Na amostra oral, também se encontram os dois MDs, porém apenas 8% dos dados de fala (55/709) se concentram nesse tipo de contexto.

Foi, portanto, nas peças que o uso dos MDs se mostrou mais recorrente em contexto interjetivo.

- (10) MEFISTO – Por favor, vou ficar com pena de você e não teremos drama. Não percebeu ainda que não há solução para isto? Não podemos pensar em nada mais amplo, mais coletivo. Meu problema é eu com você, nada mais.

FAUSTO – só quero entender. Mas também não quero, **veja só!** Isso tudo é muito antigo. Se eu quero entender, volto ao velho Fausto e vou vender minha alma. Se eu não quero saber nada, porque estou no tempo certo da história, não há drama. Devolva os ingressos e as pessoas voltam para suas casas sem muito o que pensar. Se bem que já estão acostumadas. Ah, eu tô confuso! (BRÜGGEMANN, 1999, p.56).

No exemplo (10), além da orientação por parte do F em direção ao O, a depender da entonação, o interlocutor pode inferir outra informação – positiva ou negativa – que expressa a avaliação de F sobre o que é dito.

Os contextos seguintes são de prefaciação e de parentetização, ausentes na amostra escrita e com pouco mais de 5% (36/709) e de 3% (23/709), respectivamente, das ocorrências de MDs na fala. No primeiro contexto, 94% das ocorrências são de **olha**; já o segundo contexto se revela como o preferencial para **vê** (65%) nas entrevistas. Na sequência de exemplos, o primeiro é de prefaciação e o segundo de parentetização.

- (11) E: E o que que vocês comiam?

F: **Olha**, eu [pra] depois que [<me <co>] comecei crescer como gente, olha, na casa do meu pai nunca faltou nada. Jardim, o pai [tinha] sempre foi bem, nós sempre tínhamos porco, galinha. Ele tinha até as [caixas] caixas de abelha sempre. [<Bo> nós não] [pra] depois que me conheci como gente, que comecei crescer fome não passamos nunca porque o pai foi que teve sorte, depois que foi morar lá muita foi bem, né?²² (PROJETO VARSUL, 2010).

- (12) E: E como é que ele se tornou pastor assim teve que estudar?

F: F [Aí] aí ele foi aquele dia, ele foi lá e se encontrou se, né? Ele veio de lá mudadinho, mudadinho, mudou. [naquela] [daquela] [daquele] daquele dia em diante ele mudou, ele já chegou mudado. Viu como é que é? [Ele <che>] ele chegou de lá Oh! Ele não lia a Bíblia. Você sabe que essa gente nova assim, eles não gostam muito assim Oh! Ele gostava [de] de baile, carnaval, não tinha um carnaval que ele não fizesse uma fantasia. [Ele] ele desfilava na escola de samba, sabe? Não tinha um carnaval que ele não fizesse uma fantasia. Eu tenho até hoje as fantasias dele ali. E ele voltou de lá mudado, mudado. Ele fumava, não fumou mais. Daquele dia em diante ele não fumou mais. [Ele não foi mais] ele não entrou nem num bar mais. Verdade. Eu fiquei Agora você **vê**, né? a gente Por isso que

²² Trecho extraído da entrevista n. 01 do *corpus* do Projeto VARSUL, Chapecó. (PROJETO VARSUL, 2010).

eu digo: “Deus, o que ele tem pra gente, pra vida da gente, pra pessoa eu acho que, né?” eu acho que ele escolhe decerto a pessoa, né? A pessoa é escolhida, por Deus, né? Esse foi escolhido, porque você vê: ele chegou de lá, aquele dia mesmo ele não deitava sem se ajoelhar [na] assim na beira da cama dele, orar, ler a Bíblia. E ao meio dia assim no almoço e tudo, às vezes os pais precisam <tava> estar dizendo ore ou, né? faça uma oração. Nunca mais ele deixou isso aí, orar [na hora da] antes [de] do almoço, quando senta na mesa. E ter a Bíblia, isso ele fazia, né? direto. Não precisou mais falar nada pra ele fazer. E também dali em diante ele nunca mais deixou assim Era direto [da] [na] para o trabalho e do trabalho pra casa e da casa pra igreja. E a vida [dele é <i>] dele agora é essa. [...].²³ (PROJETO VARSUL, 2010).

Observe que, em (11), o informante retarda a resposta à pergunta do entrevistador. O MD **olha** introduz a resposta que, no início, parece bastante confusa. Sem responder diretamente a pergunta do entrevistador, o F faz questão de ressaltar que na casa do pai nunca faltara nada, inclusive comida, pois a família criava porcos, galinhas e abelhas. Assim, o entrevistador infere pela resposta sugerida do F que a família consumia os derivados (carnes, ovos e mel) dessa criação. Em (12), o trecho destacado assinala interrupção no seguimento da exposição do F. Nesses dados, os MDs, além de indexar a intersubjetividade, também expressam a subjetividade do F, que procura ou retardar o tópico requerido, ou emitir um comentário parentético.

Os quatro últimos contextos expostos na tabela 3 apresentam traços de caráter relacional/textual, com um grau de subjetivização maior que os anteriores. Em contexto exemplificativo, encontramos apenas um dado de **olha** na amostra escrita. Por outro lado, na amostra oral, aproximadamente 14% (99/709) dos MDs estão presentes nesse contexto, mantendo a média de distribuição entre **olha** (80%) e **vê** (20%) nas entrevistas. Vejamos a ocorrência de escrita.

(13) ELVIRA – (Sentando-se no sofá.) Ter medo de mulheres... Este homem é...

MACÁRIO – (Descendo.) É rico, menina, é rico... Lembra-te disto.

ELVIRA – Mas é estúpido!

MACÁRIO – Menina, quem tem dinheiro nunca é estúpido, nem ignorante, nem feio e nem idiota. Olha o Ambrósio. Pensas tu que se o Ambrósio tivesse um par de contos de réis, haviam de chamá-lo maluco, como o chamam agora? Estás enganada. Todos o considerariam como o homem de mais juízo deste mundo e classificariam de filosofia a sua maluquice! (*Indo à esquerda alta.*) Ambrósio! Oh! Ambrósio!

AMBRÓSIO – (Dentro.) Já vou, patrão.

²³ Trecho extraído da entrevista n. 13 do *corpus* do Projeto VARSUL, Lages. (PROJETO VARSUL, 2010).

MACÁRIO – (Descendo.) **Olha** conheci um barão tapado como uma porta. O animal, – animal é o termo, – não abria a boca que não dissesse um chorrilho de asneiras... mas era podre de rico... (*Indo à esquerda alta.*) Oh! Ambrósio! Ambrósio!

AMBRÓSIO – (*Dentro.*) Já vou, patrão! (PIRES, 1999, p.223).

No exemplo (13), o personagem Macário usa o MD **olha** no início de um trecho em que ele pretende dar um exemplo de pessoa “tapada como uma porta”. Nesse caso, o componente intersubjetivo diminui e o componente subjetivo vai ganhando mais proeminência espalhando-se no texto, tendo em vista que o item visa a auxiliar na organização do texto de F.

Somente na amostra de peças relativas ao século XX é que se detecta o primeiro uso do MD **vê** em contexto de opinião. Seguindo o mesmo padrão de distribuição do contexto exemplificativo, as ocorrências de MDs na fala ficam em torno de 15% (110/709); mas diferentemente daquele, encontramos 98% de **olha** e apenas 2% de **vê** em contexto de opinião. Observe o exemplo a seguir.

(14) **E:** E E o que a senhora acha da língua italiana? A senhora acha assim que ele [o] [o] a prefeitura faz alguma coisa pra que essa língua permaneça viva aqui em Chapecó? O que a senhora acha? Acha bonita a [língua?]

F: [**Olha,**] [eu acho] é, pra quem entende bem, ela é bonita, né? quem fala bem e quem ouve ela, assim, no caso, né? por exemplo, se tu falares bem, que eu te entendo, né? então eu acho que duas pessoas que se entendem bem, acho que vale a pena, né? É bonito. [<Co>] porque eu acho que a mesma coisa das pessoas que falam uma outra língua também, né? e é importante, né? no caso se falar mais línguas Mas aqui bem assim, pra te dizer a verdade, eu não sei mesmo [o que que eles] o que que eles estão fazendo com a língua italiana, né? acho que não fazem muita coisa, não.²⁴ (PROJETO VARSUL, 2010).

Em (14), o F emprega o MD **olha** na abertura de um contexto em que é instigado a expor sua opinião sobre a língua italiana, ratificada pelo uso do MD de opinião (**eu**) **acho (que)**. O MD se localiza em posição relacional marcando a crença/opinião do F.

O contexto que se mostra mais recorrente na amostra oral é o causal, com 23% das ocorrências (162/709). Esse é também o contexto em que os MDs se distribuem de modo mais equilibrado na amostra oral, com 51% de **olha** e 49% de **vê**. Na escrita, temos um dado de **olha** no século XIX e dois de **vê** no século XX. O contexto causal pode ser bem ilustrado com o exemplo (15), onde o MD co-ocorre com o conector **porque**, reforçando o valor relacional do MD, o que torna o componente subjetivo mais atuante, no sentido de que o F procura organizar seu próprio texto.

²⁴ Trecho extraído da entrevista n. 09 do *corpus* do Projeto VARSUL, Chapecó. (PROJETO VARSUL, 2010).

- (15) **E**: Como é que é, como é que consegue conciliar assim do Você é vendedora, né? como é que consegue conciliar, assim, tu tens quatro filhos pra cuidar, né? e mais o trabalho de casa e mais o trabalho de fora. Como é que consegue?

F: Olha, [não é] não é bem fácil, né? porque **veja bem**, quatro filhos mais o de casa, né? eu acho, assim, que é bem <difícil>, sabe? pra mim. Tanto que eu tenho tudo eu tenho horário, sabe?

pra tudo eu tenho horário, né? Então de manhã eu tenho que ficar em casa porque, né? tem que lavar roupa tem que fazer almoço, né? até [mandar] mandar todo mundo pra escola. Então, geralmente eu saio [depois da] de tarde, né? depois que eu acabo o serviço, né? Então foi esse meio que eu achei pra mim ter [o meu] o meu dinheiro, o meu ganho, né? pra ajudar em casa, foi esse. Porque se eu arrumo um serviço no comércio ou um outro tipo de serviço aí, com o grau de estudo que eu tenho, eu vou ganhar pouco, né? pra mim pagar uma empregada, não dá, se eu for tirar pra sair o dia todo de casa, eu tenho que colocar uma empregada porque daí não vou dar conta, as crianças são pequenas, tem que ter alguém pra atender, né? [...].²⁵

Por fim, foram identificadas duas ocorrências de **olha** em contexto concessivo na fala e nenhuma ocorrência de MD nesse contexto na escrita. Vejamos o exemplo a seguir:

- (16) **E**: E Mas o senhor acha que ele é capaz de ganhar a [eleição?]

F: [Não,] não. [A gente] aí a gente tem que ser honesto com a gente mesmo [ele não] talvez numa próxima, agora ele se lançando como presidente pra ele ser conhecido, nacionalmente, tá? Porque, no Nordeste, eles não conhecem [quem é o] quem é o Espiridião Amin, né? Talvez até São Paulo, tá? **e olha lá**. Quem é o Espiridião Amin? Eles conhecem agora, porque caracterizam ele, por causa daquela careca, aquele negócio todo, é uma figura que marca. Mas, pra presidente da república, [não] mesmo com [a] toda mídia e com supondo se que a Globo ou a Manchete, todo mundo investisse em cima de Amin, mesmo assim, eu acho que ele não ganha, porque eu acho que esse ano é do Lula e [ninguém] leva, é, eu acho que ninguém leva, é.). (PROJETO VARSUL, 2010).

Nesse contexto, julgamos que **e olha lá** atua como operador argumentativo, uma vez “que põe em dúvida o argumento que o falante apresentou como válido” (TRAVAGLIA, 2003, p.134). Essa construção frequentemente atua no fechamento do turno desenvolvido pelo F, devolvendo-o ao entrevistador. Em termos de graus de envolvimento de F e O, o item indexa sutilmente a intersubjetividade, alocando-se no final do enunciado; por outro lado, acentua claramente a avaliação subjetiva do F.

²⁵ Trecho extraído da entrevista n. 11 do *corpus* do Projeto VARSUL, Blumenau. (PROJETO VARSUL, 2010).

O mapeamento semântico-pragmático dos itens indica que **olha** e **vê** convivem como camadas do domínio da **chamada da atenção do ouvinte** em sete dos dez contextos de atuação discursiva descritos (com a ressalva de que em contextos de advertência, opinião e prefaciação, o uso de **vê** é incipiente). Apenas três contextos são de uso exclusivo do MD **olha** (adversativo, de atenuação e concessivo). Nesse caso, podemos interpretar esses contextos, pelo menos nas amostras analisadas, como de restrição ao uso de **vê**.

Considerações Finais

A análise realizada – considerando-se o contexto comunicativo/pragmático em que itens lexicais/gramaticais podem desenvolver polissemicamente novas funções e admitindo-se que o aumento de (inter)subjetividade impulsiona a gramaticalização – evidenciou que:

- (i) o MD **olha** é o item de uso produtivo mais antigo nas peças teatrais; a taxa percentual de seu uso em relação a **vê** se mantém superior a 80% em ambas as amostras, escrita e oral;
- (ii) quanto à forma dos MDs, **olha** (IND) se estabeleceu na escrita ao longo do tempo, sendo de uso largamente preferencial na fala; por outro lado, **veja** (SUBJ) é forma praticamente categórica na escrita e **vê** (IND) é predominante na fala;
- (iii) contextos de uso dos MDs em peças teatrais já no século XIX se mantêm nas entrevistas sociolinguísticas atuais e se expandem significativamente;
- (iv) significados de conteúdo evoluem para significados procedurais, passando também a apresentar matizes textuais (mais de 50% dos dados de MD na fala se distribuem em contextos e posições relacionais, notadamente causal, exemplificativo e de opinião – sendo este último de uso quase exclusivo de **olha**);
- (v) a rotinização de determinado item num certo tipo de contexto pode fazer com que traços do contexto sejam incorporados a ele, de modo que valores contextuais podem passar a ser interpretados como parte do significado do item;
- (vi) a ritualização resultante da repetição de uso se reflete tanto na redução fonética e na rigidez formal como na generalização de contextos, indícios de um processo de mudança mais adiantado do MD **olha** em relação a **vê**.

Concluimos, portanto, que os MDs **olha** e **vê**, resultantes de mudança semântico-pragmática e de mudança categorial verbo > MD, podem ser incluídos no rol de itens que passam por processo de gramaticalização no PB, à semelhança do que ocorre em outras línguas românicas.

ROST SNICHELOTTO, C. A.; GÖRSKI, E. M. (Inter)subjectivization of verb-derived discourse markers: instances of grammaticalization. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.423-455, 2011.

- **ABSTRACT:** *This paper presents, in a panchronic view, a description of the multifunctionality of the Brazilian Portuguese discourse markers **olha** e **vê** in a written and oral corpus from Santa Catarina State, Brazil. Based on a functionalist approach to grammaticalization, the analysis focuses on the semantic-pragmatic and categorical changes of those markers, and on the concepts of (inter)subjectivity and (inter)subjectification and their relation to the functions of language in the process of change. The analysis shows that (i) pragmatic polysemies emerge from communicative practices and signals, with different degrees, the interpersonal involvement between the speaker and the hearer, an increment of meanings related to the speaker's attitude towards what is said, and an incipient function of the markers on the textual dimension; (ii) the different discourse-function contexts of **olha** and **vê** are attested by frequencies of use that point to both variation and constraint contexts; (iii) there are clues to grammaticalization of those markers, in which **olha** seems to be in a more advanced process than **vê**.*
- **KEYWORDS:** *Discourse markers. **Olha** and **vê**. (Inter)subjectivization. Grammaticalization.*

REFERÊNCIAS

BRÜGGEMANN, F. *Trilogia da angústia*. Sim, eu sei. Prenome: Fausto. Blues & Souza. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, J. (Ed.). *The handbook of historical linguistic*. Oxford: Blackwell, 2003. p.602-623.

CAMARA JUNIOR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CARVALHO, A. A. de. *Raimundo*: drama em cinco atos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

CASTILHO, A. T. de. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: _____. (Org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989. p.249-279.

COUTINHO, J. C. L. *Quem desdenha quer comprar*. Comédia em um ato. A casa para alugar. Comédia em um ato. Porto Alegre: Movimento, 2001.

CUENCA, M. J.; MARÍN, M. J. Verbos de percepção gramaticalizados como conectores: análise contrastivo espanhol-catalán. In: MALDONADO, R. *Revista Española de Lingüística Aplicada*, Logroño, p.215-237, 2000.

DOMÍNGUEZ, C. L.; ÁLVAREZ, A. Marcadores en interacción: um estudio de marcadores en el español hablado en Mérida (Venezuela). *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, [s.l.], v.3, n.4, mar. 2005. Disponível em: <<http://www>.

revel.inf.br/site2007/_pdf/4/artigos/revel_4_marcadores_en_interaccion.pdf>. Acesso em: 15 set. 2008.

DOMÍNGUEZ PORTELA, S. *Olla e mira, dous marcadores discursivos en tres linguas*: portugués, galego e español. *Cadernos de Lingua*, A Coruña, n.30/31, p.27-73, 2008-2009.

DOSTIE, G. Deux marqueurs discursifs issus de verbes de perception: de “écouter”/ “regarder” à “écoute”/ “regarde”. *Cahiers de Lexicologie*, Paris, n.73, p.85-106, 1998.

GALUÉ, D. Marcadores conversacionales: un análisis pragmático. *Boletín de Lingüística*, Caracas, v.18, p.27-48, 2002.

GIVÓN, T. *Syntax*: an introduction. Philadelphia: John Benjamins, 2001. 2v.

GÖRSKI, E. M. A questão do continuum na interface variação/gramaticalização. In: MATZENAUER, C. L. B. et al. (Org.). *Estudos da linguagem*: VII Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Pelotas: EDUCAT, 2008. p.145-172.

GÖRSKI, E. G.; ROST, C. A.; DAL MAGO, D. Aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização. In: CRISTIANO, M. E. A.; SILVA, C. R.; DA HORA, D. *Funcionalismo e gramaticalização*: teoria, análise, ensino. João Pessoa: Ideia, 2004. p.29-64.

GUERRA, A. R. *Funções textual-interativas dos marcadores discursivos*. 2007. 233f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. From cognition to grammar – evidences from African languages. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. v.1. p.149-187.

HEINE, B.; KUTEVA, T. *The genesis of Grammar*: a reconstruction. New York: Oxford University Press, 2007.

HOPPER, P. On some principles in the grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. v.1. p.17-35.

_____. Emergent grammar. In: ANNUAL MEETING BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 13., 1987, Berkeley. *Papers...* Berkeley: Berkeley Linguistic Society, 1987. p.139-157.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JUBRAN, C. C. A. S. Parentetização. JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. v.1. p.301-358. (Construção do texto falado).

JUVENAL, I. *Obras completas*. Teatro. Florianópolis, 1942. v.1. p.74-121.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LONGHIN-THOMAZI, S. Um exemplo de (inter)subjetivização na linguagem: a reconstrução histórica de 'ainda'. *Estudos Linguísticos*, Campinas, v.1, n.35, p.772-1779, 2006.

_____. *A gramaticalização da perífrase conjuncional "só que"*. 2003. 212f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

LOPES-DAMASIO, L. R. *A emergência do marcador discursivo assim sob a ótica da gramaticalização: um caso de multifuncionalidade e (inter)subjetivização*. 2008. 244f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

LOREGIAN-PENKAL, L. *(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da região Sul*. 2004. 261 f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, funções e definições. In: CASTILHO, A. (Org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989. p.281-322.

MARÍN JORDÀ, M. J. *Discurs i gramaticalització: verbs de percepció usats com a marcadors discursius en el debat electoral*. 2003. 686 f. Tese (Doutorado em Filologia) – Departament de Filologia Catalana, Universitat de València, València, 2003.

MARTELOTTA, M. Marcadores discursivos e operadores argumentativos. In: VOTRE, S.; MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Trajetórias de gramaticalização e discursivização*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. p.64-93.

MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATZENAUER, C. L. B. et al. (Org.). *Estudos da linguagem: VII Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2008.

PAIVA, M. C. *Ordenação das cláusulas causais: forma e função*. 1992. 232f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

PAULA, N. G. de. Uma longa história de amor. In: _____. *13 textos para teatro: dramaturgia do oeste catarinense*. Chapecó, 1999.

PIRES, H. N. O idiota. In: JUNKES, L. (Org.). *Teatro selecionado*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. p.217-252.

PONS BORDERÍA, S. Oye y mira o los límites de la conexión. In: ZORRAQUINO, M. A. M. et al. (Ed.). *Los marcadores del discurso: teoría y análisis*. Madrid: Arco Libros, 1998. p.213-228.

PROJETO VARSUL. Variação Linguística na Região Sul do Brasil: banco de dados. Disponível em: < <http://www.varsul.org.br/?modulo=secao&id=1/>>. Acesso em: 08 ago. 2010.

RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. v. 1. p.427-496. (Construção do texto falado).

_____. Aspectos textuais-interativos dos marcadores discursivos de abertura Bom, Bem, Olha, Ah, no português culto falado. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. v.7.

RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. v.1. p.427-496. (Construção do texto falado).

_____. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. v.4. p.21-94.

ROST, C. A. *Olha e veja: multifuncionalidade e variação*. 2002. 158f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ROST SNICHELOTTO, C. A. 2009. 411f. *Olha e vê: caminhos que se entrecruzam*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SILVA, G. M.; MACEDO, A. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.11-50.

SILVA JÚNIOR, J. D. Em tua homenagem ou não. In: BELTRAME, V.; GIOSO, S.; ESPEZIM, C. A. *Dramaturgia*: III Concurso Estadual 1983. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1984.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and intersubjectification: a reassessment. In: CUYCKENS, H.; DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L. (Ed.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin: Walter de Gruyter, 2010. p.29-71. (Topics in English Linguistics, 66).

_____. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, J. (Ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003a. p.624-647.

_____. From subjectification to intersubjectification. In: HICKEY, Raymond (Ed.). *Motives for language change*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2003b. p.124-139.

_____. From etymology to historical pragmatics. In: MINKOVA, D.; STOCKWELL, R. (Ed.). *Studying the History of the English Language: millennial perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002. p.19-49.

_____. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON HISTORICAL LINGUISTICS, 12., Manchester, 1995. **Proceedings...** Manchester: [s.n.], 1995.

_____. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, Washington, v.65, n.1, p.31-55, 1989.

_____. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMMAN, W. P.; MALKIEL, Y. (Org.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1982. p.245-271.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C. HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. 2v.

TRAUGOTT, E. C.; KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. v.1, p.189-218.

TRAVAGLIA, L. C. Verbos gramaticais: verbos em processo de gramaticalização In: FIGUEIREDO, C. A. et al. (Org.). *Lingua(gem): reflexões e perspectivas*. Uberlândia: Ed. da UFU, 2003. p.97-157.

_____. O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In: NEVES, M. H. M. *Gramática do português falado: novos estudos*. São Paulo: Humanitas, 1999. v.7. p.77-130.

URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. C. A. S; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. v.1. p.497-528. (Construção do texto falado).

_____. Aspectos basicamente interacionais dos marcadores discursivos. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. v.7. p.195-258.

_____. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1997. v.1. p.81-101.

WALTEREIT, R. Imperatives, interruption in conversation, and the rise of discourse markers: a study of Italian guarda. *Linguistics*, Berlin, v.40, n.5, p.987-1010, 2002.

Recebido em março de 2011.

Aprovado em abril de 2011.

UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM DAS RELAÇÕES SEMÂNTICO-COGNITIVAS EM PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Lúcia Regiane LOPES-DAMASIO*

- **RESUMO:** Este estudo propõe uma abordagem específica da mudança semântico-cognitiva, em processos de gramaticalização, a partir da exploração de graus de não disretude conceitual e complexidade cognitiva crescente, conforme estudos de Kortmann (1997) a partir de subordinadores de base adverbial. O universo de investigação é constituído de textos medialmente escritos (editoriais, cartas e *e-mails*) e falados (amostras do Banco de Dados IBORUNA), representativos dos séculos XVIII a XXI. Os resultados mostram que, em relação aos padrões de usos juntivos de **assim** focalizados a partir de Halliday (1985), a saber, juntor coordenativo conclusivo (P **assim** Q), comparativos, conformativos (P **assim como** Q), temporal (**Assim que** Q, P) e contrastivo (P, **mesmo assim** Q), a análise das relações semântico-cognitivas no processo de GR de **assim** forneceu-nos uma escala crescente de complexidade cognitiva associada à disretude semântica e uma especificação das relações interoracionais desempenhadas por esses padrões. Os resultados dessa análise permitiram a proposta de uma relação tridimensional de derivação entre os domínios cognitivos, apontando Modo como a macrofunção mais produtiva nos dados.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Relações semântico-cognitivas. Gramaticalização. Mudança. Domínios cognitivos.

Apresentação

O presente artigo tem por objetivo discutir a mudança semântico-cognitiva, vista como consequência de inferências pragmáticas, em processos de gramaticalização (GR, daqui em diante) (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, TRAUGOTT, 1982, 1989, 1995, 2003a, 2003b, TRAUGOTT; KÖNIG, 1991), a partir da exploração de graus de não disretude conceitual que juntores individuais exibem em relação direta com o grau de polifuncionalidade semântica e complexidade cognitiva.

Para tanto, a partir de Kortmann (1997), será postulada uma estrutura em camadas, no espaço semântico de relações interoracionais, consistindo em um núcleo de relações circunstanciais básicas e diversas camadas de relações cada

* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. São José do Rio Preto – São Paulo – Brasil. 15081-430 – luciaregiane@bol.com.br. FAPESP (07/07955-5).

vez mais periféricas. A partir dessa estrutura, será possível estabelecer uma relação entre a *basicness* cognitiva de relações interoracionais e a GR.

Nesse âmbito, a organização macroestrutural de relações interoracionais poderá refletir as afinidades e suas forças relativas, dentro e entre os maiores sistemas, a saber: **modo, tempo, lugar e CCC** (causa, condição e concessão), a fim de oferecer uma alternativa aos tradicionais *clines* de mudança semântico-cognitiva subjacentes à GR,¹ caracterizada pela construção de um mapa cognitivo, tridimensional e similar aos modelos de moléculas em química, capaz de ilustrar não só a unidirecionalidade da mudança, nesse nível, como também as principais rotas de sistemas **fonte e alvo** subjacentes a ela, determinadas pelos traços configuradores do sistema **fonte** em sua microestrutura.

Para isso, apresentaremos, nas próximas seções, os Padrões de **assim** no domínio da junção, analisados a partir dos pressupostos de Halliday (1985), como base para a abordagem das relações semântico-cognitivas no processo de GR desse item, nos Padrões focalizados, a partir da proposta de Kortmann (1997), fundamentada em seus estudos tipológicos e históricos de subordinadores adverbiais em línguas européias.

Os *corpora* deste trabalho, inserido no Projeto para a História do Português Paulista (Projeto Caipira), organizam-se em:

(A) diacrônicos: **carta** e **editorial jornalístico**.

O *corpus* de **carta** divide-se em: (i) **Administração Privada**: cartas de aldeamento de índios (séculos XVIII e XIX); (ii) **Documentos Pessoais**: cartas de pessoas relacionadas com: (a) José Bonifácio (primeira metade do século XIX); (b) Washington Luiz (final do século XIX);² (c) Prof. Fidelino de Figueiredo (final do século XIX e século XX);³ e (iii) **Cartas de leitores e redatores de jornais** (séculos XIX e XX).⁴

O *corpus* diacrônico de **editorial** compõe-se por textos do jornal *O Estado de S. Paulo* desde a sua fundação, quando se intitulava *A Província de S. Paulo*,

¹ Tal como, por exemplo, o conhecido *cline* PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE, de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991).

² Material coletado por Simões e Kewitz (2006).

³ Material coletado por Barroso e Batista (2007), respectivamente, bolsista CAPES/mestrando em Letras do Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa (DLCV/FFLCH/USP), e bolsista Fapesp-IC/graduanda em Letras (FFLCH/USP), sob orientação da Prof^a. Dra. Maria Célia Lima-Hernandes.

⁴ Material coletado por Barbosa e Lopes (2002, 2006).

até 1964, seguindo a divisão: (i) século XIX (1875-1895); e (ii) século XX (1858, 1859 e 1864);⁵ e

(B) sincrônicos, compostos por: (i) inquéritos do Banco de dados IBORUNA (amostras de fala do Noroeste Paulista); e (ii) *e-mails*.⁶

A escolha desses textos foi motivada por uma possível relação entre: (i) carta > editorial, de um lado; e (ii) carta > *e-mail*, de outro. A relação proposta em (i) pode ser justificada principalmente a partir de características comuns entre as **cartas em mídia**, especificamente, as cartas escritas por redatores de jornais, e os editoriais, inicialmente encontrados no jornal paulista em destaque, em alguns casos também assinados por redatores. Por sua vez, a relação em (ii), defendida em uma série de estudos (MARCUSCHI, 2008; CRUZ, 2006; PAIVA, 2005), pauta-se no entendimento do meio tecnológico, subjacente a contextualização do *e-mail*, como uma condição de produção específica desse texto. Assim, vamos entender que, com a mudança representada nesse meio, toma lugar também uma nova tradição textual, ainda que seus laços com outras tradições sejam claros. Tal relação é relevante porque este estudo é parte de uma tese de doutorado, intitulada “Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a *assim*: um novo enfoque da gramaticalização”, que toma o conceito de tradição discursiva (KABATEK, 1996, 2002, 2005, 2008) não só como ferramenta metodológica para a constituição dos *corpora* de pesquisa mas também como critério teórico de relevância no processo de GR focalizado.

Assim no domínio da junção

As ocorrências de **assim** em nossos *corpora* permitiram a identificação de contextos em que o item sozinho ou em locuções, relacionadas com sua foricidade, desempenha função de juntor. Foram depreendidos quatro Padrões no domínio da junção, a saber:

Padrão A – P **assim** Q (coordenativo conclusivo);

Padrão B – P **assim como** Q (comparativo não correlativo, comparativo correlativo, coordenativo aditivo e conformativo);

Padrão C – **Assim que** Q, P (temporal); e

Padrão D – P, **mesmo assim** Q (contrastivo).

⁵ Material coletado por Lopes-Damasio e Jubran (2009-2010) no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP), localizado no campus da UNESP de Assis. Atualmente os textos já estão digitados e em fase de organização para futura publicação na série *Corpora do Projeto para a História do Português Brasileiro*. (em fase de elaboração).

⁶ Material coletado por Lopes-Damasio (2009) especialmente para esta pesquisa.

Para uma breve descrição das relações lógico-semânticas e da interdependência existente entre as porções componentes da oração complexa, articuladas pelos Padrões acima apresentados, a partir dos pressupostos teóricos de Halliday (1985), à notação 1 (inicial) e 2 (continuação), na parataxe, e α (dominante) e β (dependente), na hipotaxe, acrescentar-se-ão P e Q, conforme quadro 1 abaixo:

	PRIMÁRIA	SECUNDÁRIA
PARATAXE	1P (inicial)	2Q (continuação)
HIPOTAXE	α P(dominante)	β Q (dependente)

Quadro 1 – Orações relacionadas em *parataxe* e *hipotaxe*

Fonte: autoria própria.

Nos usos de **assim** na locução **assim como** foram detectados quatro comportamentos semântico-formais: em que a locução exerce função (i) **aditiva**; (ii) **comparativa correlativa**; (iii) **comparativa não correlativa** e (iv) **conformativa**. Dentre esses comportamentos, dois tipos de relações e de interdependência entre as orações articuladas pela locução podem ser observados.

No primeiro tipo, a locução **assim como** aditiva é utilizada em orações de mesmo estatuto, i. é, consideradas livres e funcionalmente independentes. Localizada em 2Q, **assim como** representa uma **extensão** do significado de 1P a partir do acréscimo de algo novo, representativo simplesmente de uma adição, que não implica nenhuma relação causal ou temporal entre as orações. Nesse caso temos, segundo Halliday (1985), a combinação da **extensão** com a **parataxe**, resultando no que é conhecido como COORDENAÇÃO entre orações (1P + 2Q). Como se trata unicamente de uma adição, mesmo dentro da interdependência paratática, há liberdade de sequenciação/ordenação entre 1P e 2Q, possibilitando a inversão da ordem dessas orações. Para exemplificar, expomos a ocorrência (01):

- (1) “Desejo sin-| cêramente que sua saude se tenha refeito com a volta ao| clima em que o seu corpo foi criado, **assim como** desejo| que sua distinguida família se encontre bem e que o 1952| vos seja verdadeiramente favorável.” [FFXX-52/119].⁷

A mesma locução, agora **comparativa correlativa**, **comparativa não correlativa** e **conformativa**, é utilizada em orações de estatutos diferentes, isto é, sendo uma considerada funcionalmente independente, assumindo a característica

⁷ Seguem, na identificação dos *corpora*, respectivamente: (i) sigla correspondente ao conjunto de textos, a saber, FF – cartas pessoais relacionadas ao Prof. Fidelino de Figueiredo; AI – cartas de Aldeamento de Índios; LR – cartas de leitores e redatores de jornais; APSP – editoriais do jornal A Província de São Paulo; (ii) século de publicação do texto; e (iii) numeração da ocorrência nos *corpora*.

de modificada, e a outra considerada funcionalmente dependente, assumindo a característica de modificadora. Nessa configuração de interdependência hipotática, a locução representa uma relação de *realce* do significado de αP a partir do acréscimo de um significado de **comparação/conformidade** dentro da categoria de **modo** apresentada por Halliday (1985),⁸ em βQ . A combinação de **realce** com a **hipotaxe** ($\alpha P \times \beta Q$) resulta no que é conhecido na gramática tradicional/formal como “orações adverbiais”.

Entretanto, no caso das **comparativas (não)correlativas**, diferentemente do que se observa nas relações de *realce* dentro da *hipotaxe* e também na perspectiva gramatical mais tradicional, no que tange às orações adverbiais, é impossível a inversão da ordem das orações envolvidas. Ou seja, os elementos são ordenados em dependência, caracterizando um traço da hipotaxe, mas são dependentes também da sequência/ordenação, o que constitui traço da parataxe. Assim, estamos diante de um caso em que o uso da locução não pode ser categoricamente classificado como hipotático, uma vez que ainda revela traços do nexos paratático. Além desse aspecto formal, semanticamente percebe-se uma relação intrínseca entre adição e comparação, i. é, nos casos de *realce* dentro da hipotaxe pode haver persistência da acepção aditiva. As ocorrências (02) e (03) ilustram casos de **comparação correlativa e não correlativa**, respectivamente:

- (2) “eaSSi por mais *que* os queira ReduZir ao gremio deSSua igre| ja por velos taõ derramados: ConSsigo poCo fruto **aSSim** por alguñs | fugirem deSSua aldeia; **Como** outros Sonegados de *quem* ostem.” [AIXVIII-03/41].
- (3) “Eu me acho com saude, | graças a Deus, **assim como** todos os nossos filhinhos”. [LRXIX-478/98].

Por outro lado, as conformativas enquadram-se nas relações de **realce** dentro da **hipotaxe** e, no que diz respeito ao critério de ordenação de orações, constata-se o comportamento prototípico das hipotáticas: os elementos são dependentes, mas a ordem das orações não é determinante. Assim, as conformativas representam o uso de **assim como** mais categorizável como plenamente hipotático. Nesses casos, a relação entre essa acepção e as outras, constatadas nos demais usos da mesma locução, pauta-se no traço modal de **assim**. A ocorrência (04) ilustra um caso de conformidade:

- (4) “**Assim como** vão as cousas no to-| cante á instrucção publica, dentro de| pouco tempo só haverá uma provi-| dencia util a tomar: reduzir a verba| para a despeza com o ensino pri-| mario.” [APSPXIX-1889/138].

⁸ A categoria de modo, segundo Halliday (1985), engloba também o significado de **meio**, possivelmente ilustrado, em sua forma não finita, por **por (meio) de**.

Nos usos de **mesmo assim**, encontram-se casos em que a locução é também empregada em orações consideradas livres e funcionalmente independentes. Em 2Q, **mesmo assim** representa uma combinação de **realce** com a **parataxe** (1P x 2Q), produzindo o que é também um tipo de coordenação. A oração introduzida por **mesmo assim** integra uma categoria **causal-condicional** apresentada por Halliday (1985), especificamente marcando um significado de concessão-consequência. Preferimos denominar a relação aí estabelecida de **contrastiva**, ao invés de concessiva, a fim de marcar uma diferença entre esses usos e os concessivos: se a oração em realce preceder, tornando-se temática no complexo oracional, a relação é hipotática, e, portanto, concessiva; se a oração em realce proceder, como é o caso de 2Q introduzida por **mesmo assim**, a relação é paratática. Note que aqui, como preconiza o autor, embora haja a independência característica das orações paratáticas, a sequência/ordenação não pode ser alterada. Vale ressaltar também que exatamente a proximidade entre as **contrastivas** e as **concessivas** mostra que estamos diante de um caso de parataxe muito próximo da hipotaxe, tratando-se novamente de uma classificação já a meio caminho do *continuum*. A ocorrência (05) ilustra esse caso:

- (5) “Quer nos parecer que hoje há vergonha | em confessar-se a verdade inteira. || **Ainda assim**, estas informações não [levam] | o sr. conselheiro director das terras | e colonização a formular um desmentido á | imprensa paulista, e particularmente a nós.” [APSPXIX-1876/026].

Nos usos em que o item, fora da configuração de locuções, atua como um juntor, encontra-se também a articulação de orações consideradas independentes, configurando a relação de interdependência paratática. Estamos mais uma vez diante de um caso em que o item, localizado em 2Q, articula uma oração que realça o significado da outra, 1P, por meio da qualificação via estabelecimento de uma relação causa-consequência, que pode ser configurada na notação (1P x 2Q). A combinação de **realce** com a **parataxe** resulta em um tipo de coordenação, em que uma característica circunstancial encontra-se intrínseca. Halliday (1985, p.213) engloba casos como esse na categoria **causal-condicional**, codificando uma relação de **causa-efeito** (o que implica causa-consequência, como adotamos neste trabalho). Como já foi apontado, por conta das especificidades desse tipo de relação e da interdependência a sequência/ordenação não pode ser invertida. A ocorrência (06) ilustra esse funcionamento:

- (6) COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO PAULISTA || *Senhores* Redactores. – Li por duas vezes, no | jornal de *vossassenhorias*, reclamações sobre a irregula- | ridade dos vapores desta companhia e da | desconsideração com que se tratava os Pau- | listas, deixando de os avisar das trasnferen- | cias por meio de annuncios, etc. || Vi no *Diario* uma defesa, em favor da com- | panhia, desmentindo a primeira queixa

pu- | blicada na *Provincia*, e não soube como de- | cidir-me, o que acontece a quem vive no | matto e não anda a par de todas as cousas. | Chegou, porém, a minha vez de examinar | de que lado está a razão e verifiquei infeliz- | mente que está da parte dos queixosos que | tem vindo á *Provincia*. || Tendo de ir á côrte indaguei de alguns | amigos quando haveria vapor para lá e me | foi dito que sahia a 11 do corrente, o que por | mim foi verificado tambem no *Diario de San- | tos*, na parte que trata da sahida e entrada | de navios naquelle porto. || **Assim**, disponho a minha viagem|| [LRXIX-514/105].

Por fim, os usos de **assim** na locução temporal **assim que** atuam na articulação de orações funcionalmente diferentes, em um caso de interdependência **hipotática** com a combinação de **realce** representado na notação ($\alpha P \times \beta Q$). Especificamente, nessa relação de realce entre orações dependentes, marca-se uma acepção temporal, em que está presente o traço “pontual”. Note que βQ , introduzida pela locução, portanto, sendo finita, acumula as funções de expressar a dependência (o estatuto hipotático), a relação circunstancial (temporal) e a aspectual (pontual). Dentro da estrutura hipotática, αP e βQ são ordenadas em dependência e amplamente independentes da sequência. Sendo assim, identificam-se as sequências: oração dependente seguindo ($\alpha P \times \beta Q$) e precedendo a dominante ((βQ) $\times \alpha P$):

- (7) “Quanto ao trabalho sobre o Latim Vulgar, que constitui assunto da minha tese de concurso, estou re-vendo-o para impressão. Mandar-lhe ei com muito prazer um e-xemplar **assim que** esteja impresso.” [FFXX-52/131].

As relações semântico-cognitivas no processo de GR de assim

Central para o estudo do processo de GR de **assim**, especialmente em relação aos Padrões de (A) a (D), de uso juntivo do item e formas correlatas, é a descrição da polissemia, observável na mudança semântica, e da ambiguidade, em termos de processos cognitivos fundamentais para trabalhar questões relacionadas à comunicação e à percepção humana do mundo (SWEETSER, 1990).⁹

Para tais considerações basear-nos-emos, especificamente, em Kortmann (1997). Segundo esse autor, a análise da mudança de significado, em um número considerável de línguas, capaz de identificar um estudo tipológico, idealmente línguas nem genética, nem espacialmente relacionadas umas às outras, mostrou que alguns sentidos dão origem a outros, posteriores no tempo. A idéia que leva a esta afirmação é o método correspondente à **reconstrução semântica**

⁹ As inferências pragmáticas e as mudanças semânticas que nos interessam “são sempre inferências e mudanças do menos específico para o mais específico, reinterpretadas aqui como desenvolvimentos do menos complexo cognitivamente para as relações interoracionais mais complexas cognitivamente.” (KORTMANN, 1997, p.160).

interna (TRAUGOTT, 1982).¹⁰ É importante lembrar que muitas dessas mudanças semânticas podem e, até mesmo, devem ser vistas como consequências de inferências pragmáticas (HOPPER; TRAUGOTT, 1993) que, em alguns casos, podem se tornar convencionizadas, mas que também, em muitos outros, permanecem em estágios nos quais não são mais do que um rico *context-bound*, proporcionador de uma leitura opcional no interior de um determinado recorte sincrônico.

Diante desses apontamentos, de partida, consideraremos, seguindo Kortmann (1997), que os significados sem ou com mínimas pressões contextuais poderiam qualificar-se como **primários**, e aqueles com fortes restrições contextuais como **secundários**. Isso pode ser visto na Figura 1, emprestada do autor:

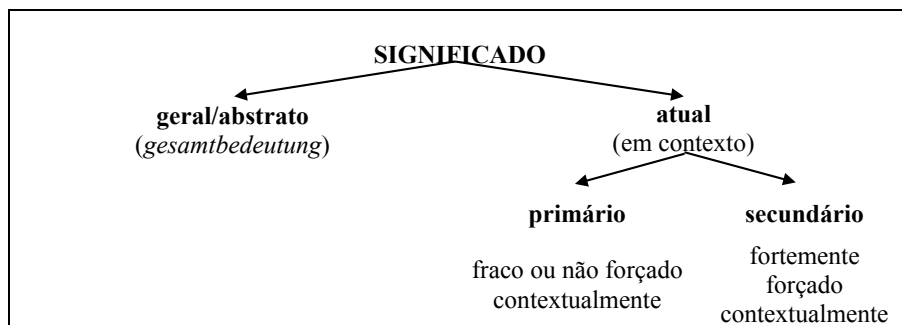


Figura 1 – Significado geral/abstrato e significado atual

Fonte: Kortmann (1997, p.18).

Os significados de interesse aqui, assim como para os semanticistas cognitivos e para os tipologistas funcionais, serão, obviamente, os significados atuais. Consideraremos, seguindo indicações de Haegeman (1985) e, acima de tudo, dos resultados alcançados até aqui, que diferentes leituras do mesmo item **podem** acarretar efeitos na sintaxe da oração em que se insere ou que introduz (Padrões (A) a (D)). Então, as restrições sintáticas são um diagnóstico proveitoso na identificação de diferentes significados do mesmo item, conforme apontado na seção prévia de análise.¹¹

Além disso, consideraremos, ainda segundo indicações do mesmo autor – e de outros, como Sweetser (1990); Schiffrin (1987); Hengeveld (1993) –, que certas relações interoracionais operam ou no nível do conteúdo ou no nível

¹⁰ Sincronicamente, sentidos adjacentes são também diacronicamente adjacentes, de tal forma que sentidos que são fonte de polissemia/ambiguidade na perspectiva sincrônica serão fonte de derivação na diacrônica (TRAUGOTT, 1982).

¹¹ É relevante ressaltar que, como Haegeman (1985), também não estamos afirmando que diferentes leituras de um item sempre terão repercussão sintática.

epistêmico, ou, ainda, podem apresentar potenciais distintos para serem usadas, ora em um, ora em outro desses dois planos discursivos, o que deve ser tratado como um indício do processo de GR. Nessa direção, apresentamos o Quadro 2 que segue:

PLANOS DISCURSIVOS	PADRÕES			
	Padrão (A) causa- consequência	Padrão (B) comparação adição	Padrão (C) tempo	
<i>Nível do conteúdo</i>				
<i>Nível epistêmico</i>	Padrão (A) causa- consequência	Padrão (B) conformativo		Padrão (D) contrastivo

Quadro 2 – Relação entre Planos discursivos e Padrões de **assim**

Fonte: Autoria própria.

Existem evidências interlinguísticas, para além dos limites dos dados aqui focalizados, que, sincrônica e diacronicamente, fortalecem as associações acima propostas. Kortmann (1997) aponta evidências sincrônicas a partir de seus dados: dos 470 subordinadores adverbiais para os quais os informantes estavam certos de que poderiam dar um uso metalinguístico, quase 60% sinalizam uma relação causal, condicional, concessiva. Por contraste, apenas 18% desses subordinadores servem como marcadores de uma relação temporal. Como evidências históricas, podemos reclamar hipóteses recentes em GR, tais como as mudanças semânticas observáveis em verbos modais (BYBEE; PAGLIUCA, 1985) ou conectivos adverbiais (p. e., *since* de Anterioridade para Razão; *while* de Simultaneidade para Contraste), que tendem a exibir um aumento de **subjativização** (TRAUGOTT, 1989).

Feitas essas colocações iniciais, o parâmetro a ser explorado nesta seção diz respeito ao grau de não discretude conceitual que as relações interoracionais individuais, focalizadas aqui, exibem em relação direta com um aumento do grau de polifuncionalidade semântica. No que tange a esse parâmetro, Kortmann (1997, p.168) apresenta a seguinte pergunta: “Qual é a noção que gera esse parâmetro em geral?” Em resposta, diretamente indicada para os nossos dados, o autor afirma que quanto mais frequentemente uma dada relação interoracional é expressa como um de vários significados de um item, enquanto juntor, mais alto é seu grau de não discretude conceitual (caso dos Padrões (A) e (B)); consequentemente, quanto menos frequentemente uma dada relação interoracional é expressa, mais baixo é seu grau de não discretude conceitual (caso dos Padrões (B-conformativo), (C) e (D)). Além do mais, esse grau de não discretude tende a aumentar para relações interoracionais conceitualmente primitivas, mas diminuir para aquelas conceitualmente complexas.

Diante disso, apresenta-se, na sequência, o Quadro 3, a partir dos resultados do trabalho de Kortmann (1997), em que se listam as relações interoracionais de interesse, destacando a não discretude semântica das relações estabelecidas e a complexidade cognitiva. Nele, seguem destacadas as relações equivalentes aos Padrões de (A) a (D):

NÃO DISCRETUDE SEMÂNTICA E COMPLEXIDADE COGNITIVA DE RELAÇÕES INTERORACIONAIS								
Relações	- GRAU DE DISCRETUDE >>>				>>> + GRAU DE DISCRETUDE			
	- GRAU DE COMPLEXIDADE >>>				>>> + GRAU DE COMPLEXIDADE			
TEMPORAIS	Sobreposição de Simultaneidade <i>when</i>	Duração de Simultaneidade <i>while</i>	Contingência <i>whenever</i>	Anterioridade <i>after</i>	Anterioridade Imediata <i>as soon as</i> PADRÃO (C)	“Terminus ad quem” <i>until</i>	Posterioridade <i>before</i>	“Terminus a quo” <i>since</i>
CCC	Causa <i>Because</i> PADRÃO (A)	Condição <i>if</i>	Resultado <i>so that</i>	Propósito <i>in order that</i>	Condição Concessiva <i>even if</i>	Contraste <i>whereas</i> PADRÃO (D)	Concessão <i>although</i>	
MODAIS / LUGAR	Similaridade <i>as, like</i> PADRÃO (B)	Comentário/acordo <i>as</i> PADRÃO (B)-conformidade	Comparação <i>as if</i>					

Quadro 3 – Não discretude semântica e complexidade cognitiva de relações interoracionais

Fonte: Autoria própria.

Esse quadro serve-nos como exemplo da organização interna do espaço semântico de relações interoracionais em termos de: (i) seus graus relativos de “discretude”, de um lado, e (ii) seus graus relativos de “simplicidade/complexidade cognitiva”, de outro. Dessa forma, no que diz respeito a (ii) sustentamos que a relação:

- (i) temporal de Anterioridade imediata, caracterizadora do Padrão (C), é mais complexa do que qualquer outra à sua esquerda e menos do que qualquer outra à sua direita;
- (ii) CCC de Contraste, caracterizadora do Padrão (D), é mais complexa do que a relação de Causa/consequência, caracterizadora do Padrão (A), ou qualquer outra à sua esquerda e menos complexa do que a relação de Concessão à sua direita;
- (iii) modal de Similaridade, caracterizadora do Padrão (B), é menos complexa do que a relação de Comentário/acordo, caracterizadora do Padrão (B)-conformidade, ou qualquer outra à sua direita.

Diante dessas constatações, sugerimos, a partir da análise realizada, o seguinte *continuum* de complexidade cognitiva crescente:

PADRÃO (B) comparativo (não)correlativo/ coordenativo aditivo	PADRÃO (C) temporal	PADRÃO (B) conformativo	PADRÃO (A) conclusivo	PADRÃO (D) contrastivo
<i>P assim como Q</i>	<i>Assim que Q, P</i>	<i>P assim como Q</i>	<i>P assim Q</i>	<i>P mesmo assim Q</i>

Figura 2 – *Continuum* de complexidade cognitiva crescente

Fonte: Autoria própria.

Adicionalmente a (i) e (ii), Kortmann (1997) argumenta que, antes de qualquer coisa, também existem evidências morfológicas e semânticas, suportando a intuição de que relações interoracionais diferem quanto à *basicness* cognitiva ou centralidade para o raciocínio humano. Os parâmetros elaborados pelo autor permitem postular uma estrutura em camadas no espaço semântico de relações interoracionais, consistindo em um núcleo de relações circunstanciais básicas e diversas camadas de relações cada vez mais periféricas. Entre as relações que constituem o núcleo hipotetizado por Kortmann, (1997), localizam-se vários dos Padrões identificados e analisados neste trabalho, tal como podemos observar a partir da adaptação da figura que segue:

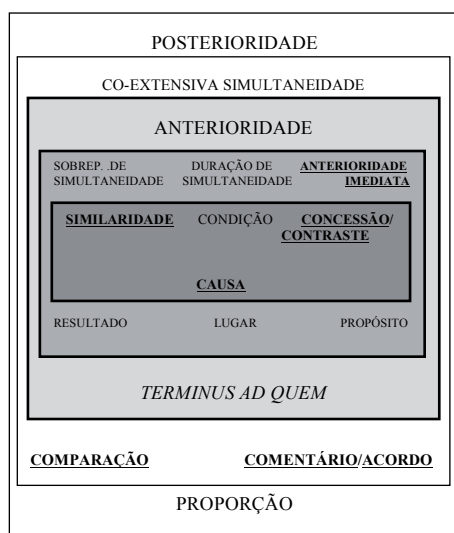


Figura 3 – *Basicness* cognitiva ou centralidade para o raciocínio humano

Fonte: Autoria própria.

Como resultado de sua pesquisa, Kortmann (1997) afirma que as doze relações que constituem o núcleo (representado em cinza) exibem o mais alto grau de lexicalização em jutores, i. é, em um alto número de línguas foram encontrados jutores codificando, lexicalmente, tais relações. A afirmação, portanto, é de que essa disponibilidade reflete a *basicness* cognitiva ou, em outras palavras, que “os princípios lexicais codificam os cognitivos” (KORTMANN, 1997, p.341, grifo do autor). De acordo com essa colocação, entre os Padrões de uso jutivo de **assim** e formas correlatas, apenas o (B)-conformativo e a possível acepção comparativa, considerando-se sua relação intrínseca com similaridade,¹² encontram-se fora desse núcleo.

É crucial, para Kortmann (1997), notar que esse conjunto central recebe suporte da análise da frequência em várias línguas. Disso concluímos que *basicness* cognitiva de relações interoracionais pode, enfim, ter reflexos na língua, de modo a se caracterizar por itens altamente gramaticalizados ou, acrescentamos, em vias de GR, mediante frequência de uso. Dessa forma, segundo o autor, tal reflexo linguístico encontra identificação também com a estabilidade temporal, indicativa de que na codificação das relações interoracionais mais básicas estarão os jutores mais “velhos” em uma língua, aqueles que já passaram, pelo menos, por mudanças morfo-semânticas ao longo do tempo. Diante dessa colocação e da observação proporcionada pela análise aqui realizada, estendemos a afirmação de Kortmann (1997), assumindo que não apenas jutores já em uso podem ser identificados nesse núcleo, mas também jutores que, ao longo do tempo, sofrem GR, o que equivale a dizer que os sistemas de relações semântico-cognitivas nucleares também favorecem a emergência de mecanismos que, a partir do material linguístico disponível na língua, atuarão na constituição de formas novas de codificar velhas relações.

Complexidade cognitiva e “*basicness*” **cognitiva** precisam ficar separadas, isso porque a segunda não necessariamente envolve a primeira, sendo o inverso também verdadeiro. Concessão/contraste é um exemplo de relação interoracional que exhibe alto grau de complexidade cognitiva e que, claramente, pertence ao conjunto central de relações cognitivamente básicas.

Ainda é possível sugerir uma organização macroestrutural em sistemas maiores de relações interoracionais, tais como os sistemas **temporais, modais**, e, num sentido mais amplo, **causais, condicionais e concessivos** (CCC) (KORTMANN, 1997). Nessa direção, a indicação de relações interoracionais individuais de um desses sistemas maiores, por sua vez, é motivada por um grau suficiente de similaridade semântica entre as relações e, ao mesmo tempo, por um grau suficiente de diferenças semânticas a partir da comparação com

¹² Cf. HASPELMATH; BUCHHOLZ (1998).

outras relações circunstanciais. À luz dessa afirmação, focalizaremos exatamente esta similaridade semântica, já indicada na descrição de cada um dos Padrões e indicativa do processo gradual de mudança por GR, não somente com um olhar sobre a similaridade interna do sistema. Ao contrário, investigaremos os diferentes graus de relações semânticas existentes entre algum par ou conjunto de relações interoracionais em geral, independente de pertencerem ao mesmo ou a sistemas semânticos distintos. Assim, a exemplo de Kortmann (1997), essa generalização é mais ambiciosa do que apenas esclarecer a estrutura interna de sistemas individuais, uma vez que representa uma tentativa de revelar as mais importantes das múltiplas relações, envolvidas no processo de mudança semântica subjacente à GR, que as relações individuais contraem de forma a constituírem o espaço semântico de relações interoracionais expressas pelos Padrões focalizados.

A evidência apresentada aqui permite a afirmação de que há modelos de espaços semânticos de relações interoracionais capazes de refletir as afinidades e suas forças relativas, dentro e entre os maiores sistemas. Esses modelos são apresentados por Kortmann (1997), na forma de mapas cognitivos, adequadamente também chamados de canais de polissemia, tridimensionais e similares aos modelos de moléculas em química.

Sobre um macronível, desprezando-se a intrincada estrutura interna de cada um dos sistemas (principalmente dos sistemas **temporal** e **CCC**), o espaço semântico das relações interoracionais identifica-se com quatro conjuntos de relações: **locativas, temporais, modais e CCC**, como mostra o mapa, extraído de Kortmann (1997, p.117):

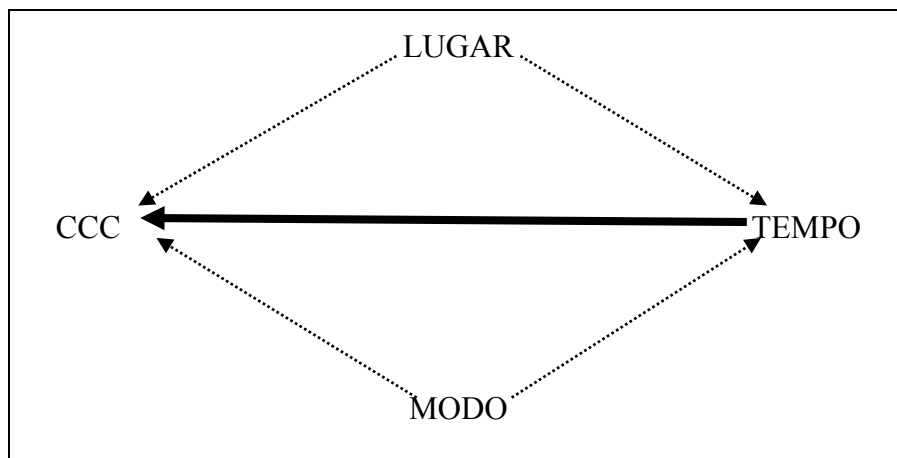


Figura 4 – Espaço semântico interoracional

Fonte: Kortmann (1997, p.117).

De acordo com o mapa, de modo geral, existem somente afinidades fracas entre os sistemas de relações locativas e temporais, temporais e modais, modais e CCC, assim como CCC e locativas. Entretanto, de modo específico, i. é, partindo dos resultados apontados pelos dados analisados, as relações que apresentam grau mais alto de afinidade semântica podem ser depreendidas entre os sistemas que partem das relações modais, por conta da própria natureza do item **assim**. Afinidades semânticas são virtualmente ausentes entre as relações locativas e modais, também em nossos dados.

Dessa forma, a partir da análise sintático-semântica, observa-se que, na acepção conclusiva do Padrão (A), está implícita uma relação de **causa/consequência** ou ainda de **causa/efeito** que proporciona a depreensão de contextos de ambiguidade semântica entre **modo**, característico do sistema a que pertence originalmente seu item fonte, e a relação mais abstrata, característica do sistema CCC (**causa/consequência**).

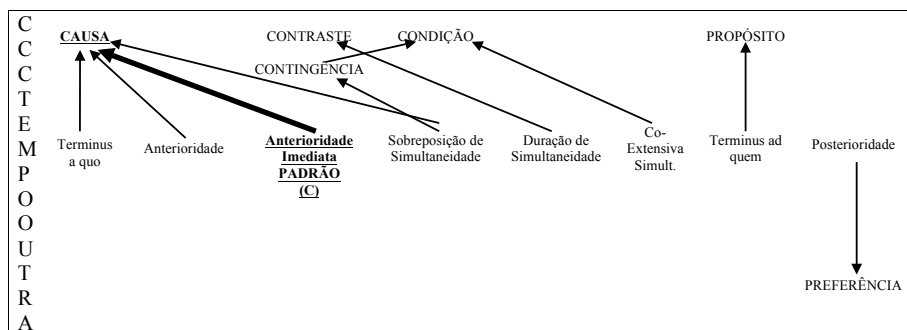


Figura 5 – Mapa cognitivo das relações temporais

Fonte: Autoria própria.

A análise empreendida a partir dos dados característicos do Padrão (C) mostra uma relação entre o sistema modal e o temporal. Entretanto, diacronicamente, foram constatados usos, anteriores aos temporais, em que estava implicada uma relação consecutiva, característica do sistema CCC. De fato, associam-se as duas leituras, a temporal e a consecutiva, aos traços semânticos do item fonte a partir do sistema modal. Estamos afirmando, portanto, que o item central para o Padrão, de natureza modal, favorece leituras consecutivas e temporais, sendo, posteriormente, especializado, via usos mais frequentes, na acepção temporal. Dessa forma, não estamos entendendo que, diacronicamente, os usos que permitem leitura consecutiva correspondam a uma etapa do desenvolvimento da leitura temporal do Padrão.¹³ O mapa cognitivo

¹³ Caracteriza-se um caso de: (i) estratificação (a mesma construção permite leituras **consecutivas** e **temporais**); e (ii) especialização (apresenta, com o tempo, maior frequência de usos temporais).

das afinidades mais importantes que superam o sistema das relações temporais ilustra como, de fato, essa relação, refletida nos dados analisados do Padrão (C), é comum, de modo geral, ao sistema temporal.

O Padrão (D) sugere uma relação que parte, também por conta do item **assim**, do sistema modal, em direção ao sistema CCC.¹⁴ Diferentemente dos demais Padrões aqui destacados, esse revela usos bastante ambíguos, por aspectos distintos, em que a partir de uma leitura basicamente adversativa, pode-se inferir, por conta da própria fluidez semântico-pragmática, uma relação concessiva, mais abstrata. Dessa forma, em contextos marcados por relações indicativas do sistema CCC, o Padrão caracterizado como **contrastivo**, por conta dessa fluidez, apresenta também casos de polissemia interna a um mesmo sistema, em micronível. Chama-se a atenção para a presença, nesse micronível, também das relações de causa e condição, como características marcantes dos contextos que propiciam a emergência da acepção contrastiva do Padrão (CHEN, 2000; GUIMARÃES, 1987; HALLIDAY; HASAN, 1976; KOCH, 2001; KÖNIG, 1985; MARTELOTTA, 1998; NEVES, 1999).

Por sua vez, o Padrão (B) não passa de um sistema de relação a outro, mas apresenta mudanças semânticas internas ao mesmo sistema, em nível da microestrutura, em que se observa um desenvolvimento possível da Similaridade, relativa à **igualdade de modo**, à Similaridade, relativa à **igualdade de extensão**, equivalente à comparação. Além disso, esse mesmo Padrão apresenta usos mais abstratos, indicativos de conformidade. Entretanto, de modo geral, todos os usos (mais/menos abstratos) do item, nesse Padrão, encontram-se no domínio das relações de modo.

Portanto, em micronível, a relação de comparação acrescenta-se às de modo, similaridade e comentário/acordo, a partir de sua frequente sinalização com uma leitura primária ou secundária de juntores de similaridade. Destacamos, portanto, apoiados em Kortmann (1997), que esta afinidade semântica dificilmente pode causar algum tipo de espanto, dado que comparação envolve similaridade. O que interessa aqui, entretanto, é que, em geral, as relações modais individuais apresentam todas as suas importantes afinidades com outras relações interoracionais internas ao sistema. De fato, as únicas ligações que superam o sistema, e que foram mencionadas e ilustradas aqui a partir dos Padrões (A), (C) e (D), são aquelas com Anterioridade imediata, tendo como meta o sistema temporal, de um lado, e com Causa e Contraste, tendo como meta o sistema CCC, de outro.

¹⁴ Embora essa direção seja justificada a partir das leituras com acepção mais concreta do Padrão, uma investigação mais pormenorizada, especificamente dos itens **mesmo** e **ainda**, constitutivos, com **assim**, desse Padrão (nas variações **mesmo assim** e **ainda assim**), pode apontar outros caminhos de desenvolvimento semântico-cognitivo.

Diante disso, para finalizar essa seção, o mapa cognitivo que segue ilustra essas importantes relações de afinidades que superam o sistema de relações modais e, da mesma forma, as relações internas ao sistema em micronível, relativas ao Padrão (B):

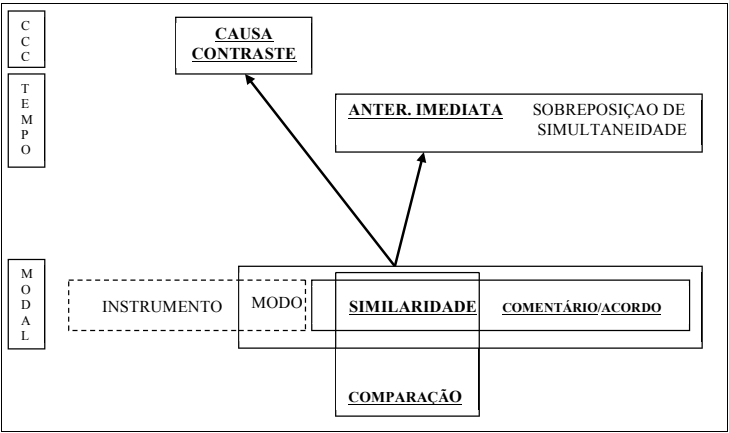


Figura 6 – Mapa cognitivo das relações modais

Fonte: Autoria própria.

Considerações finais

A adaptação do mapa sugerido por Kortmann (1997), a seguir, ilustra os movimentos, em macronível, sugeridos a partir de nossos resultados:

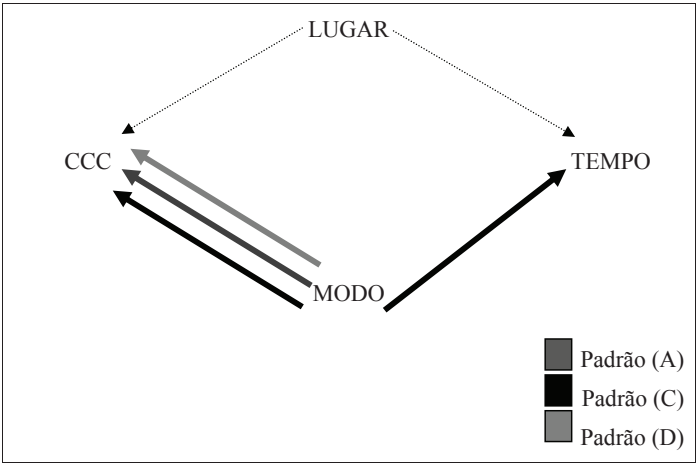


Figura 7 – O mapa cognitivo das relações juntivas de **assim** e formas correlatas

Fonte: Autoria própria.

Esses resultados também corroboram a unidirecionalidade das afinidades, refletidas nas direções observáveis mais frequentemente em mudanças semânticas que geram jutores, tal como proposto por Kortmann (1997). As relações modais dão origem às relações causal e contrastiva, no sistema de relações CCC, especificamente no que tange aos Padrões (A) e (D), respectivamente, e abastecem o sistema de tempo, de acordo com o Padrão (C), mas não vice-versa. De acordo com esses resultados, podemos apontar: (i) corroborando afirmação de Kortmann (1997), que o sistema **tempo** é geralmente a meta do processo de extensão do significado de itens originalmente modais (e também locativos); (ii) que, embora o eixo **modo** > CCC seja considerado fraco, tipologicamente, segundo Kortmann (1997), nossos dados comprovam que a natureza semântica dos itens envolvidos no processo é que, necessariamente, determina o sistema *fonte* da mudança. Dessa forma, no nosso caso, o sistema **modo** assume características de sistema fonte forte.

A análise das relações semântico-cognitivas no processo de GR de **assim**, especialmente no que tange aos seus Padrões interoracionais ((A) a (D)), forneceu-nos uma escala crescente de complexidade cognitiva associada à discretude semântica e uma especificação das relações interoracionais desempenhadas por esses Padrões. Os resultados dessa análise permitiram a identificação de uma relação tridimensional de derivação entre os domínios cognitivos, apontando **modo** como a macrofunção mais produtiva nos dados.

Dessa forma, a vantagem em se projetar e adotar um mapa como o sugerido é a de que ele não apenas captura a macroestrutura do espaço semântico de relações interoracionais, como também favorece a formulação de restrições sobre a natureza da polissemia e direções possíveis da mudança semântica tal como observada para jutores de base adverbial, possibilitando a identificação dessas direções como caminhos mais ou menos fortes na relação entre domínios **fonte** e **meta** em casos específicos de mudança via GR.

LOPES-DAMASIO, L. R. *An specific approach to the semantico-cognitive relations in grammaticalization processes*. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.457-476, 2011.

- **ABSTRACT:** *This paper suggests a specific approach to the semantico-cognitive change in grammaticalization processes which draws upon the exploration of non-discretion conceptual degrees and the increasing cognitive complexity according to Kortmann's (1997) studies on adverbial-based subordinators. The universe of investigation is made of written texts (editorials, letters, and e-mails) and spoken texts (samples from the database IBORUNA), representing the 18th to 21th centuries. Concerning the connecting usage patterns of **assim** based on Halliday (1985) approach, i.e. the coordinative, conclusive connector (P **assim** Q), comparative, confirmative connectors (P **assim como** Q), temporal connector (**Assim que** Q, P), and contrastive connector (P, **mesmo assim** Q), this study concludes that the analysis of the semantico-cognitive relations in the process of grammaticalization of **assim** provided*

us with an increasing cognitive complexity scale related to the semantic discretion and a specification of inter-sentence relations set up by these patterns. Accordingly, the results of the analysis allowed us to suggest a tridimensional derivation relation among the cognitive domains, pointing out to Mode as the most productive macro-function in the data.

- **KEYWORDS:** *Semantico-cognitive relations. Grammaticalization. Linguistic change. Cognitive domains.*

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A.; LOPES, C. *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX: cartas de leitores*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006.

_____. *Cartas de leitores e de redatores*. [S.l.]: [s.n.], 2002. CD.

BARROSO, P. H. O.; BATISTA, A. S. *Correspondência passiva de Fidelino de Figueiredo*. [S.l.]: [s.n.], 2007. CD.

BYBEE, J.; PAGLIUCA, W. Crosslinguistic comparison and the development of grammatical meaning. In: FISIÁK, J. (Ed.). *Historical semantics and historical word-formation*. Berlin: Mouton, 1985. p.59-83.

CHEN, G. The grammaticalization of concessive markers in Early Modern English. In: FISCHER, O. (Org.). *Pathways of change, grammaticalization in English*. Philadelphia: John Benjamins, 2000. p.85-108.

CRUZ, G. D. da. O e-mail e sua produção no meio eletrônico: o suporte afeta o gênero? *Revista Letra Magna*, [s.l.], v.3, n.5, p.1-22, 2006.

GUIMARÃES, E. R. J. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.

HAEGEMAN, L. Subordinating conjunctions and X'-syntax. *Studia Germanica Gandensia*, Gent, n.2., p.134-138, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. Above the clause: the clause complex. In: _____. *An introduction to Functional Grammar*. New York: Arnold, 1985. p.192-252.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HASPELMATH, M.; BUCHHOLZ, O. Equative and simulative constructions in the languages of Europe. In: AUWERA, J. van der; O'BAOILL, D. P. (Ed.). *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: Mouton, 1998. p.277-334.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, B. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HENGEVELD, K. Semantic type, factivity, and the expression of adverbial clauses. In: _____. (Ed.). *The internal structure of the adverbial clauses*. Stockholm: Eurotyp, 1993. p.119-132.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KABATEK, J. Introduccion. In: _____. (Ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico*: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas. Madrid: Iberoamericana, 2008. p.7-16.

_____. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis – Revista de Lingüística y Literatura*, Lima, v.29, n.2, p.151-177, 2005.

_____. Oralidad, proceso y estructura. *Pandora*, Paris, v.2, n.2, p.37-54, 2002.

_____. *Os falantes como lingüistas*: Tradición, innovación e interferências no galego actual. Salamanca: Edicions Xerais de Galicia, 1996.

KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2001.

KÖNIG, E. On the history of concessive connectives in english: diachronic and synchronic evidence. *Lingua*, Amsterdam, v.66, n.1, p.1-19, 1985.

KORTMANN, B. *Adverbial subordination*: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages. Berlin: Mouton, 1997.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTELOTTA, M. Gramaticalização e graus de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. *Veredas: revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v.2, n.3, p.37-56, 1998.

NEVES, M. H. M. As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado*: novos Estudos. São Paulo: Humanitas, 1999. v.2. p.545-591.

PAIVA, V. L. M O. E-mail: um novo gênero textual. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.68-90.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SIMÕES, J. S; KEWITZ, V. *Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX*: uma contribuição para os corpora do PHPB. São Paulo: Humanitas, 2006.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAUGOTT, E. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. D. (Org.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwells, 2003a. p.624-647.

_____. From subjectification to intersubjectification. In: HICKEY, R. (Ed.). *Motives for language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b. p.124-140.

_____. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON HISTORICAL LINGUISTICS, 12., Manchester, 1995. **Proceedings...** Manchester: [s.n.], 1995. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott/papers/discourse.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2004.

_____. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectivication in semantic change. *Language*, Baltimore, n.65, p.31-55, 1989.

_____. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMMAN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p.245-271.

TRAUGOTT, E; KÖNIG, E. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v.1. p.189-218.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

GONÇALVES, S. C. L. *Banco de dados Iboruna*: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista. Disponível em: <<http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em: 05 dez. 2007.

Recebido em fevereiro de 2011.

Aprovado em maio de 2011.

ASPECTO INERENTE E PASSADO IMPERFECTIVO NO PORTUGUÊS: ATUAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PERSISTÊNCIA E DA MARCAÇÃO

Raquel Meister Ko. FREITAG*

- RESUMO: Neste texto são apresentados indícios da ação dos princípios da persistência (HOPPER, 1991) e da marcação (GIVÓN, 2001) na gramaticalização das formas de expressão do passado imperfectivo no português. O controle do aspecto inerente ao verbo em um modelo quantitativo apontou que o traço aspectual [dinamismo] determina as associações entre formas na expressão do passado imperfectivo, por conta do histórico aspectual de PPROG, marcado com relação direta com o traço [+ dinâmico], e IMP, associado com o traço [- dinâmico] por conta do seu histórico de marcar distanciamento. Esses resultados sugerem que a persistência e a marcação podem ser consideradas motivações convergentes no processo de variação na expressão do passado imperfectivo.
- PALAVRAS-CHAVE: Passado imperfectivo. Gramaticalização. Motivações convergentes.

Introdução¹

O valor semântico-discursivo de passado imperfectivo, no português falado no Brasil, apresenta duas formas de realização: a forma de pretérito imperfeito do indicativo (IMP) e a forma perifrástica, constituída pelo auxiliar **estar** acompanhado do morfema de pretérito imperfeito do indicativo e verbo principal no gerúndio (PPROG), como em (1) e (2) respectivamente:

- (1) “Na época que eu mais precisei dele, que eu mais **precisava** de um apoio, foi quando a minha mãe morreu.” (SC FLP FAP 03).²
- (2) “Aí também foi na época que a gente voltou, a gente **estava precisando** economizar pra começar nossa vida.” (SC FLP FAP 01).

* UFS – Universidade Federal de Sergipe. Centro de Educação e Ciências Humanas – Núcleo de Pós-Graduação em Letras. São Cristóvão – SE – Brasil. 49100-000 – rkofreitag@uol.com.br

¹ Este texto é parte revisada e ampliada da tese de doutorado **A expressão do passado imperfectivo no português: variação/gramaticalização e mudança**, sob orientação da prof.^a Edair Maria Gorski, defendida em 2007, na Universidade Federal de Santa Catarina.

² O código ao final dos dados refere-se à indicação da fonte, a amostra de Florianópolis do banco de dados do Projeto VARSUL – Variação Linguística Urbana da Região Sul do Brasil –, de onde foram extraídos. Amostras do áudio dos dados podem ser conferidas em Projeto VarSul (2010).

O passado imperfeito³ é uma função caracterizada **temporalmente** pela relação de ordenação e sobreposição e **aspectualmente**, pela relação de inclusão. Em relação ao tempo, o passado imperfeito refere-se a uma situação anterior ao momento de fala e simultânea ao ponto de referência, também anterior, daí a noção de passado. Em relação ao aspecto, o passado imperfeito refere-se a uma situação cujo intervalo inclui o ponto de referência, o que manifesta o andamento da situação em relação à referência, daí a noção de imperfectividade. Em (1), a situação **precisava** é anterior ao momento de fala e ocorre concomitantemente a um ponto de referência, estabelecido pela oração subordinada adverbial temporal “quando a minha mãe morreu”. A situação, apesar de já ter ocorrido, é apresentada como em andamento em relação ao ponto de referência; na oração anterior “Na época que eu mais precisei dele”, o mesmo item lexical é apresentado como perfectivo (valor associado à forma de pretérito perfeito). Em (2), a situação **estava precisando** também se refere a uma situação passada – anterior ao momento de fala – e concomitante a um ponto de referência, também passado: “Aí também foi na época que a gente voltou”. Observe-se que, com o mesmo item lexical, no mesmo contexto, com o mesmo tipo de ponto de referência (oração temporal), duas formas para expressar passado imperfeito podem ser utilizadas: IMP e PPROG. Quando as formas IMP e PPROG apresentam essas propriedades semântico-discursivas, podemos considerá-las como variantes na expressão do passado imperfeito. A análise da variação nos níveis gramaticais mais altos (além da fonologia) costuma se deparar com problemas relacionados à frequência, à equivalência semântica e à necessidade de interface teórica para dar conta do fenômeno (FREITAG, 2009), sendo necessário partir em busca de explicações/motivações a variação destas formas. Podemos, no caso do passado imperfeito no português, aventar a hipótese de atuação de dois princípios funcionais de organização da língua: o princípio da persistência e o princípio da marcação.

De acordo com Hopper (1991), quando uma forma sofre gramaticalização, passando de lexical a gramatical, alguns traços de seu sentido lexical original tendem a continuar, e detalhes da sua história lexical podem se refletir no

³ No domínio da imperfectividade, o passado imperfeito recobre os valores **progressivo** em (1); **iterativo** em (2); e **habitual** em (3), além de casos de ambiguidade aspectual (imperfeito genérico, valor em que a especificidade aspectual não é relevante nem para o falante nem para o ouvinte naquele contexto comunicativo, em (4) (FREITAG, 2007).

(1) “Era dez da noite, a mãe **fazia** a janta, quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou.” (SC FLP MBC 23).

(2) “Setenta e três. Foi campeão pelo Figueirense. E era Figueirense fanático e do Flamengo. Quando o Flamengo perdia, ele **quebrava** o rádio.” (SC FLP MAC 19).

(3) “Então a gente perdia tempo à beça esperando que viesse outro ônibus. O ônibus **quebrava** toda hora, toda hora. Mas era a maior dificuldade, sabe? pra gente se locomover de ônibus.” (SC FLP MAC 18).

(4) “E o meu avô **estava brigando** com eles, né”. (SC FLP FAP 01). A situação pode ser interpretada como uma única briga que se estende (valor progressivo) ou uma briga habitual.

condicionamento da sua distribuição gramatical; esse é, basicamente, o princípio da persistência.

O princípio da marcação, por sua vez, está associado à complexidade e à previsibilidade: significados e funções complexos e menos previsíveis tendem a ser codificados através de formas compostas por mais “marca”, isto é, formas compostas por um maior número de material linguístico – fonemas, morfemas, palavras. Nessa linha, Givón (2001) aponta a existência de uma relação icônica entre o processamento cognitivo da língua e sua representação material no discurso, no sentido de que processos de produção mais complexa são codificados linguisticamente através de formas materiais mais marcadas. Segundo Givón (2001), formas que pertencem a uma mesma categoria gramatical diferenciam-se quanto ao grau de marcação: as marcadas tendem a ser utilizadas em contextos cognitivo-comunicativos complexos; por sua vez, as formas não marcadas tendem a ser utilizadas em contextos mais simples. Ou seja, as formas gramaticais podem vir a receber usos especializados, particularizados para certos contextos em razão de seu grau de marcação linguística. Neste texto, testamos a hipótese de que o aspecto inerente ao verbo atua no direcionamento da variação semântico-discursiva entre IMP e PPROG, sob os efeitos dos princípios da persistência e da marcação. Assim, nas seções a seguir, primeiramente são discutidos modelos para o controle do aspecto inerente ao verbo, especificamente os modelos de Vendler (2005), Rothstein (2004) e de Bertinetto (2001); na sequência, os resultados quantitativos para a expressão do passado imperfeito são analisados, a fim de corroborarem indícios da ação do princípio da persistência e da marcação na gramaticalização das formas de expressão do passado imperfeito no português.

Hipóteses para o aspecto inerente

O aspecto inerente ao verbo, ou acionalidade, ou *aktionsart*, refere-se não à estrutura temporal interna da situação, mas ao tipo de situação propriamente.⁴ É um traço próprio do item lexical; uma propriedade oriunda do léxico conceitual, mas que interage com o componente gramatical. Partindo da premissa de que a expressão do aspecto é composicional – ou seja, constituída pela interação entre o traço aspectual oriundo do léxico, o morfema gramatical verbal, adjuntos adverbiais e contexto comunicativo –, o aspecto inerente é o nível mais estrito da aspectualidade. Vejamos, primeiramente, modelos teóricos para o aspecto inerente com a finalidade de definir hipóteses para testar o papel deste componente para a variação na expressão do passado imperfeito em português.

⁴ Há discussões na literatura acerca das semelhanças e diferenças entre aspecto inerente ao verbo, acionalidade, *aktionsart*, bem como profusão de terminologias; não é objetivo entrar na discussão.

A primeira proposta de classificação aspectual é a de Vendler (2005), que considera as situações quanto ao desenvolvimento, ao tempo verbal e às suas relações com os modificadores temporais. Resumindo, as classes de Vendler (2005) são: i) estado – atribui propriedade ao sujeito: ser brasileiro, acreditar em algo, saber inglês, amar alguém –; ii) *achievement* – expressa mudança instantânea de estado de coisas: alcançar o cume da montanha, reconhecer alguém, vencer a corrida –; iii) atividade – expressa o desenvolvimento de uma situação homogênea e contínua: correr, cantar, nadar – e iv) *accomplishment* – expressa o desenvolvimento de uma situação com delimitação (ponto final): atravessar a rua, escrever uma carta, correr 500 metros.

A segunda proposta de classificação é a de Rothstein (2004, p. 12), que desdobra as classes aspectuais de Vendler (2005) em duas propriedades – se a situação denotada por um predicado qualquer tem um ponto final natural, ou seja, se possui um *thélos*, um ponto de culminação, e se a situação pode ser analisada quanto ao seu progresso no tempo, ou seja, se pode ser dividida em fases – conforme o quadro 1.

	[+/- fases]	[+/- télico]
Estado	-	-
Atividade	+	-
<i>Achievement</i>	-	+
<i>Accomplishment</i>	+	+

Quadro 1 – Propriedades das classes aspectuais

Fonte: Rothstein (2004, p.12).

Observe-se que estados e *achievements* são classes aspectuais que, de acordo com essa proposta, não poderiam ocorrer com IMP ou PPROG quando expressam passado imperfeito. Mas realizações como (3), em que duas situações pertencentes à classe dos estados codificam passado imperfeito, são possíveis.

- (3) “A gente, criança e **estava imaginando**, **achava** que ele estava lá.” (SC FLP 01).

Já a combinação entre *achievements* e IMP e PPROG não é possível. Uma situação como a de (4) não pode ser considerada um *achievement* apesar de alcançar o topo da montanha ser um exemplo clássico de *achievement*.

- (4) Darla **alcançava** o topo da montanha quando houve uma avalanche.

É a combinação entre o conteúdo lexical do verbo, a construção que caracteriza aspecto gramatical imperfeito e o argumento interno do predicado que resulta em um *accomplishment*.

De acordo com Rothstein (2004), a telicidade, traço inerente do verbo (lexical conceitual), estabelece relações com a perfectividade/imperfectividade, dimensão qualitativa do aspecto gramatical (conforme as propostas de Castilho (2003) e de Wachowicz (2003)). Embora as noções de aspecto gramatical e aspecto inerente sejam independentes, parece haver convergência entre aspecto imperfectivo e verbos atéticos e aspecto perfectivo e verbos télicos. Os verbos télicos expressam ações que tendem a um ponto culminante para que a situação realmente ocorra, como **matar, morrer, cair, engolir** etc. Verbos atéticos expressam uma ação em sua duração, independente de um ponto culminante para que se considere a existência da situação, como **mastigar, viver, escrever, acompanhar**, etc. Verbos télicos tendem a atualizar aspecto perfectivo e verbos atéticos tendem a atualizar aspecto imperfectivo, apesar de flexão, adjuntos e complementos interagirem – dada a noção composicional – e provocarem mudança de uma categoria a outra; é o que acontece com *achievements* que, quando expressam passado, ao serem combinados com a morfologia de aspecto imperfectivo, resultam em *accomplishments*, originando a incongruência aspectual.

Por conta da possibilidade de correlação entre **telicidade** → **perfectividade**, e **atelicidade** → **imperfectividade**, os aspectos inerente e gramatical aparentemente seriam redundantes.

A fim de resolver o problema, Bertinetto (2001) apresenta uma proposta que pretende desfazer a aparente redundância da codificação aspectual. Ele retoma a classificação vendleriana e a caracteriza, não por duas – como faz Rothstein (2004) –, mas por três propriedades interrelacionadas: duratividade, dinamicidade e homogeneidade, as quais estão apresentadas no quadro 2.

	Durativo	Dinâmico	Homogêneo
Estados	+	-	+
Atividades	+	+	+
<i>Achievements</i>	-	+	-
<i>Accomplishments</i>	+	+	-

Quadro 2 – Propriedades das classes aspectuais

Fonte: Rothstein (2004, p.12).

A propriedade da **homogeneidade** refere-se à ausência de um limite interno inerente em uma dada situação, sendo fundamental para a distinção entre telicidade e atelicidade. Situações atéticas – estados e atividades – são definidas como: se uma situação *s* ocorre num intervalo de tempo **I**, então **s** também ocorre em cada subintervalo de **I**. Ou seja, uma situação homogênea é aquela que não muda de natureza. Em contraponto, *accomplishments* e *achievements* não são homogêneos porque são télicos.

A dinamicidade é uma propriedade caracterizada a partir da observação dos estados. Situações de estado são “densas”, não apresentam nenhum desenvolvimento interno e recebem o traço [-dinâmicas], o que, em tese, justifica o barramento do emprego do imperfeito progressivo (no caso específico, de passado imperfeito), mas não dos outros tipos de situação: *achievements*, *accomplishments* e atividades são situações [+ dinâmicas].

Bertinetto (2001) propõe que a sequência mínima de gestos que instancia uma dada situação dinâmica seja denominada de **átomo dinâmico** e os estados, compostos por átomos estáticos. Átomos dinâmicos correspondem à granularidade mínima definida pela situação e, por isso, não são divisíveis indefinidamente. Os átomos estáticos podem ser subdivididos indefinidamente, por isso, os estados não apresentam granularidade. Essa diferenciação subsidia a hipótese de que as situações podem ser vistas como sendo compostas por conjuntos de átomos dinâmicos [- homogêneos] e/ou estáticos [+ homogêneos].

A propriedade da **duratividade** é responsável pela diferenciação entre situações [- durativas], como os *achievements*, constituídos por um único átomo dinâmico seguido de um átomo estático que instancia o ponto de culminação atingido pela realização da situação, e situações [+ durativas] como os *accomplishments*, que envolvem um conjunto de átomos dinâmicos seguidos de um átomo estático. Os *accomplishments* diferenciam-se das atividades – também [+ durativas] e constituídas por um conjunto de átomos dinâmicos – por apresentarem um ponto de culminação estático como resultado da realização da situação, ao contrário das atividades. A duratividade deve ser entendida como estritamente operacional, já que qualquer situação, por mais breve que seja, apresenta certa duração.

A proposta de classificação de Bertinetto (2001) para o aspecto inerente ao verbo, ao considerar três propriedades das classes acionais, consegue minimizar os efeitos da aparente convergência aspectual entre **telicidade → perfectividade** e **atelicidade → imperfectividade**.

O traço de aspecto inerente parece ser determinante para a escolha entre as formas de IMP e PPROG na expressão de passado imperfeito. Bonomi (1998), no italiano, aponta os efeitos do aspecto inerente na possibilidade de IMP e PPROG funcionarem como equivalentes semânticos, como em (5) e (6) (BONOMI, 1998, p.3).

- (5) *Quando Miles Davis entrò al Village Vanguard, Bill Evans suonava in um trio con Scott La Faro e Paul Motian.* [Quando Miles Davis entrou (passado, perfectivo) no Village Vanguard, Bill Evans jogava (passado, imperfeito) em um trio com Scott La Faro e Paul Motian.] (BONOMI, 1998, p.3)

- (6) *Quando Miles Davis entrò al Village Vanguard, Bill Evans **stava suonando** in um trio con Scott La Faro e Paul Motian.* [Quando Miles Davis entrou (passado, perfectivo) no Village Vanguard, Bill Evans estava jogando (passado, imperfeito) em um trio com Scott La Faro e Paul Motian.]

No italiano, IMP e PPROG têm a mesma propriedade semântica quando expressam *passado imperfeito*?⁵ Funcionariam como equivalentes? Bonomi (1998) sugere uma resposta negativa, baseada em uma investigação cuidadosa dos dados. Considerem-se os pares de (7), (8) e (9) (BONOMI, 1998, p.6).

- (7a) *Ieri alle tre Leo **stava correndo** nel parco.* [Ontem às três Leo **estava correndo** no parque.]

- (7b) *Ieri alle tre Leo **correva** nel parco.* [Ontem às três Leo **corria** no parque.]

- (8a) *Ieri alle tre Leo **stava dimostrando** un teorema.* [Ontem às três Leo **estava demonstrando** um teorema.]

- (8b) *Ieri alle tre Leo **dimostrava** un teorema.* [Ontem às três Leo **demonstrava** um teorema.]

- (9a) *Ieri alle tre Leo **stava raggiungendi** la vetta Della montagna.* [Ontem às três Leo **estava alcançando** o topo de uma montanha.]

- (9b) *Ieri alle tre Leo **raggiungeva** la vetta Della montagna.* [Ontem às três Leo **alcançava** o topo de uma montanha.]

No par (7), **correre** é um predicado de atividade, e as duas frases são equivalentes, expressando passado imperfeito. A ideia é que a atividade de correr estava em curso às 3 horas da tarde. Como no italiano, com verbos de atividade, não parece haver problemas no intercâmbio de IMP e PPROG, no português, como ilustram (10) e (11).

- (10) “Na época que eu mais precisei dele, que eu mais **precisava** de um apoio, foi quando a minha mãe morreu.” (SC FLP 03).

- (11) “Aí também foi na época que a gente voltou, a gente **estava precisando** economizar pra começar nossa vida.” (SC FLP 01).

O valor de passado imperfeito com predicados *accomplishment*, como **demonstrar um teorema**, no par (8), com PPROG é perfeitamente natural e espontâneo, mas em (8b), com IMP, é possível, mas não é o mais natural, como é em

⁵ Bonomi (1998) chama esse valor de leitura progressiva do imperfeito. Entretanto, a função semântica pode ser considerada como a mesma de passado progressivo, como atestam os excertos do português que ilustram a análise.

(8a). Porém, de acordo com Bonomi (1998, p.7), ampliando para outros contextos, o valor de passado imperfeito de verbos do tipo *accomplishment* com IMP é possível, como ilustra o par (12):

(12a) *Lo studente che **dimostrava** un teorema alla lavagna fu interrotto dalla campanella.* [O estudante que **demonstrava** um teorema no quadro foi interrompido pelo sinal.]

(12b) *L'auto **percorreva** il suo terzo giro quando il motore si ruppe.* [O carro **corria** sua terceira volta quando o motor quebrou.]

Considerando que a interpretação de passado imperfeito do IMP é aceitável com predicados do tipo *accomplishment*, como ilustrado no par (12), a interpretação de (8b) é válida, e IMP e PPROG também podem ser equivalentes. No português, a ocorrência de IMP em predicados do tipo *accomplishment* também é possível, como ilustra (13).

(13) “Era dez da noite, a mãe **fazia** a janta, quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou.” (SC FLP MBC 23).

Já com o par (9), em que IMP e PPROG ocorrem com verbos do tipo *achievement*, a leitura de passado imperfeito não é possível, e de acordo com Bonomi (1998), no italiano, as formas não podem ser consideradas equivalentes; pode-se dizer o mesmo para o português.⁶ Considerando o valor de passado imperfeito, Bonomi (1998) conclui que, com predicados de atividade, IMP e PPROG são intercambiáveis, sem particular variação de sentido; com predicados *accomplishment*, IMP e PPROG podem ser intercambiáveis, dependendo do contexto; e em predicados *achievement*, a interação com IMP e PPROG resulta em *accomplishments*. Aparentemente, predicados de estado não são compatíveis com o valor de passado imperfeito; Ilari e Mantoanelli (1983), por exemplo, afirmam que a perífrase **estar + Vndo** é compatível apenas com alguns tipos de predicados estativos, e por isso, casos de PPROG com verbos de estado podem ser encontrados.

(14) “Quando eu comecei a parar pra pensar que tipo de vida que eu estava levando, eu **estava achando** assim: ‘Meu Deus, eu sou tão esquisita’, eu fiquei pensando comigo assim, né?” (SC FLP FAP 03).

(15) “A gente, criança e **estava imaginando, achava** que ele estava lá.” (SC FLP FAP 01).

⁶ De acordo com Bertinetto, Ebert e De Groot (2000, p.534), a combinação entre predicados do tipo *achievement* e aspecto progressivo resulta em uma leitura aspectual iminencial, sugerindo que o evento pode acontecer a seguir, mas que no momento de referência ainda não tinha ocorrido.

Em (14), **estava achando** é um predicado de estado e que codifica uma situação passada imperfectiva. O mesmo vale para (15), tanto para o predicado com PPROG como para o predicado com IMP. Atividades, *accomplishments* e estados têm em comum o traço [+ duratividade], de acordo com a classificação de Bertinetto (2001).

O aspecto inerente, que se manifesta pelas classes acionais, é um traço que é associado ao item lexical. Porém, de acordo com Bertinetto (2001), as classes acionais são aplicadas a um predicado considerando que o predicado deve ser visto em sua estrutura argumental. Enquanto **desenhar** é sempre uma atividade [+ dur.; + din.; + hom.], **desenhar um círculo** é um *accomplishment* [+ dur.; + din.; - hom.]. A natureza dos determinantes também é relevante, já que **desenhar** [um, três, os círculos] é um *accomplishment*, mas desenhar círculos é novamente uma atividade. Do mesmo modo, **João caiu** é um *achievement* [- dur.; + din.; - hom.], enquanto **as frutas caíram ao longo da estrada** [durante toda a viagem] é uma atividade [+ dur.; + din.; + hom.]. Um dado predicado pode ser relacionado a mais de uma classe acional, dependendo da sua composição argumental. Em termos de operações em traços de classes acionais, o único traço que não se altera é o [dinamismo]: não existe operação, seja no nível interno da aspectualidade (argumentos) ou no nível externo (aspecto gramatical, adjuntos e contexto) que transforme situações [+ dinâmicas] em situações [- dinâmicas].

Na variação da expressão do passado imperfectivo, o aspecto inerente ao verbo foi um dos fatores apontados como significativos estatisticamente para a determinação da escolha entre as formas IMP e PPROG, ilustradas em (1) e (2) na introdução. A variável “aspecto inerente do verbo” tem se mostrado significativa em fenômenos de variação em categorias verbais, como apontam os estudos de Coan (1997), para a variação entre o pretérito perfeito e o pretérito mais-que-perfeito na expressão do passado anterior, e Mendes (2005), para a variação entre **estar + gerúndio** e **ter + particípio** na expressão de aspecto imperfectivo durativo e iterativo. Ambos os autores partem da proposta de classificação de tipos de verbos de Vendler (2005). Porém, como visto acima, os tipos de Vendler (2005) podem ser desdobrados em traços, como sugerem Rothstein (2004) e Bertinetto (2001).

A hipótese para o controle desse grupo de fatores é fundamentada na hipótese de Bonomi (1998) para o italiano:

- a) com predicados de atividade, IMP e PPROG são intercambiáveis, sem particular variação de sentido;
- b) com predicados *accomplishment*, IMP e PPROG podem ser intercambiáveis, dependendo do contexto;

- c) em predicados *achievement*, a interação com IMP e PPROG resulta em *accomplishments*;
- d) predicados estativos são compatíveis com poucos casos de PPROG (ILARI; MANTOANELLI, 1983).

O controle dos traços de Bertinetto (2001) tem por objetivo refinar o controle dos tipos de verbo de Vendler (2005).

Para verificar tais hipóteses, foi constituído um *corpus* composto por 36 entrevistas do Banco de Dados VARSUL relativas à cidade de Florianópolis, Santa Catarina, de onde foram coletadas 882 ocorrências da função semântico-discursiva “passado imperfeito”, tal como apresentada no início deste texto, das quais 546 são realizadas pela forma IMP e 336 são realizadas pela forma PPROG. Os dados foram submetidos a tratamento estatístico nos moldes da sociolinguística variacionista, com o cálculo de percentuais e pesos relativos, com o programa GoldVARB X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Para refinar a análise, foram realizadas duas rodadas para testar a influência do aspecto inerente na variação entre IMP e PPROG, com a amalgamação de fatores. Na primeira rodada, foi considerada a proposta de classificação aspectual de Vendler (2005), estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*; e, na segunda rodada, a de Bertinetto (2001), composta pela articulação entre os traços de [duratividade], [dinamicidade] e [homogeneidade]. Vejamos, pois, os resultados.

Aspecto na perspectiva de Vendler (2005)

Primeiramente, observe-se a clássica proposta de classificação aspectual de Vendler (2005), cujos resultados quantitativos para o *corpus* analisado são apresentados na tabela 1.

Os dados foram analisados em três conjuntos: a **análise geral**, que considera todas as ocorrências da amostra; a análise que considera apenas o **aspecto durativo**, valor aspectual mais propício à variação entre IMP e PPROG; e a análise que considera o **aspecto durativo em pares mínimos** (contexto idêntico – mesmo item lexical – em que duas ou mais formas podem ocorrer, ou seja, contextos em que as formas têm o mesmo significado referencial). Os resultados são apresentados em função de IMP como valor de aplicação, e os fatores estão ordenados em função da gradação de marcação, explicitada mais adiante.

As três análises (análise geral, aspecto durativo e aspecto durativo em pares mínimos) apresentam valores relativamente estáveis, tanto em termos de percentuais como em termos de pesos relativos. A distribuição dos resultados é escalar: estados tendem a favorecer o uso de IMP (peso relativo na casa de 0,60,

variando entre 0,63 no conjunto mais específico a 0,68 no conjunto genérico), ao passo que atividades levemente restringem, com pesos relativos oscilando entre 0,46 e 0,41, e *accomplishments* restringem ainda mais IMP na expressão de passado imperfeito, com pesos relativos entre 0,32 e 0,28. O caminho inverso pode ser traçado para PPROG: estados restringem o uso da forma, enquanto atividades e *accomplishments* favorecem o seu uso.

Tabela 1 – Valores de IMP para a classificação aspectual conforme a proposta de Vendler (2005)

	Peso Relativo	%	Apl./total
Análise geral			
Aspecto do predicado			
Estado	0,68	78,4	240/306
Atividade	0,46	57,1	197/345
Accomplishment	0,32	47,2	109/231
Aspecto durativo			
Estado	0,65	78,4	221/282
Atividade	0,41	53,4	133/247
Accomplishment	0,28	35,6	31/87
Aspecto durativo em pares mínimos			
Estado	0,63	80,1	181/226
Atividade	0,42	56,0	117/207
Accomplishment	0,30	40,3	25/62

Fonte: Autoria própria.

Esses resultados apontam que o tipo do predicado, de acordo com a classificação de Vendler (2005), é fator fortemente motivador na escolha da forma para a expressão do passado imperfeito: i) estados tendem a selecionar a forma IMP; ii) *accomplishments* tendem a selecionar a forma PPROG.

A hipótese de Bonomi (1998) para o italiano encontra respaldo nos resultados quantitativos do português:

- com atividades, IMP e PPROG são intercambiáveis, embora haja leve tendência à escolha de PPROG (peso relativo oscilando entre 0,54 e 0,58);
- com *accomplishments*, IMP e PPROG podem ser intercambiáveis, dependendo do contexto, com tendência à escolha de PPROG (peso relativo oscilando entre 0,68 e 0,72);
- com *achievements*, IMP e PPROG não são intercambiáveis, dado que a interação entre passado imperfeito e este tipo de predicado resulta em *accomplishments*;

- d) com predicados estativos, IMP e PPROG também são intercambiáveis, embora haja tendência à escolha de IMP (peso relativo oscilando entre 0,68 e 0,63).

No espanhol, de acordo com Givón (2001), a interação entre o aspecto inerente ao verbo e as formas de imperfectivo passado – aspecto interno, na perspectiva de Wachowicz (2003) – resulta em casos de ambiguidade aspectual. O espanhol tem gramaticalizadas duas formas de imperfectivo no passado, o *imperfecto* e o progressivo, que se opõem ao *pretérito* [perfeito]. A interação entre o aspecto inerente do verbo e o morfema gramatical (IMP ou PPROG) permite diferentes leituras aspectuais, dentro do campo da imperfectividade.

Verbos compactos (*achievements*) costumam ocorrer com aspecto perfectivo; quando combinados ao aspecto imperfectivo, tornam-se construções marcadas e tendem a codificar aspecto iterativo. Mas, como aponta Givón (2001, p.290), no espanhol (e também no português), a relação entre o tipo de verbo marcado (os compactos) e o aspecto imperfectivo gera ambiguidade aspectual, entre habitual e iterativo, como em (16):

- (16) *Lo-tiró* (PRET)/Ele atirou em X (uma única vez).

Lo-tiraba (IMP)/Ele atirava em X.

Ele atirava repetidamente em X (intervalo definido) – iterativo.

Ele atirava várias vezes em X (intervalo indefinido) – habitual.

Lo-estaba tirando (PPROG)/**Ele estava atirando em X** várias vezes – iterativo.

Givón (2001) salienta que a combinação entre verbos do tipo *accomplishment* e aspecto gramatical imperfectivo é também pouco frequente. Com IMP, a interpretação habitual-iterativa é possível. Com PPROG, a ênfase fica no sentido de duração, ou seja, de processo precedendo a fronteira final, como em (17).

- (17) *Llegó a la casa* (PRET)/Ele chegou em casa (uma única vez).

Llegaba a la casa (IMP)/Ele chegava em casa (iterativo, habitual).

Estaba llegando a la casa (PPROG)/Ele estava chegando em casa (processo em andamento).

A combinação entre verbos de atividade/processo com aspecto imperfectivo também gera ambiguidade, como em (18) (GIVÓN, 2001, p.291):

- (18) *Lo-leó* (PRET)/Ele leu (e acabou).

Lo-leía (IMP).

Ele lia (diferentes vezes).

Ele lia (situação estendida)/*Lo-estaba leyendo* (PPROG).

Ele estava lendo (situação estendida).

Verbos estativos tendem a rejeitar a interação com aspecto perfectivo. Rejeitam também a interpretação progressiva, talvez porque este tipo de verbo já foca a situação em andamento. Os verbos estativos retêm sua aspectualidade inerente no imperfeito, que é seu mais comum aspecto não-marcado no passado, como em (19) (GIVÓN, 2001, p.292):

- (19) Conocío (*bien) a Juan (PRET).
- Conheci (?bem) João.
- Conocía bien a Juan (IMP).
- Conhecia bem João.
- *Estaba conociendo (bien) a Juan (PPROG).
- (?) Estava conhecendo bem João.

O traço comum a estados, atividades e *accomplishments* é a duratividade; o traço [-duratividade] barra o aspecto imperfeito, e pode ser visto na perspectiva da marcação. Considerando a convergência entre o aspecto inerente e o aspecto gramatical, Givón (2001) propõe uma escala de (im)perfectividade para os verbos em função do critério da marcação. A (im)perfectividade é determinada a partir da interação entre dois traços, **fronteira temporal** (nítida *versus* difusa) e **duração** (curta *versus* longa):

- a) verbos compactos (*achievements*): em um extremo da escala de perfectividade, estão os verbos que codificam situações cujas fronteiras inicial e final são definidas e coincidentes.
- b) verbos *accomplishments*: codificam a completção de uma situação. É uma situação com a fronteira final nítida, cuja duração é maior do que a dos verbos compactos.
- c) verbos de atividade: a situação codificada por esse tipo de verbo pode ter as fronteiras inicial e final definidas, mas o foco está na duração.
- d) verbos de estado: no outro extremo da escala de (im)perfectividade, verbos de estado focam a duração do evento, sem delimitação das fronteiras.

	Compacto	<i>Accomplishment</i>	Atividade	Estado
Fronteira	+	+	+/-	-
Duração	-	+/-	+/-	+
<div> <div></div> <div>+</div> <div>Imperfectividade</div> </div>				

Quadro 3 – Escala de marcação de im(perfectividade)

Fonte: Givón (2001, p.287-288).

Verbos do tipo *accomplishment* podem ter maior ou menor duração, sendo mais usual não haver foco na duração. Verbos de atividade podem apresentar tanto o traço de fronteira como o de duração, sendo definido em função da perspectiva comunicativa, que determina a escolha do aspecto gramatical. No plano da perfectividade, a combinação entre aspecto perfectivo e verbos de estado é a relação aspectual mais marcada; e a combinação entre aspecto perfectivo e verbos compactos, a menos marcada. Como o aspecto gramatical imperfeito é o aspecto marcado, a correlação traçada entre as combinações de aspecto gramatical e aspecto inerente inverte a polaridade quanto à marcação: no plano da imperfectividade, a combinação entre **aspecto imperfeito** e **verbos de estado** seria a relação aspectual **menos marcada**, e mais previsível; e a combinação entre **aspecto imperfeito** e **verbos compactos**, a **mais marcada**, e menos previsível.

A escala de (im)perfectividade e marcação de Givón (2001) se verifica na distribuição das ocorrências de IMP expressando passado imperfeito: estados menos marcados e mais previsíveis são os que mais contabilizam ocorrências, seguidos escalarmente por atividades e *accomplishments*, até a não ocorrência de *achievements*, mais marcados e menos previsíveis. Porém PPROG apresenta distribuição contrária ao contínuo da marcação: estados, em princípio, menos marcados e mais previsíveis, contabilizam menos ocorrências, e *accomplishments*, relativamente mais marcados e menos previsíveis, são os que mais contabilizam ocorrências.

Se ambas as formas são responsáveis pela expressão da imperfectividade, o que explica a incongruência? Essa questão é retomada mais adiante. Antes, vejam-se os resultados relativos à classificação aspectual de Bertinetto (2001) – que desdobra as classes de Vendler (2005) em três traços – e que podem ajudar a elucidar a incongruência dos contínuos de marcação de IMP e PPROG na expressão de passado imperfeito.

Aspecto na perspectiva de Bertinetto (2001)

Como visto, a classificação aspectual de Vendler (2005) pode ser desdobrada em traços semânticos que se articulam e manifestam o valor aspectual. Bertinetto (2001) sugere três traços semânticos que estão associados à expressão de aspecto inerente: [duratividade], [dinamismo] e [homogeneidade]. O controle do aspecto por meio de feixe de traços permite verificar qual o menor componente aspectual que atua na variação entre IMP e PPROG na expressão de passado imperfeito. O quadro 4 apresenta os feixes de traços aspectuais pertinentes à expressão do passado imperfeito (*achievements*, ao interagirem com o aspecto gramatical, resultam em *accomplishments*).

	Durativo	Dinâmico	Homogêneo
Estados	+	-	+
Atividades	+	+	+
<i>Accomplishments</i>	+	+	-

Quadro 4 – Arranjo dos traços aspectuais de IMP e PPROG

Fonte: Bertinetto (2001, p.179).

Tabela 2 – Valores de IMP para a classificação aspectual conforme a proposta de Bertinetto (2001)

	Peso Relativo	%	Apl./total
Análise geral			
Duratividade			
+	***	100	882/882
-	***	0	0/0
Dinamismo			
+	0,40	52,8	297/563
-	0,66	78,1	249/319
Homogeneidade			
+	(0,53)	66,6	424/637
-	(0,41)	49,8	122/245
Aspecto durativo			
Duratividade			
+	***	100	616/616
-	***	0	0/0
Dinamismo			
+	0,38	48,1	155/322
-	0,64	77,9	229/294
Homogeneidade			
+	(0,52)	66,2	342/517
-	(0,41)	42,4	42/99
Aspecto durativo em pares mínimos			
Duratividade			
+	***	100	495/495
-	***	0	0/0
Dinamismo			
+	0,41	52,1	136/261
-	0,60	79,5	186/234
Homogeneidade			
+	0,52	68,6	295/430
-	0,35	41,5	27/65

Fonte: Autoria própria

Assim como no aspecto na perspectiva de Vendler (2005), os dados foram analisados em três conjuntos (análise geral, aspecto durativo e pares mínimos). Os resultados da tabela 2 apontam que o traço [duratividade] tem comportamento categórico na expressão do aspecto imperfectivo, o que já fora confirmado com a ocorrência de atividades, *accomplishments* e estados, que têm em comum o traço [+ duratividade], de acordo com a classificação de Bertinetto (2001), no quadro 4.

Para o traço [homogeneidade], o valor de 0,41 indica leve tendência ao uso de PPROG na presença do traço [- homogêneo]. A tendência é ressaltada no modelo de aspecto durativo e pares mínimos, em que o peso relativo para o traço [- homogêneo] de 0,35 indica restrição ao uso de IMP e favorecimento de uso de PPROG. O traço [+ homogêneo], oscilando entre 0,53 e 0,52, está muito próximo do ponto neutro, indicando que o traço não exerce influência significativa na variação entre as formas para a expressão do passado imperfectivo.

O traço [dinamismo] indica tendências opostas para a expressão do passado imperfectivo. Na presença do traço [+ dinâmico], a forma PPROG é favorecida, com peso relativo entre 0,60 (0,40 para IMP) e 0,64 (0,36 para IMP), enquanto na presença do traço [- dinâmico], a forma IMP é favorecida, com pesos relativos oscilando entre 0,66 (0,34 para PPROG) e 0,60 (0,40 para PPROG).

A duratividade é uma propriedade temporal definidora do passado imperfectivo, logo não poderia haver ocorrências de IMP ou PPROG nesse valor aspectual com o traço [- durativo].

A comparação dos traços aspectuais que atuam na expressão de passado imperfectivo, apresentada no quadro 5, aponta para o papel central que o dinamismo exerce para motivar a escolha das formas.

	IMP	PPROG
Durativo	+	+
Dinâmico	-	+
Homogêneo	-/+	-

Quadro 5 – Tendências de uso de IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo quanto aos traços aspectuais

Fonte: Autoria própria.

O traço [dinamismo] exerce forte influência na escolha das formas para a expressão dos valores aspectuais do passado imperfectivo. Quais as motivações para a atuação do dinamismo na variação entre as formas? Entender o processo de gramaticalização de PPROG pode trazer pistas para elucidar a questão.

Aspecto, variação/mudança e marcação

Para entender o efeito do traço [dinamismo] na variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito, é preciso traçar um retrospecto da trajetória de gramaticalização da forma PPROG e seu valor progressivo. Uma explicação sobre a origem diacrônica de PPROG pode auxiliar na interpretação da sua distribuição sincrônica.

Assumindo a escala hierárquica do aspecto de Comrie (1976), Bertinetto (2000) traça um contínuo para dar conta da mudança do progressivo ao imperfeito genérico nas línguas românicas. O quadro 6 apresenta a escala de valores da forma PPROG, partindo da sua origem latina como estativo durativo, passando pelo durativo, focalizado até a perda do sentido progressivo. No português, o progressivo predominantemente situa-se entre (iv), progressividade III, e (v), pura imperfetividade.

- (i) *puramente locativo* = estativo, durativo
(ex.: o sentido observado em exemplos latinos)
- (ii) *progressividade I* = residualmente locativo, durativo, aspectualmente neutro
(ex.: perífrases progressivas baseadas no verbo ‘vir’, que preserva algum tipo de orientação dêitica)
- (iii) *progressividade II* = durativo, aspectualmente neutro
(ex.: perífrases progressivas baseadas no verbo ‘ir’)
- (iv) *progressividade III* = focalizada, estritamente imperfetiva
(ex.: italiano “stare + gerúndio”)
- (v) *pura imperfetividade* = perda da característica progressiva
(ex.: possibilidade observada em variantes não-standard do espanhol da América Latina)

Quadro 6 – Do progressivo ao imperfeito nas línguas românicas

Fonte: Bertinetto (2000, p.332).

Do ponto de vista formal, a origem de PPROG está no português arcaico. A análise de Mattos e Silva (2001) de construções verbais com **ser**, **jazer**, **estar**, **andar** e **ir + gerúndio**, nos séculos XIII a XV, sugere que os verbos auxiliares passaram por processo de gramaticalização, com a perda do valor lexical do candidato a auxiliar que, combinado às formas nominais do verbo principal, tomou-se “suporte para as marcas de modo/tempo e número pessoa” (MATTOS E SILVA, 2001, p.62) da construção. Dentre as construções candidatas, a perífrase **estar + gerúndio** caracteriza-se pela continuidade no processo de gramaticalização e pela produtividade do uso do recurso na língua. Mendes (1999) postula o seguinte percurso de gramaticalização para a perífrase **estar + gerúndio** no português (quadro 7):

- (i) **estar** + locativo →
- (ii) **estar** + locativo + gerúndio →
- (iii) **estar** + gerúndio + locativo →
- (iv) **estar** + gerúndio

Quadro 7 – Contínuo de gramaticalização para a perífrase **estar + gerúndio**

Fonte: Adaptado de Mendes (1999, p.69).

Apesar do processo de gramaticalização, a perífrase **estar + gerúndio** apresenta restrição de coocorrência com o verbo *estar*: não há registro de ocorrências de **está**_[auxiliar] **estando**_[verbo pleno]⁷.

Do ponto de vista funcional, dada a diversidade de valores que a perífrase **estar + gerúndio** assumiu no português – como pode ser visto nos estudos de Wachowicz (2003) e Ilari e Mantoanelli (1983) –, a forma tem despertado o interesse para abordagens. Basicamente, a forma de presente do indicativo é a que tem recebido mais atenção. O estudo de Ilari e Mantoanelli (1983), por exemplo, apresenta uma descrição dos valores que **estar + gerúndio** pode assumir no português, mas usa apenas um exemplo com IMP, transcrito em (20).

- (20) “Quando o encontrei, **estava trabalhando** na Bosch.” (ILARI; MANTOANELLI, 1983, p.27, grifo nosso).

O exemplo (20) ilustra o **passado progressivo** (PPROG). O termo “passado” do rótulo refere-se a uma situação que ocorre em um momento anterior ao de fala. Já o termo **progressivo** é definido de acordo com Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), segundo os quais o progressivo codifica uma situação em andamento em relação ao tempo de referência em predicados dinâmicos. Bybee (2003) aponta que o progressivo deriva de (i) verbos locativos, (ii) da construção **estar +** forma não infinitiva – o que é comprovado pelos estudos de Mendes (1999) e de Mattos e Silva (2001) – e (iii) também de verbos de movimento, como em algumas línguas românicas. A perífrase **estar + gerúndio** vem se gramaticalizando não só no português, mas nas línguas românicas. Parece ser uma tendência sistemática,

⁷ A incompatibilidade com o verbo **estar** não é a única restrição que a perífrase **estar + gerúndio** apresenta. Existe uma restrição quanto ao modo verbal, apontada por Ilari e Mantoanelli (1983): a perífrase **estar + gerúndio** não ocorre com o imperativo (Edair Gorski ilustra a ocorrência de **estar + gerúndio** no imperativo com “Esteja chegando aqui sem falta às 15 horas”; eu particularmente não compartilho desta opinião; Já Ina Emmel ilustra com “Quando o chefe chegar, esteja trabalhando!”, a qual me convence da possibilidade de ocorrência de progressivo com imperativo, derrubando o argumento de Ilari e Mantoanelli) (informação verbal). Outras restrições mais brandas são verificadas na combinação entre tempo verbal e a base do verbo. Porém, dentre as combinações possíveis, as formadas com presente do indicativo e com IMP são as que menos sofrem restrições.

que evidencia as hipóteses de Bybee (2003) e também Bybee, Perkins e Pagliuca (1994).

O quadro 8 apresenta uma classificação das formas perifrásticas nas línguas românicas. As formas chamadas de progressivo não-cinético são as constituídas por um verbo auxiliar estático mais uma forma nominal, como **estar** no catalão, espanhol, português e italiano.

	<i>Progressivo não-cinético</i>	<i>Progressivo cinético</i>	<i>Formas marginais</i>
Catalão	<i>estar</i> + gerúndio	<i>aïnar</i> + gerúndio	?
Espanhol	<i>estar</i> + gerúndio	<i>ir/andar/venir</i> + gerúndio	?
Francês	—	<i>aller</i> + gerúndio	<i>être en train de</i> + infinitivo
Italiano	<i>stare</i> + gerúndio <i>stare a</i> + infinitivo	<i>andare/venire</i> + gerúndio	<i>essere dietro a</i> + infinitivo
Português	<i>estar</i> + gerúndio <i>estar a</i> + infinitivo	<i>ir / vir</i> + gerúndio	?
Romeno	—	—	<i>a fi în curs de a</i> + infinitivo

Quadro 8 – Classificação das formas perifrásticas nas línguas românicas

Fonte: Bertinetto (2000, p.601).

As formas chamadas de progressivo cinético são as constituídas por um verbo auxiliar de movimento mais gerúndio, como *andar*, *ir* e *vir*, no catalão, espanhol, francês, italiano e português. Há ainda as línguas que possuem formas marginais, como o francês e o romeno. As formas marginais são assim chamadas por não se originarem das construções que Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) apontam.

A forma de progressivo envolvendo um auxiliar estático sempre deriva de uma construção que originalmente envolvia um elemento com sentido locativo (menos frequentes, os verbos de movimento também originam progressivo, como o auxiliar **andar**). O exemplo (21), dado Bybee, Perkins e Pagliuca (1994, p.133) por Dwight Bolinger, tenta deixar clara a origem locativa do progressivo.

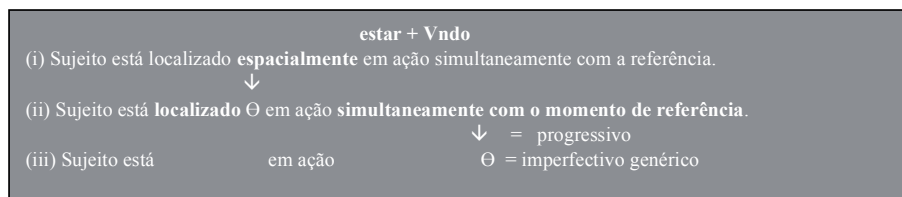
- (21) – Onde estava Lou?
- (estava) tomando banho.
- Lou não pôde atender ao telefone porque estava tomando banho.

O progressivo, ainda de acordo com Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), implica envolvimento do sujeito com a atividade (agente/objeto afetado). A estrutura do progressivo é (implícita ou explícita): **um agente >> localizado espacialmente >> no meio de >> uma atividade >> em relação ao tempo de referência**.

Retomando em (22) o exemplo de Ilari e Mantoanelli (1983), verifica-se a estrutura do progressivo. Existe um agente implícito, é introduzido pelo pronome **o** da oração subordinada, que está localizado espacialmente **na Bosch**. Não há indicação sobre os extremos temporais da situação de **trabalhar**, o morfema de IMP indica que a situação ocorreu em um momento anterior ao da fala. A situação tem limites temporais (início e fim), porém o progressivo tem como característica codificar o valor de “meio”, andamento da situação.

(22) Quando o_i encontrei $i_{[agente]}$ **estava trabalhando** no meio da atividade **na Bosch** localização espacial

Esse é o uso prototípico do progressivo no português (e também em outras línguas). O dinamismo da situação – a agentividade do sujeito – é um resquício do processo de gramaticalização da construção **estar + Vndo**. Observe-se a trajetória proposta por Torres Cacoullos (2001) para o espanhol do México: a perífrase **estar + gerúndio**, diacronicamente, perdeu o sentido locativo espacial estrito por conta de esvaziamento semântico decorrente da gramaticalização, assim como no português, e expandiu o sentido aspectual para imperfeito. Na trajetória de gramaticalização, quanto às propriedades semânticas do auxiliar, o valor aspectual progressivo perde o sentido específico, assumindo o sentido genérico de imperfeito. Torres Cacoullos (2001) evidencia que, no espanhol falado no México, as construções **estar + Vndo** e **andar + Vndo** recobrem um leque de usos no território do imperfeito, do progressivo ao habitual, funcionando, inclusive, como variantes de uma variável socialmente estratificada.



Quadro 9 – Esvaziamento semântico de estar + gerúndio no espanhol

Fonte: Torres Cacoullos (2001, p.447).

No quadro 9, o sentido locativo de (i) é esvaziado, levando à perda do sentido espacial. Com a perda do traço espacial, a construção tem seu contexto de uso ampliado, adentra no domínio temporal (aspectual), originando o progressivo (ii) e o imperfeito genérico, (iii). Por **imperfeito genérico**, Torres Cacoullos (2001) refere-se a uma gama de usos, incluindo progressivo, contínuo, frequentativo e também o habitual. O rótulo **imperfeito genérico**, como já mencionado, é determinado pelas relações de dominância estabelecidas na proposta de

classificação aspectual de Comrie (1976) e pode recobrir qualquer um dos valores aspectuais do imperfectivo.

Os estudos de Bybee, Perkins e Pagliucca (1994) e de Torres Cacoullos (2001) explicam a importância do traço [dinamismo] na ocorrência de PPROG na expressão de passado imperfectivo. É uma reminiscência do processo de gramaticalização da forma **estar + Vndo** e que persiste na trajetória da forma PPROG. Hopper (1991, p.24), ao propor princípios da gramaticalização, fala da **persistência**: “quando uma forma sofre gramaticalização passando de lexical a gramatical, alguns traços de seu sentido lexical original tendem a continuar, e detalhes da sua história lexical podem refletir no condicionamento da sua distribuição gramatical”. É o que está acontecendo com PPROG: um detalhe da sua história gramatical (quando funcionava como progressivo estrito) tem reflexo na sua distribuição nos contextos em que a forma já gramaticalizou o valor de passado imperfectivo, determinando a incongruência no contínuo da marcação para o aspecto imperfectivo no que se refere à PPROG (GIVÓN, 2001).

Apesar da possibilidade de IMP e PPROG expressarem o mesmo valor semântico-discursivo, a incongruência entre os contínuos de marcação (do menos ao mais marcado) para a interação entre aspecto inerente e IMP [estados > atividades > *accomplishments* > *achievements*] e o da interação entre aspecto inerente e PPROG [*accomplishments* > atividades > estados] se deve à persistência do traço de agentividade do sujeito na origem da forma inovadora – PPROG – que ainda se mostra atuante, ao ponto de influenciar a escolha das formas em contextos onde o traço [dinamismo] é saliente, ou seja, em verbos *accomplishment* e atividade.⁸ Os dados estatísticos discutidos para o aspecto na perspectiva de Vendler (2005) e para o aspecto na perspectiva de Bertinetto (2001) respaldam a hipótese da persistência (HOPPER, 1991) e confluem com a tendência apontada por Torres Cacoullos (2001) no espanhol falado no México.

Considerações finais

Neste texto, buscou-se evidenciar indícios da ação dos princípios da persistência (HOPPER, 1991) e da marcação (GIVÓN, 2001) na gramaticalização das formas de expressão do passado imperfectivo no português. O controle do aspecto inerente ao verbo em um modelo quantitativo apontou que o traço aspectual [dinamismo] determina as associações entre formas na expressão do passado imperfectivo, por conta do histórico aspectual de PPROG, que trava relação direta com o traço [+ dinâmico], e IMP, associado com o traço [- dinâmico] por conta do

⁸ O traço [+/- agentividade] é indiretamente captado através do controle dos valores aspectuais, por meio da propriedade do dinamismo (BERTINETTO, 2001; WACHOWICZ, 2003).

seu histórico de marcar distanciamento. A atuação do aspecto inerente ao verbo no passado imperfeito em português configura uma situação de distribuição complementar: embora aparentemente intercambiáveis, as formas IMP e PPROG não podem ser consideradas como equivalentes semântico-discursivos, pois o traço [dinamismo] do verbo faz com que a escolha entre as formas seja direcionada.

Os princípios da marcação e da persistência mostram-se atuantes na trajetória de variação e mudança nas formas de expressão do passado imperfeito. A marcação atua tentando evitar deixar os contextos carregados, distribuindo o peso cognitivo entre os elementos: se o contexto é mais marcado, elege uma forma menos marcada para compensar. A persistência funciona como uma espécie de trilha virtual que direciona o uso das formas no decorrer das camadas. Os princípios da marcação e da persistência atuam como motivações convergentes no processo de gramaticalização/variação das formas IMP e PPROG na expressão do passado imperfeito no português.

FREITAG, R. M. K. *Inherent aspect and past imperfective in Portuguese: action of the persistence and markedness principles*. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.477-500, 2011.

- *ABSTRACT: The main argument in this paper is to present evidences of the action of the persistence principle (HOPPER, 1991) and the markedness principle (GIVÓN, 2001) on the grammaticalization of Portuguese past imperfective. From the quantitative point of view, the verb inherent aspect control shows that the aspectual feature [dynamism] determines the association between the forms in the expression of the past imperfective due to the PPROG and IMP aspectual histories, where the former is marked [+ dynamic] and the latter [- dynamic] for it also codes temporal distance. These results show that persistence and markedness may be considered converging motivations for the variation process in the expression of past imperfective.*
- *KEYWORDS: Past imperfective. Grammaticalization. Converging motivations.*

REFERÊNCIAS

BERTINETTO, P. M. On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: the 'perfective-telic confusion. In: CECCHETTO, C.; CHIERCHIA, G.; GAUSTI, M. T. (Ed.). *Semantic interfaces: reference, anaphora and aspect*. Stanford: CSLI, 2001. p.177-210.

_____. The progressive in Romance, as compared with English. In: DÄHL, O. (Ed.). *Tense and aspect in the languages of Europe*. Berlin: Mouton, 2000. p.559-664.

BERTINETTO, P. M.; EBERT, K.; DE GROOT, C. The progressive in Europe. In: DÄHL, O. (Ed.). *Tense and aspect in the languages of Europe*. Berlin: Mouton, 2000. p.517-558.

BONOMI, A. Semantical remarks on the progressive reading of the imperfective. 1998. Disponível em: <<http://www.filosofia.unimi.it/~bonomi/BONOMIBG211002.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

BYBEE, J. Cognitive processes in grammaticalization. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2003. v.2, p.145-167.

BYBEE, J.; PERKIGNS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar*: tense, aspect, and modality in the language of the world. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CASTILHO, A. T. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. v.8. p.83-121.

COAN, M. *Anterioridade a um ponto de referência passado*: pretérito (mais que) perfeito. 1997. 177f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

FREITAG, R. M. K. Problemas teórico-metodológicos para o estudo da variação linguística nos níveis gramaticais mais altos. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.16, n.24, p.115-132, 2009.

_____. *A expressão do passado imperfectivo no português: variação/gramaticalização e mudança*. 2007. 238f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GIVÓN, T. *Syntax*: an introduction. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

HOPPER, P. On some principles in the grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. v.1. p.17-35.

ILARI, R.; MANTOANELLI, I. As formas progressivas do português. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.5, p.27-60, 1983.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico*: morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2001.

MENDES, R. B. *Estar + gerúndio e ter + participípio*: aspecto verbal e variação no português. 2005. 189f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. *A gramaticalização de estar + gerúndio no português falado*. 1999. 112f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PROJETO VARSUL. Variação Linguística na Região Sul do Brasil: banco de dados. Disponível em: < <http://varsul.cce.ufsc.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

ROTHSTEIN, S. *Structuring events: a study in the semantics of lexical aspects*. Oxford: Blackwell, 2004.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, R. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*, 2005. Mimeografado. Produção do Department of Linguistics of University of Toronto, Department of Mathematics of the University of Ottawa.

TORRES CACOULOS, R. From lexical to grammatical to social meaning. *Language in Society*, Cambridge, v.30, p.443-478, 2001.

VENDLER, Z. Verbs and time. In: MANI, I.; PUSTEJOVSKY, J.; GAIZAUSKAS, R. (Ed.). *The language of time: readings in temporal information processing*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p.21-32.

WACHOWICZ, T. C. *As leituras aspectuais da forma do progressivo do português brasileiro*. 2003. 221f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

Recebido em julho de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.

POSIÇÃO DO VERBO NO PORTUGUÊS CLÁSSICO: EVIDÊNCIAS DE UM SISTEMA V2

André Luis ANTONELLI*

- **RESUMO:** Dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa, um dos aspectos mais discutidos a respeito da evolução gramatical das línguas românicas é a sintaxe de posição do verbo. Em particular, muito se tem debatido se essas línguas, em estágios passados, manifestavam movimento do verbo para a periferia da sentença à semelhança de línguas V2 como o Alemão (ADAMS, 1987; BENINCÀ, 1984; ROBERTS, 1993; FONTANA, 1993; RIBEIRO, 1995; SALVI, 2004). Neste artigo, discutiremos a questão da sintaxe de posição do verbo em textos do Português Clássico, um período intermediário entre o Português Antigo e o Português Europeu Moderno. A partir de uma investigação em dois textos do século XVII, tomados aqui como representativos da gramática do Português Clássico, o objetivo central é mostrar que o Português dessa fase pode ser caracterizado como um sistema gramatical que instanciava de maneira sistemática movimento do verbo para C⁰, evidenciando, portanto, a natureza V2 dessa gramática ao menos no que concerne à sintaxe de posição do verbo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Gramática gerativa. Português clássico. Posição do verbo. Efeito V2.

Introdução

Dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa, um dos aspectos mais discutidos a respeito da evolução gramatical das línguas Românicas é a sintaxe de posição do verbo. Em particular, muito se tem debatido se essas línguas, em estágios passados, manifestaram algum tipo de efeito V2 comparável ao que é observado em línguas germânicas como o Alemão (ADAMS, 1987; BENINCÀ, 1984; ROBERTS, 1993; FONTANA, 1993; RIBEIRO, 1995; SALVI, 2004). Neste artigo, discutiremos a questão da sintaxe de posição do verbo em textos do Português Clássico (doravante PCI), um período intermediário entre o Português Antigo e o Português Europeu Moderno. Na realidade, diferentes trabalhos já argumentaram que o PCI também era um sistema gramatical V2, em particular por conta de fatos relacionados à colocação de clíticos (TORRES MORAIS, 1993; PAIXÃO DE SOUSA 2004; GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005). Neste artigo, o objetivo central é apresentar um novo conjunto de evidências que permitem caracterizar

* UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas – SP – Brasil
– 13083-859. a_antonelli28@yahoo.com.br

o Português dessa fase como um sistema gramatical que instanciava de maneira sistemática movimento do verbo para C⁰, evidenciando, portanto, a natureza V2 dessa gramática ao menos no que concerne à sintaxe de posição do verbo. Três aspectos serão discutidos ao longo do texto: i) fracionamento de objetos diretos e sua relação com a ordem linear do sujeito; ii) o valor informacional de sujeitos pós-verbais; e iii) a assimetria matriz/subordinada no que diz respeito à ordem de palavras V(erbo)-S(ujeito).

O presente artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresentamos alguns trabalhos que mostram ter havido algum tipo de efeito V2 em fases antigas de línguas Românicas, em particular o Francês e o Português, permitindo caracterizá-las como as línguas Germânicas Modernas que manifestam a restrição V2. Na sequência, direcionamos a nossa atenção especificamente para o período clássico do Português, apresentando e discutindo novas evidências que caracterizam essa fase da história gramatical do Português como um sistema que, especificamente em termos da sintaxe de posição do verbo, pode ser classificado como um de natureza V2.

O efeito V2 na história das línguas românicas

O efeito V2, tal como observado em todas as línguas germânicas modernas (à exceção do Inglês), corresponde a uma restrição determinando que o verbo finito apareça em segunda posição nas orações declarativas matrizes, sendo precedido por um XP de qualquer natureza sintática. Esse fenômeno pode ser ilustrado com os exemplos a seguir do Alemão, uma típica língua V2 (ROBERTS, 2007, p.49):

- (1) a. Ich **las** schon letztes Jahr diesen Roman.
I read already last year this novel
"I read this novel last year already."
- b. Diesen Roman **las** ich schon letztes Jahr.
- c. Schon letztes Jahr **las** ich Diesen Roman.
- d. * Schon letztes Jahr ich **las** Diesen Roman.

Em cada um dos exemplos gramaticais apresentados em (1), o verbo finito *las* é precedido por apenas um XP, independentemente de qual seja a função gramatical de tal XP: o sujeito *ich* em (1a), o argumento não sujeito *Diesen Roman* em (1b) e o sintagma adverbial *schon letztes Jahr* em (1c). Como (1d) mostra, mais de um XP em posição pré-verbal produz uma sentença agramatical.

Dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa, a ordem V2 das línguas germânicas costuma ser interpretada como o resultado de movimento do verbo

finito para C⁰ e de frenteamento de algum XP para [Spec,CP] (DEN BESTEN, 1983; VIKNER, 1995). A representação em (2) a seguir ilustra como seria a derivação simplificada da sentença (1b), por exemplo, nessa perspectiva.¹

- (2) [_{CP} *Diesen Roman*_i [_C *las*_p [_{TP} *ich ... t_p ... t_i ...*]]]

Embora a restrição V2 seja uma característica típica especialmente das línguas germânicas, tem sido mostrado que diversas línguas Românicas também manifestaram esse fenômeno em estágios passados. O Francês Antigo, por exemplo, admitia o licenciamento de sequências com verbo em segunda posição similares às encontradas em línguas como o Alemão (ADAMS, 1987, p.102-103):

- (3) a. *Tu m'as amé celéement et jou toi.*
you me-have loved in secret and I you.
“You have loved me in secret and I you.”
- b. *Itieus paroles **distrent** li frere de Lancelot.*
those words spoke the brothers of Lancelot
“The brothers of Lancelot spoke those words.”
- c. *Tant **ont** François chevauchié.*
long have the French ridden
“The French have ridden a long time.”

À semelhança de uma língua V2 típica, os exemplos em (3) do Francês Antigo mostram que, em sentenças declarativas matrizes com verbo em segunda posição linear, o XP pré-verbal pode ser um constituinte de diferentes funções gramaticais, como, por exemplo, o sujeito (3a), um argumento não sujeito (3b) ou um adjunto (3c). Para vários autores, exemplos desse tipo são uma evidência de que, nesse período, o Francês se comportava como um sistema de natureza V2 (ADAMS, 1987; ROBERTS, 1993; VANCE, 1997). Ou seja, como o Alemão, a gramática do Francês Antigo instanciaria em orações matrizes movimento de V para C⁰ e frenteamento de algum XP para [Spec,CP], como exemplificado em (4) para a sentença (3b). Essa restrição gramatical teria sido perdida na fase do Francês Médio, especificamente a partir do século XV (ADAMS, 1987):

¹ A restrição V2 nas línguas germânicas é muito mais complexa do que apresentamos nesta seção. De fato, existem dois tipos de línguas V2: aquelas que admitem o verbo em segunda posição apenas em orações matrizes (Alemão e Holandês, por exemplo), usualmente chamadas de línguas V2 assimétricas, e aquelas que manifestam a restrição V2 tanto em orações matrizes quanto em orações subordinadas (Ídiche e Islandês, por exemplo), usualmente denominadas de línguas V2 simétricas. Para as línguas V2 assimétricas, a análise padrão é a que apresentamos no texto, isto é, movimento do verbo para C⁰ e frenteamento de algum XP para [Spec,CP]. Para as línguas V2 simétricas, certos trabalhos defendem que, tanto em orações matrizes quanto em orações subordinadas, o verbo se move para T⁰, com o constituinte pré-verbal sendo alçado para [Spec,TP], dado que esse especificador seria uma posição A-barra (DIESING, 1990; SANTORINI, 1995). Aqui, no entanto, seguiremos os resultados de Schwartz e Vikner (1996), que apresentam uma série de evidências em favor da hipótese de que línguas V2 simétricas também envolvem o domínio de CP.

- (4) [_{CP} *Itieus Paroles*_i [_C *distrent*_p [_{TP} *li frere ... t_p ... t_i ...*]]]

De acordo com Ribeiro (1995), o Português Antigo (PA) também teria sido um exemplo de língua românica que manifestava a restrição V2 (SALVI, 2001, 2004).² Tal como no Francês Antigo, os exemplos a seguir do PA mostram um padrão de ordem de palavras semelhante ao de uma língua V2.

- (5) a. “O honrado padre São Beento **deu** todas as cousas.” (RIBEIRO, 1995, p.113).
 b. “E desto se **nembrou** el” (RIBEIRO, 1995, p.114).
 c. “Com tanta pazeença **sofia** ela esta enfermidade” (RIBEIRO, 1995, p.114).

Em relação ao PA também, o que se vê é que, em sentenças declarativas matrizes com verbo em segunda posição, o XP pré-verbal pode ser um sintagma realizando diferentes funções gramaticais: o sujeito (5a), um argumento não sujeito (5b) ou um adjunto (5c). Ribeiro (1995) interpreta esse tipo de similaridade com o Alemão como uma evidência de que o PA, assim como o Francês Antigo, era uma gramática que instanciava alçamento de V para C⁰ e fracionamento obrigatório de algum XP para [Spec,CP]. A derivação em (6) de uma sentença como (5c), por exemplo, ilustra essa proposta para o PA.

- (6) [_{CP} Com tanta pazeença_i [_C *sofia*_p [_{TP} *ela ... t_p ... t_i ...*]]]

A partir da próxima seção, direcionaremos o nosso olhar para a gramática de textos portugueses escritos por autores nascidos no século XVII. Tendo em conta as duas propriedades distintivas das línguas V2, isto é, movimento de V para C⁰ e fracionamento de algum sintagma para [Spec,CP], procuraremos mostrar que, no que diz respeito especificamente à sintaxe de posição do verbo, a gramática desse período do Português Europeu ainda manifestava semelhanças com línguas V2 como o Alemão. Ou seja, a propriedade de movimento do verbo para a periferia da sentença não seria uma característica distintiva apenas do PA.

Movimento de V para C⁰ no Português Clássico

A partir de agora, o objetivo central é discutir um conjunto de evidências que permitem caracterizar a sintaxe de posição do verbo no PCI como a de uma gramática V2, isto é, uma gramática que instancia movimento do verbo finito para C⁰ em orações declarativas matrizes. Na realidade, a hipótese de que o PCI tenha sido uma gramática V2 não é uma ideia nova. Alguns trabalhos já levantaram essa hipótese, em particular por conta de fatos relacionados à colocação de

² Para abordagens alternativas, ver Kaiser (1999) e Rinke (2009).

clíticos, como mencionado na introdução (TORRES MORAIS, 1993; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005). Nossa contribuição aqui reside em trazer indícios adicionais de outros fenômenos sintáticos do PCI, os quais podem ser interpretados como evidências de que, nessa fase histórica do Português, de fato tínhamos uma gramática do tipo V2, ao menos no que diz respeito à sintaxe de movimento do verbo.

Antes de analisarmos os fatos linguísticos do PCI, gostaríamos de clarificar dois pontos. O primeiro deles tem a ver com a nossa concepção do que veio a ser o período clássico do Português. Neste trabalho, a noção de PCI que assumimos é a de um período gramatical na história do Português Europeu que se estende do século XIV ao fim do XVII, podendo ser considerado um período intermediário no eixo do tempo entre o Português Antigo e Português Europeu Moderno (GALVES; NAMIUTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2006). O segundo ponto diz respeito ao *corpus* utilizado no trabalho. Para a discussão que vamos começar a partir de agora, apresentaremos os resultados de uma investigação realizada em dois textos de escritores portugueses nascidos na segunda metade do século XVII: i) *Relação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Ellena da Crus*, de Maria do Ceu, nascida em 1658, e ii) *A Vida do Padre António Vieira*, de André de Barros, nascido em 1675.³ Ambos os textos que escolhemos para o nosso *corpus* são biografias, o que confere uma estabilidade às análises, já que é plausível supor que os resultados obtidos não serão enviesados por conta de questões relacionadas a diferenças entre gêneros textuais. A escolha por autores nascidos no século XVII decorre do fato de que, neste período específico do PCI, tem-se uma gramática relativamente estabilizada (PAIXÃO DE SOUSA, 2004), permitindo-nos, portanto, ter uma visão mais adequada dessa fase gramatical que investigaremos no decorrer do trabalho.

Fronteamento de objetos diretos e ordem linear do sujeito

Em línguas que não manifestam o efeito V2 e que apresentam como ordem de palavras não marcada a sequência sujeito-verbo (S-V), o fronteamento de objetos diretos (OD) não altera a posição do sujeito. De fato, o deslocamento do objeto para a periferia da sentença produz a ordem OD-S-V, como comprovam os exemplos a seguir do Inglês, uma língua não V2 com a ordem de palavras padrão S-V.

- (7) a. *We should give this book to John.*
b. *This book, we should give to John.*

³ Esses dois textos fazem parte da base de dados do Corpus Tycho Brahe, um *corpus* histórico do Português (CORPUS..., 2010).

Um contraste interessante pode ser observado se compararmos o Inglês com o Alemão. Por conta do requerimento que se aplica em línguas V2 determinando o movimento do verbo para C⁰, o fronteamento de um objeto direto em Alemão necessariamente resulta na ordem OD-V-S (ver o contraste em (8)), já que o verbo finito se encontra acima do sujeito na estrutura oracional (ver novamente a derivação em (2)).

- (8) a. *Diesen Roman **las** ich schon letztes Jahr.*
 this novel read I already last year
"I read this novel last year already."
- b. * *Diesen Roman ich **las** schon letztes Jahr.*

Em vista disso, um dos fatores que poderia explicar a diferença entre o Inglês e o Alemão, no que diz respeito à posição do sujeito em estruturas com objeto direto deslocado, seria a sintaxe de movimento do verbo. No caso do Inglês, por não ser uma língua V2, o verbo finito não é alçado para C⁰. Tendo em conta que o sujeito se encontra no especificador da projeção de flexão, o verbo finito estará estruturalmente abaixo do sujeito (ver (9)), desencadeando, portanto, a ordem de palavras S-V.⁴

- (9) [_{CP} *This book*_i [_C [_{TP} *we should ... t_i ...*]]]

Torres Moraes (1993) mostra que, em textos portugueses dos séculos XVI e XVII, a ocorrência em posição inicial de um constituinte que não o sujeito era, normalmente, seguida pela ordem V-S, como se observa em Alemão. Em (10), apresentamos alguns exemplos que ilustram esse fato (TORRES MORAIS, 1993, p.280-281):

- 10) a. "Cada dia **vão** os *Padres* visitar os enfermos."
 b. "Muito **gostou** o *Fidalgo* de o ouvir."
 c. "E assim o **amava** *Felícia* com grande medo."

Em nosso *corpus*, pudemos observar também que, especificamente em relação a sentenças com um objeto direto fronteado, o PCl se comporta de maneira semelhante ao Alemão. De fato, do conjunto de sentenças declarativas matrizes que apresentam tanto um objeto direto fronteado quanto um NP sujeito realizado foneticamente, o percentual da ordem OD-V-S é de 100%. Ou seja, tal como em Alemão, o PCl, conforme representado em nosso corpus, apresenta um padrão

⁴ Aqui, trabalharemos com a hipótese de que o domínio de flexão é representado apenas pela projeção TP (CHOMSKY, 1995), que, por conta de um traço EPP, é capaz de abrigar em seu especificador todo sujeito que é movido de sua posição base.

categorico de ordem V-S nos casos que envolvem o deslocamento de um objeto direto para a periferia da sentença. Em (11) apresentamos alguns desses exemplos.

- (11) a. “Notavel informação **deu este Espirito** em poucas palavras.” – Maria do Ceu.
- b. “Tudo **entendia a Sobrinha**,” – Maria do Ceu.
- c. “poucas saudades **teria este predeterminado espirito** de taes grandezas,” – Maria do Ceu.
- d. “Tudo isto **continha o papel daquele nobre Senado**,” – André de Barros.
- e. “Muito, do que se tem dito das gentes, que por aquele Sertão demoram, e bebem em tão dilatado rio, **avaliam algumas Histórias** por fabuloso.” – André de Barros.

Considerando que o padrão categorico de posposição do sujeito em estruturas de frenteamento de objeto em Alemão é analisado como resultado de alçamento do verbo para o núcleo de CP, parece natural estender o mesmo tipo de análise para o PCl, haja vista a semelhança contundente entre as duas gramáticas no que diz respeito à ordem linear do sujeito nos casos que envolvem o deslocamento de um objeto direto. Com isso, em termos da sintaxe de posição do verbo, temos uma evidência de que o PCl se comportava como uma gramática do tipo V2.

Num primeiro instante, contudo, essa evidência em favor da natureza V2 do PCl poderia ser colocada em dúvida pela seguinte razão. Em orações declarativas matrizes do Siciliano, um objeto direto com a função discursiva de foco informacional pode ser deslocado para uma posição à esquerda do verbo finito.⁵ Seguindo a ideia de que, em pares de sentenças pergunta-resposta, o constituinte focalizado na resposta substitui o sintagma *wh*- na pergunta (ROCHEMONT; CULICOVER, 1990), Cruschina (2008) mostra que, em Siciliano, a ordem de palavras em (12b) constitui uma sequência apropriada à pergunta em (12a):⁶

- (12) a. *Chi scrivisti?*
what write.PAST.2S
“What did you write?”
- b. ***N’articulu scrissi.***
an article write.PAST.1S
“I wrote an article.”

É importante observar, porém, que as sentenças com frenteamento de foco informacional apresentam uma diferença significativa em relação a outros tipos de construções que envolvem o deslocamento de um constituinte. Cruschina

⁵ Tradicionalmente, o constituinte com a função discursiva de foco informacional é entendido como o elemento de uma sentença que introduz informação nova (DIK, 1978; DE HOOP; SWART, 2000; KISS, 1996).

⁶ Sintagmas que representam foco informacional serão apresentados em negrito.

(2008, p.118) mostra que, se o elemento deslocado é um foco informacional do tipo apresentado em (12b), tal elemento deve aparecer em estrita adjacência com o verbo finito.

- (13) a. *Acu i dasti i chiavi?*
to whom them.CL give.PAST.2S the keys
“Who did you give the keys to?”
- b. **A Salvu** *i detti i chiavi.*
to Salvu them.CL give.PAST.1S the keys
“I gave them to Salvu.”
- c. * **A Salvu** *i chiavi i detti.*
to Salvu the keys them.CL give.PAST.1S

A sentença (13c) é agramatical devido à presença de um tópico entre o foco informacional e o verbo, confirmando a necessidade de adjacência entre esses dois constituintes. Por outro lado, se o XP fronteado não tem o estatuto de foco informacional, o verbo não precisa estar adjacente ao constituinte deslocado. Isso pode ser confirmado com o exemplo (14), no qual se observa um foco contrastivo deslocado que não se encontra em estrita adjacência com o verbo finito.⁷

- (14) *A SALVO i chiavi i detti, no a Pinu.*
to Salvo the keys them.CL give.PAST.1S not to Pinu
“I gave the keys to Salvo, not to Pinu.” (CRUSCHINA, 2008, p.119).

Uma forma de explicar o padrão de adjacência entre um foco informacional e o verbo em Siciliano seria admitindo que, nos casos em que um XP com esse valor de foco específico é deslocado para a periferia da sentença, isto é, para [Spec,CP],⁸ o verbo deve se mover para o núcleo C⁰. Nesse tipo de configuração, não haveria espaço para a presença de um constituinte entre o foco informacional e o verbo. Outras construções envolvendo fronteamento de um constituinte não exigiriam a

⁷ O sintagma que representa foco contrastivo é apresentado em caixa alta, como usualmente se faz na literatura especializada.

⁸ É bastante plausível imaginar que o foco informacional pré-verbal em Siciliano tenha se movido para [Spec,CP] caso consideremos que, na maioria das línguas românicas, constituintes *wh*- em orações interrogativas também manifestam a mesma necessidade de adjacência com o verbo finito, como ilustram os exemplos a seguir do Italiano (RIZZI, 1997, p.298).

- i. * *A chi, il premio Nobel, lo daranno?*
“To whom, the Nobel prize, will they give it?”
- ii. *Il premio Nobel, a chi lo daranno?*
“The Nobel prize, to whom will they give it?”

Tendo em vista que, em geral, se assume que sintagmas *wh*- se movem para [Spec,CP], nada mais natural do que também analisar as estruturas de fronteamento de foco informacional em Siciliano como casos de deslocamento do constituinte focalizado para [Spec,CP].

necessidade de subida do verbo, o que tornaria possível a ausência de adjacência entre o elemento deslocado e o verbo finito.

Um ponto interessante que pode ser extraído dessa discussão é que, embora o Siciliano não seja uma língua V2 (ver (14) novamente, por exemplo), essa língua apresentaria, sob circunstâncias pragmáticas e discursivas bastante específicas, um mecanismo de derivação sintática idêntico ao que é requerido por línguas com verbo em segunda posição – isto é, fronteamento de algum XP para [Spec,CP] e, o que mais nos interessa aqui, movimento de V para C⁰. A diferença em relação a uma língua V2 como o Alemão estaria no fato de que, nesta, o alçamento do verbo finito para C⁰ ocorre independentemente do estatuto informacional do XP movido para [Spec,CP], como comprovam os exemplos em (15), extraídos de Rinke (2009, p.310). De fato, podemos dizer que, numa língua V2 estrita, a subida do verbo é determinada por razões puramente gramaticais, ao contrário do que se verifica em relação às construções com fronteamento de foco em Siciliano, onde se nota que o movimento do verbo é desencadeado em razão do conteúdo pragmático do XP deslocado para a periferia à esquerda da oração.

- (15) a. *(Ich will dir was über Karl erzählen)*
("I'd like to tell you something about Karl")
*Karl **hat** einen wirklich netten Brief geschrieben.* (tópico)
Karl has a really nice letter written
"Karl has written a really nice letter."
- b. *(Wen hat der Direktor für den Gastvortrag eingeladen?)*
("Who did the director invite for the lecture?")
*Den Hans **hat** der Direktor dafür eingeladen.* (foco informacional)
the Hans has the director for this invited
"The director has invited Hans for it."
- c. *ROT **will** Max die Haustür streichen.* (foco contrastivo)
red wants Max the front door paint
"Max wants to paint the front door red."

Direcionando a discussão novamente para o PCI, poderia ser argumentado que, ao invés de requerer que o verbo sempre se mova para além de TP, independentemente do valor discursivo do elemento ocupando [Spec,CP], como ocorre em línguas V2, a gramática do período clássico do Português apresentaria movimento do verbo finito para C⁰ apenas em construções com fronteamento de um foco informacional, tal como se dá em Siciliano. Nesse sentido, o PCI não apresentaria uma sintaxe de posição do verbo necessariamente semelhante à de uma língua V2. Na realidade, o verbo seria alçado para a periferia da sentença apenas de maneira residual em contextos pragmáticos bastante específicos. Isso, a princípio, soaria adequado dada a natureza dos elementos deslocados

nos exemplos que apresentamos em (11). Em (11a), temos um sintagma que introduz uma informação nova, considerando que a ausência de um artigo definido em geral está correlacionada à noção discursiva de foco informacional. Nos demais exemplos, é possível observar que o objeto direto deslocado é um sintagma quantificado, o que torna cada um desses sintagmas deslocados um sério candidato à função discursiva de foco informacional, dado que a operação de focalização é uma instância de movimento quantificacional (RIZZI, 1997). Contudo, embora todos os exemplos que apresentamos possam ser interpretados como casos em que o movimento do verbo para C⁰ ocorre em função do fracionamento de foco, atestamos também dados em que o XP fracionado não pode ser interpretado como um foco informacional. Para que isso fique mais claro, colocamos também o contexto mais amplo em que dois desses dados aparecem. Note-se que, à semelhança das sentenças em (11), a posição do sujeito nesses dois exemplos também é pós-verbal, o que pode ser interpretado como decorrente de movimento do verbo para C⁰.

- (16) a. “Prevenia o Demonio a guerra que Elena lhe hauia de fazer Religiosa, conjecturando-a ou já nas virtudes naturaes, ou já nas exercitadas, espreita nella hum animo, muito capaz de tornar pella honra de Deos nas occaziões; hum valor muy proporcionado para as penitencias; hum genio muy docil para a oração; humas mãos muy abertas para a charidade; uma izença muy senhora para a compostura; hum natural muy efficaz para a resolução; e finalmente toda ella hum composto de grandes esperanças contra os seus dezejos. **Esta bem disposta materia para o fogo do amor de Deos**, previa o inimigo como Anjo, que foy, e temia como Demonio, que he;” – Maria do Ceu.
- b. “Assim que entrou na grade achou o menino com a padinha na mão, que conheceo ser a sua; **o mesmo reparo** fes a pessoa com quem fallaua, affirmando não entrar ali outra, que pudesse trazella,” – Maria do Ceu.

Em (16a), o termo “*Esta bem disposta materia (...)*” retoma um conjunto de qualificações que o demônio já tinha observado em relação à madre Ellena (“*hum valor muy proporcionado para as penitencias*”, “*hum genio muy docil para a oração*”, etc). Em (16b), o objeto fracionado “*o mesmo reparo*” é interpretado como uma observação que já havia sido feita por outra pessoa. O que esses dois exemplos mostram é que o constituinte deslocado pode ser analisado como um XP anafórico que representa um conteúdo informacional já apresentado no discurso, o que sugere que não seja informação nova. Nesse caso, então, não podemos explicar o movimento de V para C⁰ que resulta na inversão do sujeito como algo decorrente de um tipo de efeito V2 residual que se aplica apenas quando o XP fracionado é um foco informacional. Na realidade, os dados em (16) podem ser melhor compreendidos se assumirmos que a gramática do período clássico do

Português manifestava movimento do verbo para C⁰ independentemente do valor discursivo transmitido pelo elemento que ocupa [Spec,CP]. Ou seja, o ponto a se destacar aqui, e que constitui um fato ainda não discutido na literatura, é que a inversão V-S no PCl parece ser um fenômeno puramente gramatical, não sendo acionada por algum condicionamento informacional particular relacionado ao fronteamento de uma classe específica de sintagmas. Com isso, teríamos uma evidência que aproxima o PCl das línguas V2 no tocante à sintaxe de posição do verbo.

O valor informacional de sujeitos pós-verbais

Da discussão anterior sobre as construções de fronteamento no PCl, um outro contra-argumento à proposta de movimento do verbo para C⁰, agora em relação à posição do sujeito, poderia ser levantado. Se assumirmos que o sujeito tenha permanecido em sua posição base, isto é, em [Spec,vP], a derivação da ordem V-S não precisaria envolver necessariamente subida do verbo finito para o núcleo de CP, já que, mesmo se deslocando apenas até T⁰, ainda assim o verbo estaria hierarquicamente acima do sujeito. Essa possibilidade de derivação dos exemplos com posposição do sujeito é ilustrada com o esquema em (17):

(17) [_T verbo_i [_{vP} sujeito [t_i]]]

Um tipo de evidência para uma proposta nessa direção pode ser extraído de línguas como o Português Europeu Moderno (PE). Embora não seja uma língua que instancie movimento de V para C⁰ em orações declarativas matrizes, ainda assim o PE admite a ordem V-S em sentenças com deslocamento de um objeto direto (COSTA, 2004, p.80):

(18) “Esta janela **partiu** [o Paulo]”.

Tendo em vista que o PE não permite subida do verbo para além de TP em orações declarativas matrizes, a única forma de derivar a ordem V-S no tipo de sentença apresentada em (18) é assumindo que o sujeito não saiu de [Spec,vP], como defendem diversos trabalhos (BARBOSA; DUARTE; KATO, 2005; COSTA, 1998, 2004).⁹ Em que medida, então, precisaríamos assumir que a inversão do sujeito no PCl resulta de movimento do verbo para C⁰, dado que, numa língua

⁹ Uma das evidências a favor da permanência de sujeitos pós-verbais em [Spec,vP] pode ser extraída observando-se a ordem linear de sujeitos pospostos em relação a advérbios que marcam a fronteira de vP. Como mostra Costa (2004, p.28), um sujeito posposto deve necessariamente seguir o advérbio bem.

i. “ Comeu **bem** [o Paulo] maçãs.”

ii. * “Comeu [o Paulo] **bem** maçãs.”

historicamente tão próxima como o PE, obtém-se o mesmo resultado com movimento de V apenas até T⁰? Uma resposta satisfatória a essa pergunta envolve necessariamente uma outra questão: qual a posição ocupada pelos sujeitos pós-verbais no PCl, [Spec,TP] ou [Spec,vP]? Isso porque, se mostrarmos que sujeitos pospostos permanecem *in situ*, não teríamos evidências para comprovar a subida do verbo para C⁰; por outro lado, caso se mostre que sujeitos pós-verbais ocupam [Spec,TP], teremos necessariamente que assumir movimento do verbo para a periferia da sentença, o que confirmaria a hipótese de que o PCl apresentava uma sintaxe de posição do verbo semelhante à de línguas V2.

Gostaríamos de responder a essas questões comparando um pouco mais de perto o PCl com o PE. Em relação a este último, Ambar (1999, p.27) mostra que, se o sujeito é o foco informacional de uma sentença, sua posição na oração deve ser obrigatoriamente pós-verbal (COSTA, 1998, 2004).

- (19) a. “Quem comeu a tarte?”
 b. “Comeu **a Joana**.”
 c. # “**A Joana** comeu.”

Como se vê, uma oração com um sujeito em posição pré-verbal não é uma resposta adequada a uma pergunta em que o constituinte interrogado seja o sujeito. Nesse caso específico, apenas a ordem V-S é aceitável, confirmando a observação de que um sujeito que tenha a função discursiva de foco informacional pode aparecer unicamente em posição pós-verbal. Por outro lado, Costa (2004, p.79) mostra que, se o sujeito não é a informação nova da sentença, a sua posição na oração deve ser pré-verbal.

- (20) a. “O que é que o Paulo partiu?”
 b. “**O Paulo** partiu a janela.”
 c. # “Partiu **o Paulo** a janela.”
 d. # “Partiu a janela **o Paulo**.”
 e. # “A janela partiu **o Paulo**.”

A apresentação desses dados permite que se faça a seguinte generalização em relação ao PE: se aceitarmos que sujeitos pós-verbais permanecem *in situ* ao passo que sujeitos pré-verbais se movem para a categoria funcional de

Se, de fato, considerarmos que o advérbio *bem* se encontra na periferia de vP, o contraste acima deve necessariamente ser interpretado como um evidência de que o sujeito não saiu de sua posição base, como ilustrado nas representações a seguir.

iii. Comeu [_{vP} **bem** [_{vP} o Paulo maçãs.
 iv. * Comeu o Paulo_i [_{vP} **bem** t_i maçãs.

flexão,¹⁰ podemos dizer então que [Spec,vP] é uma posição sintática associada à função discursiva de foco informacional, enquanto que [Spec,TP] é uma posição associada a sujeitos não focalizados¹¹

Dadas essas considerações sobre o PE, gostaríamos de trazer à discussão os dados de ordem V-S do PCl. Se considerarmos novamente que um sintagma indefinido corresponde a uma interpretação de foco, os dados a seguir do nosso corpus mostram que, no PCl, sujeitos pós-verbais poderiam ser interpretados como informação discursiva nova, não havendo, portanto, nenhuma diferença em relação ao PE.

- (21) a. “Desta grande Religiosa, **disse** hum Padre que a confessou geralmente, tendo ella já muytos annos de idade, hauer em toda a sua confissão, sò uma culpa graue, commetida uma sò ves;” – Maria do Ceu.
- b. “a esta mortificação se lhe **seguio** uma grande febre, que continuada ao custo de muytas sangrias, houve de ceder aos remedios.” – Maria do Ceu.
- c. “Já neste tempo **picava** um estímulo, e penetrava um solícito cuidado os corações dos mareantes acerca do fim da navegação depois de tantas demoras.” – André de Barros.
- d. “No primeiro de Março de 1645 o **acometeu** uma terrível febre, com que adoeceu gravemente em Lisboa,” – André de Barros.

Entretanto atestamos alguns exemplos que não podem ser analisados como casos em que o sujeito pós-verbal é um foco informacional. Por exemplo, pronomes de terceira pessoa consistentemente referem-se a um discurso anterior, já que representam informação anafórica. Ou seja, tais elementos não podem ser interpretados como um foco informacional. Nos nossos dados, encontramos vários exemplos de um sujeito pronominal em posição pós-verbal.

¹⁰ Na literatura, há um intenso debate a respeito da posição de sujeitos pré-verbais no PE. Embora muitos pesquisadores assumam que o sujeito se encontra em [Spec,TP] (COSTA, 1998, 2004; COSTA; GALVES, 2002), alguns trabalhos defendem que o sujeito ocupa uma posição de tópico (BARBOSA, 1995, 2000). Aqui, gostaríamos de apresentar apenas uma evidência favorável à hipótese de que o sujeito ocupa [Spec,TP]. Costa (2004, p.13) mostra que, quando dois complementos de um verbo são deslocados à esquerda, sua ordem relativa não é rígida, como se vê a seguir:

i. “Aos alunos, sobre sintaxe, o Rui falou.”

ii. “Sobre sintaxe, aos alunos, o Rui falou.”

Costa (2004) argumenta que, caso se assuma que o sujeito ocupa uma posição de tópico, é de se esperar que a ordem relativa entre um complemento deslocado e o sujeito não seja rígida. Essa previsão, porém, não se confirma.

iii. “Esse bolo, o Paulo comeu-o.” (COSTA, 2004, p.13).

iv.?? “O Paulo, esse bolo, comeu-o.” (COSTA, 2004, p.13).

Por outro lado, se o sujeito está em [Spec,TP], é de se esperar que sua posição em relação a tópicos na oração seja rígida, como confirma o contraste entre (iii) e (iv).

¹¹ A ideia de que [Spec,vP] é uma posição associada a sujeitos pós-verbais focalizados parece se estender a outras línguas Românicas Modernas, tais como o Espanhol, por exemplo (ZUBIZARRETA, 1998).

- (22) a. “Chea de annos e achaques se **achava** ella a este tempo,” – Maria do Ceu.
 b. “mas quando este acabava a vida por terra, **andava** ele, ou já a braços com as ondas, ou lidando com os pensamentos de arcar com elas.” – André de Barros.
 c. “No mesmo tempo, em que como discípulo era mandado ouvir Filosofia, **compôs** ele um Curso Filosófico para si;” – André de Barros.
 d. “No dia seguinte **voltou** ele com todos os outros em forma de Câmara a darem satisfação aos Padres do tumulto da noite antecedente.” – André de Barros.

Esses exemplos que mostram a possibilidade de se ter em posição pós-verbal tanto sujeitos que funcionam como foco informacional quanto sujeitos que comunicam uma informação antiga podem ser interpretados basicamente de duas formas. Uma delas seria assumindo que, no PCl, [Spec,vP] é capaz de abrigar qualquer tipo de sujeito, independente de seu valor discursivo. Em termos da sintaxe de posição do verbo, a implicação dessa proposta é que bastaria movimento do verbo até T⁰ para que a ordem V-S seja derivada com os dois diferentes tipos de sujeito apresentados acima. Essa ideia é problemática por ao menos duas razões. Primeiro porque, se assumirmos a hipótese teórica de que qualquer interpretação pragmática é derivada a partir da própria estrutura sintática (RIZZI, 1997; LÓPEZ, 2009), atribuir a uma mesma posição a possibilidade de abrigar constituintes que manifestam diferentes funções discursivas representa um problema para a escolha da interpretação adequada, já que a mesma posição estrutural estaria associada a diferentes interpretações pragmáticas. Em segundo lugar porque, ao menos no âmbito das línguas românicas modernas, [Spec,vP] parece ser uma posição exclusiva para sujeitos focalizados, como mostram os dados do PE discutidos anteriormente, por exemplo (ver novamente a nota (12)).

A outra forma de interpretar os dados seria assumindo que, no PCl, sujeitos pós-verbais com a função discursiva de foco informacional permanecem em [Spec,vP], ao passo que sujeitos não focalizados devem se mover para [Spec,TP]. Nesse caso, a única proposta de sintaxe de posição do verbo que poderia explicar de maneira unitária o fato de que sujeitos pós-verbais com diferentes funções discursivas ocupam posições estruturais distintas seria a que admite movimento de V para C⁰ de forma generalizada, tal como em línguas V2. Note-se que, em termos da maneira como a função discursiva dos sujeitos é codificada na sintaxe, não haveria nenhuma diferença entre o PCl e o PE: [Spec,vP] seria a posição canônica para sujeitos focalizados, e [Spec,TP] seria a posição para onde se movem os sujeitos que não transmitem a função discursiva de foco. Ante essa proposta de análise, o que diferenciaria basicamente o PCl da variante moderna do Português seria a sintaxe de posição do verbo, dado que, naquela, o verbo seria movido até C⁰, ao passo que, nesta, haveria movimento do constituinte verbal apenas até T⁰.

Essa diferença, porém, seria suficiente para explicar por que o PCl permite que sujeitos sem o traço de foco informacional apareçam em posição pós-verbal. Além disso, no que diz respeito à sintaxe de posição do verbo, teríamos uma evidência adicional de que o PCl se comportava como um sistema gramatical V2 à semelhança de línguas como o Alemão.

Assimetria matriz/subordinada com relação à ordem V-S

Gostaríamos de apresentar agora um último argumento em favor da hipótese de que o PCl se comportava como um sistema gramatical V2 no que concerne à sintaxe de posição do verbo. Comparando orações matrizes e orações subordinadas completivas introduzidas pelo complementizador *que* (“*that-clauses*”), todas elas com verbos transitivos, notamos que, nos dois tipos de oração, o sujeito pode aparecer tanto em posição pré-verbal quanto em posição pós-verbal.

(23) Orações Matrizes

- a. “O Reyno de Deos **padesse** força,” – Maria do Ceu.
- b. “A pátria **lhe deu** o título de Grande,” – André de Barros.
- c. “Assim **hia** Deos laurando esta pedra de sua Igreja que queria para columna de sua caza,” – Maria do Ceu.
- d. “Por meio dos parentes **assoprou** o Inferno os ventos,” – André de Barros.

(24) Orações Subordinadas Completivas

- a. “naõ advirtio este fidalgo **que** Christo deixou a Cezar o que era de Cezar,” – Maria do Ceu.
- b. “Chegado o tempo da monção, começou outra vez a excitar diferentes afectos no coração delRei o sentimento, de **que** Portugal perdesse um Varão incomparável, como o Padre ANTÓNIO VIEIRA.” – André de Barros.
- c. “deram-lhes notícia das novas Leis, do melhoramento do trato, que haviam de ter; e que à sombra do governo dos Padres seriam vassalos de um Rei, que os amava, como aos seus Portugueses; e **que** vivendo entre eles **aprenderiam eles, e seus filhos** a Lei de Deus, que os criara para os fazer felizes, e gloriosos depois da morte em eterna vida.” – André de Barros.
- d. “e mostrando-se sentido deles se portarem tão bravos, cheio de Fé, e de zelo, tirou do seu Crucifixo, e resoluto o entregou a um Principal, dizendo, que ali **lhe entregava** aquele Sagrado penhor, imagem de um Homem Deus, que por eles morrera numa Cruz; **que** apesar da sua presente dureza **tomava** desde aquele ponto o mesmo Senhor posse daquela terra, e Nações;” – André de Barros.

Embora, nos dois tipos de oração, tenhamos atestado casos de ordem S-V e V-S, como exemplificado em (23) e (24), notamos uma assimetria quantitativa bastante interessante entre orações matrizes e orações subordinadas no que

diz respeito ao índice de uso de sujeitos pré e pós-verbais, como mostram os resultados da tabela (1).

Tabela 1 – Sujeitos pré e pós-verbais em orações transitivas matrizes e subordinadas do PCl

	Matrizes	Subordinadas
S-V	77 (31%)	19 (86%)
V-S	168 (69%)	3 (14%)
Total	245	22

Fonte: Autoria própria.

A tabela 1 mostra que, nas orações matrizes, o índice de sujeitos pós-verbais é significativamente maior do que o índice de sujeitos pré-verbais, sugerindo que a posposição do sujeito era a escolha preferencial nesse contexto. Nas orações subordinadas completivas, por sua vez, a ordem S-V é nitidamente a opção mais escolhida. Essa assimetria entre orações matrizes e subordinadas no PCl é bastante distinta da distribuição que se pode observar em dados da segunda metade do século XVIII, por exemplo, quando já se tem instanciada nos textos a gramática do PE.¹²

Tabela 2 – Sujeitos pré e pós-verbais em orações matrizes e subordinadas do PE

	Matrizes	Subordinadas
S-V	77 (82%)	18 (94%)
V-S	17 (18%)	1 (6%)
Total	94	19

Fonte: Autoria própria.

O que a tabela 2 mostra é que, no PE, a ordem de palavras com sujeito pré-verbal é nitidamente a opção mais empregada tanto em orações matrizes quanto em orações subordinadas completivas. Ou seja, ao contrário do que observamos nos textos do PCl, o PE não manifesta a assimetria entre orações matrizes e subordinadas no que diz respeito à ordem linear do sujeito em relação ao verbo. Em vista disso, a pergunta natural que se coloca é: como explicar essa diferença entre o PCl e o PE?

¹² Quanto à ideia de que, no século XVIII, a gramática atestada nos textos já era basicamente a gramática da variante moderna do Português Europeu, cf. Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005).

Em Alemão, observa-se uma assimetria muito semelhante à que é atestada no PCI. Nessa língua germânica, as orações matrizes admitem tanto a ordem S-V quanto à ordem V-S, como já mostrado ao longo desse artigo. Por conveniência, repetimos aqui os exemplos apresentados anteriormente em (1) a fim de ilustrar esse fato.

- (25) a. *Ich **las** schon letztes Jahr diesen Roman.*
 I read already last year this novel
"I read this novel last year already."
 b. *Diesen Roman **las** ich schon letztes Jahr.*

Nas orações subordinadas completivas introduzidas por um complementizador, entretanto, apenas a ordem de palavras S-V é possível, sendo totalmente agramatical a propriedade de inversão sujeito-verbo, como mostra o contraste entre (26a) e (26b) (LAENZLINGER, 1998, p.302).

- (26) a. ... das der Hans das Buch gelesen **hat**
 that the[+nom] Hans the[+acc] book read has
"... that Hans read the book."
 b. * ... das **hat** der Hans das Buch gelesen.

Esse tipo de assimetria em Alemão decorre do efeito V2. Como já discutido, em orações matrizes, o verbo se move para C⁰. Se o sujeito não é o elemento frontado para [Spec,CP], deriva-se necessariamente a ordem V-S, já que o sujeito, tendo se movido de sua posição base para [Spec,TP], está numa posição estrutural abaixo daquela que é ocupada pelo verbo na periferia da sentença. Nas orações subordinadas, porém, o movimento do verbo para C⁰ é bloqueado em razão da presença do complementizador. Nesse caso, então, impede-se o licenciamento da ordem V-S, dado que o sujeito, em termos de hierarquia na estrutura oracional, não estaria abaixo do verbo. A única possibilidade é a sequência com sujeito em posição pré-verbal.

Tendo em vista essa explicação para a assimetria V-S entre orações matrizes e orações subordinadas no Alemão, podemos explicar as diferenças entre o PCI e o PE seguindo a mesma linha de raciocínio. Como vimos, no PCI a ordem de palavras V-S é a escolha preferencial nas orações matrizes, sendo, porém, extremamente marcada em orações subordinadas completivas. Isso poderia ser explicado argumentando-se que, à semelhança de uma língua V2 como o Alemão, a gramática do PCI manifestaria o requerimento determinando o alicamento do verbo para C⁰ em orações matrizes. Se o sujeito é o elemento frontado para [Spec,CP], deriva-se a ordem de palavras S-V. Caso contrário, é licenciada uma sentença com posposição do sujeito. A preferência pela ordem V-S seria decorrente do fato de que [Spec,TP] seria a posição canônica para

sujeitos não marcados (ver a discussão na seção anterior). No caso das orações subordinadas, a presença do complementizador bloquearia o movimento do verbo para a periferia da sentença. Com isso, teríamos uma explicação para o uso predominante de sequências S-V em orações subordinadas, já que, neste contexto, o verbo poderia ser alçado apenas até T⁰, permanecendo, dessa forma, estruturalmente abaixo da posição canônica do sujeito em [Spec,TP]. A possibilidade de inversão nas subordinadas, embora numa frequência muito menor, pode ser satisfatoriamente derivada se considerarmos que, no PCl, os sujeitos podem ocorrer na sintaxe visível ou em [Spec,TP] ou em [Spec,vP], como também já sugerimos na seção anterior. No caso específico da ordem V-S em orações subordinadas, o sujeito permaneceria em [Spec,vP].¹³ Com relação ao PE, vimos que a ordem S-V é a sequência canônica tanto em orações matrizes quanto em orações subordinadas. Isso decorreria do fato de que essa língua não é um sistema V2, isto é, o PE manifesta movimento do verbo apenas até T⁰. A implicação clara disso é que a ordem S-V necessariamente será a sequência preferencial, já que o sujeito, em termos de ordem não marcada, está hierarquicamente sempre acima do verbo, se mantivermos que a posição canônica do sujeito em PE também seja [Spec,TP] (cf. a nota (10)). Tal como no PCl, o PE também admitiria a permanência do sujeito em [Spec,vP], o que explica os poucos casos de posposição do sujeito.

¹³ Conforme apontado por um dos pareceristas, os exemplos em (24c) e (24d) apresentam um problema para a hipótese de que os sujeitos pós-verbais em orações subordinadas permanecem em [Spec,vP]. Como discutido anteriormente, propusemos que, no PCl, sujeitos que expressam informação nova permanecem em [Spec,vP], ao passo que sujeitos que expressam informação antiga são alçados para [Spec,TP]. No caso de uma oração subordinada, estamos assumindo que a única opção para sujeitos pospostos é a posição [Spec,vP], o que nos levaria a esperar que todo sujeito posposto em orações subordinadas seja um constituinte expressando informação nova. Entretanto, em (24c) e (24d), cujos sujeitos pós-verbais são, respectivamente, “eles e seus filhos e o mesmo Senhor”, observa-se que estes sujeitos são claramente anafóricos. Ou seja, admitir que os sujeitos pospostos nos exemplos em questão se encontram em [Spec,vP] seria admitir que nem todos os sujeitos que são informação antiga estão em [Spec,TP], o que entra justamente em conflito com a hipótese que assumimos na seção “O Valor Informacional de Sujeitos Pós-Verbais”. Aqui, não apresentaremos uma discussão detalhada dessa questão, mas gostaríamos apenas de apontar uma possível solução para esse conflito. Conforme argumentado em diferentes trabalhos, o sistema CP possivelmente não se resume a uma única projeção com um núcleo e um especificador. De fato, o que se entende por categoria CP tem sido interpretado como um domínio composto de diferentes projeções, cada uma responsável por uma propriedade discursiva específica (RIZZI, 1997, 2001). Dentro dessa perspectiva, poderíamos pensar que, sob certas circunstâncias, mesmo em orações subordinadas o verbo se moveria para a periferia da sentença (por exemplo, para o núcleo mais baixo Fin⁰, na terminologia de RIZZI, 1997), ao passo que o complementizador “que” ocuparia uma posição mais alta, por exemplo, o núcleo Force⁰. Assim, o verbo estaria numa posição mais alta do que um sujeito que expressa informação antiga, localizado em [Spec,TP], mesmo em orações subordinadas. Isso é plausível se levarmos em consideração que haja duas posições para complementizadores no PCl, como sugerem as construções com duplo “que” (RIBEIRO; TORRES MORAIS, 2009), com o primeiro ocupando Force⁰ e o segundo ocupando Fin⁰. Teoricamente, então, a ausência de material no núcleo Fin⁰ possibilitaria a subida do verbo para a periferia da sentença. Essa questão, entretanto, merece um aprofundamento mais adequado, que deixaremos para trabalhos futuros.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos a sintaxe de posição do verbo no PCI, discutindo algumas evidências que permitem caracterizar a gramática desse período do Português como um sistema V2. Três fatos foram discutidos, a saber: a obrigatoriedade de inversão V-S em sentenças com deslocamento do objeto direto, a possibilidade de serem licenciados em posição pós-verbal tanto sujeitos que representam informação nova quanto sujeitos que representam informação antiga e a assimetria matriz/subordinada no que diz respeito à ordem de palavras V-S. Interpretamos esses três fatos como uma evidência de que a gramática do PCI, em orações declarativas matrizes, instanciaria movimento do verbo finito para C⁰. Além de contribuir para uma melhor compreensão da evolução gramatical do Português, esse tipo de resultado é significativo pois reforça também a ideia de que certas propriedades do efeito V2, em particular a questão de movimento do verbo para a periferia da sentença, foram uma característica distintiva das línguas Românicas em estágios passados.

ANTONELLI, A. L. Verb position in Classical Portuguese: evidences of a V2 system. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.501-522, 2011.

- **ABSTRACT:** *In the framework of Generative Grammar, one of the most discussed aspects of the grammatical evolution of Romance languages is the syntax of verb position. In particular, there has been an intense debate regarding whether these languages, in old stages, manifested verb movement to the left periphery in a similar way as V2 languages like German (ADAMS, 1987; BENINCÁ, 1984; ROBERTS, 1993; FONTANA, 1993; RIBEIRO, 1995; SALVI, 2004). In this paper, we will discuss the verb position problem in texts of Classical Portuguese, an intermediate period between Old Portuguese and Modern European Portuguese. Two 17th century texts, considered here as representatives of the grammar of Classical Portuguese, were selected and their syntactic analysis shows that the Portuguese grammar of that stage demanded the verb movement instantiation to C⁰, thus evidencing its V2 nature, at least concerning the syntax of verb position.*
- **KEYWORDS:** *Generative grammar. Classical portuguese. Verb position. V2 Effect.*

REFERÊNCIAS

- ADAMS, M. *Old French, null subjects, and verb second phenomena*. 1987. 248f. Dissertation (Doctor of Linguistics) – University of California, Los Angeles, 1987.
- AMBAR, M. Aspects of the syntax of focus in Portuguese. In: REBUSCHI, G.; TULLER, L. (Org.). *The grammar of focus*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p.23-53.

BARBOSA, P. Clitics: a window into the Null Subject Property. In: COSTA, J. (Org.). *Portuguese syntax: new comparative studies*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p.31-93.

_____. *Null subjects*. 1995. 200f. Dissertation (Doctor of Linguistics) – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1995.

BARBOSA, P.; DUARTE, M. E.; KATO, M. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v.4, n.2, p.11-52, 2005.

BENINCÀ, P. Un'ipotesi sulla Sintassi delle Lingue Romanze Medievali. *Quaderni Patavini di Linguistica*, Padova, n.4, p.3-19, 1984.

CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Massachusetts: MIT Press, 1995.

CORPUS Histórico do Português Tycho Brahe. Disponível em: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html>>. Acesso em: 05 out. 2010.

COSTA, J. *Subject positions and interfaces: the case of European Portuguese*. Berlin: Mouton, 2004.

_____. *Word order variation: a constraint-based approach*. 1998. 447f. Dissertation (Doctor of Linguistics) – Universiteit Leiden, Leiden, 1998.

COSTA, J.; GALVES, C. External subjects in two varieties of Portuguese: evidence for a non-unified analysis. In: BEYSSADE, C. et al. (Org.). *Romance languages and linguistic theory 2000*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p.109-125.

CRUSCHINA, S. *Discourse-related features and the syntax of peripheral positions*. 2008. 279f. Dissertation (Doctor of Linguistics) – University of Cambridge, Cambridge, 2008.

DE HOOP, H.; SWART, H. Topic and focus. In: CHENG, L.; SYBESMA, R. (Org.). *The first glot international state-of-the-article book*. Berlin: Mouton, 2000. p.105-130.

DEN BESTEN, H. On the Interaction of Root Transformations and lexical deletive rules. In: ABRAHAM, W. (Org.). *On the formal syntax of the West Germana*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. p.47-131.

DIESING, M. Verb Movement and the Subject Position in Yiddish. *Natural Language and Linguistic Theory*, Dordrecht, v.8, n.1, p.41-81, 1990.

DIK, S. *Functional grammar*. Amsterdam: North-Holland, 1978.

FONTANA, J. M. *Phrase structure and the syntax of clitics in the History of Spanish*. 1993. 312f. Dissertation (Doctor of Linguistics) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1993.

GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M., C. The change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v.4, n.1, p.39-67, 2005.

GALVES, C.; NAMIUTI, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da Língua Portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHAFER-PRIET, B. (Org.). *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Cilepinus, 2006. p.45-75.

KAISER, G. A ordem das palavras e a posição do verbo finito no Português Antigo. In: FERENC, P. (Org.). *Actas do Congresso Internacional Organizado por Motivo dos Vinte Anos do Português no Ensino Superior*. Budapeste: Universidade Eötvös Loránd, 1999. p.248-261.

KISS, K. *Discourse configurational languages*. New York: Oxford University Press, 1996.

LAENZLINGER, C. *Comparative studies in word order variation*. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

LÓPEZ, L. *A derivational syntax for information structure*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Língua barroca: sintaxe e história do Português nos 1600*. 2004. 367f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

RIBEIRO, I. *A sintaxe da ordem no Português Arcaico: o efeito V2*. 1995. 286f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

RIBEIRO, I.; TORRES MORAIS, M. A. *Doubling-que embedded constructions in Old Portuguese: a diachronic perspective*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~digs11/abstracts%20pdf/Ribeiro%20Torres%20Morais.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2011.

RINKE, E. Verb placement in Old Portuguese. In: DUFTER, A.; JACOB, D. (Org.). *Focus and background in Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p.309-332.

RIZZI, L. On the position “Int(errogative)” in the left periphery of the clause. In: CINQUE, G.; SALVI, G. (Org.). *Current studies in Italian syntax*. Essays offered to Lorenzo Renzi. Amsterdam: Elsevier, 2001. p.287-296.

_____. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (Org.). *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997. p.281-337.

ROBERTS, I. *Diachronic syntax*. New York: Oxford University Press, 2007.

_____. *Verbs and diachronic syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1993.

ROCHEMONT, M.; CULICOVER, P. *English focus construction and the Theory of Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SALVI, G. *La formazione della struttura di frase romanza*. Tübingen: Niemeyer, 2004.

_____. The two sentence structures of Early Romance. In: CINQUE, G.; SALVI, G. (Org.). *Current studies in Italian syntax*. Essays offered to Lorenzo Renzi. Amsterdam: Elsevier, 2001. p.297-312.

SANTORINI, B. Two types of verb second in the History of Yiddish. In: BATTYE, A.; ROBERTS, I. (Org.). *Clause structure and language change*. Oxford: Oxford University Press, 1995. p.53-79.

SCHWARTZ, B.; VIKNER, S. The verb always leaves IP in V2 clauses. In: BELLETTI, A.; Rizzi, L. (Org.). *Parameters and functional heads*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p.11-62.

TORRES MORAIS, M. A. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no Português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p.263-306.

VANCE, B. *Syntactic change in Medieval French: verb second and null subjects*. Dordrecht: Kluwer, 1997.

VIKNER, S. *Verb movement and expletive subjects in the Germanic Languages*. New York: Oxford University Press, 1995.

ZUBIZARRETA, M. L. *Prosody, focus and word order*. Massachusetts: MIT Press, 1998.

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em janeiro de 2011.

PADRÕES ESTATÍSTICOS DO ENCAIXAMENTO DA MUDANÇA DE SE-PASSIVO A SE-INDEFINIDO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

Silvia Regina de Oliveira CAVALCANTE*

- **RESUMO:** Este trabalho traz uma análise das construções tradicionalmente classificadas como passivas sintéticas, em comparação com construções passivas analíticas e outras construções com SE (inerente, reflexivo, recíproco, etc.) em textos de autores portugueses nascidos entre os séculos XVI e XIX. O objetivo principal é mostrar, através da comparação do padrão de ordem dos “sujeitos” dessas construções, a evolução da mudança linguística que afetou a posição do sujeito e pode ter afetado as construções passivas sintéticas. Segundo Galves e Paixão de Sousa (2005, 2010), o Português Clássico (séculos XVI e XVII) caracteriza-se por ser uma gramática em que a posição à esquerda do verbo é uma posição para onde se movem os constituintes topicalizados, incluindo aí os sujeitos; assim, a posição de base do sujeito é a pós-verbal. A partir do século XVIII, ocorre uma mudança em que a posição do sujeito passa a ser a pré-verbal e os elementos topicalizados ocupam a periferia à esquerda. Com base nesse quadro, este trabalho demonstra através da análise quantitativa da evolução dessas três construções ao longo do tempo que a mudança que ocorre nas construções com SE – de passivo a indefinido – pode ter sido desencadeada pela mudança na posição do sujeito.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Sintaxe histórica quantitativa. Mudança encaixada. Posição do sujeito. Passivas. Construções com SE.

Apresentação

Nas línguas românicas, as construções com SE, mais especificamente as conhecidas construções “passivas sintéticas”, apresentam um desafio para a teoria sintática no que diz respeito à posição de sujeito e a checagem de Caso, por causa do padrão de concordância que aparece nessas construções: o argumento interno pode desencadear a concordância com o verbo, como vemos em (1).¹ A maioria dos trabalhos dentro da Teoria de Regência e Ligação (MANZINI, 1986; CINQUE, 1988; DOBROVIE-SORIN, 1998; MATEUS et al., 2003; CYRINO, 2007) defendem que essas construções sejam consideradas passivas, e se assemelham às construções inacusativas, em que o argumento interno recebe o Caso Nominativo e ocupa

* UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-917 – silviare@gmail.com

¹ De acordo com as análises consultadas, as sentenças de (1) a (3) seriam possíveis tanto no Português Europeu (PE) quanto no Português Brasileiro (PB).

ou está ligado à posição de sujeito. Por outro lado, construções com SE com outros tipos de verbos (transitivos indiretos, inacusativos, inergativos, cópula etc.) e com verbos transitivos diretos que não apresentam concordância com o argumento interno, como nos exemplos em (2) e (3), respectivamente, são consideradas exemplos de SE-nominativo, em que o clítico SE absorve o Caso Nominativo e o argumento interno o Caso Acusativo. Podemos perceber que é o padrão de concordância que aparece quando o argumento interno é plural que é utilizado como critério para definir se se trata de uma construção de se-passivo ou se-nominativo.

- (1) Vendem-se casas.
- (2) a. Precisa-se de empregados
b. Vive-se bem no Rio de Janeiro.
- (3) Vende-se casas.

Na diacronia do português, podemos observar casos em que o argumento externo aparece como um sintagma preposicionado, o que no português contemporâneo, tanto PE quanto PB, não é mais gramatical, como vemos com o contraste entre (4a), um exemplo de Manuel da Costa, autor nascido em 1601, e (4b):

- (4) a. “Os mais guerreiros Reys do mundo se ajudaraõ de estranhos” (CORPUS..., 2011).
b. *Vendem-se casas pela imobiliária.²

Por outro lado, análises dentro do quadro teórico Minimalista, como as de Raposo e Uriagereka (1996) para o PE e de D’Alessandro (2007) para o italiano, propõem tratar essas construções como sendo construções ativas em que o DP argumento interno é um objeto que apresenta concordância com o verbo e o clítico SE ocupa a posição de sujeito.

Neste trabalho, recorro a uma análise quantitativa com base em dados extraídos de textos de autores nascidos entre os séculos XVI e XIX que compõem o *Corpus Histórico Anotado do Português – O Corpus Tycho Brahe* (CTB) – para defender que a mudança atestada para a posição do sujeito (GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2005, 2010) desencadeou uma mudança na interpretação dos enunciados com SE: de passivo a indefinido. Minha hipótese principal é que, se essas construções com SE são construções passivas e se o argumento interno, pelo fato de desencadear a concordância com o verbo, é o sujeito, vamos observar padrões

² A sentença (4b) pode ser aceitável no PB se se considerar a preposição por no sentido de através: “Vendem-se casas através da imobiliária”. Entretanto, se se considerar por como uma preposição que marca papel temático de AGENTE do verbo, a sentença é agramatical, tanto no PB quanto no PE.

semelhantes entre as construções passivas analíticas e o DP argumento interno vai apresentar um padrão semelhante aos DPs sujeitos de outras construções. Para defender essa hipótese, recorro a uma metodologia que alia o aparato formal da teoria sintática e o aparato quantitativo de análise estatística, cunhada por A. Kroch como “sintaxe histórica quantitativa”. O aparato teórico por trás das hipóteses diz respeito a dois pontos: (1) a mudança atestada na história do português com relação à posição do sujeito (GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2005, 2010) e (2) a análise das construções com SE, geralmente analisadas como passivas sintéticas, como construções ativas (RAPOSO; URIAGEREKA, 1996; D’ALESSANDRO, 2007).

Com relação à posição do sujeito, Galves e Paixão de Sousa (2005, 2010) defendem, a partir da análise de dados extraídos dos textos do CTB, que no Português Clássico (PCI) (séculos XVI e XVII) a posição à esquerda do verbo é uma posição para onde se movem constituintes topicalizados, incluindo os sujeitos. Só na gramática no Português Europeu (que pode ser encontrada nos textos de autores nascidos a partir do século XVIII) é que a posição do sujeito é pré-verbal e para a periferia esquerda se movem os constituintes topicalizados. As autoras propõem essa análise com base nas frequências dos padrões de ordem Sujeito-Verbo atestados nos referidos textos: até o século XVIII a frequência de VS é superior a SV; a partir do século XVIII, a frequência de SV supera a de VS.

Desse modo, considero aqui os seguintes pontos para a análise:

- (a) A comparação do comportamento das construções com SE-passivo/SE-indefinido, construções com SE não passivo (reflexivo, inerente, ergativo) e construções passivas analíticas, principalmente com relação à ordem do DP argumento interno (ou não) em relação ao verbo flexionado.
- (b) O comportamento de DPs sujeitos ao longo da história do português; com base nos resultados de Galves e Paixão de Sousa (2005, 2010) e com base no comportamento do DP sujeito das construções passivas analíticas (MELO, 2010; CAVALCANTE, 2009).

A hipótese principal que norteia este trabalho está centrada em outras mudanças que ocorreram na diacronia do português e que fazem levantar a existência de uma mudança gramatical ocorrida a partir da virada do século XVIII (se considerarmos a data de nascimento dos autores e não a da produção dos textos) que afeta a posição do sujeito, e afeta as construções “passivas sintéticas”, desencadeando uma reanálise sintática dessas construções.³ Pretendo mostrar

³ Vale mencionar que outras pesquisas desenvolvidas a partir da análise de dados extraídos do Corpus Tycho Brahe têm mostrado que o século XVIII é o ponto em que emerge a gramática do PE, com relação a fenômenos totalmente distintos, como, por exemplo, o padrão de colocação pronominal (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005), o uso de artigo diante de possessivos (FLORÍPI, 2008), as construções com SE (CAVALCANTE, 2006; ANTONELLI, 2008), o fenômeno da interpolação (NAMIUTI, 2008), a topicalização e o efeito V2 (GIBRIL, 2010; GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2005, 2010).

que os padrões estatísticos de anteposição e posposição do DP “sujeito” são consequência (a) das diferenças envolvidas na mudança que ocorre do PCI para PE; (b) da mudança do SE-passivo para o SE-indefinido; (c) da mudança na posição do sujeito. Desse modo, as seguintes predições podem ser feitas envolvendo as diferenças entre o PCI e o PE:

- (1) Entre os séculos XVI e XVII, as frequências de anteposição e posposição dos argumentos sujeitos de todas as construções serão semelhantes, com preferência pela posposição, tendo em vista que a posição básica do sujeito é a pós-verbal.
- (2) A partir do século XVIII, os índices de sujeito anteposto vão superar os índices de sujeito posposto, fazendo com que dois padrões se apresentem: os sujeitos das passivas analíticas e das construções com SE não passivo se tornam preferencialmente antepostos, ao passo que nas outras construções com SE, o DP argumento interno será preferencialmente posposto, pois estamos diante de construções com SE-indefinido.

Em primeiro lugar, apresento duas propostas de análise das construções ditas passivas sintéticas do ponto de vista teórico abarcando pelo menos dois modelos teóricos: a Teoria de Regência e Ligação e o Programa Minimalista; em seguida, apresento a análise quantitativa dos dados que comprova empiricamente as hipóteses levantadas aqui; e finalmente, apresento a análise do encaixamento da mudança.

A dita passiva sintética é uma passiva?

Os anos 1980 caracterizaram-se por uma explosão de análises gerativistas comparativas em busca das características da Gramática Universal e uma quebra em relação ao Modelo Padrão ou Padrão Estendido. Com relação às construções tradicionalmente consideradas passivas sintéticas, não foi diferente: vários estudos dentro do Modelo de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1986) deram conta do fenômeno como sendo um caso semelhante às construções passivas, ou mesmo às inacusativas, não se afastando, portanto, da ideia transmitida durante séculos pela Tradição Gramatical. Dentro do Modelo de Regência e Ligação, podemos mencionar as análises de Manzini (1986); Cinque (1988); Mendikoetxea (1990); Nunes (1990); Dobrovie-Sorin (1998); Otero (1999), entre outros. Por outro lado, dentro do Programa Minimalista, Raposo e Uriagereka (1996) para o PE e D’Alessandro (2007) para o Italiano propõem uma abordagem diferente que se desvincula tanto da Tradição Gramatical quanto das abordagens gerativistas anteriores, no sentido de analisarem o SE como sendo o elemento que ocupa a posição de sujeito e o argumento interno como sendo um objeto que desencadeia a concordância com o verbo.

Nesta seção, apresento, em primeiro lugar, uma discussão das propostas teóricas para a questão e as limitações do modelo de Regência e Ligação com base na literatura gerativista produzida principalmente nos anos 1980 e 1990; em seguida, apresento uma “solução” dentro do Programa Minimalista (RAPOSO; URIAGEREKA, 1996) que eu adoto para a análise dos dados.

Desconsiderando que, semanticamente, uma “passiva sintética” não corresponde a uma passiva analítica, tanto a análise das Gramáticas Tradicionais quanto as análises dentro do modelo de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1986) as consideram construções passivas. Mateus et al. (2003) diferenciam dois tipos de se: o passivo e o nominativo. Consideram a estrutura em (5) a seguir, como uma passiva de -se (MATEUS et al., 2003, p.531).

- (5) a. “Os artigos publicaram-se propositadamente no último número da revista.”
- b. “O canivete usou-se para cortar o pão.”

O se-passivo recebe o papel temático externo do verbo e ocupa a posição de especificador do SV. Esse clítico funciona como um morfema passivo, pois: “ele absorve (ou elimina) o traço casual acusativo do verbo, forçando o argumento interno directo deslocar-se para aceder ao Caso nominativo” (MATEUS et al. 2003, p.532). As construções com se-passivo, se assemelham, portanto, tanto às construções passivas como às construções inacusativas, em que o argumento interno do verbo não pode receber acusativo e tem que receber nominativo, o que explica a concordância entre o verbo e seu argumento interno.

No caso das construções com argumento interno singular, Mateus et al. (2003, p.533) as consideram enunciados ambíguos entre uma interpretação passiva com se-passivo, ou ativa com se-nominativo, como vemos com os exemplos em (6):

- (6) a. “Descobriu-se uma fuga no reactor nuclear.”
 Int1: Foi descoberta uma fuga no reactor nuclear.
 Int2: Alguém descobriu uma fuga no reactor nuclear.
- b. “Assaltou-se uma carrinha de transporte de valores.”
 Int1: Foi assaltada uma carrinha de transporte de valores.
 Int2: Alguém assaltou uma carrinha de transporte de valores.

A construção passiva com se-passivo, ao contrário das passivas sintáticas, não permite a expressão do agente por um sintagma por, apesar de este agente receber uma interpretação arbitrária, como exemplificado em (7):

- (7) a. * Os artigos publicaram-se no último número da revista pelo editor.
- b. '* O canivete usou-se por alguém para cortar o pão.

Sobre o se-nominativo, Mateus et al. (2003, p.836, grifo do autor) o consideram um clítico argumental de referência arbitrária, e acrescentam: “o sujeito associado a esse clítico é interpretado como indefinido e não específico, sendo parafraseável por expressões nominais como *alguém*”. Os exemplos a seguir demonstram algumas características do se-nominativo. Em (8), encontramos exemplos de se com verbos transitivos sem o seu argumento interno ou apresentando a não concordância, ou com verbos inergativos. Os exemplos em (9) mostram que o se nominativo não pode ocorrer associado a uma posição de expletivo. E, finalmente, (10) mostra que o caráter referencial de se-nominativo possibilita o seu aparecimento em contextos de extração simultânea de clítico (MATEUS et al., 2003, p.837):

- (8) a. “A grande questão está naquilo em que se acredita.”
b. “Aluga-se casas.”
c. “Trabalha-se demais.”
- (9) a. “*Há-se muitos livros nesta biblioteca.”
b. “* Parece-se a toda a gente que os professores comprem livros em excesso.”
- (10) “Informa-se que se aluga apartamentos e vende moradias.”

Trata-se, portanto, de dois pronomes distintos: um que desempenha um papel sintático – o se-passivo – e o outro um elemento lexical – o se-nominativo. O se-passivo “transforma” o verbo transitivo em um verbo inacusativo, quando, por absorver o papel temático externo do verbo transitivo, o impede de atribuir Caso acusativo ao seu argumento interno. Assim, o argumento interno tem que receber Caso nominativo – como o argumento interno de verbos inacusativos. O se-nominativo, ao contrário, é um elemento lexical que contém traço [+humano, -definido] que faz com que a interpretação do sujeito da sentença seja arbitrária. Segundo a abordagem de Mateus et al. (2003), o se-passivo não é um argumento, se comporta como um morfema passivo, transforma a voz verbal; ao passo que o se-nominativo é um elemento que ocupa a posição de sujeito, um argumento.

A análise para o SE-passivo, se considerada uma passiva, apresenta um problema teórico na medida em que pressupõe que o argumento interno, que preferencialmente ocorre na posição pós-verbal, deve receber Caso Nominativo ou estar coindexado com uma posição que receba o Caso Nominativo. A solução encontrada para lidar com esse problema foi a mesma encontrada para lidar com as construções inacusativas e passivas analíticas: o argumento interno do verbo se move para a posição de sujeito para receber o Caso nominativo (11) ou, quando posposto, está associado a um expletivo na posição de sujeito via CADEIA (12):⁴

⁴ Outro problema, também do ponto de vista teórico, seria a noção de CADEIA. Assim, se por um lado, o modelo de análise ficou uniforme, com a noção de movimento (mova alfa) que abarcou numa operação várias

- (11) a. A porta abriu.
- b. A porta foi aberta.
- c. A porta abriu-se.

- (12) a. *pro*_{expl} abriu a porta.
- b. *pro*_{expl} foi aberta a porta.
- c. *pro*_{expl} abriu-se a porta.

Esse tipo de análise iguala as três construções – inacusativa, passiva e construção com SE – como envolvendo o mesmo tipo de movimento e de atribuição de Caso, desconsiderando as diferenças existentes entre elas e que deveriam ser consideradas como indício de que se trata de construções sintáticas distintas: nas construções inacusativas (11a) e (12a), diferentemente das outras duas, não se pode interpretar um agente para a ação, mesmo sendo indeterminado, como é possível nas construções passivas e com SE. Por outro lado, as construções com SE não são interpretadas como passivas, pelo menos não no PE moderno (tampouco no Português Brasileiro).

Uma solução para esse problema é dada por Raposo e Uriagereka (1996, p.750) para o PE: as construções de SE com verbos transitivos que apresentam concordância com seu argumento interno plural, como vemos em (13), são na verdade estruturas ativas, como são as construções sem concordância (14) e não se trata, neste caso, de SE-passivo:

- (13) a. “Ontem **compraram-se** demasiadas salsichas no talho Sanzot.”
- b. “Essas salsichas **compraram-se** ontem no talho Sanzot.”

- (14) “**Compra-se** sempre demasiadas salsichas no talho Sanzot.”

Raposo e Uriagereka (1996) chamam as construções com concordância de SE-indefinido e as sem concordância de SE-genérico. O ponto-chave da sua argumentação de que a estrutura não é passiva, é que o DP argumento interno não está na posição sujeito ([Spec, T]), tampouco ligado a uma categoria vazia nessa posição, como tinha sido analisado na literatura gerativista sobre o tema. O problema, então, é como explicar a concordância. Sua análise divide-se, pois, em duas partes: a primeira em que eles levantam os dados empíricos para provar que o DP não se comporta como um sujeito e a segunda em que, se valendo da Teoria de Checagem de traços (CHOMSKY, 1995), demonstram como se dá a concordância. Raposo e Uriagereka (1996) demonstram que o DP, quando movido da posição de objeto, ocupa, na realidade, uma posição na periferia esquerda da sentença, uma posição de tópico. E os argumentos são os seguintes:

transformações distintas (de ativa para passiva, por exemplo), fez surgirem conceitos e noções que só se aplicam a determinadas construções, como a noção de CADEIA.

Em sentenças infinitivas complemento de predicados adjetivos, um sujeito lexical pode ocupar a posição pré-verbal, tanto numa sentença ativa, quando passiva (15). Nas construções com SE-indefinido, o DP só pode ocupar a posição pós-verbal, e não pré-verbal (16), o que pode indicar que esse DP não está na posição de sujeito (RAPOSO; URIAGEREKA, 1996, p.754):

- (15) a. “Vai ser difícil os tribunais aceitarem os documentos.”
- b. “Vai ser difícil os documentos serem aceites.”
- (16) a. “Vai ser difícil aceitarem-se os documentos.”
- b. “* Vai ser difícil os documentos aceitarem-se.”

A assimetria que existe na construção com SE-indefinido nas sentenças infinitivas desaparece nas encaixadas finitas: (17) mostra que é possível o DP aparecer numa posição pré-verbal tanto na passiva quanto na construção com SE-indefinido. No entanto Raposo e Uriagereka (1996, p.755) mostram que, em sentenças encaixadas, é possível a presença de um tópico, somente em sentenças finitas e não em encaixadas infinitivas, como mostra (18):

- (17) a. “Vai ser difícil que os documentos sejam aceites”.
- b. “Vai ser difícil que se aceitem os documentos”.
- (18) a. “Vai ser difícil que esses documentos, o tribunal (os) possa aceitar”.
- b. “*Vai ser difícil esses documentos, os tribunais aceitarem(-nos)”.

Um outro conjunto de dados que mostra que o DP anteposto nas construções com SE-indefinido não ocupa a posição de sujeito, mas uma posição de tópico, refere-se às infinitivas complemento de verbos epistêmicos, como aparece nos contrastes a seguir (RAPOSO; URIAGEREKA, 1996, p.756-757):

- (19) a. “Eu penso terem os soldados fuzilado os presos.”
- (20) a. “* Eu penso terem-se os presos fuzilado.”
- b. “Eu penso terem os presos sido fuzilados.”
- (21) a. “Eu penso terem sido fuzilados os presos.”
- b. “Eu penso terem-se fuzilado os presos.”

O exemplo (19) mostra que um DP sujeito pode ocorrer à direita do verbo auxiliar, que no caso em questão, sobe para um núcleo acima de T. Já o DP na construção SE-indefinido não pode ocorrer nessa posição, ao passo que o DP sujeito de uma passiva pode, como mostra o contraste em (20). Como (21) mostra, o DP argumento interno pode ocorrer na posição de objeto tanto nas construções passivas, quanto na de SE-indefinido.

Um outro argumento está relacionado à questão dos “nomes nus” (RAPOSO; URIAGEREKA, 1996: 760). No PE, os “nomes nus” só podem ocorrer na posição objeto e não na posição sujeito, como mostra o contraste em (22). Mas, “nomes nus” podem ocorrer numa posição de tópico, quando ligam uma categoria vazia na posição de objeto, mas não na posição sujeito, como mostra o contraste em (23). Como seria de esperar, nas construções com SE-indefinido, os “nomes nus” podem ocorrer tanto na posição de objeto, quanto antepostos ao verbo, o que pode provar que esse sintagma esteja na posição periférica, como mostra (24):

- (22) a. “O Nestor compra salsichas no talho Sanzot.”
 b. “* Salsichas são compradas no talho Sanzot.”
 c. “* Salsichas custam caro no talho Sanzot.”
- (23) a. “Salsichas, o Nestor compra cv no talho Sanzot.”
 b. “* Salsichas, cv são compradas no talho Sanzot.”
 c. * Salsichas, cv custam caro no talho Sanzot.
- (24) a. “Vendem-se salsichas no talho Sanzot.”
 b. “Salsichas, vendem-se no talho Sanzot.”

Ainda para ilustrar que o DP pré-verbal nas construções com SE-indefinido não ocupa a posição de [Spec, T], mas sim uma posição de tópico e se comporta como um tópico, Raposo e Uriagereka (1996, p. 756) se valem dos seguintes contrastes em (25):

- (25) a. “**Consultaram-se** os especialistas durante a operação.”
 b. “Os especialistas **consultaram-se** durante a operação.”
 c. “Em que momento da operação os especialistas **se consultaram?**”

A sentença (25a) recebe uma leitura indefinida. A sentença (25b) é ambígua entre uma leitura indefinida ou reflexiva/recíproca. Já para a sentença (25c), em que ocorre extração do adjunto, só é possível a leitura reflexiva ou recíproca. Isso indica que uma leitura recíproca/reflexiva está associada à posição de [Spec, TP], uma vez que o PP “em que momento” ocorre numa posição mais à esquerda do sujeito.

Raposo e Uriagereka (1996) resolvem a questão da concordância entre verbo e seu argumento interno plural, argumentando que (a) SE é um “DP mínimo”, no sentido de possuir traços semânticos reduzidos {[humano], [indefinido]}, como PRO e, portanto, SE checa o traço D de T, e recebe, como PRO, Caso nulo e (b) no PE existem duas posições disponíveis para checar o nominativo, [Spec, T] e uma outra F. Essa posição F encontra-se à esquerda de T. É nessa posição que o DP argumento interno vai checar o Caso Nominativo.

Desse modo, a ambiguidade de (25b) se explica a partir da existência de duas análises possíveis para a sentença, como se vê em (26):

- (26) a. [_{FP} os especialistas [_F consultaram [_{TP} SE [_T ... [... durante a operação]]]]]
 b. [_{TP} os especialistas [_T consultaram-se [... durante a operação]]]

Essa análise dá conta, portanto, da concordância entre o verbo e seu argumento interno plural, sem postular que o DP esteja na posição sujeito ou ligado a ela. Na verdade, o elemento que ocupa a posição [Spec, T] é o SE, como o SE-nominativo ou SE-genérico (das construções sem concordância).

A proposta de Raposo e Uriagereka (1996) dá conta do PE moderno, desconsiderando a mudança que possa ter ocorrido na história do português que envolve uma mudança de SE-passivo para SE-indefinido. Martins (2003) argumenta que o SE-passivo possui as seguintes características: limitação aos verbos transitivos, concordância obrigatória entre o verbo e o seu argumento interno e expressão opcional do agente da passiva. Essas características, seguindo Naro (1976) estariam ativas até o século XVI, inclusive no que tange à expressão do agente da passiva nas sentenças finitas.

- (27) a. “Como Josep **se conheceu** pelos irmãos.” (NARO, 1976, p.789).
 b. “o mar remoto navegamos, que só dos feos focas **se navega**”. (NARO, 1976, p.781).

Naro (1976) propõe que na história do português tenha ocorrido uma reanálise gramatical no processo de aquisição em que as sentenças que apareciam sem o agente da passiva expresso foram interpretadas como sentenças ativas e em decorrência disso, surgem as construções sem concordância: a interpretação “impessoal” das construções passivas, segundo Naro (1976), só foi possível pois, (a) na construção com SE-passivo, o agente é opcional; (b) sob determinadas circunstâncias, como para ênfase, o sujeito pode seguir o verbo, constituindo-se uma ordem que ocorre tanto em passivas quanto em ativas, e não tem nenhuma relação especial com a construção com SE-passivo; e (c) em determinados contextos o pronome SE precede seu verbo (é proclítico).

Assim sendo, para Naro (1976) é possível que uma construção com SE-passivo com a forma **SN₂ V-se por SN₁** (onde SN₂ é o argumento interno, SN₁ é o agente da passiva) assuma a forma **se V SN₂**, que pode ser interpretada como uma sentença ativa: compare-se (27a) com (27b), ambos os exemplos de Naro (1976, p.802-803):

- (27) a. “& porrem **se** lee este evangelho na festa da trindade.”
 b. “& porrem **o padre** lee este evangelho na festa da trindade.”

Para Naro (1976), são as similaridades entre a ativa e a passiva sem sintagma agentivo expresso e a maior frequência das ativas em relação às passivas (e não a falta de concordância) que fazem com que o falante possa interpretar uma passiva como uma ativa com SE como sujeito. Essa interpretação, no entanto, não seria possível se o sintagma agentivo estivesse de fato presente, uma vez que seria o sujeito semântico.

Os argumentos de Naro (1976) se baseiam, de certo modo, na ordem dos constituintes como sendo um elemento detonador da reanálise: a possibilidade de um sujeito nas sentenças ativas aparecer na posição pós-verbal; a possibilidade de o SE aparecer antes do verbo, o que faz com que o DP argumento interno apareça na posição dos objetos. O problema dessa análise é que para Naro (1976), no século XVI um sujeito pós-verbal é interpretado como sendo um recurso para “ênfase” – como o são os sujeitos pós-verbais do PE atual; e “ocasionalmente” pode ocorrer a próclise do SE, como ocorre no PE atual. Entretanto, os estudos sobre o PCl mostram que a gramática do século XVI é caracterizada por gerar sujeitos pós-verbais com uma frequência maior do que os pré-verbais (GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2005, 2010); pelos clíticos serem preferencialmente proclíticos, em relação à ênclise, justamente nos contextos de XV, sendo X um elemento não operador de próclise (como um DP ou um PP), como mostram Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005).

Desse modo, tanto os sujeitos das construções ativas, quanto os sujeitos das passivas com SE ocupavam a mesma posição no PCl. A reanálise, portanto, ocorre como uma consequência da mudança na posição do sujeito: a partir do momento em que o sujeito passa a posição pré-verbal é que os enunciados com SE passam a ser interpretados como sendo construções ativas e não mais passivas. Voltarei a esse assunto depois de apresentar os padrões estatísticos dos dados.

Retomemos as análises da sintaxe das construções com SE para poder relacioná-la à mudança na posição de sujeito. Por um lado, as propostas que se baseiam somente na concordância entre o verbo e o argumento interno para determinar o caráter passivo das construções com SE ignoram (a) a impossibilidade de aparecer agente da passiva e (b) o fato de o argumento interno, quando anteposto, não ocupar a posição de sujeito, como mostram Raposo e Uriagereka (1996). Por outro lado, a proposta de Raposo e Uriagereka (1996) dá conta da gramática do PE, mas não da gramática do PCl.

Podemos diferenciar três tipos de SE na história do português: o SE-impessoal (ou nominativo, ou genérico), o SE-passivo e o SE-indefinido. O SE-impessoal (ou nominativo, ou genérico) é um argumento, ocupa uma posição argumental e o argumento interno do verbo, quando ocorre, é um objeto. O SE-passivo é um morfema, capaz de mudar a diátese verbal e portanto a atribuição de Caso acusativo e nominativo, e não absorve o papel temático de argumento externo,

dada a possibilidade de aparecer um PP agente da passiva. As construções de SE-indefinido são estruturas ativas e não passivas, e compartilham com as estruturas sem concordância – se-impessoal – o fato de o SE ocupar a posição de sujeito. O quadro 1 (CAVALCANTE, 2006), a seguir, traz as características dos três tipos de SE:

Passivo	Indefinido	Impessoal
Concordância	Concordância	Não concordância
DP na posição sujeito	DP na posição sujeito	sem DP na posição sujeito
SE é um clítico a Infl	SE ocupa posição sujeito	SE ocupa posição sujeito
agente expreso como PP	não possui agente	---
só Verbos transitivos	Verbs transitivos	Todos os verbos

Quadro 1 – Tipos de **se** na história do Português

Fonte: Autoria própria

As propriedades de cada um dos tipos de SE estão relacionadas a propriedades de uma determinada gramática. No caso do SE-passivo, podemos dizer que ele é possível numa gramática que não possui uma posição pré-verbal específica para o sujeito, como numa gramática que possui essa posição. Numa gramática que não tem uma posição pré-verbal específica para o sujeito, o DP argumento interno, quando anteposto, ocupa a posição que os elementos topicalizados ou fronteados ocupam, inclusive um sujeito (PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2005, 2010; GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005).

Assim, no PCI, uma gramática em que a posição de sujeito era a pós-verbal, os enunciados do tipo **Vse DP** eram interpretados como sendo **VS**, pois tanto as construções ativas quanto passivas apresentavam como ordem canônica o sujeito pós-verbal. A evidência para a existência de uma estrutura passiva era a opcionalidade do agente da passiva. A partir do momento em que ocorre uma mudança na estrutura da sentença, e os sujeitos passam a ocupar a posição pré-verbal, a ordem **Vse DP** passa a equivaler a uma estrutura **VO**, e o agente da passiva não aparece, pois se trata de uma estrutura ativa, e é o que ocorre no PE.

Neste trabalho, apresento uma análise das construções com SE (indefinido e/ou passivo), em comparação com as passivas analíticas e construções de SE-não passivo. As construções que aqui chamo de SE-não passivo, são os casos que Mateus et al. (2003, p.835-842) classificam como anafóricos (reflexos e recíprocos), como em (28), ergativo/anticausativo, como em (30) e inerente, como em (31):

- (28) a. “**Defender-se** da influência estrangeira é matar a sua própria cultura – afirma Vargas Llosa.”
 b. “*pro* **Encontraram-se** na Faculdade ao fim da manhã.”
- (29) “O barco **virou-se**.”
- (30) “A Maria **apaixonou-se** por aquele homem encantador.”

Passemos agora à análise estatística dos dados observando os padrões de ordem do DP nas construções com SE passivo/indefinido, SE-não passivo e passivas analíticas na história do português.

A evolução das construções com SE na história: resultados quantitativos

Foram considerados para análise 19 textos de 18 autores nascidos entre os séculos XVI e XIX pertencentes ao *Corpus Tycho Brahe*.⁵ Todos os textos estão etiquetados morfológicamente e os dados foram extraídos através de buscas automáticas, o que nos permitiu analisar um universo de 1706 dados. Em seguida, os dados foram codificados e submetidos ao programa Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH 2005) para o controle dos padrões estatísticos. Nesta etapa da pesquisa, estão sendo analisadas somente as sentenças matrizes, mas a etapa de análise das sentenças encaixadas e coordenadas está em andamento. O quadro 2, a seguir, traz a distribuição dos dados por tipo de estrutura: as construções com SE-indefinido/passivo.

	Oco.	%
SE-indefinido/passivo	895	0,52
SE-não passivo	637	0,37
Passivas	174	0,10
Total	1706	1,00

Quadro 2 – Distribuição total dos dados por tipo de construção

Fonte: Autoria própria.

⁵ Os autores contemplados: Fernão Mendes Pinto (1510-1583), *Peregrinação*; Diogo do Couto (1542-1606), *Décadas*; Luis de Sousa (1556-1632), *Vida de Frei Bertolameu dos Mártires*; F. Rodrigues Lobo (1579-1621), *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno*; Manuel de Galhegos (1597-1665), *Gazeta em que se relatam as novas todas que ouve nesta corte*; Antonio Vieira (1608-1697), *Cartas e Sermões*; J. Cunha Brochado (1651-1735), *Cartas*; Maria do Céu (1658-1753), *Relação da Vida e Morte da Serva de Deos a Veneravel Madre Ellena da Crus*; Andre de Barros (1675-1754), *Vida do apostólico padre Antonio Vieira*; Cavaleiro de Oliveira (1702-1783), *Cartas*; Matias Aires (1705-1763), *Reflexão sobre a vaidade dos homens e Carta sobre a Fortuna*; Antonio Verney (1713-1792), *Verdadeiro Método de Estudar*; Antonio da Costa (1714-1780), *Cartas do Abade Antônio da Costa*; Correia Garção (1724-1772), *Obras Completas*; Marquesa D'Alorna (1750-1839), *Cartas*; Almeida Garrett (1799-1854), *Viagens na Minha Terra*; Marques de Fronteira e Alorna (1802-1881), *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*; Ramalho Ortigão (1836-1915), *Cartas a Emilia*. Os textos estão disponíveis em Corpus (2011). Apresento o sobrenome do autor, seguido da sua data de nascimento quando retiro trechos da obra como exemplo.

Antes de passar aos resultados, cabe explicar os critérios utilizados para a classificação dos dados que serviram de input para os gráficos. Em primeiro lugar, os dados dos gráficos foram extraídos da Tabela 1, que traz o número total de dados, os valores de anteposição e posposição dos DPs por meio século.

	1500	1550	1600	1650	1700	1750	1800	
Se-reflexivo								
SV	75 0,69	66 0,59	26 0,58	39 0,4	121 0,75	60 0,61	16 0,89	
VS	33 0,31	46 0,41	19 0,42	56 0,6	40 0,25	38 0,39	2 0,11	
Total	108	112	45	95	161	98	18	637
Se-passivo								
NPVse	3 0,12	28 0,22	12 0,13	17 0,14	151 0,38	14 0,19	15 0,25	
VseNP	22 0,88	97 0,78	78 0,87	105 0,86	250 0,62	58 0,81	45 0,75	
Total	25	125	90	122	401	72	60	895
Passivas								
SVpp	25 0,78	10 0,34	7 0,88	7 0,35	27 0,77	32 0,74	5 0,71	
VppS	7 0,22	19 0,66	1 0,13	13 0,65	8 0,23	11 0,26	2 0,29	
Total	32	29	8	20	35	43	7	174

Tabela 1 – Posição do argumento em relação ao verbo em construções com SE indefinido/passivo, ativas e passivas.

Fonte: Autoria própria.

Todos os gráficos foram elaborados mostrando a evolução da anteposição dos DPs em relação à posposição por tipo de construção e seguem a mesma legenda para o tipo de construção envolvida: “SV” indica a anteposição do DP sujeito de construções ativas (isto é, com outros SE’s: inerente, reflexivo, recíproco e ergativo); “NPVse” indica a anteposição do DP das construções com SE-indefinido/passivo e “SVpp” indica a anteposição do DP sujeito das construções passivas analíticas. A diferença existente entre um SE-passivo e um SE-indefinido está, num primeiro momento, na análise que se faz dos enunciados com SE e com concordância entre o Verbo e seu argumento interno plural: as análises anteriores à de Raposo e Uriagereka (1996) consideram que o argumento interno plural quando anteposto vai para a posição de sujeito; quando posposto, está coindexado à posição de sujeito. Para Raposo e Uriagereka (1996), como foi visto na seção anterior, o argumento interno é um objeto que, quando ocupa a posição pré-verbal, está numa posição de tópico e não de sujeito. Na posição de sujeito se encontra o SE. Desse modo, nos dados diacrônicos, não se pode decidir se estamos diante de um SE-passivo ou SE-indefinido pois superficialmente os enunciados são iguais. Para tomar a decisão teórica acerca de que estrutura(s) estava(m) ativa no PCI e no PE, é necessário ver a evolução do padrão de ordem do argumento interno dessas construções em comparação com os DPs que são inequivocadamente sujeito, como os sujeitos das construções passivas analíticas e das construções ativas (com outros SE’s).

Em segundo lugar, cabe uma nota sobre os padrões de concordância encontrados no CTB, pois é justamente a concordância o critério que se utiliza para diferenciar uma construção passiva sintética de uma construção ativa. Só foi registrado um caso de não concordância entre o verbo e seu argumento interno plural (31a). Foram registrados também casos de não concordância nas sentenças dependentes, como se vê em (31b) a seguir; mas esses casos não foram contados na análise, pois apresento aqui somente os resultados referentes às sentenças matrizes:

- (31) a. “Enquanto ao mais o mesmo que em Lisboa e em nada se **conhece** mais as homogeneidades de raça.” – Ramalho Ortigão, 1836. (CORPUS..., 2011).
- b. “Considerar a natureza e segui-la é a regra geral para acertar, porém, havendo licença para ornar as cópias que se fazem dela, ajuntando à escolha favorável que se **elege** os aparatos próprios que se apresentam, pode-se dar alguma liberdade à imaginação, contanto que se não falte à verdade nem ao natural inteiramente.” – Cavaleiro de Oliveira, 1702. (CORPUS..., 2011).

Os outros casos em que poderia haver um verbo na 3ª pessoa do plural foram casos em que a concordância é facultativa, uma vez que se trata de DPs coordenados compostos por núcleos no singular, como ilustrado a seguir (32):

- (32) a. Não se **vio** mais pouca vergonha, nem mayor subtileza! – M. da Costa, 1601. (CORPUS..., 2011).
- b. Também se **acha** abutua, e a casca chamada Preciosa. – Andre de Barros, 1675. (CORPUS..., 2011).
- c. Pelo rio dos Tocantins se **fez** esta entrada, e valoroso acometimento – Andre de Barros, 1675. (CORPUS..., 2011).
- d. Uma e outra coisa se **deve** evitar. – Verney, 1713. (CORPUS..., 2011).

O padrão de não concordância que aparece nos dados faz pensar sobre a relevância desse diagnóstico, e somente ele, para determinar o caráter passivo ou não passivo das construções com SE, principalmente se considerarmos a não concordância como um diagnóstico para uma reanálise de SE-passivo em SE-nominativo. É por isso que optei por considerar outros fatores sintáticos como diagnóstico para a análise proposta por Raposo e Uriagereka (1996).

O Gráfico 1, a seguir, traz, além das médias de anteposição dos argumentos por metade de séculos e por tipo de construção (em linhas), os percentuais de anteposição por autor (em dispersão). Podemos notar certa variação entre os autores, principalmente nos períodos em que só dispomos de textos de um ou dois autores; entretanto, as curvas com as médias de anteposição indicam as tendências que levantei na primeira seção: um aumento na frequência de anteposição dos DPs sujeitos a partir do século XVIII, que não se verifica nas construções de SE-passivo/indefinido.

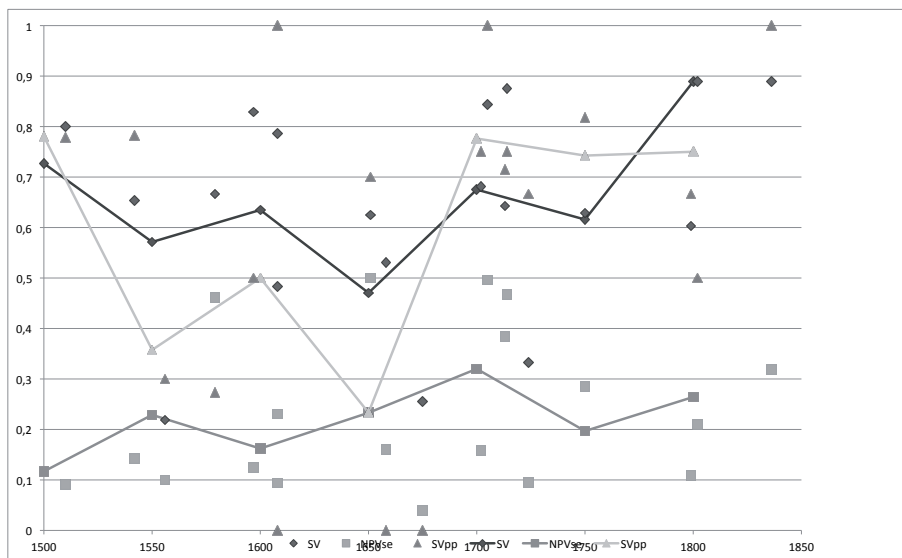


Gráfico 1 – Evolução da anteposição do argumento de construções com SE-indefinido/passivo, ativas e passivas

Fonte: Autoria própria.

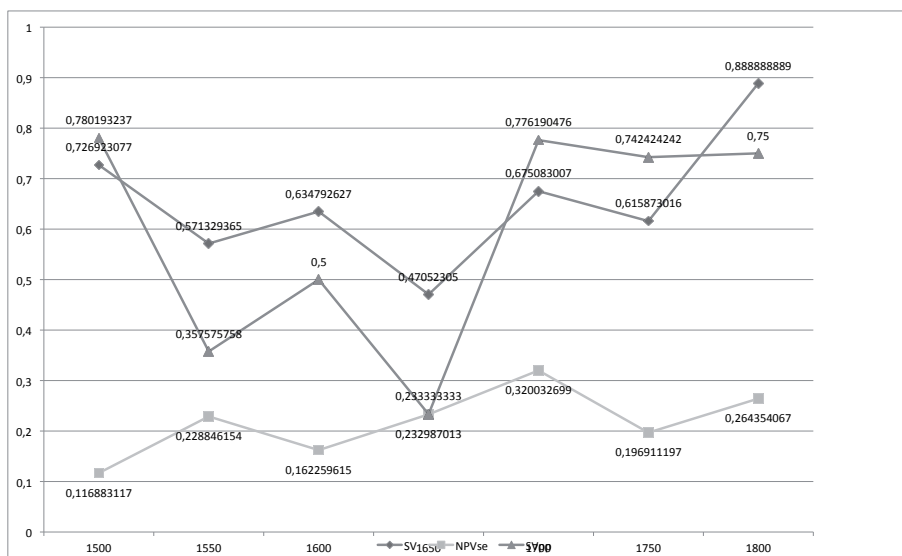


Gráfico 2 – Frequência de anteposição do DP argumento por tipo de estrutura a cada meio século

Fonte: Autoria própria.

Com o Gráfico 2, que mostra a evolução da anteposição dos DPs ao longo do tempo (por meio século) e por construção, já a mudança fica mais clara: os índices de anteposição dos argumentos nos séculos XVI e XVII se assemelham, nas três construções analisadas, e a partir do século XVIII, as construções que envolvem um DP sujeito apresentam aumento nas frequências de anteposição, enquanto as construções com SE-indefinido permanecem estáveis. Cabe mencionar também os índices de anteposição do DP nas construções com SE oscilam entre 12% e 32%, ao passo que o menor índice que anteposição dos sujeitos é 23%. Há indícios de que, a partir do século XVIII, o DP argumento interno das construções com SE-indefinido quando anteposto, aparece topicalizado.

Esses padrões confirmam as hipóteses levantadas na Apresentação: uma maior semelhança entre as construções passivas e ativas (com SE-não passivo) e as construções com SE-indefinido. A mudança fica mais clara quando consideramos o Gráfico 3 a seguir, que traz agora a evolução por século. Quando temos um maior número de dados (agora agrupados por século), as diferenças que envolvem diferenças nas duas gramáticas e nas construções envolvidas ficam mais claras: a frequência de anteposição do argumento nas construções com SE-indefinido são sempre mais baixas do que as que envolvem a posição do sujeito; além disso, a partir do século XVIII podemos notar, nas construções que envolvem DPs sujeitos, um aumento significativo de frequência de anteposição, diferentemente do que ocorre com o SE-indefinido/passivo. Cabe ainda mencionar que os dados aqui analisados apresentaram índices de anteposição do sujeito sempre superiores ao de posposição, mesmo entre os séculos XVI e XVII, diferentemente dos resultados encontrados por Galves e Paixão de Sousa (2005, 2010) para o mesmo período no mesmo *corpus*. Isso poderia apontar para uma tendência contrária à esperada para o presente trabalho; entretanto devemos levar em conta que Galves e Paixão de Sousa (2005, 2010) não separam o tipo de construção envolvida (passiva, construção com SE, ativa e até construções com verbo cópula), o que pode levar a um índice de posposição maior. Ao separarmos os dados, verificamos a tendência de o DP argumento interno nas construções de SE-indefinido/passivo ocupar a posição de objeto e não de sujeito, isto é, a posição à direita do verbo.

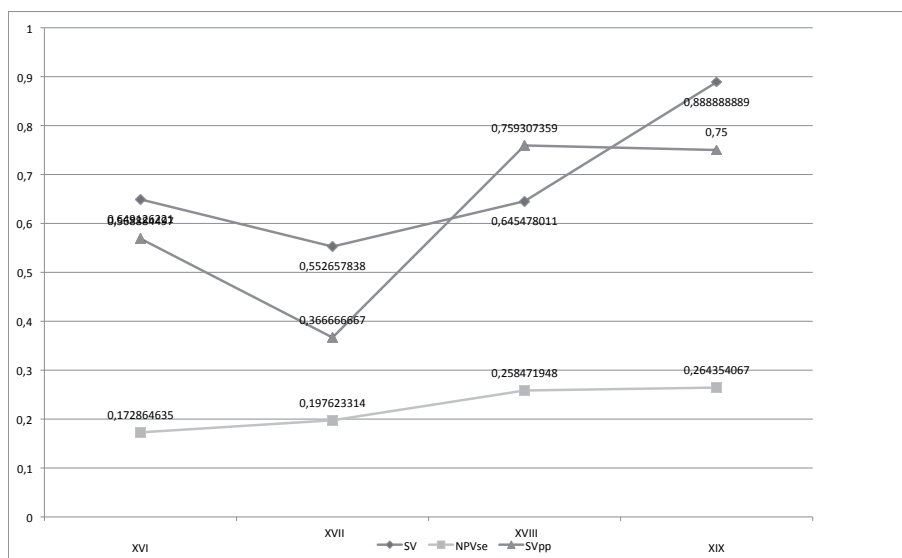


Gráfico 3 – Evolução da anteposição do DP por tipo de construção (média por século)

Fonte: Autoria própria.

A questão do encaixamento: mudança na posição do sujeito e mudança no SE?

Como mencionei anteriormente, os padrões estatísticos indicam o encaixamento da mudança que envolve as construções com SE de passivo para indefinido como estando relacionada à mudança na posição do sujeito. Se a reanálise nas construções com SE de uma passiva para uma ativa ocorreu, como afirma Naro (1976), do século XV para o XVI, então o padrão de anteposição do DP é esperado. Considero aqui que as construções com SE nos textos dos séculos XVI e XVII são uma mistura entre SE-passivo e SE-indefinido: tanto os DPs sujeitos das construções de SE-passivo quando os DPs objetos das construções de SE-indefinido sofrem topicalização quando antepostos. Por isso, não há como diferenciar uma construção da outra, a não ser que haja outro parâmetro para considerar: a presença do agente da passiva. De fato, nos dados até agora analisados, o agente da passiva só aparece em textos de autores dos séculos XVI e XVII, e com frequência muito baixa. A partir do século XVIII, entretanto, considero que as construções de SE-passivo tenham desaparecido, só restando construções de SE-indefinido.

A análise empregada neste trabalho mostrou como se pode depreender a gramática a partir da comparação de padrões estatísticos do comportamento de construções ora consideradas como equivalentes (como o próprio nome

“passivas sintéticas”) ora consideradas diferentes (a oposição entre passiva e ativa nas construções com SE). Os dados mostraram um comportamento mais condizente à análise de Raposo e Uriagereka (1996) em que a taxa de anteposição do DP das construções com SE sempre é mais baixa do que as taxas de anteposição de um DP sujeito “verdadeiro”, i.e., um DP que se move para a posição de sujeito ([Spec, T]), pois se trata de anteposição de um objeto. E objetos diretos deslocados possuem uma taxa de anteposição sempre mais baixa do que os sujeitos, seja numa gramática como o PCl, seja numa gramática como o PE, que é SVO.

Os resultados podem ser interpretados seguindo Kroch (2009) que afirma que construções independentes gramaticalmente apresentam padrões estatísticos independentes. De fato, as construções com SE-indefinido não apresentam um comportamento estatístico semelhante às construções que envolvem sujeito, mas podem se aproximar das construções que envolvem topicalização de objeto. A continuação do trabalho se dará justamente na comparação entre as taxas de anteposição do objeto em comparação com posposição do objeto (OV(S) vs. (S)VO).

CAVALCANTE, S. R. O. Statistical patterns of the embedding of the change from passive-SE to indefinite-SE in the history of Portuguese. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.523-544, 2011.

- **ABSTRACT:** *This paper presents an analysis of so-called passive-SE constructions, compared with canonical passives and other SE-constructions (inherent, reflexive, reciprocal, etc.) in texts written by Portuguese authors born between the 16th and 19th centuries. The aim of this paper is to show that the change from passive-SE into indefinite-SE may be related to the attested change that involves the subject position. According to Galves and Paixão de Sousa (2005, 2010), Classical Portuguese (XVI and XVII centuries) is characterized by being a grammar in which the left position of the verb is a position to where topicalized constituents move, including subjects, so the base position of the subject is post verbal. From the 18th century on, a shift occurs and the subject is preferably pre-verbal and topicalized constituents occupy the left periphery. The quantitative analysis of the evolution of SE-constructions in comparison to canonical passives over time demonstrates that the change that occurs in SE-constructions – from passive-SE to indefinite-SE – has have been triggered by the change in subject position.*
- **KEYWORDS:** *Quantitative historical syntax. Embedded change. Subject position. Passives. SE-constructions.*

REFERÊNCIAS

ANTONELLI, A. O clítico SE e a ênclise no Português Clássico. *Sínteses*, Campinas, v.13, p.29-45, 2008.

CAVALCANTE, S. R. O. *O uso de SE com infinitivo na história do Português: do Português Clássico ao Português Europeu e Brasileiro modernos*. 2006. 227f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CAVALCANTE, S. R. O.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Subject position and SE constructions in the history of Portuguese. 2009. Trabalho apresentado ao 23o International Conference on Romance Linguistics – Going Romance, Nice, 2009.

CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

_____. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. London: Praeger, 1986.

CINQUE, G. On si constructions and the theory of arb. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, n.19, p.521-581, 1988.

CORPUS Histórico do Português Tycho Brahe. Disponível em: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

CYRINO, S. M. L. Construções com SE e promoção de argumentos no português brasileiro: uma investigação diacrônica. *Revista da ABRALIN*, Brasília, v.6, p.85-116, 2007.

D'ALESSANDRO, R. *Impersonal si constructions*. Berlin: Mouton, 2007.

DOBROVIE-SORIN, C. Impersonal si Constructions in Romance and the Passivization of Unergatives. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, n. 29, p.399-437, 1998.

FLORIPI, S. A. *Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do português*. 2008. 271f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

GALVES, C. M. C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The change in clitic-placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v.4, n.1, p.39-67, 2005.

GALVES, C. M. C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The loss of verb-second in the history of Portuguese: subject position, clitic placement and prosody. Comunicação apresentada em Diachronic Generative Syntax Conference, 12., Cambridge, 2010.

_____. Clitic placement and the position of subjects in the history of European Portuguese. In: TWAN G.; VAN GINNEKEN, I.; JACOBS, H. (Org.). *Romance*

languages and linguistic theory 2003: selected papers from Going Romance 2003. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p.97-113.

GIBRIL, A. V. B. *Contexto de formação de estruturas de tópico, foco e adjuntos prepostos no português clássico*. 2010. 298f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

KROCH, A. *Making the best use of bad data*: some case studies in quantitative historical syntax. Disponível em: <<http://www.ling.upenn.edu/~kroch/handouts/rosae.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

MANZINI, M. R. On italian si. In: MANZINI (Org.). *Syntax and semantics*: the syntax of pronominal clitic. Florida: Academic Press, 1986.

MARTINS, A. M. Construções com SE: mudança e variação no português europeu. CASTRO, I.; DUARTE, I. (Ed.). *Razões e emoção*: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003. v.2. p.163-178.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

MELO, E. A. S. O Estatuto informacional e a posição do sujeito nas passivas analíticas e adjetivas na história do português. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 14., Rio de Janeiro, 2010. *Anais...* Rio de Janeiro: CiFEFil, 2010. p.2980-2989.

MENDIKOETXEA, A. On the syntax of constructions with arb se in Spanish. Separata de: *Anuario del Seminario de Filologia Vasca*, [s.l.], v.24, n.1, p.307-326, 1990.

NAMIUTI, C. *Aspectos da história gramatical do Português*: interpolação, negação e mudança. 2008. 331f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

NARO, A. The genesis of reflexive impersonal in Portuguese. *Language*, Baltimore, v.52, n.4, p.779-810, 1976.

NUNES, J. M. *O famigerado SE*: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com SE apassivador e indeterminador. 1990. 189f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

OTERO, C. P. Pronombres reflexivos y recíprocos. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p.1427-1517.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Língua barroca: sintaxe e história do português nos 1600*. 2004. 455f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. Indefinite SE. *Natural language and linguistic theory*, Dordrecht, v.14, n.2, p.749-810, 1996.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GOLDVARB X: a multivariate analysis application*. 2005. Disponível em: <<http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

Recebido em março de 2011.

Aprovado em junho de 2011.

DIGLOSSIA EM TEMPOS DE MUDANÇA? O CASO DA INTERPOLAÇÃO EM DUARTE GALVÃO, PERO MAGALHÃES DE GANDAVO, FRANCISCO DE HOLANDA E DIOGO DO COUTO

Cristiane NAMIUTI-TEMPONI*

- RESUMO: De acordo com Castro (1991) e Cardeira (2005), o século XV e a primeira metade do XVI são um período de transição da língua medieval para a clássica, no qual coexistem formas próprias da etapa anterior com formas que já anunciam o português do período clássico. Inspirados nas reflexões de Castro (1991) e Cardeira (2005) e também na ideia de competição de gramáticas delineada por Kroch (1994), argumentamos que um período de transição deverá caracterizar-se pela instabilidade resultante da conjugação dos sinais de renovação que se cruzam com a permanência da gramática antiga. Apresentaremos, neste artigo, alguns indícios provenientes da sintaxe dos clíticos em textos de autores nascidos entre o século XV e XVI que podem corroborar a hipótese de instabilidade gramatical e competição de gramáticas nessa época.
- PALAVRAS-CHAVE: Sintaxe. Interpolação. Mudança sintática. Diacronia. Gramática gerativa.

Introdução

O trabalho que apresentaremos aqui se enquadra na perspectiva diacrônica da sintaxe gerativa que busca compreender de que forma os dados de língua refletem alterações no plano das gramáticas. Trazemos uma reflexão sobre como avaliar os dados deixados pela escrita e uma proposta de interpretação para os dados encontrados em quatro textos de autores nascidos entre 1435 e 1542, que compõem o *Corpus histórico do português anotado Tycho Brahe*.¹ Tais autores nasceram em uma época de transição entre dois períodos gramaticais

* UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. Vitória da Conquista – BA – Brasil. 45083-900 – cristianenamiuti@gmail.com

¹ CORPUS... (2007).

Textos do *corpus* Tycho Brahe em evidência neste trabalho:

- Duarte Galvão (1435-1517): *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques primeiro Rey de Portugal*;

- Pero Magalhães de Gandavo (~1502-??): *História da prouincia Sãcta Cruz que vulgarme[n]te chamamos Brasil*;

- Francisco de Holanda (1517-1584): *Da Pintura Antiga*;

- Diogo do Couto (1542-1606): *Décadas*.

que antecederam as variantes atuais do português contemporâneo (português europeu e português brasileiro) – os períodos hoje tradicionalmente designados de Português Antigo e Português Clássico. Sobre essa época, escreve Paul Teyssier (2001, p.81-82):

Na leitura de um texto de fins do século XVI, a penosa impressão de arcaísmo dos textos antigos cede lugar a um agradável sentimento de modernidade. Se necessidade houvesse de fixar uma data ou um acontecimento para marcar esta mudança, uma ou outra coincidiriam com a publicação, em 1572, de *Os lusíadas*, de Luís de Camões. [...] Para chegar a essa fase, o português sofreu, do século XIV ao XVI, uma série de transformações que tiveram como efeito fixar a morfologia e a sintaxe de tal maneira que daí por diante pouco variarão.

Vários trabalhos têm argumentado que as mudanças nas línguas instanciam-se, nos documentos históricos, como variação entre formas antigas e formas novas.² Tipicamente, essa variação resulta no estabelecimento da nova forma na língua (KROCH, 1989).

No caso da língua portuguesa, dois aspectos da sintaxe dos clíticos pronominais se destacam pelas alterações de padrão na diacronia: (i) as ordens relativas clítico-verbo ~ verbo-clítico – variação próclise e ênclise; e (ii) o fenômeno da interpolação.

A variação superficial verbo-clítico ~ clítico-verbo em orações não dependentes com verbo em segunda posição (X-V) é atestada nos textos escritos entre 1200-1900. Mas a preponderância da ênclise ou da próclise em diferentes períodos aliada a outros aspectos da sintaxe (como o fenômeno do fronteamento e o estatuto do sujeito pré-verbal) sugerem diferentes estruturas subjacentes a essas ordenações e, conseqüentemente, diferentes etapas gramaticais (GALVES; NAMIUTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2006): a ênclise predomina nos textos escritos entre 1200 e 1400 e entre 1750 e 1900, é categórica neste contexto, no Português Europeu Moderno (séculos XX e XXI); mas, no período que abrange o final do século XV, os séculos XVI, XVII e o início do XVIII, é a próclise que predomina nos textos escritos, com a possibilidade de interpolação da negação nos mesmos contextos sintáticos da variação verbo-clítico ~ clítico-verbo. Seguem exemplos dessas estruturas em orações não dependentes introduzidas por sujeito (NAMIUTI, 2008):

- (1) “[...] espírito é como vento, com o mesmo com que uns vão para cima, vão outros para baixo; eu **acho-me** bem em caminhos chãos, ainda que me seja preciso vadear serras e meter debaixo dos pés os montes”. – Chagas, 1631.³

² Podemos citar aqui Meillet (1928), Weinrich (1953), Labov (1965) entre outros.

³ Os dados exemplificados apresentam-se com o nome do autor e a data de seu nascimento. Tais dados foram extraídos do *Corpus Tycho Brahe* e fazem parte do banco de dados da tese de Namiuti (2008).

- (2) “Ele me disse que pasmava como lhe abastava o que tinha.” – Sousa, 1554.
- (3) “Dom Manoel de Lima o não quiz ouvir naquele negócio, dizendo-lhe, que era filho mais velho de seu pai, que se queria ir pera o Reino, e que quando lhe ElRei não desse de comer, que viveria com o que seu pai viveo.” – Couto, 1548.

Neste artigo, focalizaremos o fenômeno da **interpolação**. Trata-se de uma construção característica dos textos mais antigos do português (bem como do romance ibérico em geral, Rivero (1993), Martins (1994), entre outros), na qual o clítico pronominal não se apresenta contíguo ao verbo. Tal construção está em variação com adjacência clítico-verbo nos contextos de próclise categórica (MARTINS, 1994; RIBEIRO, 1995; PARCERO, 1999; FIÉIS, 2001; NAMIUTI, 2008).

- (4) “E não faltou quem murmurasse de António de Almeida, havendo que vinha peitado dos Castelhanos, porque trazia peças, e brincos, que lhe eles deram.” – Couto, 1542.

É importante ressaltar que, conforme argumentamos em Namiuti (2006, 2008), existem dois fenômenos que são tradicionalmente considerados interpolação: (i) a interpolação de diversos constituintes que podem ocupar a posição pré-verbal, presente somente nos textos antigos (*interpolação generalizada*); e, (ii) a interpolação da negação que continua presente nos textos tardios e no *português europeu moderno*.⁴

De acordo com Martins (1994) a perda do fenômeno da interpolação generalizada em português se dá no século XVII, juntamente com a perda da possibilidade da próclise em orações raízes (X-V).

No entanto, o estudo que realizamos em vinte textos literários que compõem o *Corpus* do Português Histórico Tycho Brahe (doravante CTB) revela que o fenômeno da interpolação de elementos diferentes da negação é obsoleto nos textos dos autores quinhentistas e seiscentistas (NAMIUTI, 2008); a seção **Estado da arte: o fenômeno da interpolação no corpus Tycho Brahe** deste artigo traz um aparato geral do quadro apresentado por esse *corpus*.

Considero, portanto, os fatos relativos ao fenômeno da interpolação importantes para compreendermos a mudança gramatical que, segundo a proposta delineada em Namiuti (2008), remonta ao século XV.

A *interpolação generalizada* é robustamente atestada nos textos escritos entre 1200-1400 (MARTINS, 1994; FIÉIS, 2001) e marginal na maioria dos autores do CTB nascidos após 1500. No entanto, os textos representativos dos séculos XV e XVI revelam uma significativa variação entre as preferências de uso da construção.

⁴ Em Namiuti (2006, 2008) argumentamos fortemente sobre o estatuto diferenciado da interpolação da negação.

Enquanto alguns persistem no uso dessa interpolação, como Duarte Galvão (1435-1517) e Francisco de Holanda (1517-1584), com 40% e 44% de interpolação generalizada cada um, outros, como Pero Magalhães Gandavo (1502-??), não atestam o fenômeno.

Neste presente artigo, apresentaremos uma descrição detalhada do fenômeno característico do português antigo nos textos dos autores nascidos nos séculos XV e XVI. E, sob a luz teórica da gramática gerativa e da proposta delineada por Kroch (1989, 2001), conferiremos e argumentaremos que o século XV pode ser considerado um período de mudança e instabilidade gramatical, no qual as formas antigas ainda aparecem robustamente no início do período, mas já com o surgimento de novas formas que indicariam o nascimento de uma nova gramática do português nesse século. Nossa visão tem consequências para as delimitações dos períodos gramaticais, uma vez que consideremos que é o surgimento de uma nova forma a pista que indica o surgimento de uma nova gramática e não o desaparecimento total da forma antiga nos textos escritos.

Para modelar a variação: laço teórico

Na perspectiva gerativista, a **mudança gramatical** é uma função da relação entre a capacidade inata e a experiência linguística vivenciada pelas sucessivas gerações de falantes. As diferenças sintáticas entre dois ou mais estágios de uma língua, assim como as diferenças entre as línguas, são analisadas no quadro da teoria gerativa em termos de fixação diferente de valores paramétricos. Desse modo, a mudança sintática é vista como mudança de parâmetro, e fortemente vinculada à aquisição.

Assim, ao levantar a hipótese de uma etapa gramatical, os estudos gerativistas buscam compreender a que padrão de marcação paramétrica corresponde um determinado conjunto de dados.

Reconhecendo a distância existente entre a produção escrita e a gramática, os estudos de mudança no quadro gerativista enfrentam alguns desafios metodológicos, uma vez que a gramática é um objeto teórico e os dados um objeto empírico a ser interpretado.

Assumimos o quadro delineado por Kroch (1989, 1994, 2001), que salienta que a variação nos textos não se deve confundir com a variação nas gramáticas, uma vez que a mudança gramatical na teoria gerativa envolve mudança paramétrica e está fortemente vinculada à aquisição da linguagem pela criança, que as mudanças nas línguas, instanciadas nos documentos históricos como variação gradual, devem, por necessidade teórica, refletir mudanças gramaticais que ocorreram individualmente. Portanto, Kroch (1989, 2001), adotando a postura

gerativista, considera que a mudança real na fixação do parâmetro deve ser abrupta, ocorrer no vernáculo sem ser observada e somente a competição da gramática nova com a antiga, ou o uso escolarizado conservador, é acessível para ser estudada nos textos.

Nessa perspectiva, a variação entre formas antigas e novas na linha do tempo não pode ser conceituada como uma “oscilação” produzida por uma única gramática particular. Ao contrário, cada forma deverá corresponder a diferentes fixações de um parâmetro.

Dessa forma, apesar da mudança ocorrer instantaneamente no vernáculo, a substituição de uma forma por outra se dá gradualmente. A variação nos textos pode ser compreendida como fruto da convivência, no plano do uso, de formas geradas por diferentes gramáticas. É o que Kroch (1994) chama de “competição de gramáticas”, processo no qual as formas antigas são gradualmente expulsas do uso pelas formas inovadoras.

Assim, a mudança sintática, uma vez implementada, produz uma lenta mudança no sentido das frequências de uso das formas nova e velha. As diferenças nas frequências podem refletir, segundo Kroch (1989, 2001), preferências estilísticas ou efeito de processamento psicolinguístico.

Com relação à motivação e à explicação para as mudanças sintáticas, Kroch (1989, 2001) propõe que, quando a evidência para a fixação de um dado parâmetro se torna fraca, alguns aprendizes não vão ser expostos a dados suficientes para fixar o parâmetro corretamente. O resultado será uma população mista na qual alguns falantes têm a fixação paramétrica antiga e outros, a nova. Nessa população mista, a próxima geração provavelmente será menos exposta aos dados necessários para fixar o parâmetro do jeito antigo. Dessa forma, a variação no uso que reflete diferentes fixações paramétricas é encontrada nos textos escritos.

Para modelar essa variação, Kroch (2001) também propõe ser necessário permitir a **diglossia sintática** como uma situação normal durante o período de mudança. E uma vez que uma comunidade se torna diglössica com relação a uma dada fixação paramétrica, os falantes poderiam aprender ambos os parâmetros, e a escolha de qual critério de boa formação que deva ser aplicado na produção de uma dada instância de fala recairia no domínio da *performance*. As formas em competição em diglossia sintática representariam, segundo Kroch (2001), uma oposição entre um vernáculo inovador e uma língua conservadora. E, já que a primeira teria vantagem tanto psicolinguística quanto numérica, ela deverá vencer ao longo do tempo, até mesmo em textos escritos. Dessa maneira, a gradação encontrada nos textos não deve refletir qualquer mecanismo básico de mudança linguística, mas sim o bilinguismo psico e/ou sociolinguístico.

No que concerne especificamente ao problema da identificação de etapas gramaticais ou à periodização, a contribuição central do conceito de Competição de Gramáticas é a ideia de que a emergência de uma nova gramática será identificada pelo surgimento de formas novas nos dados. (GALVES; NAMIUTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2006).

Estado da arte: o fenômeno da interpolação no *corpus* Tycho Brahe

Os dados de interpolação de elementos diferentes da negação nos textos do CTB limitaram-se aos textos de autores nascidos até a primeira metade do século 17. Diogo do Couto (1542-1606), Frei Luís de Sousa (1556-1632), Francisco Rodrigues Lobo (1574-1621), Francisco Manuel de Melo (1608-1666) e António das Chagas (1631-1682) são os autores dos últimos textos que registraram a interpolação de elementos diferentes de **não**. Depois, temos um vasto período em que nada, a não ser a negação, é interpolado, o que está de acordo com outras pesquisas que observaram esse fenômeno (MARTINS, 1994; PARCERO, 1999; FIÉIS, 2001).

Constatamos que a interpolação de elementos diferentes da negação já não é preferencial no texto de Duarte Galvão (1435-1517) (40%) e é obsoleta em Diogo do Couto (1542-1606) (15%). E o mais surpreendente, o fenômeno não foi atestado no texto de Pero Magalhães de Gandavo (1502- ??) (0%). Os textos tardios – de Luís de Sousa, Francisco Rodrigues Lobo, Francisco Manuel de Melo e António das Chagas apresentaram uma frequência abaixo de 2% (mais exatamente 1%, 2%, 2% e 0,4%) de interpolação de elementos diferentes da negação ao compararmos com os casos de adjacência ‘clV’ com potencialidade para a interpolação. Também seus contemporâneos não atestaram o fenômeno nos seus inúmeros casos de próclise, como podemos constatar na tabela 1 a seguir, referente à **interpolação generalizada versus adjacência cl-V** nos contextos potenciais para a interpolação.

Tabela 1 – Interpolação generalizada *versus* adjacência ‘clV’

Autores	G00	G00	H00	C00	S00	L00	V00	V00	M00	C00	B00	B00	C00	B00	A00
	9	8	1	7	1	1	4	2	3	3	3	8	2	1	1
Data de edição	151	157	154	161	161	161	169	169	166	168	172	173	172	174	175
	7	6	8	6	9	9	7	7	4	7	8	5	1	6	2
Data de nascimento	143	150	151	154	155	157	160	160	160	163	164	165	165	167	170
	5	2	7	2	6	4	8	8	8	1	4	1	8	5	5
C-CL-X-(X)-V	73	0	76	37	3	7	0	0	9	2	0	0	0	0	0
	0,4	0,0	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,02	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	0	0	4	5	2	0	0	0		4	0	0	0	0	0
C-X-(X)-CL-V	109	17	98	207	308	416	387	430	586	472	346	234	264	295	641
	0,6	1,0	0,5	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	0,98	0,99	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	0	0	6	5	9	0	0	0		6	0	0	0	0	0
Total de C-CL-X-(X)-V e C-X-(X)-CL-V	182	17	174	244	311	423	387	430	595	474	346	234	264	295	641

Fonte: Corpus (2007).

Apesar de encontrarmos alguns casos de interpolação nos textos de autores nascidos no início do século XVII, acreditamos que a mudança que veda a possibilidade de gerar a interpolação generalizada deve ser bastante anterior, uma vez que vários dos autores contemporâneos àqueles que registraram um ou outro caso de interpolação generalizada não atestam o fenômeno em seus textos.

Outro argumento trazido em Namiuti (2008) para sustentar essa hipótese consiste no fato de que, ao compararmos os dados das pesquisas que contemplaram *corpora* de textos arcaicos aos dados do CTB, notamos uma diminuição das sentenças **C-cl-X-neg-V** em relação às sentenças em que temos um **X** pré-verbal entre o complementador (**C**) e **cl-neg-V** paralelamente à queda da interpolação generalizada nos textos produzidos entre o século XV e XVI.⁵

- (5) “Que edefícios perpetuos e statuas pesadas tem inda esta cidade, que **lhe eu já não tenha** roubado e leve, sem carretas nem navios, em leves folhas?” – Holanda, 1517.
- (6) “A qual permitirá Deus, que ainda em nossos dias se descubra toda, para que com ela se aumente muito a coroa destes Reinos: aos quais desta maneira esperamos (mediante o favor divino) ver muito cedo postos em tão feliz e próspero estado, que **mais se não possa** desejar.” – Gandavo, 1502.
- (7) “Isto digo, enquanto **Vossa Reverência lhe não der** os ditos mil cruzados que disse.” – Sousa, 1556.

⁵ Para a comparação dos dados nos diferentes *corpora* em um gráfico cujo eixo x é o eixo do tempo, é preciso utilizar-se das datas de produção dos textos, não há como utilizar as datas de nascimento dos autores (como é feito para o CTB), já que existe, para os textos arcaicos, uma complicação para se identificar o autor e sua data de nascimento, sendo a data do texto a única informação disponível.

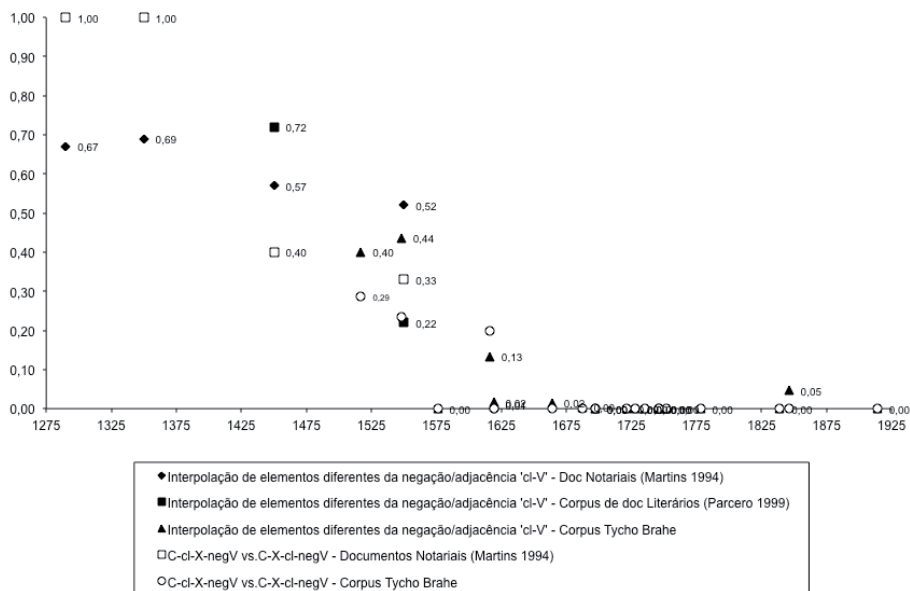


Gráfico 1 – Queda de C-cl-X-neg-V e estabilização da ordem C-X-cl-neg-V

Fonte: Autoria própria.

A ordem **C-X-cl-neg-V** parece estabilizar-se nos textos produzidos a partir do século XV (Gráfico 1). Tal resultado corrobora a hipótese de que a interpolação de elementos diferentes da negação entre o clítico e o verbo está no seu estado decadente no século XV, em vias de desaparecer por completo dos textos, e já competindo com uma nova gramática.⁶

Quanto à **interpolação da negação**, ela continua a ser frequentemente atestada para muito além do século XVII, e, conforme demonstrado em Namiuti (2008), traz preciosas pistas sobre a gramática que sucede a do português antigo e sobre a mudança observável no século XVIII que originou o português europeu moderno.⁷

Focalizemos os séculos XV e XVI, período contemplado nesta reflexão. Vimos, na tabela 1, que a interpolação de elementos diferentes da negação, apesar de já

⁶ No século XIX, voltamos a atestar a interpolação de sujeitos pronominais no texto de Almeida Garrett (1799-1854) – 5% –, como podemos verificar no quadro 1 (Ex: “Agora, do frade é **que me** eu **queria rir**, mas não sei como.” – GARRETT, 1799). O estudo de Magro (2007) mostra que a interpolação de certos elementos diferentes da negação volta a existir no português europeu moderno (PE) como um fenômeno dialetal. Porém a interpolação existente em alguns dialetos no PE moderno não é a mesma interpolação do PA (MAGRO, 2007; NAMIUTI, 2008).

⁷ Galves (2004), também Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) designam o período gramatical intermediário entre o **português antigo e moderno** de **português médio**, pois a existência dessa gramática abrange um período maior que o **clássico**.

não ser preferencial, é bastante atestada em alguns dos textos mais antigos do CTB. Como então interpretar o período que abrange o século XV e XVI diante da variação apresentada pelos autores? Os autores nascidos nos anos de 1435-1542 representam o Português Antigo ou o Clássico? Qual será a gramática (no sentido gerativista) desses autores? É possível identificar tal gramática pelas estruturas sintáticas registradas em seus escritos? Estarão os autores refletindo uma competição de gramáticas e diglossia em seus textos? Afinal, podemos apontar o século XV como o final de um período gramatical ou o início de um novo período?

Veremos, na próxima seção, detalhes sobre as particularidades dos textos dos autores nascidos entre os anos de 1435-1542, buscando responder a essas questões.

Argumentaremos em favor da proposta que a gramática do português clássico, revelada claramente nos textos do final do século XVI e do século XVII, já pode ser percebida nos textos de Duarte Galvão (1435-1517), Pero Magalhães de Gandavo (~1502-??), Francisco de Holanda (1517-1584) e Diogo do Couto (1542-1606), que representam o limite inicial e final de duas gerações (segunda metade do século XV e primeira metade do século XVI).

A interpolação em Duarte Galvão (1435-1517), Pero Magalhães de Gandavo (1502-??), Francisco de Holanda (1517-1584) e Diogo do Couto (1542-1606)

Como pudemos constatar na seção anterior, o fenômeno da interpolação generalizada é claramente obsoleto nos textos dos autores nascidos a partir da segunda metade do século XVI. Entretanto, curiosa é a situação dos autores nascidos na primeira metade do século XVI e no século XV, pois alguns parecem trazer o português antigo (doravante PA) no texto cheio de interpolações. Mas, se olharmos cuidadosamente, veremos os indícios de uma nova gramática já nesses textos.

O período em que se situa o nascimento dos quatro autores focalizados aqui (segunda metade do século XV e primeira metade do século XVI) é considerado como um período de transição da língua medieval para a clássica, durante a qual coexistem formas próprias da etapa anterior com formas que já anunciam o português do período clássico (CASTRO, 1991; MAIA, 1986; BECHARA, 1991; CARDEIRA, 2005). Um período de transição deverá, portanto, caracterizar-se pela instabilidade resultante da conjugação dos sinais de renovação que se cruzam com a permanência da gramática antiga. No caso dos quatro textos aqui apresentados – de Duarte Galvão (1435-1517), Pero Magalhães de Gandavo (~1502-??), Francisco de Holanda (1517-1584) e Diogo do Couto (1542-1606) –,

de fato encontramos essa situação de instabilidade com relação à colocação de clíticos, mais especificamente quanto ao fenômeno da interpolação. No texto de Pero Magalhães de Gandavo não há interpolação generalizada, e encontramos um caso de interpolação da negação em uma coordenada raiz **e-X-V** (contexto de variação clV/Vcl).

- (8) “E daí por diante **se não pode** passar por respeito de uma cachoeira” – GANDAVO, 1502.

Nos outros três textos, apesar da presença relevante de dados de interpolação generalizada, atestados nos mesmos contextos registrados por Martins (1994) para o PA (orações subordinadas finitas, infinitivas introduzidas por preposições que condicionavam obrigatoriamente a próclise e orações principais introduzidas por operadores proclisadores), também encontramos a negação interpolada em ambientes de variação ênclise/próclise.

X-cl-neg-V:

- (9) “Depois da batalha vencida esteve ElRey D.Affonso tres dias no campo, como hee de costume fazerem os Reys fe forçados, necefidade **lhes nom vem.**” – Galvão, 1435.
- (10) “[...] avendo jáa fete annos que fora levantado por Rey, e fazendo finquoenta, e dous annos de fua idade, e por fe nom achar escrito nada das coufas, que fe neste cazamento fizeraõ, nem como foram, **fe nom poz** aqui mais, que fõomente cazar ElRey.” – Galvão, 1435.

e-cl-neg-V:

- (11) “Não sómente ao outro domingo seguinte não nos pudemos ajuntar com a senhora Marquesa e com Micael Angelo, mas inda ao outro, d’ali a oito dias fomos quasi empedidos e nos não **queríamos** congregar.” – Holanda, 1517.

mas-S-cl-neg-V:

- (12) “[...] e semelhantemente diz que em Lenuvio stauão pintados Atalanta e Helena despidas, da mão d’aquelle mesmo mestre, de fórma excelente, nem se danarão pola ruina do templo em que stauão; e que Pontio, legado de Caio Cesar, aceso de libide, as quis arrancar da parede, mas a natureza d’ella o não **consintio**, e [...].” – Holanda, 1517.

A interpolação, mesmo da negação, em contextos sem operadores que condicionam categorialmente a próclise verbal não é permitida no Português Antigo, e é característica dos textos do Português Clássico. É importante ressaltar

que a negação não conta como operador proclisador para a interpolação uma vez que ela é o elemento interpolado (MARTINS, 1994).

Nos textos de Duarte Galvão (1435-1517) e Francisco de Holanda (1527), apesar de a interpolação de elementos diferentes da negação não ser tão frequente, como nos documentos anteriores (MARTINS, 1994; PARCERO, 1999), não é marginal. Ao compararmos com as próclises com adjacência 'cl-V' o texto de Francisco de Holanda contou com 43% de interpolação contra 57% de cl-V, e o texto de Duarte Galvão – 40% contra 60%.

Já Diogo do Couto (1542-1606) apresenta apenas 15% de interpolação de elementos diferentes da negação contra 85% de próclise com adjacência, o que, somado ao fato de Pero Magalhães de Gandavo (~1502-??) não registrar interpolação de elementos diferentes da negação em seu texto, pode indicar que estamos diante da mudança que tornará a interpolação generalizada obsoleta ainda no século XVI.

Os contextos em que a interpolação generalizada aparece nos textos de Duarte Galvão, Francisco de Holanda e Diogo do Couto são os mesmos contextos em que a interpolação era possível nos *corpora* de Martins (1994) para o período anterior (orações subordinadas finitas e infinitivas introduzidas por preposição, e em orações raízes introduzidas por proclisadores). Seguem abaixo alguns exemplos.

Interpolação de **advérbios, quantificadores, PPs, sujeitos e complementos fronteados** em orações dependentes finitas – 'C-cl-X-V':

- (13) "[...] diguaão-no hos que **fe ally acharaõ**, porque nom he em my dizelo." – Galvão, 1435.
- (14) "Finado D.Eguas, e mandado ahi enterrar como dito he, ho Princepe D.Affonso Anriques como quer que **lhe muyto pezafe** do falecimento de tam honrado Cavalleyro." – Galvão, 1435.
- (15) "Hos de cavallo cheguando aho porto deram aguoa de feu vaguar, ElRey carregoufe mais de sua prognostiqua, e cheguão Auzary, contoulhe como fe tomára ha Villa, e da grande mortindade que **fe nella fizera** de que ElRey de Sevilha, e todos hos Mouros ouveram grande pezar, nom fõo pela perda dehta Villa, mas de outras ha que ha perda dehta dava cauza forçada." – Galvão, 1435.
- (16) "[...] e foy prezo delRey D.Fernando de Liaõ, como **fe aho diante diràa** onde elles tiveram feu arrayal de ante fentado, no qual acharaõ prezas grandes, e ouro, e prata, e muitas joyas, e cavallos, e outras coufas, has quaes repartio por efes Grandes." – Galvão, 1435.

- (17) “[...] porque consiste toda esta arte na pintura, para saber quanto **lhe** a *cousa* **diminue** ao longe, e quanto ao perto crece [...]” – Holanda, 1517.
- (18) “Deixo já seus vãos favores e carezas, de que **me ás vezes corro**.” – Holanda, 1517.
- (19) “Mór pergunta, todavia foi essa, (lhe respondi eu), senhor Micael, que a que **vos eu preguntei**.” – Holanda, 1517.
- (20) “como **se logo** fez” – Couto, 1542.
- (21) “que **lhe melhor parecесsem**” – Couto, 1542.
- (22) “que **o mais inquietava** que todas” – Couto, 1542.
- (23) “Em um extraordinário curso da natureza, que **se neste tempo nota**.” – Couto, 1542.
- (24) “e entregando-lhe aquele Rei o dia que **se dele despedio**” – Couto, 1542.
- (25) “protesto que **lhe o outro mandava** fazer” – Couto, 1542.
- (26) “Garcia de Sá sobre os navios, e gente, que **lhe o Governador mandou** dar, andou em dilações muito” – Couto, 1542.

Interpolação de *sujeito* em orações infinitivas introduzidas pelas preposições “de” e “sem”:

- (27) “E, pelo ElRei Dom João o III querer casar, e êle não querer, **lhe** não deram satisfação de seus serviços, que foi causa de **se êle ir** viver a Veneza com sua licença” – Couto, 1542.
- (28) “Os Capitães Fidalgos, e todos os mais ficaram embaraçados com tão subita mudança, sem **lhes o Governador dar** conta do que passava .” – Couto, 1542.
- (29) “sem **lhe ninguém ir** à mão” – Couto, 1542.

Interpolação de *sujeito*, *complemento fronteado* em orações não dependentes finitas introduzidas por operadores proclisadores.

- (30) “[...] e enfadar-se-hia, e porventura se iria um dia de enfadada lançar no mar oceano, que é lá perto, e far-me-hia muitas vezes cantar aquelle verso de: Se ella servisse em o tempo da guerra, logo **a eu desejaria**.” – Holanda, 1517.
- (31) E os bons poetas a cousa por que se mais cansam e que têm por mór fineza é com palavras (porventura demasiadas e longas) vos mostrar como pintada uma tormenta do mar, ou um incendio de uma cidade, que se elles podessem, antes o pintariam; a qual tormenta quando acabaes com trabalho de lêr, já **vos**

o começo esquece, e sómente tendes presente o curto verso em que levas os olhos. – Holanda, 1517.

(32) “Mas a altura do seu rosto, da barba até o começo do nariz, é a terça parte; do começo do nariz até o fim que stá entre as sobranceiras outro tanto; d’ali até á raiz dos cabellos, onde se o rosto acaba, é outra terça parte.” – Holanda, 1517.

(33) “e onde o nós conversámos (como em outra parte dissemos)” – Couto, 1542.

Interpolação de *mais de um constituinte* em orações dependentes finitas (‘C-cl-X-X-V’) e infinitivas (envolvendo *sujeitos*, *advérbios* e *negação*):

(34) “Como ella me mandou assentar, e se acabou a lição e os seus louvores, olhando pera mi e pera Messer Lactancio, se me eu não engano, começou a dizer: ‘– Logo Francisco de Hollanda tomara de mais boa vontade ouvir prégar da pintura Michael Angelo, que não frate Ambrosio esta lição’ ”? – Holanda, 1517.

(35) “Até aqui temos, em parte, mostrado, como em memoria, o que nos inda não esquece da nobre pintura antiga, e isto muito brevemente para o muito que poderamos fallar d’esta materia.” – Holanda, 1517.

(36) “Que edefícios perpetuos e statuas pesadas tem inda esta cidade, que lhe eu já não tenha roubado e leve, sem carretas nem navios, em leves folhas?” – Holanda, 1517.

(37) “A cousa, de que me hoje mais glorio” – Couto, 1542.

(38) “que lhe ElRei depois estranhou tanto” – Couto, 1542.

(39) “e é a cousa de que se os Grandes mais honrão, que tôdas” – Couto, 1542.

(40) “porque assim determinava eu de fazer, se me Deos lá levará” – Couto, 1542.

(41) “que lhe êle não quiz dar, com bem ruins escusas” – Couto, 1542.

(42) “e que quando lhe ElRei não desse de comer, que viveria com o que seu pai viveo” – Couto, 1542.

(43) “que também lho largou, e se foi pera Cochim pera se embarcar pera o Reino, agravado de lhe ElRei não escrever, e em Cochim achou cartas suas na náó do Calataud” – Couto, 1542.

A tabela 1, considerando todas as possibilidades de interpolação de elementos diferentes da negação, apresenta, respectivamente, 40%, 0%, 44% e 15% de realização do fenômeno nos textos de Duarte Galvão, Pero M. Gandavo, Francisco de Holanda e Diogo do Couto. Para melhor avaliarmos o fenômeno

nos textos dos autores, é interessante medirmos a frequência da interpolação de acordo com o tipo específico do elemento interpolado. A seguir, na próxima seção, descreveremos esses e outros detalhes da variação: interpolação *vs* próclise com adjacência **clV**, nos textos de Duarte Galvão e Francisco de Holanda, por ambos se comportarem de maneira semelhante com relação ao fenômeno em questão. Também descreveremos com mais detalhes o fenômeno da interpolação no texto de Diogo do Couto, já marginal, porém significativo, se comparado aos textos posteriores. Seguidamente apresentaremos os elementos finais para a conclusão.

A interpolação generalizada nos textos de Duarte Galvão (1435-1517) e Francisco de Holanda (1517-1584).

Duarte Galvão e Francisco de Holanda têm, respectivamente, 40% e 44% de interpolação generalizada, considerando todos os casos de próclise com adjacência ‘clV’ e um constituinte pré-verbal interpolável. Ao separarmos a interpolação de acordo com o elemento interpolado, considerando apenas os constituintes que de fato ocorreram interpolados em cada texto, temos as seguintes tabelas:

Tabela 2 – Interpolação generalizada de acordo com o elemento interpolado no texto de Galvão, 1435

Autor: G_009	Sujeito (nominais, pronominais, imprecativos, demonstrativos)	Advérbios	PP (simples, adverbiais, locativos e OI fronteados)	QP s	Outros constituintes	mais de um constituinte (todos diferentes de negação)	TOTAL
Interpolação	22 <i>0,46</i>	26 <i>0,63</i>	8 <i>0,22</i>	4 <i>0,4</i>	2 <i>0,28</i>	11 <i>0,32</i>	73 <i>0,47</i>
				4			
Adjacência clV	26 <i>0,54</i>	15 <i>0,37</i>	29 <i>0,78</i>	5 <i>0,5</i>	5 <i>0,72</i>	23 <i>0,68</i>	83 <i>0,53</i>
				6			
TOTAL	48	41	37	9	7	34	156

Fonte: Autoria própria.

Tabela 3 – Interpolação generalizada de acordo com o elemento interpolado no texto de F. Holanda, 1517

Autor: H_001	Sujeito (nominais, pronominais, imprecativos, demonstrativos)	Advérbios	PP (simples, adverbiais, locativos e OI fronteados)	QPs	Outros constituintes	mais de um constituinte	TOTAL
Interpolação	24 <i>0,57</i>	20 <i>0,39</i>	14 <i>0,58</i>	2 <i>0,25</i>	1 <i>0,11</i>	15 <i>0,45</i>	76 <i>0,45</i>
Adjacência clV	18 <i>0,43</i>	31 <i>0,61</i>	10 <i>0,42</i>	6 <i>0,75</i>	8 <i>0,89</i>	18 <i>0,55</i>	91 <i>0,55</i>
TOTAL	42	51	24	8	9	33	167

Fonte: Autoria própria.

Notamos que a diferença para o resultado anterior, apresentado na tabela 1, quanto ao total geral, é mínima na maioria dos contextos. Apesar de haver uma variação nas frequências de acordo com o constituinte interpolado, as tabelas 2 e 3 confirmam que a interpolação generalizada é bastante produtiva em ambos os textos, mesmo quando está em jogo mais de um constituinte.

A interpolação de mais de um elemento também foi atestada nos *corpora* de Martins (1994) e Parcerro (1999) e desaparece juntamente com a interpolação de XPs no século XVII, em ambos os *corpora*.

Seguem abaixo alguns exemplos de construções de mais de um elemento interpolado dos dezesseis casos atestados por Parcerro (1999). **CL-X-neg-V**, **CL-X-X-V** e **CL-S-X-V**⁸ são as diferentes possibilidades de interpolação de dois constituintes.

(44) “salvo a aaqueles que **o** *gaanhar nom* **podem**” (PARCERO, 1999, p. 49).

(45) “que sse *de Castella per’eelle* **veherom**” (PARCERO, 1999, p.49).

(46) “assim [...] como os *eu d’ante* **avia**” (PARCERO, 1999, p. 50).

A tabela 4, a seguir, revela que, dos tipos de constituintes interpolados nos textos de D. Galvão e F. de Holanda nas sentenças com mais de um constituinte, sendo todos diferentes da negação, o *sujeito* (S) é frequentemente um dos elementos antepostos ou interpolados.

⁸ CL: clítico; X: qualquer constituinte; neg: negação; S: sujeito; V: verbo

Tabela 4 – Interpolação/adjacência ‘clV’ com mais de um constituinte pré-verbal diferente de negação

Autor	G009	H001
C ⁹ -cl-S-X-V	6/15 (0,40) 6/34 (0,17)	4/7 (0,57) 4/30 (0,13)
C-S-X-clV	9/15 (0,60) 9/34 (0,26)	3/7 (0,43) 3/30 (0,10)
Total S-X	15/34 (0,44)	7/30 (0,23)
C-cl-X-S-V	1/6 (0,16) 1/34 (0,03)	2/5 (0,40) 2/30 (0,06)
C-X-S-clV	5/6 (0,84) 5/34 (0,15)	3/5 (0,60) 3/30
Total X-SUJ	6/34 (0,17)	5/30 (0,16)
C-cl-X-X-V	4/13 (0,31) 4/34 (0,12)	6/18 (0,33) 6/30 (0,20)
C-X-X-clV	9/13 (0,69) 9/34 (0,26)	12/18 (0,67) 12/30 (0,40)
Total X-X	13/34 (0,38)	18/30 (0,60)
TOTAL	DE 34	30
DADOS		

Fonte: Autoria própria.

Entretanto, um fator interessante a ser observado é que, no texto de Duarte Galvão (tabela 5, a interpolação de mais de um constituinte, sendo um deles o **sujeito**, é mais frequente quando temos o **sujeito** como o elemento mais externo do grupo de constituintes interpolados (S-X – 40% de interpolação).

(47) “Quando ho Prior de Santa Cruz ha que chamavam Theotonio homem ante ElRey muito eftimado, vio tomada Leyria, que lhe ElRey D.Affonfo com muita devaçãõ, e von tade tinha dado, tomou em fy grande pezar.” – Galvão, 1435.

(48) “[...] nem manteuda cõ ElRey de por meyo em fua terra, que abaftava para elles leyxarem-na em poder de Chriftãos como fora feo dezejo, e afi fe foraõ ha ElRey, e lho diceraõ muy francamente, ho que lhes elle muito agradeceo, offerecendo-fe, que fe alguns delles, e de fuas gentes quizefem ficar em fua terra, elle lhe daria luguares.” – Galvão, 1435.

(49) “ho medo, em, que os Deos jaa poz para nós ma-yormente fe dermos nelles de fobre- falto” – Galvão, 1435.

⁹ C: operador/subordinador.

- (50) “Então ElRey movido ha devação pelas couzas que lhe feu irmão aſi contava, dice” – Galvão, 1435.
- (51) “E sorrindo-se Micael, dixe: – ‘Porque elle sabe, senhora, que o eu já tenho feito, e lha tenho toda largado já a elle; por me não achar com as forças que pedem tamanhos amores, tem elle dito o que tem dito, como de cousa sua.’ ” – Holanda, 1517.
- (52) “[...] e estão mui longe de o fazerem, porque a quem o a speriencia depois de muito trabalho mostrou, este sabe e sente quão defícel cousa é esta invenção de pintura de preto e branco, cuberta do rório ou nevoa ou veos, que digo” – Holanda, 1517.

Já quando temos a ordem contrária (X-S), a opção pela adjacência ‘clV’ é preferencial (84% de adjacência contra 16% de interpolação).

- (53) “[...] que me fez leyxar ho modo de meu viver ordenado, e tomar vida da andar em guerra, no que me ainda Deos ajudou tanto que tomey ha Villa da Arronches [...]” – Galvão, 1435.

Não se pode saber dessa forma generalizante se essa diferença é relevante, mas é curioso o fato, uma vez que se estipula que o sujeito pré-verbal poderia ocupar posições diferentes na estrutura da oração, e que este também pode ser um lugar para se investigar a mudança (a ordem **SXV** é a estrutura que encontramos tipicamente nos fronteamentos **V2**, enquanto **XSV** é mais tipicamente de línguas SV).

Ao medirmos a frequência de **S-X**, **X-S** e **XX** dos dados de interpolação vs próclise apresentados na tabela 5 acima constatamos que o texto de Duarte Galvão apresenta a frequência de **0,44** de **S-X** (ou seja, 44%), **0,17** de **X-S** (17%) e **0,38** de **X-X** (38%); enquanto o texto de Francisco de Holanda apresenta **0,23** de **S-X** (23%), **0,16** de **X-S** (16%) e **0,60** de **X-X** (60%).

Não será possível entrar nesta questão aqui, no entanto, o **sujeito** parece se comportar como qualquer constituinte frontado nas orações subordinadas.

Quanto à negação, a interpolação de ‘não’ é quase categórica no texto de Duarte Galvão (95%). Porém, no texto de Francisco de Holanda, notamos uma diferença de quase 50% da interpolação do operador de negação (46% de **cl-neg-V**) (Tabela 2). Esse fato poderia ser interpretado como uma revelação de uma diferença gramatical, porém não deverá ser esse o caso, visto que o texto de F. de Holanda destoa também de todos os outros textos com relação à preferência pela ordem **Neg-cl-V**.

Consideramos que a preferência pela ordem da próclise com adjacência ‘clV’ nas orações dependentes negativas, neste texto, pode ser explicada pela grande

quantidade de casos com elementos pré-verbais além da negação que parece favorecer a ordem **Neg-cl-V**, apesar de não impedir a interpolação de não.

Apesar da representativa incidência de interpolação de elementos diferentes da negação, é possível encontrar, em ambos os textos, pistas da nova gramática ao observar, com mais detalhamento, as orações negativas com um elemento pré-verbal além da negação, sobretudo na questão da contiguidade entre o subordinador e o clítico: as estruturas **C-cl-X-N-V ~ C-X-cl-N-V ~ C-X-N-cl-V**.

Tabela 5 – Interpolação vs adjacência cl-V com mais de um constituinte pré-verbal (incluindo a negação)

Autor	G009	H001
C-cl-X-neg-V	4 0,23	4 0,11
C-X-neg-cl-V	2 0,12	20 0,54
C-X-cl-neg-V	11 0,65	13 0,35
TOTAL	17	37

Fonte: Autoria própria.

Nas sentenças com mais de um elemento pré-verbal sendo um deles a negação, a interpolação de X não ultrapassa os 23%. Vemos, na tabela 5, que a ordem **C-X-cl-N-V** é preferencial no texto de Duarte Galvão, enquanto, no texto de Francisco de Holanda, a ordem mais atestada foi **C-X-N-cl-V**, porém também com uma frequência bastante elevada de **C-X-cl-N-V**. Ou seja, a ordem com interpolação do **X** pré-verbal nas orações negativas é marginal em ambos os textos. Fato que pode indicar que a mudança gramatical que veda a subida do clítico para além dos núcleos funcionais associados à morfologia verbal já foi indiciada nesta época. E pode ser constatada já no texto de Duarte Galvão (1435-1517).

A semelhança encontrada nos textos de D. Galvão (1435-1517) e F. Holanda (1517-1584) sugere que ambos compartilham da mesma gramática. Em ambos já estaria presente a gramática do português clássico¹⁰ coexistindo, em seus textos, com a gramática antiga em uma situação de competição de gramáticas. Hipótese corroborada pelo texto de Pero M. de Gandavo, que já não apresenta a interpolação de elementos diferentes da negação.

¹⁰ Galves (2004) e também Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006), considerando que é o surgimento de novas formas na língua que indica a emergência de uma nova gramática, convencionaram chamar o período gramatical que abrange o século XV, XVI e XVII de Português Médio, pois abarca um período maior que o tradicional Português Clássico.

Também o texto de Diogo do Couto revela um quadro de mudança nas sentenças não negativas. Como vimos na tabela 1, a frequência de interpolação *versus* próclise com adjacência **V-cl** de elementos diferentes da negação no texto deste autor é bastante inferior à atestada por D. Galvão e por F. de Holanda.

A seguir veremos a situação do fenômeno da interpolação no texto de Diogo do Couto.

A interpolação generalizada no texto de Diogo do Couto (1542-1606):

Os elementos encontrados interpolados em Diogo do Couto foram: em primeiro lugar, a **negação**, depois os **sujeitos, advérbios**,¹¹ **adjetivos, sintagmas preposicionais fronteados (PP)**, e alguns casos com **mais de um constituinte** entre o clítico e o verbo – sendo, geralmente: **sujeito + negação, sujeito + advérbio** e **advérbio + advérbio**.

Primeiramente, focalizaremos a frequência do fenômeno da interpolação de elementos diferentes da negação.

Ao considerarmos as possibilidades de interpolação do português antigo, o texto de Diogo do Couto possui apenas 15% de interpolação de elementos diferentes da negação (Tabela 1).

Esse quadro muda pouco quando separamos de acordo com a especificidade dos elementos que foram interpolados no texto. Como podemos constatar na tabela 6, a preferência continua ser a próclise sem interpolação.¹²

Tabela 6 – Interpolação generalizada de acordo com o elemento interpolado

Autor: C_007	Sujeito (nominais, pronominais, imprecativos, demonstrativos)	Advérbios	PP (simples, advérbiais, locativos e OI fronteados)	Adjetivos	mais de um constituinte
Interpolação	21 0,21	2 0,06	2 0,04	2 0,50	10 0,32
Adjacência clV	77 0,79	30 0,94	44 0,96	2 0,50	21 0,68
TOTAL	98	32	46	4	31

Fonte: Autoria própria.

¹¹ Adv (A) e Adv (a) são, respectivamente, advérbios neutros e advérbios tipo **operador-atrator do clítico**.
¹² Há a exceção dos adjetivos (50% de interpolação), porém, como essa categoria é rara no texto como um todo e como não é um elemento particularmente interpolado nem mesmo nos *corpora* de textos arcaicos (remeto aos *corpora* de Martins (1994) e Parcero (1999); acredito que o fato de termos dois casos de interpolação contra dois de próclise com adjetivos não é significativo).

Quanto à interpolação de mais de um constituinte, apesar de termos a preferência pela próclise constatada na tabela 6, ainda temos uma quantidade surpreendente de interpolação de mais de um elemento nesse texto. Resta-nos entender o porquê.

Dos **vinte e um** casos de próclise com **dois** elementos antecedendo **clV** apenas **seis** apresentaram a mesma combinação de constituintes pré-verbais distribuídos da seguinte forma:

Tabela 7 – Interpolação/adjacência com mais de um constituinte pré-verbal

Autor: C_007	Sujeito +neg	Advérbio + Adv (A)	Sujeito + adv (a)
Interpolação	5 0,56	1 0,50	4 0,80
Adjacência clV	4 0,44	1 0,50	1 0,20
TOTAL	9	2	5

Fonte: Autoria própria.

A tabela 7 nos traz um paradoxo. Como um texto que usa tão pouco a interpolação generalizada quando está em causa um constituinte pode preferir a estrutura com interpolação quando estão em causa dois constituintes? A esse respeito temos mais a observar:

Dos **dez** dados de interpolação de mais de um constituinte **cinco** são de **Sujeito+negação**, ou seja, o operador de negação sentencial é um elemento frequente nesses dados e pode nos ajudar a enxergar uma coerência maior na distribuição dos dados de interpolação.

A ordem **-cl-X-neg-V** é portanto produtiva neste texto (cinco casos de **-cl-XnegV** para **seis** de **-X-neg-cl-V**). Porém, ao olhar para a natureza dos elementos interpolados nas sentenças **-cl-X-neg-V**, constatamos que **X** é sempre o **sujeito** das orações. Assim, restringimos nosso conjunto de dados de próclise com adjacência **clV** para apenas **-S-neg-cl-V** e obtivemos **cinco** casos de interpolação de **sujeito + negação** (56%) para **quatro** casos de próclise com adjacência **clV** antecedita de **sujeito + negação** (44%).

cl-S-N-V

- (56) “E temendo-se que os Castelhanos fôssem ao Moro, determinou de mandar lá uma Armada; e porque não tinha mais que duas fustas, pediu a ElRei algumas corocoras, que lhe ele não quiz dar, com bem ruins escusas, porque não quiz anojár o Rei de Geilolo [...]” – Couto, 1542.

- (57) “Isto lhe disse de todo seu ânimo; e certo que se **lhe** *ElRei não mandára* sucessor, que o houvera de fazer, porque era um Fidalgo muito determinado.” – Couto, 1542.
- (58) “[...] o que êle por então não quiz fazer, porque como sua tenção era haver às mãos Mealecan, ou o fazer lançar pera parte onde se êle não receasse, houve que lhe bastavam pera isso os penhores que tinha.” – Couto, 1542.
- (59) “[...] dizendo-lhe, que era filho mais velho de seu pai, que se queria ir pera o Reino, e que quando **lhe** *ElRei não desse* de comer, que viveria com o que seu pai viveo” – Couto, 1542.
- (60) “António da Silveira, o de Terena, ia no galeão São João, que era de João de Sepulveda, que também lho largou, e se foi pera Cochim pera se embarcar pera o Reino, agravado de **lhe** *ElRei não escrever*, e em Cochim achou cartas suas na náó do Calataud, pelo que se deixou ficar.” – Couto, 1542.

S-N-cl-V:

- (61) “ElRei recebeo êste homem bem, e por êle lhe respondeo: ‘Que sempre fôra maltratado dos Portugueses por recolher Castelhanos; mas que se fôsse êle pera aquela Ilha, porque êle não o havia de lançar fora da terra.’ ” – Couto, 1542.

Todavia, as sentenças negativas apresentam ainda uma terceira ordenação que é a que contém o operador de negação interpolado e o outro constituinte interpolável antecedendo a sequência **cl-neg-V**.

- (62) “Dom Manoel lhe disse: ‘Que fizesse seu officio; mas que se o Governador o mandava prender por lhe não fazer recebimento, nem lhe entregar as chaves da fortaleza, que êle o não fizera, senão pelo pouco caso que lhe vira fazer da fortaleza d’ElRei.’ ” – Couto, 1542.
- (63) “E sucedendo outros, a quem **êles as não queriam dar**, lhas tomavam por força” –Couto, 1542.
- (64) “E quem nos pode também segurar, que *Mealecan, depois de Rei, nos não seja* peor vizinho, que êste Abrahemo, que corre com êste Estado tão pontual [...]?” – Couto, 1542.
- (62) “Êste conselho houvera Dom Christovão de tomar em princípio, tanto que se ajuntou com a Rainha, e segurar-se em parte, que os inimigos o não pudessem cercar [...]” – Couto, 1542.
- (63) “Disto se escusou o Villa-Lobos, o que logo soube o Rei de Geilolo, e foi visitar o Villa-Lobos a Tidore, induzindo-o a fazer guerra aos nossos, sôbre o que êle o não ouvio.” – Couto, 1542).
- (64) “E estava o Villa-Lobos tão mal quisto com todos, que até o Prior dos Agostinhos, seu Confessor, o não pôde sofrer, e se passou à nossa fortaleza.” – Couto, 1542.

Portanto, ao juntarmos as sentenças **C-S-cl-neg-V** na quantificação teremos um quadro diferente. A opção em que o **sujeito** não é interpolado aumenta significativamente, como podemos constatar na tabela 8 (78% contra 22% de interpolação do sujeito).

Tabela 8 – C-cl-S-N-V ~ C-S-N-cl-V ~ C-S-cl-N-V

Autor: C_007	Sujeito +neg
C-cl-S-neg-V	5 0,22
C-S-neg-cl-V	4 0,17
C-S-cl-neg-V	14 0,61
TOTAL	23

Fonte: Autoria própria.

Agora temos um quadro semelhante ao da interpolação/adjacência 'clV' apenas tendo o sujeito como constituinte pré-verbal (Tabela 6).

Resta-nos a curiosa elevada porcentagem de interpolação de 'Sujeito+adv' e 'adv+adv'. Talvez a causalidade destas combinações possa desviar o nosso olhar sobre os dados. Voltemos a considerar estas combinações como **X-X-clV**, somando as outras combinações de elementos pré-verbais. Assim, temos **cinco** casos de interpolação contra **dezoito** casos de 'clV':

Tabela 9 – Interpolação/adjacência 'clV' com dois elementos pré-verbais diferentes de 'sujeito+negação'

Interpolação	5 0,23
Adjacência clV	17 0,77
TOTAL	22

Fonte: Autoria própria.

De novo a porcentagem de interpolação fica próxima a do 'sujeito' o que pode ser explicado por termos o sujeito como um dos elementos interpolados ou interpoláveis na maioria dos dados com mais de um constituinte pré-verbal.

Com relação à interpolação da negação, o autor apresenta um quadro semelhante ao dos autores que o sucedem (nascidos na segunda metade do século XVI e século XVII) – interpolação da negação em orações não dependentes **X-V** e alto índice de não contiguidade entre complementizador e clítico nos casos de interpolação da negação em orações subordinadas.

Últimas pistas e elementos para a conclusão

Um leque bastante grande de elementos ainda pode ser interpolado até Diogo do Couto, porém parece haver aí uma restrição de peso que se acentua nos textos tardios (autores dos finais do século XVI e início do século XVII) que apresentaram casos de interpolação generalizada. Os constituintes normalmente não são muito longos, e, quando mais de um constituinte é interpolado, ao menos um deles é a negação ou um advérbio curto, ou ainda o sujeito curto (geralmente pronominal). Tal restrição não se encontra nos textos arcaicos.

Localizamos outras pistas que podem refletir uma situação de mudança gramatical e competição de duas gramáticas nesses textos mais antigos do CTB.

Os enunciados subordinados do PA, além da próclise constante, são caracterizados pela contiguidade do pronome complemento ao elemento subordinante. Essa seria a razão para a preferência à interpolação no PA (MATOS E SILVA, 1989). Quando ocorrem outros elementos, em geral, eles se intercalam entre o pronome e o verbo a fim de manter a contiguidade do operador com o clítico.

No entanto, nos textos de Galvão e Holanda, encontramos o fenômeno da interpolação generalizada sem a contiguidade entre o subordinante e o clítico, ou seja, C-X-cl-X-V (**três** casos nos **setenta e três** dados de interpolação generalizada no primeiro texto, ou seja, menos de meio por cento, 0,4%, e **quatro** casos em **setenta e seis** dados no segundo, 0,5%).

(68) “DEfque D.Eguas Moniz **fe aji partio** delRey de Castella quite, e livre de fua menagem, e com fua graça veyo caminho de Guimarães, e [...]” – Galvão, 1435.

(69) “Como quer que hos Mouros, **fe muy bem defendefem**” – Galvão, 1435.

(70) “[...] e Deos que fempre ho ajudava em todos hos feus feytos, lhe deu tam boa efquença, que por força ha tornou ha tomar, pofto que hos Mouros **há muy bem defendefem**.” – Galvão, 1435.

- (71) “Sómente as obras que se fazem em Italia podemos chamar quasi verdadeira pintura, e por isso a boa chamamos italiana, que, quando noutra terra se assim fezesse, d’aquella terra ou provincia lhe dariamos o nome.” – Holanda, 1517.
- (72) “Confesso, dixeu eu, senhora, que m’a tem largado, mas ella não se quer ir comigo, de maneira que lhe torna a ficar em casa: nem eu, inda que tanto valesse, não a quereria vêr em minha patria inda agora, porque, como poucos a lá sabem stimar, e o meu serenissimo rei [...]” – Holanda, 1517.
- (73) “[...] porque se costuma ás vezes pintar, como se vê em muitas partes d’essa cidade, mil monstros e alimarias, d’ellas com rosto de molheres e com pernas e com rabos de peixes, e outras com braços de tigres e azas, outras com rostos de homens, pintando finalmente aquilo de que se mais deleita o pintor e que nunca se no mundo viu”? – Holanda, 1517.
- (74) “E assi como do que stava quedo fezerão prematica que nunca o mais movessem, assi a fezerão do que se movia ou andava, ou corria, ou pelejava [...]” – Holanda, 1517.

No *corpus* de Martins (1994), na quase totalidade dos casos de interpolação, o clítico é imediatamente adjacente ao elemento que introduz a oração e que condiciona a próclise, quer se trate de uma conjunção subordinativa ou de um pronome relativo (em orações subordinadas finitas) ou de uma preposição (em orações infinitivas). No entanto, de acordo com a autora, o clítico pode ocorrer separado quer do verbo quer do elemento que determina a próclise, indicando que a contiguidade entre o operador e o clítico não é obrigatória, podendo ocorrer um sintagma nominal (sujeito ou objeto), preposicional ou adverbial. Isso, porém, acontece raramente e somente em orações subordinadas finitas. Dos **trezentos e nove** casos de interpolação generalizada de Martins (1994) apenas **doze** apresentaram elementos entre o clítico e o complementador (ou seja, 4%), o que mostra a preferência à contiguidade entre subordinante e clítico nos dados que representam o **português antigo** (documentos notariais). Dos dados de não contiguidade levantados por Martins (1994) metade são tardios (séculos XV e XVI) e, dos **seis** casos mais antigos (séculos XIII e XIV) **cinco** repetem a mesma estrutura: **sse pela u~entura**.

- (75) “E sse pela u~etura a uos assi **nõ adubardes**”. (MARTINS, 1994, p.272).

Desse fato, podemos supor que a não contiguidade **C-cl** nas estruturas com interpolação generalizada pode refletir uma instabilidade do sistema já no século XV, e os casos de não contiguidade em sentenças com interpolação generalizada nos textos de Duarte Galvão e Francisco de Holanda entrariam nesse quadro.

A questão da contiguidade **C-cl** é importante, pois as ordens **C-cl-X-V** e **C-X-cl-V** podem ser reveladoras da estrutura gramatical. A ordem **C-cl-X-V** pode ser derivada pela possibilidade do pronome clítico se hospedar em um núcleo acima das projeções do verbo; já a ordem **C-X-cl-V** pode ser derivada com clítico e verbo formando um complexo. Interpretamos que os casos de **C-X-cl-X-V**, registrados nos textos de Duarte Galvão e Francisco de Holanda, têm o verbo em I°, e o clítico no núcleo intermediário entre CP e IP, o qual, seguindo a proposta de Martins (1994) para a estrutura da sentença, chamamos de Σ° . Acreditamos que, no português antigo, Σ° e I°, além de C°, são núcleos para onde o verbo pode se mover e onde o clítico pode se fixar, a depender das circunstâncias sintáticas (de acordo com a natureza sintática da oração), do contrário não encontraríamos variação. Tais núcleos teriam traços comuns que poderiam em alguns momentos competir na questão do movimento e checagem dos traços (I° teria traços verbais para serem checados em Σ° , que por sua vez teria traços a checar em C°). De acordo com a hipótese delineada em Namiuti (2008), nas sentenças subordinadas, esperaríamos apenas duas opções de derivação na posição do clítico: 1) a interpolação – com o movimento de Σ° para C° para a checagem de traços carregando o pronome e deixando o verbo em I° –; 2) a adjacência **clV** – ocasionada pela ausência do movimento de Σ° para C° decorrente da subida do verbo para Σ° nas orações raízes neutras.

Assim as sentenças com interpolação de elementos diferentes da negação e sem contiguidade C-cl poderiam ser “lapsos” produzidos pela competição na checagem de traços que, por sua vez, poderiam refletir um estado de diglossia e competição de gramáticas (na gramática média, que segue o português antigo e precede o português moderno, o clítico não sobe para além de Σ°).

Outro dado marginal, mas interessante, encontramos no texto de Diogo do Couto: uma sentença com duplicação do clítico – o pronome se encontra antes e depois do constituinte pré-verbal. Tal dado foi desconsiderado por apresentar adjacência ‘cl-V’ e interpolação simultaneamente.

(76) “E em quanto **se** *estas* **se** *negoceão*, e solicitação” – Couto, 1542.

Essa construção, somada aos casos de interpolação sem contiguidade entre o subordinador e o clítico – **C-X-cl-X-V** –, de Duarte Galvão e Francisco de Holanda, poderia constituir mais uma pista da existência de competição de gramáticas nos textos dessa fase.

Conclusão

Os fatos apresentados aqui corroboram a hipótese de que a interpolação presente nos textos de Galvão (1435-1517), Gandavo (~1502-??), Holanda (1517-1584) e Couto (1542-1606) refletem um estado de competição de gramáticas. Os textos dos quatro autores aqui contemplados já instanciam as formas do português clássico como a possibilidade de interpolar a negação nas orações raízes **X-V** e a preferência pela ordem **C-X-cl-neg-V** convivendo, nos textos de Galvão Holanda e Couto, com a ordem da interpolação generalizada, bastante produtivas nos textos do século XIII e XIV (português antigo). O texto de Couto (1542-1606), que é o mais tardio dos quatro avaliados, apresenta um comportamento semelhante ao de Galvão e Holanda em relação ao registro de interpolação da negação em novos contextos, produtividade da interpolação da negação e da ordem **C-X-cl-neg-V**, juntamente com o registro de interpolação generalizada, porém essa menos frequente que nos textos dos dois autores mais antigos. E, vindo comprovar o surgimento de uma nova ordem, uma nova gramática, neste período Pero Magalhães de Gandavo, autor nascido por volta de 1502 (ou seja, entre Galvão e Holanda), não registra um só caso de interpolação generalizada em seu texto. Apesar dos textos de seus contemporâneos atestarem uma percentagem significativa de interpolação generalizada – própria da gramática do português antigo, no texto de Gandavo, a interpolação é restrita à negação, e o fenômeno abrange as orações raízes **X-V**, apresentando, assim, um comportamento semelhante ao dos autores nascidos na segunda metade do século XVI e século XVII.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa que propiciou o levantamento de dados e a reflexão trazidos aqui; à UNICAMP por oferecer as condições físicas e intelectuais para sua realização, à UESB pelo recente acolhimento e ao CNPq pelo recente apoio (CNPq 401594/2010-6).

NAMIUTI-TEMPONI, C. Diglossia in times of change? The Case of interpolation in Duarte Galvão, Pero Magalhães de Gandavo, Francisco de Holanda e Diogo do Couto. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.545-572, 2011.

- *ABSTRACT: According to Castro (1991) and Carneira (2005), the 15th and the early 16th centuries are considered a transition period from the medieval language to the classic language in which forms from the old language coexist with forms that foresee the Portuguese of the classical language. Based on Castro (1991) and Carneira (2005), and also on the notion of "grammars*

in competition" (KROCH, 1994), we argue that a transition period should be characterized by the instability resulted from the combination of the new grammar signs that intersected with the old grammar forms. In this paper, we shall present some evidences from the clitic syntax in old texts written by authors born between the 15th and 16th centuries; evidences that may confirm the hypothesis of grammatical instability and grammars in competition during this period.

- KEYWORDS: Syntax. Interpolation. Syntactic change. Diachrony. Generative Grammar.

REFERÊNCIAS

BECHARA, E. As fases da língua portuguesa escrita. In: KREMER, D. (Ed.). *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Tübingen: Max Niemeyer, 1991. v.3. p.68-75.

CASTRO, I. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa, 1991.

CARDEIRA, E. *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

CORPUS Histórico do Português Tycho Brahe. Disponível em: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html>> Acesso em: 10 jan. 2007.

FIÉIS, M. A. J. Interpolação em português medieval como adjunção a XP. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 16., 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: APL, 2001. p.197-211.

GALVES, C. *Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística – fase II*. 2004. 22f. Projeto de pesquisa encaminhado a FAPESP.

GALVES, C.; NAMIUTI, C.; PAIXÃO DE SOUSA M. C. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHÄFER-PRIEB, B. (Org.). *Grammatische structuren des Europäischen Portugiesisch*. Turbigen: Calapinus, 2006. p.45-75.

KROCH, A. Syntactic change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Ed.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell, 2001. p.699-279.

_____. Morphosyntactic variation. In: ANNUAL MEETING OF THE CHICAGO LINGUISTIC SOCIETY, 30., 1994, Chicago. *Proceedings...* Chicago: CLS, 1994. v.2. p.180-201.

_____. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, Cambridge, v.1, p.199-24, 1989.

LABOV, W. On the mechanism of linguistic change. *Georgetown monographs on languages and linguistics*, Washington D.C., n.18, p.91-114, 1965.

MAGRO, C. *Clíticos: variações sobre o tema*. 2007. 275f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

MAIA, C. A. *História do Galego-Português*. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. 1994. 628f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

MEILLET A. *La méthode comparative en linguistique historique*. Paris: Champion, 1928.

NAMIUTI, C. *Aspectos da história gramatical do português: interpolação negação e mudança*. 2008. 309f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. Um estudo sobre o fenômeno da interpolação de constituintes na história do português. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.48, n.2, p.171-194, 2006.

PARCERO, L. *Fronteamentos de constituintes no português dos séculos XV, XVI e XVII*. 1999. 114f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

RIBEIRO, I. *A sintaxe da ordem do português arcaico: o efeito V2*. 1995. 286f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

RIVERO, M. L. Subida de los clíticos y de SN em español antiguo. In: SORIANO FERNANDÉZ, O. (Ed.). *Los pronomes átonos*. Madrid: Taurus, 1993. p.101-136.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEINREICH, U. *Languages in contact*. New York: Publications of the Linguistic Circle of New York, 1953.

Recebido em julho de 2010.

Aprovado em dezembro de 2010.

MUDANÇA DE ESTRUTURA MORAICA DO LATIM AO PORTUGUÊS

Evellyne Patrícia Figueiredo de Sousa COSTA*

- RESUMO: Este estudo tem como objetivo investigar a evolução da estrutura moraica do latim ao português. A língua latina apresenta distinção quantitativa vocálica e consonantal: (i) sílabas leves, portadoras de uma mora (*e.le.men.tum*); (ii) sílabas pesadas, portadoras de duas moras (*bul.ga*); (iii) sílabas superpesadas, portadoras de três moras segundo a nossa proposta (*paul.lum*). Diacronicamente, há a perda da distintividade quantitativa dentre as vogais e, na passagem às línguas neorromânicas, a estrutura moraica tem seus efeitos. Diante desse cenário e a partir dos pressupostos da Teoria Moraica de Hayes (1989), investigamos os efeitos dessa mudança através de processos fonológicos envolvidos, tais como ditongação e monotongação. A Teoria Moraica busca caracterizar de que modo as línguas atribuem estrutura moraica e que princípios atuam nessas línguas. Hayes (1989) define mora como uma unidade de peso do *tier* prosódico que caracteriza o contraste entre sílabas longas e breves, além de contar como uma posição fonológica (segmento longo é representado como duplamente ligado). Propomos que as escolhas feitas pela língua portuguesa, tais como ditongação e monotongação, para lidar com a estrutura moraica latina já estão disponíveis em latim vulgar e que princípios como *Stray Erasure* e *Parasitic Delinking*, relacionados com Licenciamento Prosódico atuam na referida mudança.
- PALAVRAS-CHAVE: Mudança. Latim. Estrutura moraica. Moras. Português.

Introdução

A sílaba em latim é geralmente caracterizada, por estudos mais tradicionais, como uma sequência de sons (COUTINHO, 1958; FARIA, 1955; SILVA NETO, 1957; LAUSBERG, 1963). Além disso, a simplificação de vogais longas ou de consoantes geminadas e o apagamento de consoantes pós-vocálicas são processos descritos como processos separados e sem se fazer menção aos efeitos desses fenômenos nas línguas românicas.

Diante desse panorama, e do pressuposto de que as referidas mudanças dizem respeito à mora, o presente artigo trata dos efeitos da mudança de estrutura moraica do latim ao português sob a ótica da Fonologia das Moras (HAYES, 1989), mais precisamente da perda da quantidade vocálica (vogais longas) e da

* UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras – Departamento de Letras Clássicas e Linguística – RS – Brasil. 97105900 – evellynepatricia@hotmail.com

quantidade consonantal (consoantes geminadas e pós-vocálicas), interpretadas como um único processo, qual seja, mudança de estrutura moraica.

Teoria das Moras

Hayes (1989) assevera que o *tier* prosódico é constituído por unidades de peso, isto é, por moras. A mora representa duas questões importantes nessa teoria: (i) o contraste entre sílabas pesadas ($\mu\mu$), que têm duas moras, e sílabas leves (μ), que têm uma mora; (ii) a forma de representação de uma posição fonológica por meio da mora, ou seja, um segmento longo é representado como duplamente associado, ao passo que um segmento simples é representado através de uma única linha de associação. A teoria das moras, portanto, não é uma teoria segmental, não há processos fonológicos que contem segmentos, mas que contem moras ou sílabas. A sílaba, dentro dessa abordagem, não apresenta *onset* e rima, somente moras.

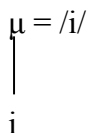
Algumas línguas permitem sílabas pesadas, mas não permitem que a vogal ocupe duas moras, como o português. De outra maneira, uma língua pode ter sílaba pesada composta por vogal longa e não contar sílabas travadas por consoante como pesadas.

O latim, por exemplo, possui vogais longas e vogais curtas, assim como sílabas pesadas (CVV e CVC) e sílabas leves (CV), ao passo que o português possui somente vogais curtas. Em latim, várias regras e restrições identificam CVC como sílaba pesada, tais como atribuição de acento, métrica e encurtamento iâmbico. Já para o lardil, apenas CVV é pesada, CVC e CV são sílabas leves. Processos de truncamento, aumento e reduplicação são fenômenos que identificam CVC como sílaba leve nessa língua. Percebemos, pois, que a estrutura moraica é variável entre as línguas. A mora, então, passa a ser objeto de pesquisa de muitos autores que se preocupam com o peso e a quantidade silábica, como Pulleyblank (1994), Lahiri, Riad e Jacobs (1999), Morén (1999), Cohn (2003), Magalhães (2004), Oostendorp (2005), Elfner (2006), Brennan (2008), dentre outros.

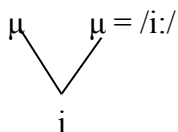
As questões mais importantes para a Teoria das Moras são as seguintes: (i) como as línguas atribuem estrutura mórica?; (ii) que estrutura moraica é contrastiva fonologicamente? Acrescentamos, nesse momento, uma indagação: Quais são os efeitos da mudança de estrutura moraica diacronicamente?

Em línguas nas quais há uma distinção quantitativa, vogais longas possuem duas moras e vogais curtas, uma mora, como nos exemplos (1) e (2) respectivamente. As consoantes simples são representadas, na subjacência, sem *status* moraico, ou seja, a esses elementos não são atribuídas moras, da mesma maneira, o glide não possui mora, como vemos nos exemplos (3) e (4).

(1) Vogal curta /i/



(2) Vogal longa /i:/



(3) Consoante simples

= /n/

n

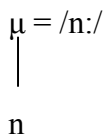
(4) Glide

= /y/

i

As geminadas recebem uma mora na subyacência, como vemos em (5), para distingui-las das consoantes simples, exemplo (6).

(5) Geminadas



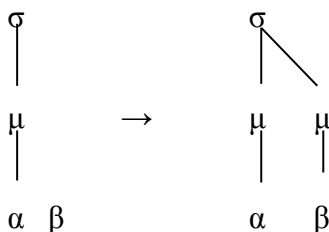
(6) Consoantes simples

= /n/

n

A consoante simples, quando pós-vocálica, recebe mora por *Weight by position*: “coda consonants are given a mora when they are adjoined to the syllable”¹ (é atribuída uma mora às consoantes em coda quando adjungidas à sílaba). *Weight by position* é uma regra específica de língua que se aplica nas línguas para as quais CVC é pesada, em línguas nas quais CVC é leve, a regra não se aplica. A representação está em (7).

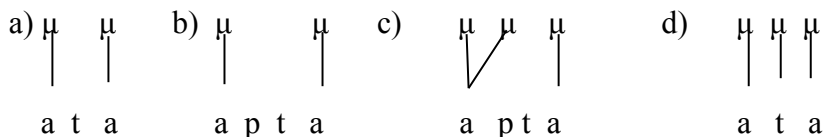
(7) *Weight by position*



Se, em uma língua, apenas um grupo de consoantes é capaz de dar peso à sílaba quando em posição de coda, isso deve ser informado em β . Em latim, língua na qual CVC é uma sílaba pesada, *Weight by position* atribui uma mora à consoante na coda silábica, em lardil, por exemplo, não há uma regra desse tipo e a consoante pós-vocálica é associada à mora precedente. *Weight by position* é referido por muitos estudiosos a partir da proposta de Hayes (1989), tais como Gordon (1999), Rosenthal e Hulst (1999), dentre outros.

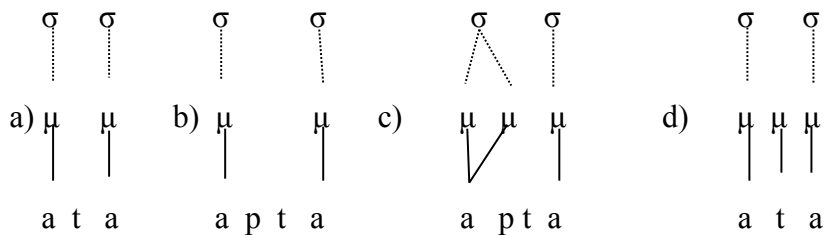
Segundo Hayes (1989), a silabificação consiste, primeiramente, na seleção de segmentos moraicos, respeitando a sonoridade, para ocupar o núcleo silábico, exemplo (8), após esse passo, a sílaba é atribuída, como em (9).

(8) Formas subjacentes



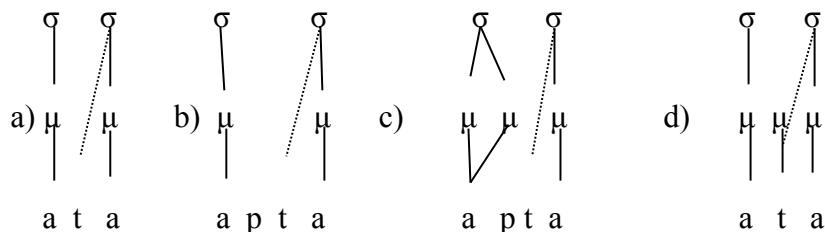
¹ Hayes (1989, p.258).

(9) Atribuição de σ



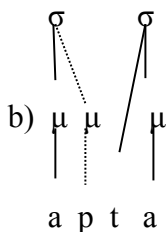
A partir disso, ainda respeitando a sonoridade, as consoantes são adjungidas ao *onset* do nó da sílaba, como em (10).

(10) Adjunção de consoantes pré-vocálicas

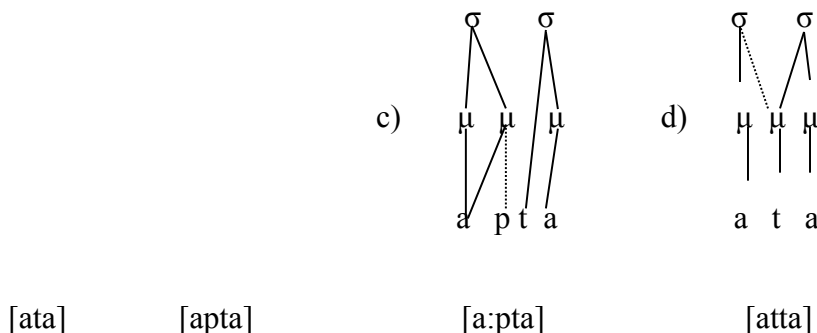


As consoantes pós-vocálicas são associadas via *Weight by Position*, como (11) representa. A geminada possui uma mora na subyacência, por isso fica associada à sílaba precedente e à sílaba seguinte, exemplo (12d). Consoantes pós-vocálicas em sílabas duplamente travadas são adjungidas através de Adjunção de segmentos restantes, sem conferir peso à sílaba, exemplo (12c).

(11) Adjunção por *Weight by Position*



(12) Adjunção de segmentos restantes



A preocupação com relação a quais segmentos podem portar mora e de que maneira se dá a atribuição de estrutura moraicada está presente em muitos trabalhos que se reportam a vogais longas e geminadas em contraposição a vogais curtas e consoante simples em diferentes línguas, tais como Chung (1997), Hume, Muller e Engelenhoven (1997), Morén (1999), Arvaniti (2001), Curtis (2003), Gore (2003), Brown (2003), McCray (2006), Onzi (2007), Gordon et al. (2008), Odden (2010).

Como o objetivo deste trabalho é dar conta da resolução da perda de quantidade vocálica e de quantidade consonantal na passagem do latim ao português como um único processo, qual seja, mudança de estrutura moraicada, o alongamento compensatório se mostra um processo de conservação de mora, assim como a geminação consonantal e a ditongação. Autores como Gasiórowski (1993), Kavitskaya (2002), Lunden (2006) e Shaw (2008) tratam de alongamento compensatório de acordo com os pressupostos de Hayes (1989).²

Alongamento compensatório é definido por Hayes (1989) como alongamento de um segmento engatilhado pelo apagamento ou encurtamento de um segmento vizinho. O autor trata dos seguintes tipos de alongamento compensatório: (i) alongamento “*double flop*”; (ii) alongamento por perda vocálica; (iii) alongamento por formação de glide; (iv) alongamento *managerial*. Todos esses fenômenos se caracterizam por serem processos de conservação de mora. Vejamos um exemplo de alongamento compensatório por perda consonantal em (13), no qual a vogal é alongada para compensar o apagamento de /s/.

² Muitos autores, como os que citamos aqui, tratam das questões discutidas por Hayes (1989) na perspectiva da Teoria da Otimalidade. Entretanto, esse não é o nosso objetivo neste trabalho. Hayes et al (2011) e Goldsmith () tratam de fenômenos relativos ao peso e a processos fonológicos a partir de teorias outras que não a TO.

(13) Alongamento compensatório por perda consonantal em latim

<i>*kasnus</i> ⁴	<i>ka:nus</i>	Cinza
<i>*kosmis</i>	<i>ko:mis</i>	Afável
<i>*fideslia</i>	<i>fide:lia</i>	Pote

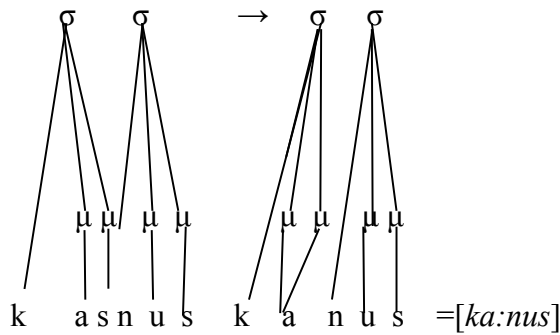
O problema reside no fato de /s/ inicial apagar sem engatilhar alongamento vocálico, em latim, como podemos ver em (14). Segundo Hayes (1989), a Teoria das moras dá tratamento adequado ao apagamento de /s/ em ambas as situações em latim: sílabas do tipo CVC em latim são pesadas, por conta disso, /s/ em posição de coda é portador de mora, ao passo que /s/ em posição de onset não possui mora.

(14) Perda consonantal sem alongamento compensatório

<i>*smereo</i>	<i>mereo</i>	"eu mereço"
<i>*snurus</i>	<i>nurus</i>	"nora"
<i>*slu:bricus</i>	<i>lubricus</i>	"escorregadio"

Quando ocorre o apagamento, a mora da consoante elidida permanece flutuante e é associada à vogal precedente, resultando um segmento vocálico longo, exemplo (15). Como /s/ inicial não carrega mora, o apagamento desse elemento não deixa mora desassociada e não provoca alongamento compensatório.

(15) Alongamento compensatório por perda consonantal



Entretanto, Hayes (1989) observa que o alongamento vocálico compensatório não é geral, pois há línguas nas quais o mesmo não se aplica, razão pela qual o autor não o considera um fenômeno exclusivo das moras, mas também da sílaba.

³ O asterisco identifica formas ainda não atestadas na língua.

Algumas línguas não alongam a vogal, mas alongam a consoante à esquerda ou à direita, criando uma geminada. De que maneira dar o *status* universal a um comportamento tão variável das línguas?

Hayes (1989) argumenta que, se o alongamento compensatório fizer parte dos Princípios Universais de Silabificação, o caráter universal e a variabilidade são garantidos. Os Princípios Universais de Silabificação são os seguintes: (i) Licenciamento Prosódico: os elementos prosódicos de um nível mais alto, como as moras, devem estar associados a constituintes mais altos na hierarquia prosódica; (ii) *Stray Erasure*: elementos que não são associados, são apagados no final da derivação; (iii) *Parasitic Delinking*: toda a estrutura da sílaba deve ser deletada quando a sílaba não contiver um elemento nuclear. Os mecanismos de alongamento estão inseridos na silabificação se licenciarem moras vazias. Dessa maneira, o universal e o variável fazem parte da teoria.

O peso silábico é tratado como uma oposição binária, isto é, $\mu\mu$ é o máximo de moras que uma sílaba pode carregar. Mesmo que haja consoantes adjungidas a sílabas do tipo CVC e CVV, essas consoantes são agregadas à última mora e não dão mais peso à sílaba de acordo com a teoria.

Essa limitação de duas moras faz predições interessantes, por exemplo, o apagamento de uma consoante em uma sílaba duplamente travada não engatilha alongamento compensatório. Entretanto, Hayes (1989) apresenta alguns argumentos que comprovariam a existência de sílabas trimoraicas em algumas línguas. A manutenção da bimoraicidade em detrimento da trimoraicidade será objeto de discussão desse trabalho mais adiante.

O processo de alongamento compensatório se aplica em sílabas duplamente travadas em protogermânico. Nessa língua, o apagamento de uma consoante [n], antes de [x], provoca o alongamento em sílabas duplamente travadas, mesmo que sejam não finais: $*\theta anxta \rightarrow * \theta a:xta$. Essa mudança não pode ser explicada sem que consideremos a sílaba em questão trimoraica.

O segundo argumento é baseado no fato de distinções de peso silábico referidas por algumas regras de acento levarem em conta sílabas trimoraicas. É o que ocorre em sílabas superpesadas em Hindi (CVVC, CVCC). Essas sílabas são tratadas de maneira diferente das sílabas pesadas (CVV, CVC). Nessa língua, as sílabas superpesadas comportam-se como sequências de sílaba pesada + sílaba leve em qualquer lugar da palavra.

A existência de sílabas trimoraicas ainda é sustentada por um terceiro argumento: algumas línguas apresentam uma distinção de duração vocálica tripartida (/V/ - /V:/ - /V: :). Hayes (1989) assevera que alguns dialetos do alemão possuem essa distinção. Historicamente, segundo o autor, essa distinção teria se originado no processo de alongamento compensatório por conta do apagamento

da vogal seguinte. Percebemos que as sílabas trimoraicas são resultado de alguma operação morfológica ou fonológica. O latim não está inserido nas situações apontadas por Hayes (1989), que também não aplica a teoria a dados diacrônicos.

A análise que será apresentada da evolução da quantidade vocálica e consonantal, que diz respeito à estrutura moraica do latim ao português, tomará os pressupostos da Fonologia das Moras.⁴ Questões como variação da estrutura moraica em latim, conservação e perda de mora, efeitos de *Stray Erasure*, *Parasitic Delinking* e *Weight by Position* serão discutidas.

Efeitos da mudança de estrutura moraica do latim ao português

Este estudo se concentra na evolução da estrutura moraica, especialmente das vogais longas e das consoantes geminadas, bem como das consoantes pós-pico do latim clássico e de seu reflexo em português. É sabido que o latim clássico apresenta uma distinção fonológica entre vogais longas e vogais curtas e entre consoantes simples e consoantes geminadas. Todavia, na variedade latim vulgar, a distinção efetiva entre as vogais longas e curtas começa a enfraquecer, apresentando, desde então, variação entre a consoante dupla e sua correspondente simplificada e entre a vogal longa e vogal curta.

A distinção da quantidade vocálica se perde na passagem do latim às línguas românicas com resultados diferentes nas línguas derivadas.⁵ Com relação à quantidade consonantal, das dez línguas que compõem a România – português, espanhol, francês, italiano, romeno, sardo, provençal, catalão, dálmata e reto-romano (RENZI, 1982) –, apenas o italiano e o sardo preservam as consoantes geminadas, ao passo que as demais línguas as simplificaram.

Tomando como pressuposto Hayes (1989), assumimos que a evolução da quantidade vocálica e da quantidade consonantal, comumente tratados como fenômenos separados, pode ser explicada via Fonologia das Moras como um só fenômeno. Interessa-nos, pois, explicar a mudança da estrutura moraica na passagem do latim – língua de sistema quantitativo – ao português – língua advinda do sistema itálico ou vulgar (LAUSBERG, 1963).

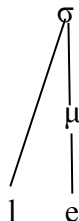
⁴ Lee (2003) discute a relação entre síncope e o padrão do acento em PB a partir da Teoria Métrica de Hayes (1995).

⁵ Para Lee (1995), o português não seria sensível ao peso silábico. Em contrapartida, Massini-Cagliari (1999) afirma que há vogais bimoraicas em português em exemplos como *pomar* e *café*. De acordo com a autora, a vogal do núcleo ocuparia duas moras. Essa visão difere dos estudos de Bisol (1992): atribua um * à sílaba pesada final. Em *café*, a consoante abstrata confere peso à última sílaba. Partimos do pressuposto de que não há vogais bimoraicas em português, mas que há efeitos da estrutura moraica do latim nessa língua.

Com base no modelo de Hayes (1989), passamos a caracterizar a atribuição da estrutura moraica do latim de (17) a (118) em termos de três camadas: sílaba (σ); mora (μ); segmentos.

O elemento mais sonoro, a vogal, recebe uma mora que vai ser dominada pelo nó da sílaba e a consoante é associada ao nó da sílaba como *onset*, como vemos em (16).

(16) elementum (elemento)



Em latim, tanto a vogal longa, quanto a consoante em coda contribuem para o peso silábico, como veremos a seguir. No exemplo abaixo, as vogais, elementos mais sonoros, recebem mora subjacentemente e a consoante pré-pico é adjungida, constituindo-se a estrutura silábica, como podemos perceber em (17).

(17) dō (dou)



Em latim, a consoante que fecha a sílaba contribui para o peso. De acordo com a teoria, essa consoante porta mora via *Weight by Position*, como mostra (18), pois, diferentemente das vogais, nem todas as consoantes são portadoras de mora, mas somente aquelas que se situam à direita do pico.

(18) bulga (bolsa)

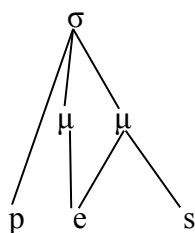


No exemplo (18), a mora é atribuída à vogal, formando a sílaba. A consoante pré-vocálica é associada ao nó da sílaba, sem contribuir para o peso, e a consoante pós-vocálica é adjungida via *Weight by Position*, isto é, ocupa uma posição moraica, resultando em uma sílaba bimoraica.

Hayes (1989) defende a ideia de que a sílaba é maximamente binária, não importando quantas consoantes sejam associadas a sílabas CVV ou CVC. Entretanto o autor afirma que sílabas trimoraicas podem ocorrer em situações específicas, como as que seguem: (i) CL⁶ não é bloqueado em sílabas duplamente travadas (protogermânico); (ii) algumas línguas fazem referência a regras de acento que requerem sílabas trimoraicas (híndi); (iii) algumas línguas apresentam gradiência de distinção vocálica – /V/, /V:/, /V::/ (dialetos germânicos); (iv) em alguns casos, a métrica quantitativa identifica a trimoraicidade (persa).⁷ A discussão sobre o caráter binário ou não da estrutura moraica das sílabas não é ponto pacífico, a passagem que segue se detém nesse aspecto.

Os monossílabos *spēs* (esperança) e *crās* (amanhã) poderiam ser um contra-argumento à ideia de que as sílabas sejam maximamente bimoraicas, pois duas moras antecedem a consoante, ou seja, temos uma sequência de vogais longas seguidas de consoantes simples em coda. Harris (1983), em situação semelhante, para o espanhol, afirma que o /s/ é associado via Regra de adjunção a estruturas silábicas prontas. Hayes (1989) estende esse procedimento a qualquer consoante que extrapole a estrutura binária. A isso, o autor chama de Regra de Adjunção de Elementos Restantes, como exemplificamos em (19).

(19) pēs (pé)

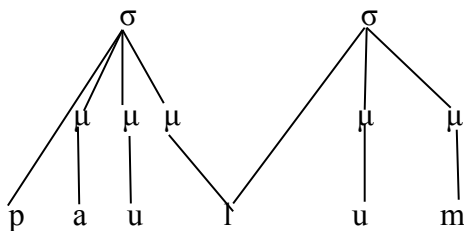


Em latim, no entanto, há sílabas compostas por ditongo seguido de geminada e sílabas compostas por vogal longa seguida de geminada. Nesse caso, a questão da sílaba trimoraica parece ressurgir.

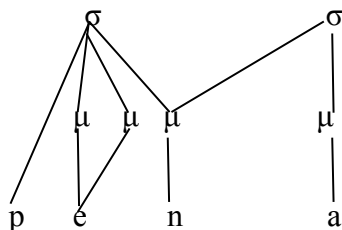
⁶ Alongamento compensatório.

⁷ Cf. HAYES (1989).

(20) pallum (um pouco)



(21) pennā (pena)



Nos exemplos (20) e (21), as vogais longas recebem duas moras, assim como os ditongos seguidos de geminada da qual uma folha constitui a terceira mora da sílaba e a outra constitui o *onset* da sílaba seguinte. A estrutura trimoraica que faz parte do sistema do latim clássico não é uma estrutura derivada como depreendemos das formas que seguem: *villica*, *villico*, *mīlle*, *mīllia*, *stēlliger*, *stēmma*, *stēllo*, *stēllaris*, *paullo*, *paullus*.

Os argumentos para sustentar essa afirmação são os seguintes: (i) a geminada é um elemento ao qual é atribuída uma mora na subjacência, por conseguinte, ao ser acrescentada a uma estrutura bimoraica, cria uma estrutura trimoraica; (ii) a variação encontrada em latim vulgar tem como característica reduzir a estrutura trimoraica do latim clássico a bimoraica através da redução da vogal longa ou da simplificação da geminada: *pēna*~*pēnna*. A sílaba trimoraica, pois, converte-se em bimoraica.

A estrutura formada por vogal longa + geminada e ditongo + geminada entra em variação em latim vulgar. A sentença nº 94 do *Appendix Probi*⁸ registra “*Sūppellex non sūperlex*”, que os gramáticos latinos classificavam como “erro” em virtude da dificuldade na pronúncia de uma sequência na qual se encontrava uma vogal longa seguida de geminada. Esse tratamento diferente da estrutura

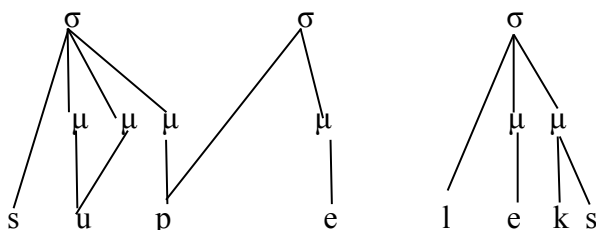
⁸ *Appendix Probi* é um glossário anônimo cujo objetivo é o de corrigir “erros” de pronúncia do latim falado. (APPENDIX..., 2011).

complexa é, geralmente, reservado aos falantes da variedade mais popular da língua.

Nessa linha de pensamento, o processo diacrônico de mudança transformou uma estrutura trimoraica em uma estrutura bimoraica através da redução da vogal ou da simplificação da geminada, ou seja, via perda de mora. A variação entre vogal longa e consoante geminada, muito comum em latim vulgar, já ocorria em latim clássico, como podemos depreender dos seguintes registros dicionarizados (TORRINHA [1942?]): *paulo* ou *paullo* (pouco); *paullus* ou *paulus* (Paulo); *pūpus* ou *puppus* (pupila); *sollers* melhor que *sōlers* (hábil); *succo* ou *sūco* (usurário); *succus* ou melhor *sūcus* (suco); *suggilatus* ou *sūgilatus* (desacreditado); *suggilo* ou melhor *sūgilo* (pisar); *vēlumen* ou *vellumen* (faixa de lâ); *vīlica* ou *vīlica* (caseira); *vīlico* ou *vīlico* (caseiro). Diante da variação entre vogal longa e consoante geminada, o dicionário de latim clássico aponta que algumas formas eram tidas como de maior prestígio: *sōllers* melhor que *sōlers*; *succus* melhor *sūcus*; *suggilo* melhor *sūgillo*. Em (22), representamos o registro nº 94 do *Appendix Probi*.

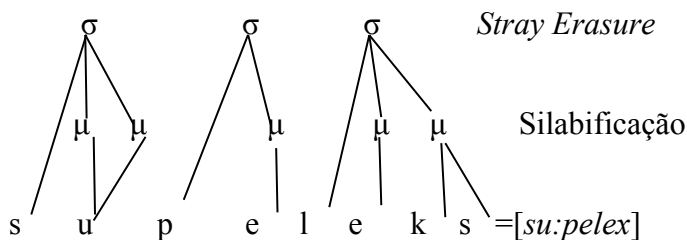
(22) Forma clássica [su:ppeleks] (mobiliário)

a'



Na perspectiva defendida pelo presente trabalho, (22a'') representa a desassociação que deixa a mora flutuante que, por não ser associada a nenhum elemento, é elidida por *Stray Erasure*, formando-se uma sílaba bimoraica.

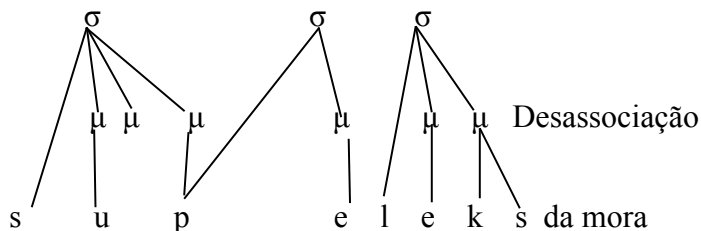
(22) a''



O exemplo (22b'') descreve uma alternativa de simplificação da estrutura trimoraica em latim vulgar através da redução da vogal longa e da manutenção da geminada, emergindo mais uma vez a bimoraicidade.

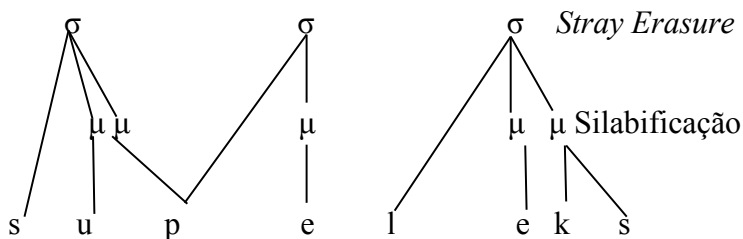
(22) Forma clássica [su:ppeleks]

b'



Diferentemente de (22a), a mora desassociada em (23b) é a mora da vogal que será elidida por *Stray Erasure* como mostra a representação abaixo.

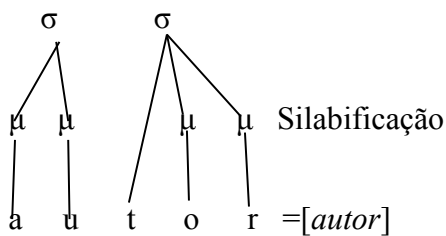
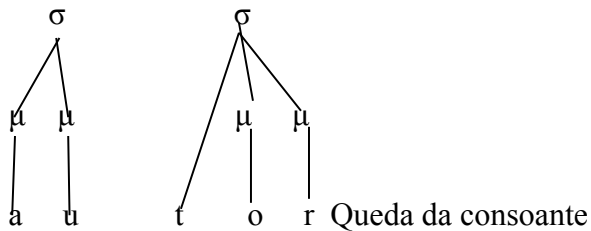
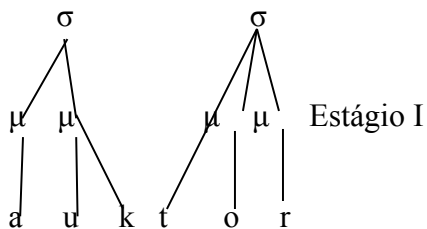
b''



= [suppeleks]

Há sílabas em latim formadas por ditongo mais consoantes simples, tais como *auctor* (autor) e *auctoritas* (autoridade). Tais estruturas também entrariam em variação em latim vulgar segundo os registros nº 154 *auctor non autor* e nº 155 *auctoritas non autoritas* do *Appendix Probi*. Na verdade, a consoante simples que é adjungida à estrutura bimoraica não confere peso à sílaba, pois, de acordo com Hayes (1989), quando a bimoraicidade está preenchida, a consoante pós-pico é agregada à sílaba através da regra de Adjunção de Segmentos Restantes, motivo pelo qual o seu apagamento não ocasiona alongamento compensatório, como podemos ver em (23).

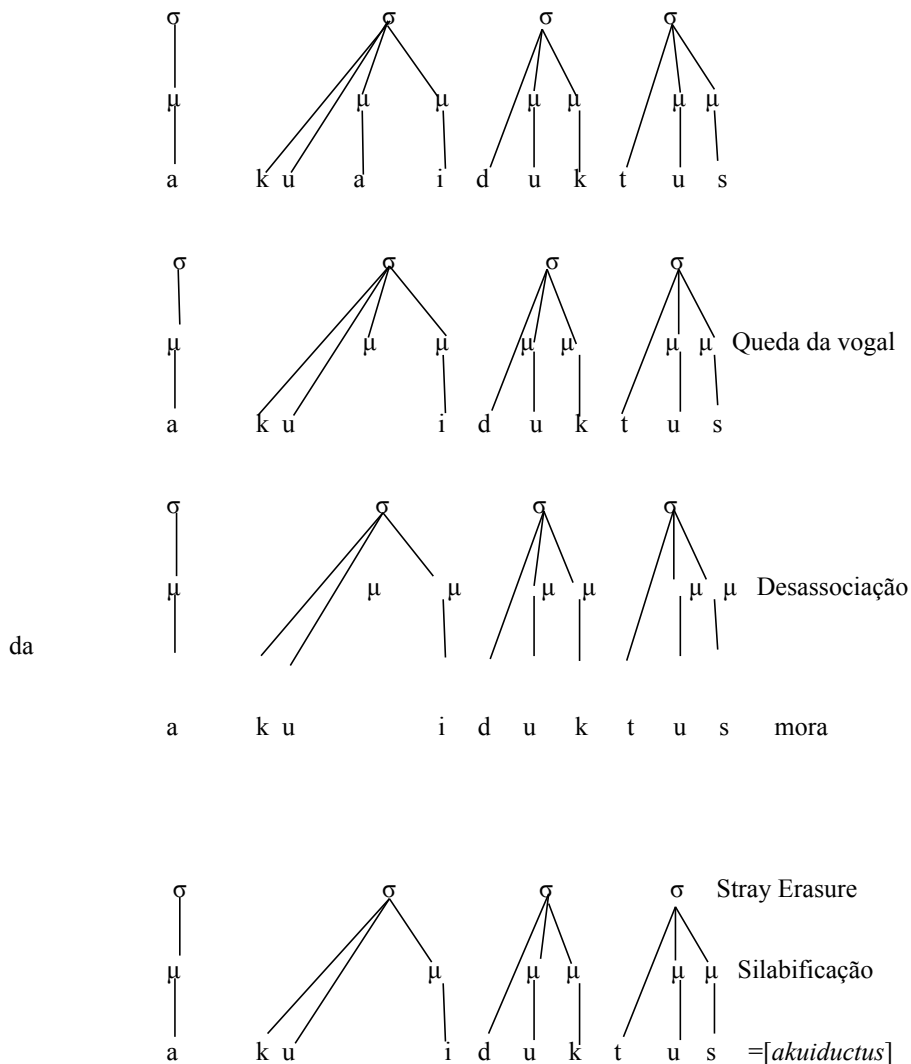
(23) forma clássica [*auktor*] (autor)



Como a consoante alvo de apagamento não porta mora, pois foi associada via Adjunção de segmentos restantes, não há modificação quanto à estrutura moraic nas situações.

Em contrapartida, o registro n° 22 do *Appendix Probi* exemplifica um caso de redução de ditongo: *aquaeductus non aquiductus*. O ditongo *ae* é reduzido para /i/ quando forma um composto, assim como no registro n° 159: *terrae motus non terrimotus* (terremoto).

(24) forma clássica [akuaiduktus] (aqueduto)



Em (24), a queda da vogal deixa a mora correspondente livre. Como a referida mora não é agregada a nenhum elemento, a mesma é elidida por *Stray Erasure*, resultando a variante monotongada.

A monotongação era tão comum em latim vulgar que os falantes, por vezes, aplicavam hipercorreção, como registra a sentença: “*ac rustici pappum Mesium, non Maesium, a quo Lucilius scribit*”⁹ (Os camponeses pronunciam Maesium e

⁹ VARRO, M. *De lingua latina*. Liber VII. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/varro.II7.html>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

não mesium, questão sobre a qual Lucílio escreveu). O exemplo *maesium* por *mesium* (meio) exemplifica o processo de hipercorreção encontrado na fala dos camponeses. Varro (96 a.C) registra outros casos desse tipo e Calabrese (2003) os utiliza como argumento para propor que a distinção qualitativa já estava presente em latim clássico.

De acordo com Calabrese (2003), não havia distinção quanto ao traço [ATR] dentre as vogais médias longas e curtas latinas, como por exemplo: *caelum* ~ *ce:lum* (céu); *aurata* ~ *ɔ:rata* (dourada). De acordo com o autor, /ɔ:/ e /ɔ/; /ɛ:/ e /ɛ /; /e/ e /e:/; /o/ e /o:/ eram todas [-ATR] em latim clássico e, através de estágios, a diferenciação dentre as médias foi se implementando. Partindo desse e de outros pressupostos, quando a distintividade quantitativa se perdeu em latim vulgar, a distintividade qualitativa, que teria se desenvolvido desde o latim clássico, torna-se efetiva.

Formas dicionarizadas atestam que o ditongo latino fora substituído já em latim clássico: *vaelius* ou *vēlus* (velho); *paene* ou *pēne* (quase), ou seja, *vaelius* ~ *ve:lius*; *paene* ~ *pɛ:ne*. Esses dados corroboram a ideia de Calabrese (2003) e demonstram que a substituição era inerente ao sistema do latim clássico. Os estágios subseqüentes dessa mudança consistem na atribuição de valores diferentes de [ATR] para as médias longas e curtas e a perda da quantidade, resultando no sistema vocálico do latim tardio ou romance.

O latim vulgar também conserva mora da estrutura latina clássica, tal conservação se refletirá no comportamento da língua portuguesa. Na sentença nº 85 do Glossário do Probo há um exemplo comumente citado por estudos mais tradicionais como alvo do fenômeno de vocalização em latim vulgar: *pegma non peuma* (tablado), que transforma uma consoante em vogal.

Podemos inferir, através do dado do *Appendix Probi*, que há conservação da mora via ditongação em latim vulgar. O segmento consonantal dorsal perdeu o ponto de consoante e um segmento vocálico, também dorsal, ocupou a mora flutuante. Dessa maneira, a mora é conservada. Veremos, mais adiante no trabalho, que essa opção disponível em latim vulgar é utilizada pelo português e que, assim como o latim vulgar, a língua portuguesa prima pela conservação da mora via ditongação.

O português, língua advinda do sistema qualitativo itálico ou vulgar, tem de lidar com os efeitos do fim da quantidade fonológica distintiva do sistema vocálico latino. Interessa-nos, também, explicar de que maneira a língua portuguesa resolve as consoantes geminadas. Ambas as questões estão inter-relacionadas com a estrutura moraica do latim ao português.

Como as vogais longas latinas já haviam se simplificado em latim tardio e início do romance, as mesmas não alcançaram as línguas românicas. Porém, os

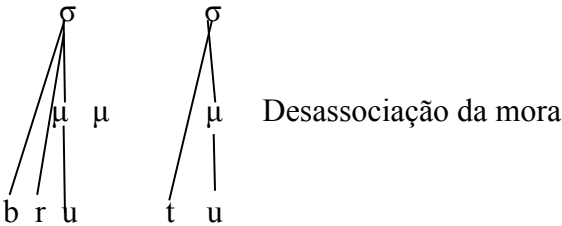
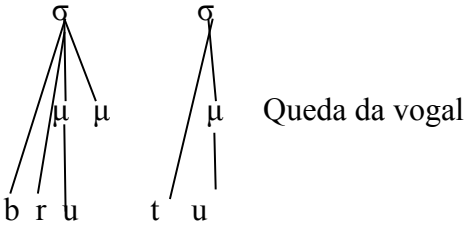
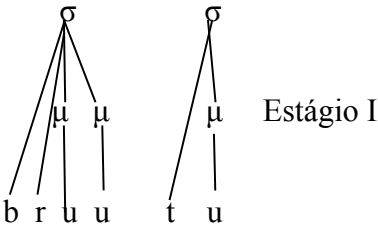
efeitos dessa simplificação afetaram as línguas. Vejamos como o português trata a simplificação da vogal longa latina.

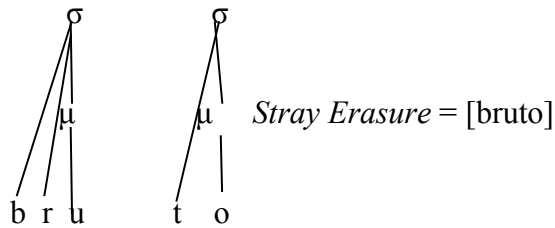
(25) Perda de mora

Latim	Português
<i>sūcu</i>	Suco
<i>brūtu</i>	Bruto
<i>tōtu</i>	Tudo

O português não conserva a mora da vogal longa latina. Portanto, não há, nesses casos, manutenção da mora, como vemos em (26).

(26) Forma clássica [bru:tu] (bruto)





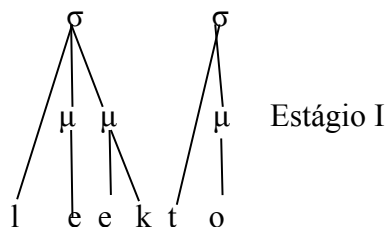
Em (26), ocorre a queda da vogal com consequente desassociação da mora que permanece flutuante e, por não ser reassociada, é elidida por *Stray Erasure*, resultando [bruto] em português, sem alongamento compensatório. As sequências -ct- e -pt- também não dão margem a geminadas na passagem ao português, mas simplificam-se, como vemos em (27).

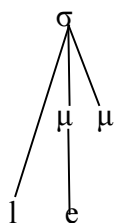
(27) Perda de mora

latim	Português
<i>corrēc#to</i>	Corrigido
<i>lēc#to</i>	Lido
<i>scrip#to</i>	Escrito

Como o português não conserva a mora da vogal longa latina, o exemplo (28) mostra o processo de perda vocálica com consequente desassociação e elisão por *Stray Erasure*. É importante lembrar que o que nos interessa é a vogal longa, a consoante em questão é agregada à sílaba pela Regra de Adjunção de Segmentos restantes, sem portar mora.

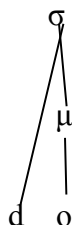
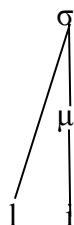
(28) Forma clássica [lekto] (lido)





Desassociação da mora

Queda da vogal e da consoante pós-vocálica



Stray Erasure =[lido]

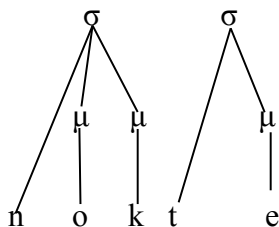
No entanto, a perda de mora não é uma regra geral, pois há casos nos quais a ditongação se aplica em palavras com encontros -ct-, como *noctem*>noite, em que a estrutura moraica do latim tem seu efeito, isto é, a mora da consoante é conservada, exemplos em (29).

(29) Conservação de mora

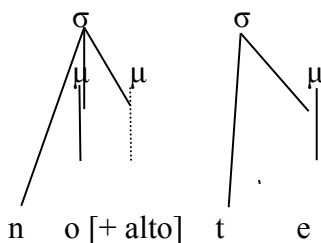
latim	Português
<i>fac#to</i>	Feito
<i>noctem</i>	Noite
<i>pectus</i>	Peito
<i>regnum</i>	Reino

As formas em (30) *fāctum*, *pēctus*, *lāctem*, *nōctem*, *rēgnum* passam ao português como “feito, peito, leite, noite, reino”. A diferença entre os dados em (27) e os dados em (29) reside no fato de que, em (29), a consoante pós-vocálica possui mora atribuída por *Weight by Position*. Nesses casos, o português segue a escolha do latim vulgar e preserva a mora da consoante elidida via ditongação, exemplo (30).

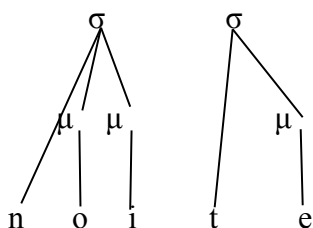
(30) [noktem] (noite)



Estágio I



Queda de consoante



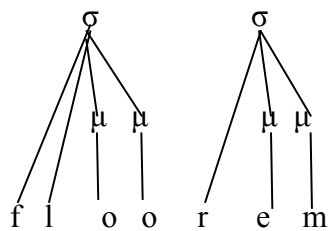
Silabificação =[noite]

Preenchimento da mora

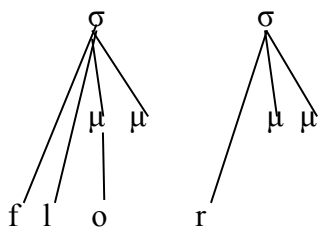
A consoante perdida, que é uma dorsal ou velar, caracteriza-se por possuir o traço [+alto], que é preservado quando de sua elisão. Essa posição é preenchida pelos traços correspondentes a uma vogal alta, preservando a mora através da criação de um ditongo decrescente, contribuindo para a manutenção da sílaba bimoraica.

O português só conserva a mora vocálica latina através do alongamento compensatório *flop*. O alongamento *flop* ocorre quando um elemento troca de sílaba e preenche uma posição moraica vazia, mantendo a sílaba bimoraica, exemplo (31).

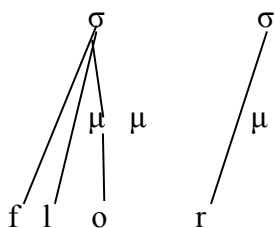
(31) [flo:rem] (flor)



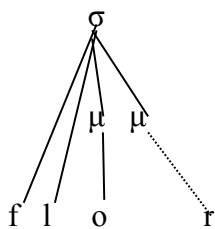
Estágio I



Queda das vogais e da consoante final



Desassociação das moras



Parasitic Delinking

Reassociação da mora por alongamento *flop*

Silabificação=[flor]

Em (31), temos *Parasitic Delinking* atuando ao desfazer a segunda sílaba sem núcleo. Como consequência, o alongamento *flop* reassocia o segmento ao preencher a posição moraica. Essa análise estende-se a dados nos quais há apagamento de consoantes intervocálicas do latim ao português: *colorem*, *dolorem*, *amorem*. A sílaba resultante é bimoraica.

No que se refere aos ditongos, o latim clássico dispunha de três: *ae* (*caelum*); *oe* (*prosopopeia*); *au* (*thesaurus*), dos quais apenas *au* passou ao português. Os demais ditongos foram reduzidos, como em *caelum*>c/ɛw/ e *prosopoeia*>prosopop/ɛj/a. O português herda o ditongo *au*, como em *aurum* > ouro ~oro; *thesaurus*>tesouro ~oro. Variação semelhante ocorre em latim vulgar, ou seja, ambas as línguas optam pela perda da mora do ditongo. Segundo Bisol (1989), o ditongo *ou*, em português, está em processo de reanálise, ou seja, está sendo substituído por /o/ em qualquer contexto. Em suma, o português preserva a estrutura moraica latina em duas situações: (i) mora da consoante pós-vocálica; (ii) mora vocálica via alongamento *flop*, quando da atuação de *Parasitic Delinking*. As demais estruturas não têm efeito na língua portuguesa.

Conclusões

O modelo da Fonologia das Moras mostrou-se eficaz para descrever a estrutura do latim clássico e de sua variação em latim vulgar, bem como os efeitos dessas estruturas na passagem para o português: conservação ou perda de mora. O modelo, desenvolvido para estudos sincrônicos, consegue dar conta satisfatoriamente de fenômenos diacrônicos, proporcionando, sobretudo, analisar vários fenômenos como um único processo, ou seja, como mudança de estrutura moraica do latim e seus efeitos em português, utilizando apenas um modelo.

O português não conserva a mora das consoantes geminadas, como não conserva a mora das vogais longas. No entanto preserva a mora da consoante pós-vocálica (*pectus*>peito) e do ditongo latino (*aurum*>ouro), embora o referido ditongo esteja, em nossos dias, em processo de simplificação por reanálise. A mora da vogal longa é mantida em uma situação específica: alongamento *flop* engatilhado pela atuação de *Parasitic Delinking*. *Stray Erasure*, que atua elidindo moras não reassociadas, tem importante papel na evolução do latim ao português. Ambos os princípios aqui apontados atuam para satisfazer o Licenciamento Prosódico.

Espera-se que este olhar de caráter diacrônico à luz de uma teoria moderna, destinada sobretudo a estudos sincrônicos, ofereça alguma contribuição para os estudos linguísticos que se desenvolvem nessa área.

COSTA, E. P. F. S. *Moraic structure change from Latin to Portuguese*. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.573-599, 2011.

- **ABSTRACT:** *This study aims at investigating the evolution of the moraic structure from Latin to Portuguese. Latin, which presents vocalic and consonantal quantitative distinction, has the following syllable patterns: (i) light syllable, which contains a single mora (**e.le.men.tum**); (ii) heavy syllable, which contains two moras (**bul.ga**); (iii) super heavy syllable, which contains three moras according to our argument (**paul.lum**). Diachronically, there is a loss of quantitative distinctive among the vowels. From Latin to neo-Romance languages the moraic structure has its effects. Based on such information and on Hayes' Moraic Theory (1989), we intend to investigate the effects of such change in both languages by analyzing related phonological processes, such as diphthongization and monophthongation. Moraic Theory allows us both to identify the way moraic structures are attributed to languages and to determine which principles operate in these languages. Hayes (1989) defines a mora as a weight unit at the prosodic tier and represents the contrast between long syllables and short syllables. Also, a mora counts as a phonological position (a long segment is represented as being doubly linked). We argue that the choices made by the Portuguese language to deal with moraic structure of Latin had already been available in vulgar Latin and, according to the choices made, principles such as Stray Erasure and Parasitic Delinking, which are related to Prosodic Licensing, acted in the aforementioned change.*
- **KEYWORDS:** *Linguistic change. Latin. Moraic structure. Mora. Portuguese.*

REFERÊNCIAS

APPENDIX Probi. Disponível em: <http://www.orbilat.com/Languages/Latin_Vulgar/Vocabulary/Appendix_Probi.html>. Acesso em: 10 fev. 2011.

ARVANITI, A. Cypriot greek and phonetics and phonology of geminates. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF MODERN GREEK DIALECTS AND LINGUISTIC THEORY, 1., 2001, Patras. *Proceedings...* Patras: University of Patras. p.19-29. Disponível em: <http://idiom.ucsd.edu/~arvaniti/Arvaniti.geminates_Patras2001.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2010.

BISOL, L. O acento e o pé binário. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.22, p.69-80, 1992.

_____. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *Delta*, São Paulo, v.5, n.2, p.185-224, 1989.

BRENNAN, J. A *weight problem*: vowel length in Classical Latin. 2008. Disponível em: <https://files.nyu.edu/jrb399/public/documents/Brennan_06a_A%20Weight.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2011.

BROWN, J. C. Floating moras and features in southern Sierra Miwok. WORKSHOP ON AMERICAN INDIGENOUS LANGUAGES, 6., 2003, Santa Barbara. *Proceedings...* Santa Bárbara: UCLA, 2003. v.14. Disponível em: <http://www.linguistics.ucsb.edu/research/Brown_vol14.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2010.

- CALABRESE, A. On the evolution of the high vowels of latin to romance. 2003. Disponível em: <<http://homepages.uconn.edu/~anc02008/Papers/On%20the%20evolution%20of%20short%20high%20vowels%20of%20Latin%20into%20Romance.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- CHUNG, Y. Vowel shortening and evidence for moraic consonant: a case from kyumsang dialect of korean. *Studies in phonetics, phonology and morphology*, Amherst, n.3. p.247-264, 1997.
- COHN, A. Phonological structure and phonetic duration: the role of the mora. *Working Papers of the Cornell Phonetics Laboratory*, Ithaca, v.15, p.69-100, 2003.
- COUTINHO, I. L. *Gramática histórica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- CURTIS, E. K. J. *Geminate weigth: case studies and formal models*. 2003. 355f. Dissertation (Doctor of Philosophy) – University of Washington, Washington, 2003. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:rxF7_QVnP1kJ:scholar.google.com/+emily+curtis+geminate+weigth&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>. Acesso em: 17 dez. 2010.
- ELFNER, E. *The mora in blackfoot*. 2006. 145f. Thesis (Master of Arts) – University of Calgary, Alberta, 2006. Disponível em: <<http://www.people.umass.edu/eelfner/morablackfoot.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2010.
- FARIA, E. *Fonética histórica do Latim*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955.
- GASIOROWSKI, P. Heavy consonants and compensatory lengthening. *Studia Anglica Posnaniensia*, Poznam, p.71-80, 1991-1993.
- GORDON, M. *Weight-by-Position adjunction and syllable structure*. 1999. Disponível em: <<http://www.linguistics.ucsb.edu/faculty/gordon/weightbypos.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2010.
- GORDON, M. et al. Vowel and consonant sonority and coda weigth: a cross-linguistic study. In: WEST CONFERENCE ON FORMAL LINGUISTIC, 26., 2008, Somerville. *Proceedings...* Somerville: Cascadilla Proceedings Project. Disponível em: <<http://www.lingref.com/cpp/wccfl/26/paper1674.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2010.
- GORE, M. Phonological and phonetics views of vowel sequence timing. 2003. Disponível em: <<http://ado.lib.kagoshima-u.ac.jp/bitstream/10232/855/1/KJ00004239438.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2010.
- GOLDSMITH, J. *The syllable*. 2009. Disponível em: <<http://hum.uchicago.edu/~jagoldsm/Papers/syllables.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011.
- HAYES. B. Compensatory legthning in moraic phonology. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, n.20, p.253-306, 1989. Disponível em: <<http://www.linguistics.ucla>

edu/people/hayes/Papers/HayesCompensatoryLengthening1989.pdf>. Acesso em: 24 set. 2010.

HAYES, B. *Metrical stress theory: principles and case studies*. Chicago: Chicago Press, 1995.

HAYES, B. et al. Explaining sonority projection effects. *Phonology*, Cambridge, n.28, p.197-234, 2011.

HARRIS, H. *Syllable structure and stress in Spanish: a non-linear analysis*. Cambridge: MIT Press, 1983.

HUME, E; MULLER, J; ENGELNHOVEN, A. Initial geminates in leti: consequences for moraic theory. *Studies in the Linguistics Sciences*, Urbana, v.27, n.1, Spring. 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/4420109>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

KAVITSKAYA, D. Triggers and alternations in compensatory lengthening. In: WEST COST CONFERENCE OF FORMAL LINGUISTICS, 21., 2002, Somerville. *Proceedings...* Somerville: Cascadilla Press, 2002. p.101-114.

LAHIRI, A; RIAD, T; JACOBS, H. Diachronic prosody. 1999. Disponível em: <http://www.ling-phil.ox.ac.uk/files/uploads/diachronic_prosody_lahiri_et_al.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2010.

LAUSBERG, H. *Linguística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

LEE, S. Síncope, Brevis Brevians e acento no português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.38, n.4, p.163-176, 2003.

_____. *Morfologia e fonologia lexical do Português do Brasil*. 201 f. Tese. (Doutorado em Linguística) – Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

LUNDEN, A. *Weigth, final lengthening and stress: a phonetic and phonological case study of norwegian*. 2006. 217 f. Thesis (Doctor of Philosophy and Linguistics) – University of California, Los Angeles, 2006. Disponível em: <<http://roa.rutgers.edu/view.php3?id=1157>>. Acesso em: 20 dez. 2010

MAGALHÃES, J. S. de. *O plano multidimensional do acento na teoria da otimidade*. 2004. 216f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Do poético ao linguístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

_____. *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao linguístico. Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português* 1995. 300f. Tese (Doutorado

em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

McCRAy, K. *Syllable structure versus segmental phonotactics: geminates and clusters in italian revisited*. 2006. Disponível em: <http://uts.cc.utexas.edu/~tls/2002tls/Kristie_McCrary.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.

MORÉN, T. B. *Distinctiveness, coercion and sonority: a unified theory of weight*. 1999. 420f. Thesis (Doctor of Philosophy) – University of Maryland, College Park, 1999. Disponível em: <<http://roa.rutgers.edu/files/346-0999/346-0999-MOREN-0-0.PDF>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

ODDEN, D. *The representation of vowel length*. Disponível em: <<http://www.ling.ohio-state.edu/~odden/>>. Acesso em: 14 set. 2010.

ONZI, M. L. *Consoantes geminadas em italiano: um estudo fonético/fonológico*. 2007. 96f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

OOSTENDORP, M. *Mora theory*. 2005. Disponível em: <<http://www.vanoostendorp.nl/pdf/051122.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2010.

PULLEYBLANK, D. Underlying mora structure. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.25, n.2, p.344-353, Spring. 1994.

RENZI, L. *Introducción a la filología românica*. Madrid: Gredos, 1982.

ROSENTHALL, S.; VAN DER HULST, H. Weight-by-position by position. *Natural Language and Linguistic Theory*, Dordrecht, n.17, p.499-540, 1999. Disponível em: <<http://www.linguistics.uconn.edu/pdf/091-WeightbyPosition.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

SHAW, J. *Compensatory lengthening via mora preservation in OT-CC*. Theory and predictions. 2008. Disponível em: <<http://roa.rutgers.edu/files/916-0607/916-SHAW-0-0.PDF>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

SILVA NETO, S. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

VARRO, M. *M. Terenti Varronis de Lingua Latina: Liber VII*. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/varro.II7.html>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

TORRINHA, F. *Dicionário latino português*. 7. ed. Porto: Gráficos Reunidos, [1942?].

Recebido em março de 2011.

Aprovado em julho de 2011.

COMPARANDO AS CONSOANTES DAS LÍNGUAS TAPAJÚNA E SUYÁ

Cíntia Karla Coelho RODRIGUES*
Marília de Nazaré FERREIRA-SILVA**

- **RESUMO:** Este estudo faz considerações sobre a investigação histórico-comparativa da língua tapajúna (Jê), mais especificamente sobre as consoantes em seu aspecto fonético-fonológico, comparando cognatos dessa língua e da língua suyá (também da família Jê) com o objetivo de verificar suas semelhanças e diferenças no contexto das consoantes, tendo em vista contribuir para a reconstrução do tronco linguístico Macro-Jê. Para o estudo aqui desenvolvido, foi utilizado o método comparativo por meio do qual são verificadas as correspondências existentes entre as línguas envolvidas em um estudo dessa natureza, com o fim de observar como seria possivelmente constituída a forma original, que teria originado as formas das duas línguas. Os dados de tapajúna e de suyá também foram comparados aos dados do Proto-Jê, reconstruído por Davis (1966). De um modo geral, observa-se que há poucas diferenças entre tapajúna e suyá. No caso das variações em contextos fonético-fonológicos idênticos, há a questão da variação de faixa etária, como a ocorrência das consoantes pré-nasalizadas na fala dos mais jovens do povo tapajúna, enquanto os mais velhos usam as nasais.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Método histórico-comparativo. Tapajúna. Suyá. Aspectos fonético-fonológicos. Consoantes. Cognatos.

A língua Tapajúna

A língua tapajúna pertence à família Jê falada por cerca de 40 indivíduos.¹ O povo tapajúna, até o momento de realização da pesquisa que embasou o presente trabalho, vivia na aldeia Metyktire juntamente com os Mebengôkre (Kayapó), nas imediações do Parque Indígena do Xingu, no estado do Mato Grosso, no Brasil Central. Devido a esse reduzido número de falantes e por se encontrar em uma situação de atrito linguístico (já que os tapajúna viviam em meio à predominância da língua e dos costumes dos kayapó, além de sofrerem a influência da língua portuguesa), a língua tapajúna corre risco de extinção.

* Secretaria de Educação do Estado do Pará. Belém – PA – Brasil. 66.075-100 –cintiacoro@gmail.com

** UFPA – Universidade Federal do Pará. Instituto de Letras e Comunicação – Faculdade de Letras. Belém –PA– Brasil. 66.075-100 – marilia@ufpa.br

¹ Censo realizado por Marília Ferreira em 2005 na aldeia Mebengôkre, no estado do Mato Grosso.

O tapajúna não conta com estudos descritivos detalhados. Há somente dois trabalhos de cunho linguístico publicados até o momento: o trabalho de Seki (1989), que se constitui em um estudo diacrônico entre dados do tapajúna e do suyá, comparando-os aos dados do Proto-Jê reconstruídos por Davis (1966);² e o trabalho de Santos (1997), o qual consiste em uma descrição dos aspectos morfossintáticos do suyá. Já em 2010, foi defendida, na Unicamp, a dissertação de mestrado de Nayara Camargo intitulada *Língua Tapayúna: aspectos sociolinguísticos e uma análise fonológica preliminar*. Em novembro de 2004, a língua tapajúna começou a ser estudada e descrita por Marília Ferreira e, por meio das coletas de dados e estudos desenvolvidos pela pesquisadora até 2005, foi possível realizar uma análise descritiva e diacrônica dos aspectos fonético-fonológicos da língua, a qual foi apresentada como dissertação de mestrado em Letras ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, em 2007. O objetivo do trabalho foi contribuir para o refinamento da reconstrução histórica do tronco Macro-Jê, o qual é bem menos conhecido que o Tupi, por exemplo.

O tapajúna é uma língua muito próxima do suyá, sendo essas línguas muito semelhantes estruturalmente, devido à genética delas – ambas pertencem à família Jê, do tronco Macro-Jê. Pode-se ouvir afirmações sobre o fato de o tapajúna ser um dialeto do suyá, com base nos depoimentos dos próprios falantes. Entre as semelhanças existentes entre essas línguas, podem-se citar: a ocorrência dos prefixos relacionais, a ocorrência dos verbos em posição final de sentença, um inventário sonoro típico de línguas Jê, em que as vogais se sobrepõem às consoantes, entre outras.

A urgência em estudar o tapajúna se deve ao fato de essa língua estar seriamente ameaçada de extinção. Nosso propósito é apresentar evidências que contribuam para a reconstrução do tronco linguístico Macro-Jê por meio da análise histórico-comparativa dos aspectos fonético-fonológicos da língua tapajúna, considerando-se, no caso deste artigo, especificamente os segmentos consonantais, comparando-os aos dados do suyá, face aos dados reconstruídos por Davis (1966) para o Proto-Jê.

Considerações sobre a Linguística Histórica

Desde a publicação do Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure, em 1913, tem-se a distinção entre os estudos sincrônicos e os estudos diacrônicos. A Linguística Histórica se ocupa da análise diacrônica de línguas com o objetivo de analisar os processos de mudança sofridos por elas através dos tempos.

² Nosso objetivo não é a comparação do presente trabalho com o de Seki (1989).

Gabas Junior (2001, p.78) afirma que, com os estudos desenvolvidos a partir do século XIX, sobre as línguas latim, grego e sânscrito, a linguística buscou explicar as aparentes semelhanças entre as diferentes línguas humanas.

Semelhanças aparentes entre línguas distintas sempre chamaram a atenção de estudiosos e curiosos em todo o mundo. Foi, no entanto, apenas no final do século XVIII que Sir William Jones, um juiz inglês da Índia, oficial e acertadamente propôs que o latim, o grego e o sânscrito eram línguas aparentadas entre si. Sir Jones foi além: não apenas demonstrou com os métodos de correspondência de som, que tal afirmação era possível de ser comprovada, como também hipotetizou que as três línguas eram derivadas de uma outra língua, possivelmente já extinta (hoje sabemos que se trata do protoindo-europeu). Era o começo de estudos sistemáticos em Linguística Histórica e Comparativa, que, graças à farta quantidade de registros históricos, se concentraram nas línguas indo-europeias.

Como se pode perceber, estudos históricos de línguas vêm sendo desenvolvidos há bastante tempo e têm sido de grande importância para os avanços da linguística. De acordo com Faraco (1991, p.9), “A realidade empírica central da linguística histórica é o fato de que as línguas humanas mudam com o passar do tempo”. Isso significa que as línguas não se constituem em algo estático, muito pelo contrário, sofrem mudanças no tempo. Há mudanças que podem ser percebidas no momento em que ocorrem, no entanto, há outras que só o tempo é capaz de torná-las evidentes. É nesse ponto que encontramos um dos papéis fundamentais da linguística histórica. Além disso, temos que reconhecer a importância dessa área para os estudos antropológicos e arqueológicos.

Os estudos históricos das línguas se constituem em fonte importantíssima para se compreender a cultura e o modo de viver dos antepassados que as falavam. Por exemplo, conforme Ribeiro (em comunicação pessoal, em 2005), a partir dos estudos comparativos de línguas da família Jê, está sendo possível reconstruir termos que se referem à cultura material, o que permite obter informações sobre a cultura do povo que falava a língua que originou as línguas Jê.

Crowley (1997) considera que compreender cultura por meio da Linguística Histórica é realmente possível, pois com a análise comparativa, podemos descobrir como era a forma de ver o mundo das populações ancestrais, isto é, por meio do estudo de uma língua, descobre-se a cultura do povo que a fala ou falava, já que a língua é, em si, cultural e expressa os dados e elementos culturais de determinada sociedade.

Na próxima seção serão apresentados os aspectos fonético-fonológicos do tapajuna, com vistas à reconstrução do Proto-Jê.

Aspectos fonético-fonológicos do tapajúna com vistas à reconstrução do Proto-Jê

De acordo com as análises que vêm sendo desenvolvidas e com as observações dos dados do Proto-Jê, reconstruídos por Davis (1966), o tapajúna apresenta muitas semelhanças com o Proto-Jê e algumas mudanças em alguns segmentos fonético-fonológicos de certos dados aqui apresentados.

Segundo Ribeiro (2004, p.91), “Davis (1966) reconstrói um inventário fonológico e um vocabulário Proto-Jê”, o que pode ser verificado parcialmente no quadro 1, com acréscimo de dados da língua tapajúna.

	Proto-jê	Apinajé	Canela	Suyá	Xavante	Kaingáng	Tapajúna
1.dente	cwa	wacwa	iicwa	iitwa	ʔwa	jã	twã
2.fogo	kuzi	kuwi	kuhi	k ^h usi	ʔupi		kuti
3.carne	nĩ	ĩ, .nĩ	hĩ	.nĩ	nĩ	nĩ	nĩ
4.comida	nõ	õ, nõ			nõ	yẽ~ñ 1com er 11	nõ
5. asa, pena	zara	ʔara, ..jara	haaraa	saara	.neere 1hair 1	φērē	ɣara

Quadro 1 – Dados comparativos entre línguas Jê e o Proto-Jê

Fonte: A autoria própria.

Observa-se que há muitas semelhanças fonológicas entre suyá e tapajúna e leves mudanças ocorridas nas duas línguas com relação aos dados do Proto-Jê. No dado 1, por exemplo, suyá e tapajúna têm a mesma forma para dente, tendo havido uma mudança em relação ao Proto-Jê no protofonema inicial /*c/ que é refletido como /t/ nas duas línguas, o que nos leva a dizer que apenas mudou o ponto de articulação, passando de oclusiva palatal surda para oclusiva alveolar surda.

O quadro 1, como é possível observar, mostra algumas reconstruções feitas por Davis (1966), nas quais compara itens lexicais de algumas línguas Jê. Conforme a distribuição das línguas, podemos perceber que o kaingáng sofreu mais alterações que as outras línguas. As demais línguas são muito mais próximas entre si. Para este estudo, no entanto, apenas observaremos as consoantes do suyá e do tapajúna, que são línguas, de acordo com os dados apresentados, proximamente relacionadas, diferenciando-se somente em alguns aspectos.

Sendo assim, veremos a partir deste momento algumas análises feitas quanto à relação entre essas duas línguas em comparação ao Proto-Jê, tendo em vista alguns segmentos consonantais, a saber, os que refletem os seguintes protofonemas: /*p/, /*z/, /*c/ e /*m/.

Semelhanças e diferenças com relação ao Proto-Jê

Tanto o suyá quanto o tapajúna apresentam características fonético-fonológicas muito semelhantes às do Proto-Jê, o que contribui muito para o fato de considerar o Macro-Jê como tronco linguístico. Isso pode ser verificado no quadro 2:

Protofonema	Proto-Jê	Tapajúna	Suyá	Tradução
*π	1. *πα	ηωα	ωα	‘braço’
	2. *πP↔	ηΡα	ηΡα	‘cinzas’
	3. *πα@μ	μ↔@μ	πα@μ	‘pai’
	4. *πι@	ηωι@	ηωι@	‘lenha’
	5. *τεπ	τεωΕ, τεπ	τεωΕ	‘peixe’
	6. *παΡ	ηωαφ	ηωανι,	‘pé’
	7. *πΡα@μ	ηΡα@μ	ηωαδΖι	‘fome’
	8. *πα	ωα	ηΡα@μ	‘eu’
	9. *π\~κα	ηω\~κα	πα	‘terra’
	10. *π\~χι, π\~	ω\~τι	ηω\~κα	‘um’
	χιτ	ηΡο@μ	ω\~τι	‘esposa’
	11. *πΡο@		ηΡο@	
*ζ	12. *ζι	τι	-σι	‘osso’
	13. *ζα-Ρα	Ο-αΡα	σααΡα	‘asa, pluma’
	14. *κυ-ζ\	κυτ\	κυσ\	‘fogo’
	15. *κυ-κ□ζ	κυκω□φ	κυκοφ	‘macaco’
	16. *κΡ\ζ	κωαφ	κΗΡοφ	‘papagaio’
	17. *ζα-κα	τακα, φακα	σαακ\	‘branco’
	18. *ζ\	τ\	σ\	‘semente’
*χ	19. *χ↔Ρ, χ↔τ	τΣεΡε, μβετΣι,	σεΡε, μετ-	‘queimar’
	20. *μεχ	μβΕΡι	κατωα	‘bom’
	21. *κα-χωα	κατωα	τωα	‘sal’
	22. *χωα	τωα	τα	‘dente’
	23. *χα, χαμ	τα		‘ficar.em.pé’
*μ	24. *μι@, μι@/	μι@τΣι, μι@	μιι@	‘jacaré’
	25. *καμΡο	καμΡο,	κΗααμΡο	‘sangue’
	26. *πα@μ	καμβΡο	πα@μ	‘pai’
	27. *μο@, μο@Ρ	μα@μ, μο@	μο@, μετ-	‘ir’
	28. *μεχ	μβετΣι,	μβα	‘bom’
	29. *μα, μαΡ	μβΕΡι	μενι	‘ouvir’
	30. *με/	μβα, μβαφ	ηΡα@μ	‘mel’
	31. *πΡα@μ	ωΕφ	μβα, μα	‘fome’
	32. *μα	ηΡα@μ	μυτυ	‘figado’
	33. *μυτ	μα	μ\Ρι	‘pescoco’
	34. *μ\τ	μβυτ, μβ\Ρ\, μβ\τ		‘sol’

Quadro 2 – Dados histórico-comparativos

Fonte: Autoria própria.

A partir dessa lista de cognatos foi possível levantar algumas hipóteses quanto às semelhanças e às diferenças do tapajúna em relação ao Proto-Jê e o que pode ter ocorrido nas formas mudadas.

O dado 1, por exemplo, mostra que o protofonema */*p/*, aparentemente, parece ser refletido como */h/* em tapajúna, havendo o surgimento de */w/* entre a consoante inicial e a vogal, ou seja, a consoante oclusiva bilabial */*p/* pode ter passado a fricativa glotal e o que mantém o traço bilabial do protofonema é o aparente surgimento da aproximante bilabial */w/* (posteriormente discutiremos esse dado). Nos dados 4, 6 e 9, ocorre o mesmo processo, porém, em outros dados, quando o fonema seguinte à porto-forma não é vocálico, não há ocorrência da aproximante bilabial, o que nos leva a hipotetizar que o fonema */*p/* é refletido como */h/*, como se verifica nos dados 2, 7 e 11.

Há casos também em que */*p/* passa a */m/*, isto é, sofre apenas nasalização, o que pode ser explicado, no caso do dado 3 (**pām > mām*), pelo fato de a vogal nasal influenciar o fonema inicial. Tal explicação é plausível nesse dado, já no dado 4, em que a consoante seguinte é nasal, não ocorre esse fenômeno. Precisariamos de mais dados para levantar a hipótese de que esse processo ocorre, quando a consoante seguinte à vogal é também nasal. Essa talvez essa seja uma das explicações possíveis para esse caso.

O dado 8 tem a mesma forma do dado 1 **pa* (o que pode ser analisado como um caso de homonímia no Proto-Jê), cuja forma refletida no tapajúna é *wa*, diferentemente da forma do dado 1 cuja forma é *hwa*. O que há de diferente é a não presença do fonema */h/* no início da palavra, o contrário do que seria o esperado, pois, se olharmos para as outras ocorrências e para o próprio dado 1, veremos que a maioria das ocorrências mostra uma certa regularidade do surgimento de tal fonema como reflexo do protofonema */*p/*. O mesmo fenômeno, ou seja, o apagamento ou o não surgimento da fricativa glotal ocorre no dado 10.

O que se observa nesses dados é apenas a manutenção do traço bilabial do protofonema inicial e, no caso do dado 8, o ambiente fonético-fonológico é o mesmo do dado 1, processo que abre caminho para muitas explicações, pois, se o ambiente fonético-fonológico é o mesmo, que fator (ou fatores) pode (ou podem) ter causado a diferença das formas sincrônicas do tapajúna? Talvez uma das hipóteses a ser levantada é o fato de, possivelmente, o fonema */h/* marcar um surgimento posterior e o que refletiria o protofonema seria a aproximante bilabial */w/*. Essa seria uma das hipóteses a ser conferida, se a maioria dos dados não mostrasse o contrário, isto é, a maioria dos dados apresenta a ocorrência da fricativa glotal como reflexo do protofonema oclusivo bilabial surdo. Assim, podemos hipotetizar que, possivelmente, nesses dados em que a fricativa glotal não aparece trata-se de um estágio posterior de mudança. Isso quer dizer que é possível que a não ocorrência da fricativa glotal tenha ocorrido posteriormente, correspondendo a um

último estágio de transformação pelo qual a língua passou. Verificamos, portanto, uma hipótese contrária à primeira levantada quanto a esse fenômeno.

No suyá, alguns dados são semelhantes aos do tapajúna no que se refere à ocorrência do protofonema */*p/*, tais como os dados 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10 e 11. Vemos diferenças nos dados 1, 3 e 8. O dado 1 não apresenta o fonema inicial */h/* que ocorre no tapajúna; os dados 3 e 8, por sua vez, mantêm a consoante oclusiva bilabial surda da protoforma.

Outro fonema que sofre alteração é o */*z/* que, no tapajúna, sofre desvozeamento e muda o modo de articulação, passando a oclusiva alveolar surda */*t/*, como nos dados 12 e 18 (**zi > ti* e **zi > ti*, respectivamente), e mantendo o traço alveolar do protofonema.

Dos dados observados, o dado 13 apresenta a mudança de */*z/ > ø*, em que o protofonema inicial **z* que, de acordo com Ribeiro (2004), corresponde à terceira pessoa, desaparece no tapajúna (**za-ra > ø-ara*). Além desse fenômeno, em fronteira de palavra (considerando a porto-forma) */*z/* muda para */j/*, como podemos ver nos dados 15 e 16, em que a consoante fricativa alveolar sonora */*z/* sofre palatalização e um certo afrouxamento, passando a aproximante palatal */j/*.

No suyá, temos a ocorrência de */s/*, no início de palavra ou de sílaba, como reflexo do protofonema */*z/* nos dados 12, 13, 14, 17 e 18 já nos dados 15 e 16, verificamos o mesmo fenômeno que ocorre no tapajúna, ou seja, a consoante fricativa alveolar sonora do Proto-Jê passa a aproximante palatal */j/*.

Quanto ao protofonema */*c/*, podemos verificar em tapajúna que, nos dados 19 e 20, sofre alteração de oclusiva palatal surda no Proto-Jê para oclusiva alveolar africada surda */tʃ/* e nos demais dados sofre alteração para oclusiva alveolar surda */t/*, no tapajúna. No caso do dado 22, Ribeiro (2004) considera que o protofonema inicial corresponde ao morfema prefixo relacional, o qual, no tapajúna, parece já estar preso à raiz e não mais ser considerado prefixo relacional e sim um fonema integrante do radical. Considerando a porto-forma, em fronteira de palavra, como no dado 20, */*c/* passa a */r/* antes da vogal */i/*. No caso da variação, trata-se do sufixo *{-tʃi}*, que, entre outras coisas, pode indicar aumentativo, o que coincide em várias línguas Jê, como é o caso do Mebengôkre.

O suyá apresenta o dado 19 e o 20 com o fonema */s/* e o fonema */t/* refletindo o protofonema */*c/*, no início e em fronteira de palavra, respectivamente. Nos demais dados, verificamos semelhanças entre essa língua e o tapajúna.

Como podemos observar no quadro 2, a consoante */*m/* sofre algumas alterações em alguns dados do tapajúna. Nos dados, 20, 29, 33 e 34, o protofonema */*m/* sofre pré-nasalização passando a */mb/*. Na verdade, ocorre em tapajúna variação de faixa etária, porquanto os mais velhos ainda usam a consoante nasal

e os mais jovens usam a pré-nasalizada. Contudo, tal fenômeno ainda está em estudo e ainda não se pode afirmar que a faixa etária seja o fator de influência para tal mudança ou se há outros fatores envolvidos nesse processo.

É possível também verificar a desnasalização e a mudança do modo de articulação no dado 30, em que /*m/ é refletido como aproximante bilabial /w/.

Nos dados 24, 25, 26, 27, 31 e 32, verificamos a não ocorrência de mudanças com relação ao protofonema, visto que a consoante /*m/ do Proto-Jê tem como reflexo o fonema /m/ nos diversos ambientes fonético-fonológicos, tais como: início de palavra, fronteira de sílaba e fronteira de palavra.

O suyá também apresenta as consoantes pré-nasalizadas como reflexo do protofonema /*m/, contudo, ocorrem em menor escala que no tapajúna. Os dados 29 e 32 do suyá confirmam tal afirmação. Nos demais dados, não há mudanças com relação à porto-forma.

A seguir, serão apresentadas as correspondências entre o tapajúna, o suyá e o proto-jê.

Correspondências entre tapajúna, suyá e Proto-Jê

As correspondências entre as consoantes do tapajúna e do suyá evidenciam o parentesco genético entre ambas as línguas e quão próximas estão na árvore do Tronco Macro-Jê, como é possível verificar nos dados já apresentados nos quadros 1 e 2. Sendo assim, no quadro 3 apresentamos as correspondências dos fonemas consonantais analisados e seus respectivos contextos fonético-fonológicos.

Nesse quadro é apresentada uma síntese do que foi observado no item anterior, demonstrando todos os ambientes fonético-fonológicos nos quais foram encontradas as consoantes analisadas. O que se observa é que, em relação aos dados do Proto-Jê, as duas línguas – tapajúna e suyá – mantêm quase todos os traços consonantais, somente em alguns contextos é que algumas consoantes sofrem alterações. Na maioria das vezes sofrem alterações somente em um traço como, por exemplo, uma consoante mudar apenas o traço de sonoridade ou apenas o ponto de articulação.

No caso das variações em mesmos contextos fonético-fonológicos, há a questão da variação de faixa etária, como a ocorrência das pré-nasalizadas na fala dos mais jovens do povo tapajúna, enquanto os mais velhos usam as nasais. Quanto às aspiradas ainda não se pode fazer nenhuma afirmação, haja vista ser necessário analisar um maior número de dados.

Protofonema	Tapajúna	Suyá
*μ	μ / #_ {ι®, ο®, α, υ®} μβ / #_ {E, α, υ, \} ω / #_ E μ / #	μ / #_ {ι, ο®, E, ε, α, υ, \} μβ / #_ α μ / #
*π	η / #_ {ω, P} μ / #_ ↔® ω / #_ {α, \} π / #_ # ω / E E	ω / #_ {α, \} π / #_ {α®, α} η / #_ {ω, P} ω / E_E
*ζ	τ / #_ {α, ι, \} φ / #_ α Ο / #_ α τ / V_V φ / #	σ / #_ {α, ι, \} σ / V_V φ / #
*χ	τ / #_ {ε, ω, α} τ / _ ι τ / α_ ω P / E_ ι	σ / #_ ε τ / #_ {ω, α} τ / _ ι τ / α_ ω τ / #

Quadro 3 – Correspondências

Fonte: Autoria própria.

Considerações finais

Este trabalho apresenta uma análise histórico-comparativa referente aos segmentos consonantais, resultado de uma pesquisa que foi desenvolvida sobre a língua tapajúna na área de Linguística Histórica. Foram analisados cognatos entre o tapajúna e o suyá, nos quais foram verificadas semelhanças entre as duas línguas e o que mantiveram com relação ao Proto-Jê, enfocando ainda as mudanças ocorridas no decorrer dos tempos nas duas línguas.

As hipóteses aqui apresentadas não são definitivas. A análise de um maior número de dados poderá confirmá-las ou não. No entanto o objetivo de nosso trabalho é contribuir para o maior conhecimento de línguas Jê, com vistas à reconstrução do Tronco Macro-Jê, bem como para os estudos desenvolvidos na área de Linguística Histórica com dados de línguas indígenas brasileiras.

FERREIRA-SILVA, M. N.; RODRIGUES, C. K. C. Comparing Tapajúna and Suyá consonants. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.601-611, 2011.

- **ABSTRACT:** *This study investigates historical and comparative aspects of Tapajúna (Jê family) consonantal features, comparing cognates between Tapajúna and Suyá (also of the Jê family), in an effort to specify similarities and differences on the way to a reconstruction of the Macro-Jê stock. The comparative method was employed to detect correspondences*

between the languages. Data from Tapajúna and Suyá were compared to Proto-Jê data, as reconstructed by Davis (1966). There are few differences between Tapajúna and Suyá. Where there are variations in identical phonetico-phonological contexts, the question of speaker age arises, since, for example, pre-nasalized consonants occur in the speech of young people, whereas older Tapajúna speakers use only nasalized consonants.

- **KEYWORDS:** Consonant. Historical comparative method. Tapajúna. Suyá. Phonetic. Phonology. Cognates.

REFERÊNCIAS

CROWLEY, T. *An introduction to historical linguistics*. 3.ed. Oxford: Oxford University Press, 1997.

DAVIS, I. Comparative Jê phonology. *Estudos Linguísticos: revista brasileira de linguística teórica e aplicada*, São Paulo, v.1, n.2, p.10-24, 1966.

FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

GABAS JUNIOR, N. Linguística histórica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução aos estudos linguísticos: domínios e fronteiras*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. v.1. p.77-103.

RIBEIRO, E. R. Prefixos relacionais em Jê e Karajá: um estudo histórico-comparativo. *Liames*, Campinas, n.4, p.91-101, 2004.

SANTOS, L. C. dos. Descrição dos aspectos morfossintáticos da língua Suyá (Kisêdjê) Família Jê. 1997. 178f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1997.

SEKI, L. Evidências de relações genéticas na família Jê. SEMINÁRIO DO GEL, 36., 1989, Lorena. *Anais...* São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos, 1989. p.604-6011.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 4.ed. Campinas: Pontes, 1995.

CRYSTAL, D. *Dicionário de linguística e fonética*. Tradução e adaptação de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERREIRA, M. *Aspectos fonético-fonológicos da língua tapajúna com vistas à elaboração de um sistema ortográfico: alguns problemas*. Belém, 2006. Manuscrito.

_____. *Descriptive studies of Tapajúna language*. Belém, 2006. Manuscrito.

_____. *Estudo morfossintático da língua parkatêjê*. 2003. 276f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas. 2003.

HOCK, H. H. *Principles of historical linguistics*. Berlin: Mouton, 1986.

SEKI, L. O krenák (Botocudo/Borum) e línguas Jê. In: SANTOS, L., PONTES, I. (Org.). *Línguas Jê, estudos vários*. Londrina: Ed. da UEL, 2002. p.15-40.

Recebido em março de 2011.

Aprovado em maio de 2011.

A CONTRIBUTION TO THE LINGUISTIC HISTORY OF THE LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA

Aryon Dall'Igna RODRIGUES*
Ana Suely Arruda Câmara CABRAL**

- **ABSTRACT:** This paper demonstrates that the changes undergone by Língua Geral Amazônica over 300 years, although it had been exposed to external interference from the Portuguese language and a number of indigenous languages, its development has been gradual without a breakdown on its transmission. This accounts for its genetic origin, according to the principles underlying the Comparative Method and the theoretical model proposed by Thomason and Kaufman (1988). This approach brings evidence against the claim that Língua Geral Amazônica is a creole language neither a language developed by the seventeenth century Jesuit missionaries. Therefore, this paper contributes to the viewing of Língua Geral Amazônica as a version of the Tupinambá language which developed outside the Tupinambá villages but maintaining its genetic relations with the subbranch III of the Tupí-Guaraní linguistic family, together with Tupinambá, Tupí Antigo and the Língua Geral Paulista, as proposed by Rodrigues (1985), in his internal classification of that family.
- **KEYWORDS:** Língua Geral Amazônica. Historical changes. Normal transmission. External interferences. Tupí-Guaraní family.

Introduction¹

The Amazonian Língua Geral (LGA) compared to Tupinambá, of which it is the only surviving variety, reveals itself very simplified in all of its dialects recorded since the 18th century, with respect to its phonology and morphosyntax. This simplification, added to lexical and syntactic borrowings from Portuguese, has induced several scholars to consider it a language of non-genetic origin, either artificially created by the Jesuits on the basis of Tupinambá, or a result of a mixture of Portuguese and Tupinambá, or yet of imperfect learning of Tupinambá by speakers of Portuguese and other genetically distinct languages. However, if we consider linguistic data corresponding to different moments of the history of LGA, we observe that the reductions of the Tupinambá linguistic subsystems in

* UNB – Universidade de Brasília. Departamento de Linguística. Brasília – D.F. – Brasil. 70910-900 – aryon@unb.br

** UNB – Universidade de Brasília. Departamento de Linguística. Brasília – D.F. – Brasil. 70910-900 – asacc@unb.br

¹ We are thankful for important comments from two anonymous referees who collaborated to improve the content of the present paper.

LGA did not occur suddenly, but in different proportions in the areas where this language was spoken during the last four hundred years. The present paper focus on some important morphosyntactic changes underwent by LGA throughout its history, taking into account a relevant amount of data, which provide evidence against the view that the origin of LGA was non-genetic. It also seeks to contribute to understanding the role of the Jesuit missionaries in the consolidation of LGA in their missions and its expansion during the colonial period.

The later 17th century and 18th century LGA

We have examined four of the published documents of 18th century LGA: *Doutrina Cristã em Língua Geral dos Índios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorf, traduzida em língua irregular, e vulgar uzada nestes tempos* (DOUTRINA..., 16--)², *Dicionário Português-Brasílico* (ONOFRE, 1934), *Caderno da Língua* (CL) (CADERNO..., 1937), and *Vocabulário Português-Brasílico* (VPB) (VOCABULÁRIO..., 1951). These documents, that correspond approximately to the phase called *Brasílico* by F. Edelweiss (1969), reveal varieties already differentiated from the Tupinambá described by Anchieta (1933), and Figueira (1878), and present in Antonio de Araujo's catechism (1618), and in the second editions of both by J. F. Bettendorf with a revision by Bertolameu de Leão (1687 and 1686, respectively), as well as in the catechism written by Bettendorf (1687) himself in the 17th century. Some of the differences between the written data of 18th century LGA and the language attested in the sources mentioned consist in the replacement of some original Tupinambá morphological devices by syntactic ones and in some light reductions in its morphological systems – relational, casual, personal, modal, and of voice. These changes, as attested in the 18th century documents, are indications of the nature and directions of the main posterior changes that came to be established in LGA, when the Jesuit missionaries no more acted in the villages of Amazonia (their expulsion from Brazil was in 1759).

The data examined here³ also highlight important indications that, after approximately one hundred years of use out of its natural social context – the

² Differently from F. Edelweiss (1969, p. 138) we consider this manuscript a work by Bettendorf' copied by another missionary some years after the publication of that work. In favor of our interpretation speak not only the expression "translated into the irregular and vulgar language used in these times", but also the information by the historian of the Jesuits in Brazil, F. Serafim Leite, who states that the letter of this manuscript reveals a foreign (i. e. non-Portuguese) writer, but is not that of Bettendorf. Indeed, the language of this manuscript reveals a light differentiation from the Tupinambá as documented previously, and that it probably represents the LGA spoken at the end of the 16th century and beginning of 17th. However, we will consider it provisionally an undate anonymous work.

³ Abbreviations: ARG = argument; CAUS = causative; C.COM = commitative causative; DAT = dative; DOUBT = dubitative aletic particle; GER = gerund; IND.II = indicative II mood; NOM = nominalizer; Q = question; R¹ = relational prefix

Tupinambá villages – LGA, although presenting various signs of structural changes in process, was still conserving strong characteristics of the Tupinambá original inflexional morphology. The results of the contrastive analysis developed here favor the vision that LGA is not a language whose origin is non-genetic. Instead, they constitute indications that LGA is a modified version of the Tupinambá language, which has undergone gradual changes since the time it came to be used as the first language of children born in the mestizo social contexts developed during the first decades of Portuguese colonization in Maranhão and Grão Pará (RODRIGUES, 1996).

Stem classes

The first set of grammatical features considered here is the system of **relational prefixes** present in Tupinambá, which constitute one of the most intricate inflexional devices of the Tupí-Guaraní grammar. The **relational prefixes** have been so called by Rodrigues since his early studies on the Tupinambá language (RODRIGUES, 1952, 1953), because their fundamental function is to relate a dependent stem – noun, postposition or verb – to its determiner, enabling it to occur in the syntax. The **relational prefixes** are also among the grammatical marks that have shown strong resistance in the history of any individual Tupí-Guaraní language.

Rodrigues (2000) has identified four relational prefixes in Tupinambá, represented here by R^1 , R^2 , R^3 , and R^4 . R^1 prefix, which has two allomorphs *r-* and \emptyset -, signals that the dependent theme forms a syntactic constituent with its determiner, which is the immediate preceding expression. R^2 prefix, whose allomorphs are *s-* ~ *jós-* ~ *t-* ~ *i-* ~ *jó-* ~ \emptyset -, signals that the dependent stem and its determiner are not contiguous, the latter being expressed elsewhere or going unexpressed. R^3 prefix signals that the determiner is generic and human and its allomorphs are *t-* ~ *m-* ~ *?-* ~ *V-* → \emptyset . Finally, R^4 prefix *o-* (*o-* ~ *w-*) relates the dependent stem to its determiner, signing that it is co-referent to the subject of the main clause. Rodrigues (1981) has proposed the division of the Tupinambá relative stems into three main classes. Those combining with the allomorph \emptyset - of R^1 prefix were included into Class I, those combining with the allomorph *r-* of this same prefix were included into Class II, and those stems which do not combine with any relational prefix, into Class III. Each of the two first stem classes was divided into subclasses according to the allomorphs of the R^2 and R^3 prefixes. The following charter adapted from Rodrigues (1981) shows the organization of such a division:

marking the contiguity of a determiner; R^2 = relational prefix marking the non-contiguity of a determiner; R^3 = relational prefix marking a co-reference with the subject of an intransitive verb; R^4 = relational prefix marking a generic determiner; LP = punctual locative; NEG = negation; OPT = optative; REC = reciprocal; REF = reflexive; REL = relational; SUB = subjunctive.

	Class I		Class II				Class III
	Ia	Ib	IIa	IIb	IIc	Iid	
R ¹	∅	∅	r-	r-	r-	r-	--
R ²	i- ~ jo-	i-	s- ~ jos-	t-	s-	s-	--
R ³	∅	m-	t-	t-	∅	V- → ∅	--
R ⁴	o-	o-	o-	o-	o-	o-	--

Chart 1 – Tupinambá relational prefixes

Source: Author himself.

Relational prefixes in nouns

18th century LGA conserved systematically the relational prefixes R¹, R² and R³ in nouns, although R⁴ prefix was unsystematically replaced by R² prefix (example 8), in situations that originally required the former(as in 9):⁴

Class Ia

R¹

1)

Tupã nhêenga rupí

Tupã ∅-je'ér-a r-upí

GOD R¹-speak -ARG R¹-by.means.OF

‘..by means of God’s speech’ (DOCTRINA..., [16 -]p. 5v).

R²

2)

Marátäe tipé inhêenga poracaraçába reraçóu?

marã ta'é tipé i-je'ér-a ∅-porakara-sáß-a r-era-só-w?

how Q DOUBT R²-speak-ARG R¹-accomplish-NOM-ARG R¹-C.COM-go-IND.II

‘how to accomplish his words?’ (DOCTRINA..., [16 -], p. 27).

R³

3)

opacatú nhêenga cuapára

opá-katú ∅-je'ér-a ∅-kuáp-ár-a

all-well R³-speak-ARG R¹-know-NOM-ARG

‘one who knows all languages...’ (DOCTRINA..., [16 -], p.45v).

⁴ Edelweiss (1969, p.141) offers an additional example from DCLG, which shows the replacement of R⁴ by R².

R⁴

4)

onhëénga pupé nhóte

o-je'éŋ-a *∅-pupé* *jôte*

R⁴-speak-ARG R²-with only

‘... only with his (own) words’ (DOUTRINA..., [16 -], p.11).

Class IIb

R¹

5)

oré rúba

oré *r-úβ-a*

WE.EXCL. R¹-father-arg

‘our father’ (DOUTRINA..., [16 -], p. 77).

R²

6)

túba

t-úβ-a

R²-father-arg

‘his father’ (DOUTRINA..., [16 -], p.77).

R³

7)

Tupã Túba

Tupã *t-úβ-a*

god R³-father-ARG

‘God father’ (DOUTRINA..., [16 -], p.9).

8)

omomytá cerá erimbäe ojoece ipý ipó ipyá cutucagöera

o-mo-mãá *será* *erima'é* *o-jo-esé*

3-CAUS-remain DOUBT once R³-REC-in.relation.to

i-pí-∅

i-pó-∅

i-pí'á-∅

∅-kutúk-á-wér-a

R²-foot-ARG R²-hand-ARG R²-entrails-ARG r¹-pierce-NOM-RET-ARG

‘did he make remain with himself his feet, hands and entrails wound marks?’ (DOUTRINA..., [16 -], p.30).

The presence of the postposition *o-jo-esé* ‘with himself’ in the example above indicates that the possessor of *-pý*, *-pó* and *-py’á* is co-referential with the subject of the verb *-momytá*. In this case, these nouns should receive the co-referential *o-* (R4) (as in 9), not the non co-referential *i-* (R2) (example 8).

9)

<i>o-mo-máá</i>	<i>será</i>	<i>erima’é</i>
3-CAUS-remain	doubt	once
<i>o-jo-esé</i>	<i>o-pí-Ø</i>	<i>o-pó-Ø</i>
R ³ -REF- in.relation.to	R ⁴ -foot-ARG	R ⁴ -hand-ARG

<i>o-pí’á-Ø</i>	<i>Ø-kutúk-á-wér-a</i>
R ⁴ -entail-ARG	R ¹ -pierce-NOM-RET-ARG

‘did he make remain with himself his own feet, hands and entrails wound marks?’

Data like 8 show that in the 18th century the relational prefix R4 started losing its functionality, a process that was accomplished in the 19th century, as seen in the examples below from the dialect spoken on the Rio Negro:

10)

Çuaçu oikuénte	oruíári	reçé	çę tımãn	reçé
<i>suasú o-ikuénte</i>	<i>o-ruíári</i>	<i>r-esé</i>	<i>s-etĩmã</i>	<i>r-esé</i>
3-calm	3-trust	R ¹ -for	R ² -leg	R ¹ -for

‘The deer was calm for he was confident of his own legs’
(MAGALHÃES, 1876, I, p.88).

11)

Cunhã-mucú,	çóca	upé,	onhehẽ	i mēna	çupé:
<i>kuñãmukú</i>	<i>s-óka</i>	<i>upé</i>	<i>o-ñeĩẽ</i>	<i>i-mēna</i>	<i>supé</i>
young.girl	R ² -house	at	3-speak	R ² -husband	to

‘At home the young girl said to her husband...’ (MAGALHÃES, 1876, I, p.168).

By the 19th century, the original relational system of Tupinambá was already reduced in LGA to two morphemes, R1- and R2-, as illustrated by examples 12 (from the Negro River) and 13 (from the Juruá River):

12)

pirakaçára	oierêo	i igára	irúmo	ipéca	arâma	i akânga
<i>pirakasára</i>	<i>o-jeréw</i>	<i>i-igára</i>	<i>irúmo</i>	<i>ipéka</i>	<i>arama</i>	<i>i-akánga</i>
FISHER	3-CHANGE	R ² -CANOE	WITH	DUCK	INTO	R ² -HEAD

ipéca- akânga	arâma
<i>ipéka-akánga</i>	<i>aráma</i>
DUCK-HEAD	INTO

‘The fisher changed with his canoe into a duck, his head into a duck’s head’
(MAGALHÃES, 1876, I, p.168).

13)

Çuaçu	oikuénte	oruiári	reçê	çê tîmãn	recé
<i>suasú</i>	<i>o-ikuênte</i>	<i>o-rujári</i>	<i>r-esé</i>	<i>s-etîmãn</i>	<i>resé</i>
DEER	3-BE.CALM	3-TRUST	R ¹ -IN	R ² -LEG	R ¹ -IN

‘The deer was calm because he trusted his legs’ (MAGALHÃES, 1876, I, p.212).

It is important to observe that the same kind of reduction also took place in the individual history of other Tupí-Guaraní languages, such as Urubú-Ka’apór and Guajá. Although this change may have occurred in these languages under the influence of LGA, the reduction underwent by LGA itself was not the result of missionary interference, as shown by the inspection of linguistic material produced by the Jesuits in the 16th and 17th centuries.⁵ Further examples of relational prefixes in verbs and postpositions will be given in the following sections, when other aspects of the LGA will be considered.

The case system

Rodrigues (1981, 2000) has described six morphological cases for Tupinambá: four locative cases – punctual, diffuse, situational and translativa –, one dative case (exclusively in independent pronouns), and one argumentive case. This latter inflects nominal and verbal roots or stems allowing them to have a syntactic argument function:

⁵ Some Tupí-Guaraní languages also have reduced the number of allomorphs of the R³ relational prefix or have changed the morphological class of certain lexical items (CABRAL, 2001).

	after V	after V ⁿ	after C	after N
Locative				
Punctual	-pe	-me	-ipe	-ime
Diffuse	-βo	-βo	-iβo	-iβo
Situational	-j	-j	-i	-i
Translative	-ramo	-namo	-amo	-amo
Dative	-βe ~ -βo	-me ~ -mo	-	-
Argumentive	-∅	-∅	-a	-a (RODRIGUES, 1994).

LGA in the 18th century preserved intact the punctual locative (14-15) and the dative (16):

14)

Coýr ybýpe peicó nitío ybypóramo
koýr iβí-pe pe-ikó nitíw iβí-pór-amo
 now earth-PL 23-be NEG earth-inhabitant-TRANS
 ‘you are now on the earth (but) not as its (permanent) inhabitants’
 (DOUTRINA..., [16 -], p.2).

15)

perapé cycába ybakype cecóu
pé r-apé ∅-s#k-áβ-a iβák-ipe s-ekó-w
 23 R¹-path-ARG R¹-arrive-NOM-ARG heaven-PL R²-be-IND.II
 ‘the arrival of your path is in the heaven’ (DOUTRINA..., [16 -], p.2).

16)

Mbäéráma recé Tupã imééng jandébo?
ma'é-rám-a r-esé tupã-∅ i-me'éŋ jané-βo
 thing-FUT-ARG R¹-in.relation.to god-ARG R²-give 12(3)-DAT
 ‘for what did God give it to us?’ (DOUTRINA..., [16 -], p.102).

Some varieties of LGA attested during the 19th century were still preserving those two cases, as for example the variety spoken in Santarém:

17)

ixé ñúnté kuri xasó kaápe.
i/ě ñú té kurí fa-só ka'á-pe
 1 only really FUT 1-go forest-LOC
 ‘I go by myself to the forest’ (HARTT, 1938, p.348).

18)

emukytan	se	renimú	ixéu
<i>e-mukĩtã</i>	<i>sé</i>	<i>r-enimú</i>	<i>ifé-w</i>
2-tie	1	R ¹ -string	1-DAT

‘tie my string down for me!’ (HARTT, 1938, p.333).

19)

maá	taá	rerúr	yanéu
<i>maá</i>	<i>taá</i>	<i>re-rúr</i>	<i>jané-w</i>
what	Q	2-bring	1pl-DAT

‘what did you bring to us?’ (HARTT, 1938, p.337).

In this variety of LGA as well as in that of Rio Negro the punctual locative suffix also had become a new postposition *opé* or *upé*:

20)

xasó	rañé	amú	óka	<i>opé</i>
<i>fa-só</i>	<i>rañẽ</i>	<i>amũ</i>	<i>óka</i>	<i>Ø-opé</i>
1-go	IMPERF	other	house	R ¹ -to

‘let me go to another house!’ (HARTT, 1938, p.365).

In one of the varieties of the LGA spoken in the lower Rio Negro, the dative case was replaced by the particle *arãma*, as illustrated by the example below:

21)

xa	uácẽmo	ndé;	xá	mehẽ	curí	indé	arãma
<i>fa-wasẽmo</i>	<i>ndé</i>	<i>fa-me?ẽ</i>	<i>kurí</i>	<i>indé</i>	<i>arãma</i>		
1-find	2	1-give	FUT	2	to		

‘I will find you and I will give it to you’ (MAGALHÃES, 1876, I, p.177).

22)

lautí	onhehẽ:	- Xa	putári:	řemunúca	iépe
<i>jautí</i>	<i>o-je?ẽ</i>	<i>fa-putári</i>	<i>re-munúka</i>	<i>jepé</i>	
tortoise	3-speak	1-want	2-cut	one	

çuaxára	inẽ	arãma;	amũ,	ixé	arãma.
<i>suařára</i>	<i>iné</i>	<i>arãma</i>	<i>amũ</i>	<i>ifé</i>	<i>arãma.</i>
portion	2	to	other	1	to

‘the tortoise said: I want to separate a portion for you and another one for me’ (MAGALHÃES, 1876, I, p.184).

In other varieties of the LGA, such as the one spoken at the Juruá River, the locative case came to be manifested after nouns exclusively by the postposition *opé*:

23)

Iáutí	oikí	ĩuí	quára	úpe,	opejú	çę	męmĩ,
<i>Jautí</i>	<i>o-ikí</i>	<i>ĩwĩ</i>	<i>kwára</i>	<i>Ø-upé</i>	<i>o-pejú</i>	<i>s-</i>	<i>ememĩ</i>
tortoise	3-enter	ground	hole	R ¹ -at	3-blow	R ² -	flute

opuraçáin oikó: fin, fin, fin, ...

(opuraçai)

o-purasãj *o-ikó* *fin, fin, fin*

3-to.dance 3-be fin, fin, fin

'the tortoise entered the land hole, blew up its flute and was dancing: fin fin fin ...'
(MAGALHÃES 1876, I, p.204).

As to the translative case, it was still functional in 18th century LGA (24 and 26), but was already superimposed to the argumentive form (as in 25) and replaced by the particle *ráma* as shown in 27-29:

24)

Coýr ybýpe peicó nitío ybypóramo

Koýr *ĩβĩ-pe* *pe-ikó* *nitíw* *ĩβĩ-pór-amó*

now earth-LOC 23-to.be NEG arth-inhabitant-TRANS

'now you are in the earth not as its (permanent) inhabitants' (DOCTRINA..., [16 -], p.2).

25)

mbae rece Tupã Täyra jandé jabé apyabáramo onhemonháng

ma'é *r-esé* *Tupã-Ø* *t-a'ýr-a* *jandé*

thing R¹-in.relation.to god-ARG R⁴-son-ARG 12(3)

jaβé *apyabá-á-ramo* *o-je-mojáŋ*

like man-ARG-TRANS 3-REF-make

'why God's Son made himself a human being like us? (DOCTRINA..., [16 -], p.22v).

26)

Abá irúnamo túri?

aβá *Ø-irũ-namo* *t-úr-i*

person R¹-companion-TRANS R²-to.come

'he came as companion of whom?' (DOCTRINA..., [16 -], p.24v).

27)

Aba pe erimbäé Tupána omonháng ypý ybypóra ráma?

aβá pe erima'é Tupán-a o-mojáŋ-îpî îβî-pór-a ráma?

who Q once god-ARG 3-make-begining-earth-inhabitant-ARG as
'who did God make once as the first earth's inhabitants?'

(DOCTRINA..., [16 -], p.15v).

29)

Mbäé täé oimonháng ceteráma?

ma'é ta'é o-i-mojáŋ s-eté ráma

what doubt 3-R²-to.make R²-body as

'what has he made as his body?' (DOCTRINA..., [16 -], p.14v).

Finally, with regard to the argumentative case -a, this was still functional in all nouns ending in a consonant, including borrowings from Portuguese:

30)

Tupana papéra äé eté ocuatiár

tupán-a Ø-papér-a a'é eté o-k^watiár

god-ARG R¹-paper-ARG this genuine 3-draw

'he really wrote the book of God' (DOCTRINA..., [16 -], p.48).

The grammar of 18th century LGA was still distinguishing nouns functioning as argument from nouns functioning as predicates by means of the argumentative case, as it can be illustrated by the contrastive pair *t-orýb* 'is happy' and *oré r-orýb-a* 'our happiness' (DOCTRINA..., [1--], p.121v).⁶

With respect to the diffuse and situational locatives, only examples of the former are found in the data available in 18th century LGA: "ary-bo 'on' " and "kupé-bo 'behind' " (VOCABULÁRIO..., 1951, p.50). These two cases disappeared from the 19th century LGA.

The reduction of the Tupí-Guaraní morphological case system occurred also in other languages of the family, such as Urubú-Ka'apór, Wayampí, Emérillon (branch VIII of the family), Araweté and Anambé (branch V), Mbyá and Xetá (branch I), among others.

⁶ However, some morphemes which had the grammatical status of suffixes in Tupinambá started functioning as independent words, preserving an unstressed final **a** in the phonological form of the preceding noun, but already no more analyzable.

Verb inflectional morphology

Tupinambá verbs combined with the following inflectional morphemes: (a) personal prefixes; b) relational prefixes; c) modal suffixes; d) voice prefixes – reciprocal and reflexive; and f) a negation suffix.

Indicative mood

According to Rodrigues (1953), the Tupinambá language distinguished morphologically two varieties of the indicative mood: indicative I and indicative II. Indicative II was triggered when an adverbial expression was preceding the predicate, and indicative I occurred elsewhere, inclusive when an adverbial expression, if present in the sentence, followed the predicate. In indicative I verbs inflected for subject (prefixes *a-* ‘1’, *ere-* ‘2’, *ja-* ‘12(3)’, *oro-* ‘13’, *pe-* ‘23’ e *o-* ‘3’) (*a-sém* /1-leave/ ‘I left’). In transitive verbs these person markers occurred only when the object was a third person. In this case, the verb also combined with the relational prefix R2 (*a-i-nupã* /1-R2-beat/ ‘I beat it’).

As observed by Edelweiss (1969, p.139), the 18th century LGA already presented an oscillation in the use of R2 with transitive verbs (examples 20-21):

31)

Mbäetäé oimoháng ceteráma?

<i>ma'é</i>	<i>ta'é</i>	<i>o-i-moján</i>	<i>s-eté</i>	<i>ráma</i>
what	Q	3-R ² -make	R ² -body	as

‘what has he made as his body?’

(DOCTRINA..., [16 -], p.15v).

32)

Abápe erimbäé Tupána omonháng ypý ybýpóra ráma

<i>aβá-ø</i>	<i>pe</i>	<i>erima'é</i>	<i>Tupán-a</i>	<i>o-moján</i>
who-ARG	Q	distant.PAST	god-ARG	3-make

<i>ipí</i>	<i>ipí-pór-a</i>	<i>ráma</i>
beginning	earth-NOM-ARG	as

‘who did God make as the first earth's inhabitants?’ (DOCTRINA..., [16 -], p.15v).

Another relevant fact which is observable in the 18th century variety of the LGA recorded in the DPB is the alternation of the original first person subject *a-* with the innovative form *ja-*. This is a fundamental indication that the definitive substitution of the former by the latter in various dialects of LGA attested in the

19th century was processual. A recurrent example of *fa-* found in found is: *Nitío xacoáub* (NEG 1-know/can) “I do not know” or “I cannot” (ONOFRE, 1934, p.99). The data recorded by Hartt from the 19th century LGA dialects spoken at Ereré and among the Mawé Indians show the form *ha-* for the first person, while the form *a-* is found in the Rio Negro dialect and the form *fa-* in dialects of other geographic areas, such as the Solimões River.

Ereré

33)

hasó	hamopyryrik	se	mantéga
<i>ha-só</i>	<i>ha-mopírírik</i>	<i>se</i>	<i>mantéga</i>
1-go	1-fry	1	butter

‘I will fry my butter’ (HARTT, 1929, p.319).

34)

ixé	hakéri	yuype
<i>ijě</i>	<i>ha-kéri</i>	<i>áwí-pe</i>
1	1-sleep	ground-LOC

‘I will sleep on the ground’ (HARTT, 1929, p.348).

Mawé dialect

35a)

ixé	intí	haroyar	sesé
<i>ijě</i>	<i>intí</i>	<i>ha-rojár</i>	<i>s-esé</i>
1	NEG	1-to.believe	R ² -in.relation.to

‘I do not believe it’ (HARTT, 1929, p.362).

Santarém dialect

35b)

xasó	xamuí	ymyrá	yí	irúm
<i>fa-só</i>	<i>fa-muí</i>	<i>ímír-á</i>	<i>jí</i>	<i>irúm</i>
1-GO	1-SPLIT	WOOD	AX	WITH

‘I will split the wood with the ax’ (HARTT, 1929, p.319).

Monte Alegre dialect

35c)

intí	xarekó	maá	pufí	uaé
<i>intí</i>	<i>fa-rekó</i>	<i>maá</i>	<i>pufí</i>	<i>waé</i>
NEG	1-have	thing	bed	REL

‘I do not have bad things’ (HARTT, 1929, p.338).

Lower Rio Negro dialect

35d)

Reṭiṛiça,	iautí	curumú	xa-pirú	indé.
<i>reṭiṛiça</i>	<i>jautí</i>	<i>Kurumú</i>	<i>ja-pirú</i>	<i>indé</i>
2.go.away	land turtle	otherwise	1-step.on	2

‘Go out, tortoise, otherwise I step on you!’ (MAGALHÃES, 1876, I, p.177).

Stradelli (1928, p.357) observes that in some areas of the Rio Negro and the Solimões, the first person prefix had the phonological form a-. This is the form used today in the Upper Rio Negro, as illustrated by the following data:

36)

a-maá	a-purungitá	a-mundú	a-mburi
1-see	1-speak	1-send	1-throw
‘I see’	‘I speak’	‘I send (it)’	‘I throw (it) away’ (TAYLOR, 1991, p.8).

37)

a-maã
1-see
‘I see (it)’ (TAYLOR, 1991, p.69).

However Tastevin (1923, p.99, emphasis added) has recorded *ja-* in the Solimões: “*Cet a n’est autre en effet que le pronom personnel “je” qu’ici l’on prononce ša et qui ne fait point partie du verbe*

The linguistic data collected by Cabral in 1986 from one of the last speakers of the dialect of the LGA spoken at the Solimões River shows the retention of the form *ja-* in the LGA spoken in that region in the 20th century:

38)

<i>i/jé</i>	<i>ja-goxtári</i>	<i>ja-mãã</i>	<i>jaã</i>	<i>kuñãmukú</i>	<i>r-esé</i>
1	1-tlike	1-see	that	young.girl	R ¹ -in.relation.to
‘I liked to see that young girl’ (CABRAL, 1986).					

39)

<i>xa-naséri</i>	<i>Sacambú</i>	<i>Ø-opé</i>
1-be.born	Sacambú	R ¹ -in
‘I was born in Sacambú’ (CABRAL, 1986).		

The LGA linguistic data “collected” by Magalhães (1876), Stradelli (1928), Hartt (1929), Taylor (1991), and Cabral (1986) offer indications that during the 19th and

20th centuries there were at least three distinct forms for the first person prefix across the dialectal variants of LGA, an evidence that this change cannot be attributed to Jesuit interference.

Yet in Tupinambá, in the indicative mood, when the subject was '1' or '13' and the object '2' or '23', the verb did not receive subject prefixes, but object prefixes (*oro-* '2' or *opo-* '23', as for example in *oro-nupã* /('1/13') 2-hit/ 'I/we (excl.) hit you'; *opo-nupã* /('1/13') 23-hit/ 'I/we (excl.) hit you (plur.)'). These combinations of agent and patient were expressed in this way no matter the variety of the indicative mood. However such a pattern is not found in the LGA documents examined here.

The last observations to be made on the Tupinambá indicative I are that, when a first or second person was the patient and a third person was the agent, the subject was not marked on the verb. On the other hand the verb was inflected with the relational prefix R¹ and the patient was expressed by an absolutive personal pronoun (*sjé r-epjáak* /1 R¹-to.see/ 'he saw me'; *oré r-epjáak* /13 R¹-to.see/ 'he saw us (excl.)'. The same pattern was found with a patient of the first person and an agent of the second person. In this particular case, the agent was manifested by a post-verbal ergative pronoun (*jepé* '2' or *pejepé* '23') (RODRIGUES, 1998). Of these combinations, only those with the subject in a third or second person were found in the documents of 18th century LGA examined here:

40)

Tupána pemonháng

<i>Tupán-a</i>	<i>pé</i>	<i>Ø-mojáŋ</i>
god-ARG	23	R ² -make

'God has made you (pl)' (DOCTRINA..., [16 -], p.1v).

41)

mbäeráma Tupána jandé monháng?

<i>ma'é</i>	<i>ráma</i>	<i>tupán-a</i>	<i>jané</i>	<i>Ø-mojáŋ</i>
what	for	god-ARG	12	R ¹ -to.make

'for what has God made us?' (DOCTRINA..., [16 -], p.1v).

An interesting fact to be remarked here is the unsystematic presence of an unstressed final vowel in verbal stems ending in a consonant, a proof that the generalization of this pattern for the verb stems in most dialects of the 18th century LGA had developed gradually.

42)

a)

mondoçóca

mo-nó-sóka

CAUS-break-break.up

‘to break into pieces’ (ONOFRE, 1934, p.83).

b)

mocanhémo

mo-kajémo

CAUS-get.lost

‘to frighten’ (ONOFRE, 1934, p.62).

The other variety of the indicative mood in Tupinambá, the indicative II, was triggered when an adverbial expression preceded the predicate (RODRIGUES, 1953). In this case, the verb did not combine with personal prefixes, but with relational prefixes. The verb stems were also inflected for the modal suffix -i (after consonant) ~ -w (after vowel). In the 17th century LGA, the indicative II was still active (44-45), although there were instances of constructions with the indicative I in situations that originally required the indicative II (46-48):⁷

43)

crúza

recé

imojári

cruz-a

r-esé

i-mojár-i

cross-ARG

R¹-in.relation.to

R²-nail-IND.II

‘they nailed him on the cross’ (DOUTRINA..., [16 -], p.23v).

44)

pe rapé cycába ybakype cekou

pé

r-apé-Ø

Ø-s#k-áb-a

#bák-ípe

s-ekó-w

23

R¹-path-ARG

R¹-arrive-NOM-ARG

heaven-LP

R²-be-IND.II

‘the end of your path is in the heaven’ (DOUTRINA..., [16 -], p.2).

45)

abá

recé

omanó

cruza

recé?

a#á-Ø

r-esé

o-manõ

krúz-a

r-esé

person-ARG

R¹-in.relation.to

3-die

cross-ARG

R¹-on

‘for whom did he die on the cross?’ (DOUTRINA..., [16 -], p.24v).

⁷ Edelweiss (1969) has called the attention to the absence of the final *i* corresponding to the modal suffix marking the indicative II.

46)

mbăétaé çuí omonhang çeté?

mba'é ta'é Ø-suí o-mojáŋ s-eté
 thing int R²-from 3-make R²-body

'from what did he (God) make his body?' (DOCTRINA..., [16 -], p.15v).

47)

ndébo oronheängerúr ore poacémbəé oré jacöðbəébé

né-βo oro-je-āŋ-erúr oré Ø-poasém-βa'é oré Ø-jase'ō-βa'é βé
 2-DAT 13-REF-soul-bring 13 R¹-wail -REL 13 R¹-weep-REL too

'to you we sigh, we who wail, we who cry too'(DOCTRINA..., [16 -], p.60v).

Besides this oscillation in the use of the indicative II in some varieties of LGA, verbal stems with a final vowel were also inflected either with the allomorph *-i*, which originally combined with verbal stems ending in a consonant, or with the allomorph *-w*, which originally occurred with stems ending in a vowel: "*ko sekói* ou *ko sekóu*" 'here it is' (VPB, p. 49). This oscillation shows that the phonological conditioning of the allomorphy of the indicative II suffix started to be lost.

In 19th century LGA the indicative II had completely disappeared, except for some expressions such as *kuçukúi āna* 'here it is' (MAGALHÃES, 1876, p.165), *cuçucui meíu* 'here is the food' (MAGALHÃES, 1876, p.146), *sucúe*, *misucui* 'here it is' (STRADELLI, 1928, p.186). However this loss was not exclusive of LGA, other Tupí-Guaraní languages have also lost this mood, as it is the case of Wayampí, Zo'é, Emérillon, Urubú-Ka'apór, all belonging to the branch VIII of the family.

The gerundial mood

In Tupinambá, the condition for a verbal stem to occur in the gerundial mood was the co-reference of its subject with the main clause subject. Transitive verbs combined with relational prefixes and the intransitive ones with the co-referential personal prefixes, and both transitive and intransitive verbs were inflected by the gerundial suffix: *-áβo* ~ *-ámo* (after high vowels, respectively oral and nasal) ~ *-βo* ~ *-mo* (after low vowels, respectively oral and nasal) and *-a* (after consonants). The data from 17th century LGA reveal that at that time the gerundial mood was still productive:

48)

... oapixára pixápixápa icutucutúca inupánupámo jamotarëýma
o-ápí-fár-a *Ø-pí-fá-pí-fáp-a* *i-kutú-kutúk-a*
 R³-fellow-ARG R¹-wound-wound-GER R²-stab-stab-GER

i-nupã-nupã-mo *i-amotár-e'ím-a*
 R²-hit-hit-GER R²-love-NEG-GER

'... wounding (in the head) his fellow, stabbing him, beating him, hating him'

(DOUTRINA..., [16 -], p.71).

49)

cunhã buruá moçangäiba üúbäé opuruá jucápotá
kujã-puruá *m-posáŋ-a'ib-a* *u-'ú-βa'é*
 woman- R⁴-medicine-bad-ARG 3-ingest-NOM
 pregnancy

50)

o-puruá-Ø *Ø-juká-potá-Ø*
 R³-pregnancy-ARG R¹-kill-wish-GER
 'the woman who drinks a bad potion, wishing to kill her own
 pregnancy,

51)

coipó cunhã apyába recé oicó riré opuruápotárëýma
koipó *kujã-Ø* *apiáβ-a* *r-esé* *o-ikó*
 or woman-ARG man-ARG R²-with 3-be

52)

riré *o-puruá-potár-e'ím-a*
 after 3CORR-pregnancy-wish-NEG-GER
 or the woman not wishing to get pregnant after having been with a man'
 (DOUTRINA..., [16 -], p.71).

In the 19th century LGA had already lost the gerundial mood. However, most languages of branch VII and a language of branch V have also lost the gerundial suffix.

The subjunctive mood

In Tupinambá a dependent clause occurs in the subjunctive mood when its subject is not co-referential with the subject of the main clause. A verbal stem in the subjunctive mood is inflected with the relational prefixes and with the modal suffix *-ame* ~ *-name* (after oral and nasal vowels, respectively) ~ *-me* (after a labial consonant or *j*) and *-eme* (after other consonants). Even though the subjunctive mood was still used in 17th century LGA (32), the original restriction of non-correferrence of subjects between main and subordinate clauses was no more systematically observed (33):

53)

Ore pacárame okaçui oreémrame, Tupã ókype Oreikérame, oré kéra janondébé
 oré Ø-páka-rame 'ók-a Ø-su'i oré Ø-sém-rame Tupã-ók-ipe
 13 R1- wake-SUB R⁴-house-ARG R1-de 13 R¹-go.out- god-house-LP
 SUB

ore iké-rame oré Ø-kér-a janoné βé
 13 go.into-SUB 13 R¹-sleep-ARG before too

'When we wake, when we leave the house, when we enter the church, also before our sleeping' (DOUTRINA..., [16 -], p.5).

54)

Xamanopotárame, tamanõ ndé graça pupé, xe mombëucatúriré
 ja Ø-manõ-potá-rame t a-manõ né Ø-graça Ø-pupé
 1 R¹-die-wish-SUB OPT 1-die 2 R¹-grace R¹-inside

je Ø-mome'ú-katú riré
 1 R²-tell-well after

'when I will die, let me die in your grace, after having confessed'

(DOUTRINA..., [16 -], p.77).

There is also evidence from the LGA data recorded in the VPB of a fluctuation of *-reme* and *-rame*, as in *amôramê* and *amôremê* "sometimes" (VOCABULÁRIO..., 1951, p.25). A fact of interest here is that some Tupí-Guaraní languages have the form *-rame*, while others have the form *-reme*, and still others have *-ramo*.

By the 19th century, the suffix of the subjunctive mood was reanalysed in LGA as a particle. In some dialects such as those registered by Hartt (1929), Magalhães (1876), and Stradelli (1928), the form *ramé* had been fixed following not only stems ending in a vowel, but also stems ending in a consonant:

Dialect of the lower Rio Negro River

55)

pitúna	pucú	ramé,	coẽma	piranga	ramé.
<i>pitúna</i>	<i>pukú</i>	<i>ramé</i>	<i>ko'éma</i>	<i>piránga</i>	<i>ramé</i>
night	long	when	morning	red	when

‘quando for noite alta, quando for madrugada’ (MAGALHÃES, 1876, I, p.170).

Dialect of the Tocantins River

56)

aitá	ocýka	ramé
<i>aitá</i>	<i>o-síka</i>	<i>ramé</i>
they	3-arrive	when

‘when they arrive’ (HARTT, 1929, p.367).

Mundurukú dialect (Tapajós)

57)

anirá	okér	ára	ramé
<i>anírá</i>	<i>o-kér</i>	<i>ára</i>	<i>ramé</i>
bat	3-sleep	day	when

‘bats sleep during the day’ (HARTT, 1929, p.367).

Dialect of the lower Rio Negro River

58)

Pepirári	ramé	pecanhíma	curí.
<i>pe-pirári</i>	<i>ramé</i>	<i>pe-kañíma</i>	<i>kurí</i>
2PL-open	when	2PL-be.lost	FUT

‘if you open it, you will be lost’ (MAGALHÃES, 1876, I, p.165).

It is important to observe that other Tupí-Guaraní languages also have replaced the original subjunctive suffix by a particle, as it is the case of Tembé, Urubu-Ka’apor, Guajá, among others.

Voice

The inflectional prefixes *je-* ‘reflexive’ and *jo-* ‘reciprocal’ continued to occur in the 18th century LGA, although the reciprocal suffix was also used with a reflexive meaning in verbs (59-61) and postpositions (62):

59)

joausuba

jo-ausúβ-a

REC-love-ARG

‘friendship’

(VOCABULÁRIO..., 1951, p.20).

60)

Aiocyty

a-jo-kýtý

1-REF-rub

‘I rub myself’ (ONOFRE, 1934, p.196).

61)

Aiocuê

a-jo-ku’é

11-REF-move.the.body

‘move, look for’

(ONOFRE, 1934, p.196).

61)

Omomytá cerá erimbäe **ojoecé** ipý i-pó i-pyá cutucagöera

o-momítá *será* *erima’é* *o-jo-esé* *i-pí-Ø*

3-CAUS- doubt once 3-REF- R¹-foot-ARG

stay in.rel.to

i-pó-Ø

R¹-hand-ARG

i-pí’á-Ø

R¹-heart-

ARG

kutúk-á-wér-a

furar-NOM-RET-ARG

‘he kept with himself the marks of the wounds in his feet, hands, and entrails’ (DOUTRINA..., [16 -], p.30).

It is interesting to observe that the reciprocal prefix *jo-* was used in Tupinambá combined with postpositions with a reflexive meaning (ANCHIETA, 1933, p.15-16). Some Tupí-Guaraní languages of the septentrional branch have merged the two forms, as it is the case of Zo’é, Guajá, and Urubú-Ka’apór, a change that also took place in LGA during the XIX century.

Negation

In Tupinambá, predicates in the indicative mood were negated by means of the particle *n(a)* preceding the predicate nucleus, which in turn was inflected with the suffix *-i* (after consonants) ~ *-j* (after vowels). In 19th century LGA, the particle *nitíw* and its reduced variants *ĩtí*, *nti* and *ti*, developed from Tupinambá *n i-týb-i* / NEG R2-exist-NEG/ ‘do not exist’), had been fixed as the general negation device. In fact, *nitíw* had developed as a particle since the 18th century:

62)

nitíu acepiac
nitíw a-s-epják
NEG 1-R²-see

'I don't see it' (DOUTRINA..., [16 -], p.7).

63)

nitíu abáramo oicobo
nitíw aḃá-ramo o-ikó-bo
NEG person-TRANS 3-be.in.movement-GER

'he does not live as a man' (DOUTRINA..., [16 -], p.53v).

64)

Buopé paa nti osuaixara
Buopépaá nti o-suaixára
buopéQUOT NEG 3-answer

"It's said that Buopé did not answer." (AMORIM, 1987, p.26).

65)

ti kwáw
NEG know

"I don't know." (STRADELLI, 1928, p.674).

66)

çeremirecô intí okéri putári çe irúmo *se irúmo*
se r-emirekô ãtí o-kéri-putári
1 REL-wife NEG 3-sleep- wish 1 with

'My wife does not wish to sleep with me.' (MAGALHÃES, 1876, I, p.164).

The 18th century LGA particle *nitíuxoéri* has a temporal indication of future, probably influenced by the Tupinambá *-swér* 'instative'. However, the *nitíuxoéri* particle of LGA was by that time no more segmented as it also happened with the particle *nitíu*.

67)

Nitíuxoéri opáb
nitíwxoéri o-páb
NEG.FUT 3-end

'it will not end up' (DOUTRINA..., [16 -], p.32).

On the other hand, the negation device of dependent predicates in the gerundial and subjunctive moods, which were both realized in Tupinambá by means of the suffix -e'ím, a device also used to negate nouns, was still very productive in the 18th century LGA:

68)

oçopotar bǎé c-epiácäym

o-só-potár-βa'é s-epiák-a'ím

3-ir-querer-NOM R²-ver-NEG

'one which wishes to go without seeing him' (DOCTRINA..., [16 -], p.72).

69)

coipó cunhã apyába recé oicó riré opuruápotárěyma

koipó kujǎ-∅ apǎáβ-a r-esé o-ikó

or woman-ARG man-ARG R²-in.rel.to 3-be.in.movment

riré o-puruá-potár-e'ím-a

after 3CORR-pregnancy-wish-NEG-

GER

'or the woman that, after having been with a man, will not get pregnant'

(DOCTRINA..., [16 -], p.71).

Some comments on the results of the constrastive analysis

In this study evidence has been presented that the Amazonian Língua Geral (LGA) recorded during the 18th century represents an intermediate stage between the Tupinambá spoken in the North of Brazil during the 17th century and the LGA recorded during the 19th and 20th centuries. This evidence consists of the unsystematic use of inflexional affixes such as the relational prefix R³, the indicative II suffix, the reciprocal and reflexive prefixes, the gerundial suffix, and the translative suffix. The 17th and 18th century LGA documents examined also reveal other changes in progress, such as the use of some original inflectional suffixes realized sometimes as suffixes and sometimes as particles, and the development of new particles such as *nitíw* and *aráma*. All of these changes in process in the LGA of the 17th century have consolidated in the 19th century. However, in spite of all the grammatical reductions suffered by LGA between the 17th and 19th centuries, after more than two hundred years of development in a mestizo social context, under various kinds of external interference, it was still reflecting important aspects of the Tupinambá grammar.⁸

⁸ As observed in this study, many linguistic changes underwent by LGA since the 18th century are not exclusive of LGA, having also occurred in other languages of the Tupí-Guaraní family. Araweté and

The LGA and the Jesuits

It is uncontestable that the Jesuits had an important role in the consolidation and diffusion of LGA during the first 150 years of the Portuguese colonization of Maranhão and Grão Pará. However, the information that can be gathered in the linguistic documents does not provide any basis for the view that the Jesuits were the main agents in the simplification of the Tupinambá language. The information available in the missionary documents offers various indications contrary to this view. It rather suggests that the Jesuit priests were very conservative in the use of the Tupinambá language in their missionary work, naturally more inclined to observe the written form established by their precursors of the 16th and first half of the 17th century.

Additional remarks

Finally, the results of the contrastive analysis involving the LGA attested during the 18th century, the Tupinambá registered during the 17th century, and the linguistic data of LGA recorded during the 19th and 20th centuries reveal, among other things, that the differentiation of LGA from the Tupinambá language has occurred processually. They also show that various changes observed in modern varieties of LGA started developing during the first hundred years of its history, when the language started to be spoken outside the original Tupinambá social contexts. The results of the present study match Thomason and Kaufman observation that

[...] a claim of genetic relationship entails systematic correspondences in all parts of the languages, because that is what result from normal transmission: what is transmitted is an entire language – that is, a complex set of interrelated lexical, phonological morphosyntactic, and semantic structure. (THOMASON; KAUFMAN, 1988, p.11).

CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D. Uma contribuição à história linguística da língua geral amazônica.

Zo'é are good examples of languages that, far from having been influenced by the Portuguese language, underwent changes similar to those observed in LGA. Araweté has lost the Tupí-Guaraní modal suffixes, the negation suffix of predicates, the accusative personal prefix '2', the argumentive case, as well as it has developed a first person plural inclusive pronoun which replaced the original Tupí-Guaraní form and has developed a new negative particle (VIEIRA; LEITE, 1998). Zo'é also has lost the gerund and indicative II modal suffixes; it has developed two negative particles and lost some personal prefixes and pronouns (CABRAL, 2001). Urubú-Ka'apor has lost the negation suffix of predicates as well as the contrast between inclusive and exclusive first person, and has developed an associative particle (CORREIA DA SILVA, 1997). However, all of these languages keep regular correspondences with the other languages of the family, as does LGA.

- **RESUMO:** Este artigo mostra que as mudanças ocorridas na Língua Geral Amazônica durante 300 anos, embora esta língua tenha sido exposta a interferências externas do Português e de inúmeras línguas indígenas, foram graduais, sem que tenha havido interrupção em sua transmissão. Isso demonstra que sua origem foi genética, de acordo com os princípios que subjazem ao Método Histórico comparativo e de acordo com o modelo teórico proposto por Thomason and Kaufman (1988). Esta abordagem reúne evidências contra as visões de que a Língua Geral Amazônica é uma língua crioula ou uma língua desenvolvida no século XVII pelos missionários jesuítas. Dessa forma, este artigo contribui para a visão de que a Língua Geral Amazônica é uma versão do Tupinambá, que se desenvolveu fora das aldeias Tupinambás, mas mantendo suas relações genéticas com o subramo III da família linguística Tupí-Guaraní, junto com o Tupinambá, com o Tupí Antigo e com a Língua Geral Paulista, como proposto por Rodrigues (1985) na sua classificação interna desta família linguística.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Língua Geral Amazônica. Mudanças históricas. Transmissão normal. Interferências externas. Família Tupí-Guaraní.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. B. de. *Lendas em nheengatú e em português*. Manaus: Fundo Editorial-ACA, 1987.

ANCHIETA, J. de. *Arte de grammatical da lingua mais usada na costa do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1933. Edição facsimilar.

BETTENDORF, J. P. Padre. *Compendio da doutrina christã na língua portuguez, & brasílica*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1687.

CADERNO da língua ou vocabulário português-tupí. Atribuído a Frei João de Arronches (1739), com notas e comentários de Plínio Ayrosa. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v.21, 1937.

CABRAL, A. S. A. C. Prefixos relacionais na família Tupí-Guaraní. *Boletim da ABRALIN*, Fortaleza, n.25, 2001. p.213-262.

_____. *Notes from field works*. Brasília, 1986. Manuscrito.

CORREIA DA SILVA, B. C. Urubú-Ka'apór, da gramática à história: a trajetória de um povo. 1997. 160f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

DOCTRINA Christão em Lingoa Geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. João Philippe Bettendorff, traduzida em Lingoa Geral irregular e vulgar uzada nestes tempos. Coimbra, [16--].

EDELWEISS, F. G. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1969.

FIGUEIRA, L. *Arte de grammatica da lingua brasílica* 2.ed. Leipzig: Teubner, 1878. Fac-símile da edição de 1687.

HARTT, C. F. Notas sobre a língua geral ou Tupi moderno do Amazonas. Comentário de Rodolfo García. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n.51, p.305-390, 1929.

MAGALHÃES, J.V. C. de. *O Selvagem: I. Curso de Língua Geral segundo Ollendorf compreendendo o texto original de lendas Tupis; II. Origens, costumes, região selvagem, methodo a empregar para amensal-os por intermédio das colônias militares e do interprete militar*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

ONOFRE, Frei. Dicionário português-brasiliano e brasiliano-português: reimpressão integral da edição de 1795, seguida da 2ª parte até hoje inédita, ordenada e prefaciada por Plínio M. da Silva Ayrosa. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v.18, 1934.

RODRIGUES, A. D. As línguas gerais sul-americanas. *Papia*, Brasília, v.4, n.2, p.6-18, 1996.

_____. *The grammatical structure of classical Tupí*. Leiden, 1994. Material elaborado para cursos da Universidade de Leiden. Não paginado.

_____. Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n.27/28, p.33-53, 1985.

_____. *Estrutura do Tupinambá*. Campinas, 1981. Manuscrito.

_____. Morfologia do verbo tupi. *Letras*, Curitiba, v.1, p.121-152, 1953.

_____. Análise morfológica de um texto tupi. *Logos*, Curitiba, v.15, p.56-77, 1952.

STRADELLI, E. Vocabularios da lingua geral portugues-nheengatú e nheengatú-portugues, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em língua geral nheengatú poranduua. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 101, v.158, p.9-768, 1928.

TASTEVIN, C. Grammatica da língua Tupy, vocabulário Tupy-Portugues, Nomes de plantas e animais em língua Tupy. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, n.13, p.537-763, 1923.

TAYLOR, G. (Coord.). *Caderno de leitura nheengatu 1: vamos escrever a nossa língua*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1991.

THOMASON, S. G.; KAUFMAN, T. *Language contact, creolisation, and genetic linguistics*. Los Angeles: University of California Press, 1988.

VIEIRA, M. M. D.; LEITE, Y. F. Observações preliminares sobre a língua Araweté. *Moara: revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará*, Belém, n.9, p.7-31, 1998.

VOCABULÁRIO Português-Brasílico: manuscrito do século XVIII transcrito e ordenado por Plínio Ayrosa. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, São Paulo: etnografia e tupi-guarani, n.21, 1951.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CABRAL, A. S. A. C. Observações sobre a história social da Língua Geral Amazônica. In: SIMÕES, M. S. (Org.). *Memória e Comunidade*, Belém: Gráfica Universitária, Universidade Federal do Pará, 2000. p.103-129.

_____. Algumas evidências linguísticas de parentesco genético do Jo'é com as línguas Tupí-Guaraní. *Moara: revista dos cursos de pós-graduação em Letras da UFPA*, Belém, n.4, p.47-76, 1996.

RODRIGUES, A. D. Caso em Tupí-Guaraní, particularmente em Tupinambá. In: *CONGRESSO DA ANPOL*, 13., 2000, Niterói. *Anais...* Niterói: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, 2000. 1 CD-ROM.

_____. Alguns casos de regramaticalização em línguas da família Tupí-Guaraní. In: SEMINÁRIO PERMANENTE DE LÍNGUAS INDÍGENAS, 20., 1998, Belém. *Anais...* Belém: Ed. da UFPA, Belém, 1998.

Recebido em março de 2011.

Aprovado em julho de 2011.

O LEGADO GREGO NA TERMINOLOGIA GRAMATICAL BRASILEIRA

Maria Helena de Moura NEVES*

- **RESUMO:** Este estudo tem como objetivo pesquisar a existência de um legado grego terminológico na organização gramatical brasileira, considerando que a gramática incipiente grega é a fonte da nossa gramática, por via da gramática latina, e que o recorte de campo que ela preparou é um ponto de referência para o estudo da evolução do pensamento ocidental sobre a linguagem. A orientação teórico-metodológica se assenta na Linguística Histórica, na linha que orientou a ampla pesquisa sobre a emergência da gramática no Ocidente que constitui a fonte das informações que aqui se organizam (NEVES, 2005). As reflexões dirigem-se especialmente para o exame da nomenclatura, entendendo que ela mapeia conceptualmente o conjunto das posições assumidas, e em geral mantidas, que merecem apreciação. Entre outras coisas o exame opôs: termos gregos legados na corrente contínua do pensamento gramatical a termos gregos introduzidos posteriormente; termos transliterados do grego a termos decalcados da tradução latina. Além disso, verificaram-se casos de alteração de nome com manutenção de conceito, e casos de alteração de conceito para um nome conservado. De todo modo, o exame da nomenclatura revela a indiscutível existência de um legado grego à organização da gramática portuguesa.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Nomenclatura gramatical brasileira. Gramática alexandrina. Gramática ocidental.

Introdução

É indiscutível a existência de um legado grego ao modo de organização da gramática portuguesa, como representante que é da gramática ocidental, oriunda da latina, que é calcada na grega. O histórico de constituição de uma terminologia gramatical é de significação notável na evolução do pensamento sobre a linguagem, tendo merecido atenção dos estudiosos pelo que representa de apreciação dos pressupostos e dos princípios que dirigiram e até hoje sustentam a instituição da disciplina “gramática” entre nós.

As reflexões que aqui se fazem enveredaram por um componente particular dessa herança na terminologia gramatical, entendendo que assim se mapeia

* UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie. Centro de Comunicação e Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras. UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Linguística – Araraquara – SP – Brasil. 14801-30 – mhmneves@uol.com.br. Pesquisadora do CNPq.

conceptualmente o conjunto das posições assumidas, e em geral mantidas, que merecem apreciação. Tomando como universo de exame os termos constantes da vigente *Nomenclatura Gramatical Brasileira*¹ (de agora em diante, NGB), este estudo procura verificar em que extensão e de que modo se conservam, na exposição gramatical oficial, os termos criados na gramática grega, implicada, aí, a verificação de correspondências com as escolhas terminológicas da gramática latina, sucedânea da grega.

O que aqui se traz é uma amostra, que é bastante abrangente mas não esgota a questão, e ficam necessariamente sem avaliação, dada a restrição de espaço, muitas implicações envolvidas, relacionadas, por exemplo, aos pressupostos filosóficos de base e ao consequente recorte de campo particular de cada conjunto.

As fontes gregas

A fonte principal das indicações que aqui se fazem é o estudo publicado no livro *A vertente grega da gramática tradicional*: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem (NEVES, 2005), no qual, a partir de fontes diretas e de estudos precedentes sobre essas fontes, analiso e avalio a emergência da disciplina gramatical entre os gregos. Dado o fato de que o recurso a fontes foi muito extenso e muito particularizado para tantos fatos em estudo, deixo de indicar aqui, a cada momento, a fonte específica da informação, e também deixo de oferecer a bibliografia completa, ao final. Não há, portanto, remissão a fontes a cada fato de gramática informado, o que perturbaria a própria leitura do texto. Se necessário, qualquer indicação poderá ser localizada, com facilidade, no capítulo específico do livro fonte, no qual está também a lista completa das referências. As poucas citações de obras que aparecem no curso deste texto são feitas com remissão a esse livro. Apenas forneço, nas referências bibliográficas, ao final, as obras citadas que são as fontes diretas mais constantes: especialmente as edições de Dionísio o Trácio (séc. II-I a.C.) e de Apolônio Díscolo (primeira metade do séc. II d.C.), às quais também remetem algumas notas de rodapé.

Cabe observar, ainda, que as lições que se creditam a Dionísio o Trácio (de agora em diante, DT) representam, na verdade, referência a toda a Escola de Alexandria (séculos III e II a.C.), à qual ele pertencia.² Sabe-se que o grande mestre da Escola, Aristarco da Samotrácia (215-145), apontado como autor de centenas

¹ Para poder fixar-se em um determinado conjunto de nomenclatura proposto e evitar dispersão, este trabalho tem como referencial a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB) oficial, que é a que rege as intervenções oficiais no setor. A Portaria e o texto da NGB foram publicados no *Diário Oficial* (da União), de 11/5/1959, Seção I, p. 11.088. O texto fonte está referenciado como Barbosa (1962).

² Indique-se, ainda, que a autoria de seu manual tem sido contestada, fato que aqui fica fora de questão, por não pertinente quanto ao resgate de saber que interessa.

de volumes de comentários e de tratados críticos, já reconhecia as mesmas oito “partes do discurso” (*mére lógou*) de DT. Entretanto, tudo o que Aristarco tenha escrito se perdeu, e dos outros gramáticos alexandrinos restam apenas fragmentos e informações vindas por referências indiretas. É a DT que se atribui uma *Arte da gramática* (*Téchne grammatiké*), a primeira gramática do Ocidente, que foi editada pela primeira vez em 1715,³ e que representa a gramática alexandrina. Por sua vez, Apolônio Díscolo⁴ (de agora em diante, AD), da Escola de Pérgamo, deixou uma longa obra, mas a maior parte do que foi produzido não chegou até nós. São fontes do estudo da doutrina de AD, além das quatro obras que restaram (*Do pronome, Das conjunções, Dos advérbios, Da sintaxe das partes do discurso*), todas elas consultadas para o estudo, os Escólios da Gramática de DT – onde a doutrina de AD se opõe à deste gramático – e a obra de Prisciano, que, comprovadamente, usou AD como modelo⁵. Essas fontes diretas – registre-se mais uma vez – são listadas nas referências finais.

A direção de análise

O exame empreendido verificou uma primeira distinção entre termos gregos trazidos na corrente contínua do pensamento gramatical e termos de formação grega introduzidos posteriormente. Outra bipartição verificada refere-se a termos transliterados diretamente do grego e termos oriundos da tradução latina da gramática grega. Por outro lado, o exame dos termos vigentes mostrou casos de alteração da denominação e manutenção do conceito (ou da aplicação), e, inversamente, casos de alteração do conceito (ou da aplicação) e manutenção da denominação.

Uma questão que se mostra de grande interesse e importância é a distribuição pelos diversos compartimentos da gramática desses diversos tipos de processamento histórico das denominações, o que se explicitará na exposição.

Na seção referente às “partes do discurso”, foco de interesse dos filósofos, dentro de seu esforço de categorização e de estudo da proposição, estão muito presentes entre nós as denominações gregas, já que um compartimento desse tipo (embora desviado o foco de interesse) era votado a especial abrigo na organização

³ O estudo valeu-se especialmente da edição de G. Uhlig, *Dionysii Thracis Ars grammatica*, de 1883 e, ainda, da de I. Bekker, *Anecdota graeca*, de 1965. A edição de Bekker traz também numerosos escólios de escritores bizantinos, a que se tem de recorrer, para elucidação.

⁴ Consta que esse cognome (*Dýscolos*) tenha vindo do fato de sua linguagem não é elegante e, às vezes, é de difícil compreensão.

⁵ As obras supérstites de AD estão editadas por B. G. Teubner, em *Grammatici graeci*, 1867-1910 (APOLONIUS DISCOLUS, 1919), com aparato crítico e comentários de G. Uhlig ou G. Schneider. As obras *Das conjunções* e *Dos advérbios* estão editadas por I. Bekker, *Anecdota graeca*, 1965. Os textos de Prisciano estão em *Grammatici latini*, ed. H. Keil, 1961. (PRISCIANO, 1961).

altamente taxonômica da gramática helenística. Uma indicação importante refere-se ao fato de que DT, na sua *téchne grammatiké* (§11), do primeiro século antes de Cristo, na linha de pensamento dos gramáticos alexandrinos, como já observei, já distingue oito partes do discurso, compondo um esquema com o qual o de nossas gramáticas tem bastante semelhança: nome (*ónoma*), verbo (*rhêma*), artigo (*árthron*), pronome (*antonymía*), preposição (*próthesis*), advérbio (*epírhema*) e conjunção (*syndesmos*), além de participio (*metoché*), que hoje não está distinguido como uma classe à parte.⁶ Além disso, essa classificação de DT representa as reflexões filosóficas de muitos séculos, uma vez que várias das denominações já se registravam nos filósofos, como mostrei.

Um compartimento à parte a que se deve fazer alusão, abrigado especialmente na Morfologia, constitui-se de termos novos (pouco numerosos), ligados a preocupações mais recentes de classificação, para os quais em geral a tradição prescindiu de filiação a uma formação grega, ou recorreu posteriormente a uma formação, na base de elementos gregos, pelo latim ou não. Eles serão tratados na parte final do texto.

A origem das denominações abrigadas na *Nomenclatura Gramatical Brasileira*

A primeira observação na análise das denominações das três grandes partes do documento, e que são as partes tradicionais da gramática – Fonética, Morfologia e Sintaxe –, é que elas têm formação grega, mas só **sintaxe** (*syntaxis*) é termo ocorrente nos estudos filosóficos gregos sobre a linguagem (estoicos), embora não falem considerações de cunho fonético já em Platão. Por outro lado, porém, dado o fato de que a “sintaxe” grega tinha total compromisso com a lógica, orientadora de toda a reflexão grega nessa área, é dentro desse terceiro compartimento da *Nomenclatura* oficial que está o menor número de termos gregos originais (apenas **sujeito** e **predicado**, vindos pela tradução latina). O próprio compartimento *Syntaxis* não existe na gramática alexandrina incipiente, já ligada à crítica e à filologia, e sem a bênção direta da filosofia.

Na sequência se analisam as denominações constantes da NGB dos fatos e dos elementos que tenham vindo na tradição da gramática. A análise vai apresentando os termos segundo a seção da NGB em que estão inseridos. Como já indiquei, os termos que constituam denominações novas, ausentes da tradição gramatical, serão vistos em seção à parte. Também estarão em seção à parte os termos que não estão no corpo da NGB, mas se abrigam no Apêndice desse documento.

⁶ Em sentido contrário vai a indicação de que os gregos não distinguiam a classe **interjeição** (latim: *interjectio*, em Prisciano).

A primeira seção da NGB: a Fonética

Como já apontei, o termo **Fonética** é ausente da gramática grega incipiente, o que não significa que se deixasse completamente sem tratamento essa área. Pelo contrário, dos cerca de cinquenta e cinco termos da NGB nesse compartimento (em geral, subclassificações de vogais e de consoantes, que os gregos ainda não faziam, o que naturalmente o exclui do nosso exame), onze são de herança da gramática grega. As considerações fonéticas dos gregos eram sobretudo vinculadas ao aspecto acústico, e os termos usados o revelam. Verifica-se que a tradição gramatical mantém uma classificação de base acústica, mas, na subclassificação, como mostrarei, mesclam-se critérios acústicos e articulatórios.

É por via da tradução que chegam ao português esses termos, já usados por Platão, Aristóteles e os gramáticos alexandrinos: **vogais** (já em Platão: *tà phonéenta*, “as que soam por si”, “as vozes”, ou *tà phonémata grámmata*, “as letras com voz”; latim: *vocales*; **consoantes** (em DT: *tà sýmphona*, “as que não são vozes, soando apenas quando combinadas com vozes”; latim: *consonantes*); **semivogais** (já em Platão: *tà hemíphona*, “as que são meio vozes”, “as que não são vozes, mas têm ruído”⁷; latim: *semivocales*).

Outros seis termos da NGB abrigados na Fonética são transliterações do grego, ou seja, não passaram por tradução latina: **ditongo** (em DT: *diphthongu*, “som distinto”, “voz”), referência feita apenas aos ditongos decrescentes; **sílaba** (em Platão, Aristóteles e gramáticos alexandrinos: *syllabé*, “reunião”; latim: *syllaba*), devendo-se observar que AD, quando admite a sílaba de apenas uma vogal, chama a isso “emprego abusivo”, o que é consequência da consideração do signifiante a partir do elemento (até chegar ao *lógos*); **oxítono** (*oxýtonos*, “agudo”); **paroxítono** (*paroxýtonos*); **proparoxítono** (*proparoxýtonos*); **ortoépia** (em Platão: *ortoépeia*, “dicção correta”); **prosódia** (*prosodía*, termo frequente em Aristóteles, referindo-se a tudo o que serve para acentuar a expressão, como aspiração, acento prosódico, apóstrofo).

Merecem atenção especial, na NGB, o caso de **fonema**, que é termo já da ciência linguística e o caso de **tritongo**, empréstimo recente, analogicamente formado (ambos transliterados do grego). Tanto esses termos como o seu conceito estão ausentes, no registro do pensamento grego sobre a linguagem. O termo **fonema** introduziu-se, nos estudos linguísticos, como denominação

⁷ Como se vê, os elementos assim classificados não correspondem às que hoje se denominam **semivogais**: trata-se de consoantes, daquelas que não são “mudas” (já em Platão: *áphona*, “sem som”), aquelas que têm algum som, embora audível apenas quando se unem às vogais. Aristóteles fala disso referindo-se, por exemplo, às emissões de **s** e de **r**, resultantes de uma aproximação de língua ou lábios. Isso faz a diferença entre as **semivogais** (determinadas consoantes que não são mudas) e as **vogais**, já que estas são audíveis sem que haja tal aproximação (*Poética* 20, 1456b 25-26; apud NEVES, 2005, p.137).

da unidade mínima da Fonologia, e, portanto, com sentido já vinculado à teoria fonológica.⁸

Observo, por fim, que quase toda a terminologia que aparece no item relativo à tonicidade (**tônica, átona, subtônica**, etc.), embora abrigue palavras de formação grega, não transpõe nenhuma ordem de considerações que se possa entender como significativa na gramática grega, pois o que sobrelevava no exame dos elementos da cadeia falada era a quantidade vocálica e silábica, daí decorrendo a tonicidade.

A segunda seção da NGB: a Morfologia

Na NGB essa parte se divide em: a) estrutura e formação das palavras; b) flexões; c) classificação de palavras. No tratamento, do mesmo modo que ocorria no manual de DT, cada item vem seguido das flexões. Segue a análise, pela ordem da NGB.

■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DAS PALAVRAS

Desse primeiro item, pouco se encontra na gramática incipiente grega.

Quanto à estrutura, apenas um termo da NGB lá está: **tema**, transliterado do grego (*thêma*, “o que é colocado”, “o que é depositado”; na gramática, “forma primária”).⁹

Quanto à formação, acontece que a etimologia grega não reduziu a um sistema o processo de formação de palavras. AD chega a uma diferença entre **radical** e **terminação**, mas não tem um termo técnico para **raiz** ou **radical**. Ele sabe que as alterações não são caprichosas e desligadas, mas – pode-se verificar – não há entre os gregos uma preocupação de análise mórfica, pelo contrário, o movimento é o inverso.

Ainda nesse campo, também não se encontra na gramática grega uma apresentação que contemple os processos em si: **derivação**, **composição** ou **hibridismo**, relacionados na NGB. Por outro lado, semelhantemente ao que

⁸ Na gramática grega o que havia era *stoicheion* (“elemento”) e *grámma* (“letra” / “som”). DT explica esses termos: *grámmata*, porque se moldam com caracteres, e *stoicheia*, porque têm uma ordem e um lugar (NEVES, 2005, p.139), devendo-se registrar que este último termo se referia não apenas a “elementos” sonoros mas também a outros elementos da organização linguística. Quanto a *grámma*, usado por Platão no *Sofista* (253a), onde a gramática vem como modelo para a dialética (já que a gramática é o sistema regulador da combinação das letras, assim como a dialética é o sistema regulador da combinação dos gêneros), cabe observar que o termo não tem, aí, o sentido etimológico de “símbolo gráfico”, mas refere-se a som, pois Platão fala da possibilidade de concordância entre si, de união (ou não), dos *grámmata*. (NEVES, 2005, p.114)

⁹ Essa “forma primária”, para o grego, é, por exemplo, o presente em relação ao futuro, ou é a palavra que serve para formar outra.

ocorre nesse documento, as indicações de subclassificações do tipo de **primitivo** ou **derivado** se fazem, lá, dentro do estudo das diversas classes de palavras. E assim se fará na apresentação deste trabalho.

Exatamente por isso, a flexão das palavras, vista no geral (a consideração de palavras **variáveis** e palavras **invariáveis**, constitui uma verdadeira chave de entrada para a consideração dos termos e de sua subclassificação, na gramática grega incipiente. Se a filosofia se fixou nessa questão mais para verificar a existência de declinação (de *ptôsis*, “caso), que tinha grande importância na organização da proposição lógica, já nos estoicos se levantam quadros de flexão como paradigmas, e, paralelamente, levantam-se os desvios e irregularidades que o uso determinou. Os gramáticos gregos fixam-se fortemente na flexão de cada classe (distinguindo categorias “com” ou “sem” flexões), e apresentam um feixe das categorias gramaticais aplicáveis às diversas partes do discurso da língua grega, com isso organizando as formas em um sistema de flexão que fornece um padrão. Entretanto, quando a referência à flexão aparece nas definições das diversas classes, em geral o que está em questão é, mesmo, a flexão casual; por exemplo, verifica-se que, no advérbio, a definição registra explicitamente o termo *ákliton* que significa “sem flexões”, “invariável”, “não ligado à indicação de casos”.

■ CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS (E FLEXÃO)

Neste amplo compartimento, pode-se dizer que uma teoria das partes do discurso chegou a ser bastante completa e claramente construída na gramática grega. As denominações das classes vêm, no geral, por tradução latina, embora nem sempre haja correspondência exata de conceito ou de sua aplicação. É o que se pode dizer, muito especialmente, da denominação portuguesa **substantivo** (*hypárktikos*, “que subsiste por si”, ligado a *hýparxis*, “existência”; latim: *substantivus*), termo que, na gramática grega, não designa classe de palavras. O termo grego que nomeia a classe correspondente a **substantivo** é *ónoma*, “nome”, mas, de certo modo, a aplicação do termo é semelhante. Para Platão os nomes buscam imitar a essência das coisas (*mímesis*), e em DT, o tratamento da categoria **nome** recorre a *ousía* (“aquilo que é”, a “essência”), enquanto AD fala em *poiótes*, “qualidade”. Descartados os compromissos filosóficos, fica o **substantivo (comum)** como o **nome** que dá uma descrição daquilo que é nomeado.¹⁰

¹⁰ Em AD o conceito de **nome** refere-se à indicação da essência, mas por meio de uma qualidade comum ou particular, o que coloca o conceito de nome em relação complementar com o conceito de pronome, que apenas indica existência, como comentarei adiante.

No caso do termo **artigo** (em Aristóteles, estoicos¹¹ e gramáticos, *árrhron*, “articulação”; latim: *articulus*, “articulação”), que é um elemento gramatical de que a língua latina não dispunha, vê-se que, no português, o conceito se altera e a aplicação se restringe. Em DT – portanto, já na gramática alexandrina – e também em AD,¹² entre os **artigos** ficava não somente o **artigo** propriamente dito, referido como “(artigo) que se coloca antes” (*árrhron protaktikón*), mas também o **pronome relativo**, referido como “(artigo) que se coloca depois” (*árrhron hypotaktikón*).¹³ É o que mostro no estudo dos pronomes.

Mas na grande maioria dos casos de denominação das classes de palavras, como se vê a seguir, diferentemente do que ocorre com o termo **artigo**, a denominação se mantém (por tradução latina), e o conceito, ou a abrangência, se altera.

No caso do **adjetivo** (em DT: *epítheton*, “que é acrescentado”, “que faz atribuição”; latim: *adiectivum*), há grande diferença na partição de campo dos diversos estudiosos. Em primeiro lugar, como mostrarei logo adiante, não se tratava de uma classe à parte, conforme demonstra o próprio modo de denominação encontrado, no qual *epítheton* vem como adjunto nominal: *ónoma epítheton*, **nome adjetivo**. Além disso, nem sempre os *epítheta* se incluíram entre os **nomes**. Inicialmente, pela possibilidade de os elementos assim denominados funcionarem como predicado, eles se incluíam entre os **verbos** (entre os *rhémata*, em Platão e Aristóteles), depois, sim, eles passaram a ser classificados como **nomes**. DT os incluiu entre as vinte e quatro espécies (*eíde*) nocionais dos **nomes**, e também AD os incluiu entre os vinte tipos de **nomes** que distinguiu.

No caso do **numeral** (*arithmetikón*; latim: *numerales*), do mesmo modo não se postulava uma classe à parte, como também mostrarei. DT e AD o colocaram entre as diferentes subclasses nocionais dos **nomes**, dando exemplos apenas de **cardinais**, que seriam os **numerais** por excelência. O (**nome**) **ordinal** (em

¹¹ Os estoicos abrigavam inicialmente, entre os chamados artigos, alguns elementos pronominais, enquanto os pronomes pessoais ficavam entre os nomes comuns. Mais tarde, eles reconheceram a diferença entre a natureza do nome e a do pronome e colocaram os pronomes pessoais entre os artigos. Esta é a classificação que se resgata nos estoicos: a) (artigos) definidos (*horisména*), que são “definidos” em relação às pessoas gramaticais; trata-se dos pronomes pessoais e dos possessivos; b) (artigos) indefinidos (*aoristóde*), que são os artigos definidos e outros pronomes em geral, menos os possessivos e pessoais. Desses termos volto a falar quando tratar das denominações **definido, indefinido e pessoal**.

¹² AD aponta que o próprio do artigo é a anáfora, ou seja, é referir-se a uma pessoa já determinada.

¹³ A consideração dos artigos definidos, juntamente com os pronomes relativos, entre os artigos (como artigo protático e artigo hipotático, respectivamente), deve-se ao fato de que AD considerava a “relação” (*anaphorá*) como a marca principal do artigo. Ele não desconhecia a diferença entre os dois tipos de entidade, pelo contrário, apontava distinção não apenas de forma e de colocação mas também de sintaxe (*Da sintaxe* 1, 142; apud NEVES, 2005, p. 185). Essa diferença se refere especialmente ao fato de o artigo protático e o nome que ele acompanha formarem frase com o mesmo verbo, enquanto o hipotático requer outro verbo: o artigo hipotático liga-se ao nome pela “anáfora”, mas relaciona-se com um verbo próprio, dessa relação dependendo o seu caso.

DT e em AD: *taktikón*, “referente ao alinhamento”; latim: *ordinale*) é outra das subclasses.

No caso do **pronome** (em DT e em AD: *antonymía*, denominação que traz o prefixo *anti*, “no lugar de”; latim: *pronomen*, com o prefixo *pro-*, correspondente ao grego *-anti*)¹⁴, o campo recoberto era bem diferente do que hoje se entende na organização da gramática. O manual de DT inclui entre os pronomes¹⁵ apenas aqueles que ele subclassifica como **primitivos**¹⁶ e **derivados**, que são, respectivamente, os **pessoais** (*prósopoi*) e os que chamamos **possessivos**, os quais, entretanto, não recebem essa denominação, mas são chamados **bipessoais** (*diprósopoi*), porque encerram a ideia de possuidor e de possuído¹⁷. AD faz essa mesma classificação, mas alarga o domínio dos pronomes, não chegando a abrigar, entretanto, os nossos pronomes relativos, que, como já mostrei, ele deixa entre os “artigos antepostos”. E, como mostrarei, ele põe como subclasses dos nomes as outras palavras que hoje se consideram pronomes¹⁸. Também mostrarei que, em DT, o termo **relativo** (*anaphorikón*, “de relação”, “relativo”;¹⁹ latim: *relativum*), era usado para designar uma subclasses dos nomes.

No caso da **preposição** (em DT e em AD: *próthesis*, “palavra que se coloca antes, em composição ou em construção”; latim: *praepositio*), a classe incluía os prefixos, e o significado do termo grego explica esse fato.²⁰

¹⁴ Outras denominações vêm registradas como dadas por gramáticos ao pronome, segundo o depoimento de AD no *Do pronome*: *paronomasia*, “nome derivado” (Dionísodoro de Trezênia); *semeiosis*, “designação”, “indicação” (Tiranião); *antonomasia*, que é outra forma de *antonymia* (Comano). (NEVES, 2005, p.166)

¹⁵ Segundo AD, DT não distinguiu uma classe **pronome**, incluindo esse elemento entre os artigos, sob a rubrica de **artigo demonstrativo** (*áthron deiktikón*). Entretanto, no manual que chegou até nós há uma subclassificação entre **artigo** e **pronome**, que aqui registro. Essa referência de AD serve de argumento para muitos defenderem que o manual que possuímos não é de autoria de DT. Entretanto, essa não é questão para ser aqui discutida.

¹⁶ Como se percebe, o conceito das denominações **primitivo** e **derivado** referidas a **pronome** não corresponde ao conceito geral dessas denominações na nossa Nomenclatura.

¹⁷ Lembre-se que os casos de denominações da NGB que não têm ocorrência na gramática grega incipiente serão comentadas na parte final desta exposição, neste ponto elas são apenas indicadas.

¹⁸ A distinção que AD faz entre nomes e pronomes diz respeito ao fato de que o nome expressa a qualidade de um sujeito corpóreo, enquanto o pronome apenas faz indicação da coisa, apenas expressa a sua existência (*Do pronome*, p.31 e p.33; *Da sintaxe* I, 138; apud NEVES, 2005, p.187). Outra diferença que ele aponta refere-se ao fato de que o nome, ao contrário do pronome, só exprime a terceira pessoa, nunca podendo indicar nem o falante nem o ouvinte (*Da sintaxe* II, 43-47; apud NEVES, 2005, p.188). Para AD todo pronome é demonstrativo / dêitico (*deiktiké*) ou relativo / anafórico (*anaphoriké*); os de primeira e de segunda pessoa são sempre dêiticos; os de terceira pessoa são demonstrativos e relativos (*Do pronome*, p.10; *Da sintaxe* II, 8; II, 11; apud NEVES, 2005, p.189-190).

¹⁹ Essa subclasse recebia, ainda, as denominações: *homoiomatikón*, “de semelhança”; *deiktikón*, “demonstrativo”; *antapodotikón*, “de correspondência”.

²⁰ Para a preposição, AD já dá a importante lição de que, quando em posição livre, ela só se segue de nomes em caso oblíquo.

No caso da **conjunção** (desde Aristóteles²¹: *syndesmos*; “união”, “vínculo”; latim: *coniunctio*), inicialmente ficam abrangidas coisas muito diferentes (**conjunções, preposições, pronomes**). Com os estoicos²² já não se incluem os **pronomes**, mas inclui-se tudo o que é indeclinável, com a definição feita pela função: ligar as outras partes do discurso. Esse é também o caráter acentuado em DT, que ainda insiste no valor de tal elemento na ordenação do pensamento. AD também faz indicação da “ordem” (*táxis*), mas põe a seu lado a “força” (*dýnamis*) o que poderia querer lembrar, já na definição, a subordinação ao lado da coordenação.

No caso do **advérbio** (nos estoicos, em DT e em AD: *epírrhema*, “ao lado do/sobre o verbo”; latim: *adverbium*), a denominação traz o mesmo prefixo *epí* (“sobre”) que está em *epítheton*²³, “adjetivo”. Ou seja, o termo *epírrhema* é um correspondente do termo *epítheton*, no sentido de que *epítheton* está para “nome” assim como *epírrhema* está para “verbo”²⁴. AD diz claramente que o advérbio é uma espécie de adjetivo do verbo, e deve vir após a preposição, que se liga ao nome.²⁵

Resta observar o caso do termo **verbo** (nos filósofos e nos gramáticos: *rhêma*, “o que se diz”, “predicado”; latim: *verbum*). Essa denominação grega e a denominação portuguesa **verbo** fazem conceituação análoga, mas não idêntica, já que a denominação de uma função (então vista a partir da lógica), como a de “predicado” representa um deslizamento de domínio, se tomada para denominar uma classe gramatical.

Saindo das denominações daquelas que hoje se consideram “classes de palavras”, vamos a outras denominações, seja para subclassificação (principalmente na classe dos **nomes, onómata**), seja para flexão (principalmente na classe dos

²¹ Cumpre observar que Aristóteles distingue esse elemento não como fato de gramática, ou mesmo como parte do *lógos*, mas como recurso de estilo, pela sua eficiência em fazer de muitas coisas uma unidade, ou seja, de, no discurso, fazer da multiplicidade uma unidade (*Retórica* III, 5 apud NEVES, 2005, p.148). O exame desse grupo, que abrangia um número muito maior de elementos do que o da nossa classe das conjunções, interessa-lhe, pois, mais como peça do discurso do que de proposições logicamente constituídas, ou seja, interessa-lhe mais como arte.

²² O exame das proposições não simples é muito importante na dialética estoica porque esta concerne às relações entre um fato que é objeto da percepção e um que não o é, ou seja, à determinação de um fato obscuro por meio de suas relações com um fato conhecido. Assim, a conceituação de **conjunção** (grupo que abrangia a conjunção, a preposição e outros elementos indeclináveis) tem ênfase no seu papel de conexão lógica (implicação, inferência, junção, disjunção, causa, comparação).

²³ A denominação foi a vitoriosa entre outras, que se registram nos estoicos: *mesótes*, “intermédio”; *pandéktes*, “que abrange tudo”. Segundo um escólio, a denominação *mesótes* se explica pelo fato de que os advérbios eram derivados justamente do caso que não distinguia o gênero em sua desinência, o genitivo plural. (BEKKER, 1965, p.939, 18-19, p.940, 6 apud NEVES, 2005, p.170).

²⁴ AD registra, mesmo, *epitheton rhêmatos*, ou seja, “epíteto (adjetivo) do nome” (*Da sintaxe*, p.21, 17; apud NEVES, 2005, p.156).

²⁵ Segundo um escólio, o advérbio assim visto indica *poiótes*, “qualidade” (BEKKER, 1965, p.939, 23-25, p.940, 24-26 apud NEVES, 2005, p.170).

verbos, *rhémata*). Verifica-se que, na denominação das subclassificações, bem como na das flexões, há uma maioria de traduções (geralmente latinas), cerca de trinta e cinco, nas quais em geral se mantém (em um sentido amplo) o conceito (muitas vezes mudando a aplicação do termo), e se altera a forma. A gramática grega incipiente não só classificou minuciosamente as partes do discurso como também desenvolveu bastante o estudo das flexões, uma característica da gramática emergente que deve ser destacada:

Quando examina as indicações de gênero, número, caso, tempo, modo, voz e pessoa (*tà parepómena*, “os acessórios”), aí, então, é que a gramática se move entre os fatos que poderíamos considerar mais especificamente gramaticais. Os filósofos naturalmente notaram esses fatos e teorizaram sobre eles, vinculando-os, sempre, porém, a um sistema filosófico. Notaram o geral, e apenas ocasionalmente, vendo aquilo que era evidente no exercício da linguagem, e sem um interesse específico. Os gramáticos, por sua vez, tinham de ter sua atenção despertada em particular para esses fatos, porque neles especialmente o criticismo encontrava as discrepâncias de uso em relação à linguagem dos poetas, e ainda porque eles facilmente se poderiam organizar em uma codificação empírica. Necessariamente essas indicações implicam entidades morfológicas, ou, mais ainda, morfossintáticas, e, assim, elas são as considerações formais²⁶ por excelência no exame linguístico. Sua consideração leva forçosamente a uma caracterização e sistematização de formas. Assim, foi esse exame que mais diretamente instituiu paradigmas, o ponto básico da organização gramatical, nos moldes em que ela surgiu. Como nos outros aspectos, porém, o que a gramática pôs em um quadro prático, concreto e manipulável se apoiou na pesquisa espontânea e ocasional que estava disponível no material da filosofia. (NEVES, 2005, p.133-134).

Entretanto, às flexões o estudioso só pode chegar pelas subclassificações, e é o que aqui se faz. Os comentários se iniciam pelos termos introduzidos por tradução ou por transliteração das denominações gregas. A denominação por termos novos será vista mais adiante, uma discriminação que se justifica pelo fato de que o foco, neste estudo, é exatamente o modo, ou seja, o tipo de denominação.

A primeira indicação refere-se às duas espécies principais de **nomes** em DT: o (nome) **primitivo** (*protótypon*, “que é o primeiro”; latim: *primitivum*) e o (nome) **derivado** (*parágon*, termo relacionado com o verbo *parágo*, “conduzir para outro lado”, “derivar”; latim: *derivatum*), sendo os nomes derivados subclassificados, depois, em sete subespécies, como mostrarei mais adiante. Do mesmo modo, como já indiquei, em DT também os **pronomes** podem ser

²⁶ Usa-se *formal*, aqui, no sentido tradicional, em oposição a *nocional*; opõe-se, então, *forma* a *sentido*.

primitivos²⁷ (que são os **pessoais**) e **derivados** (que são os **possessivos**), denominações e conceituações que não são mantidas em nossa gramática. Cabe observar que, em princípio, a derivação não teria de ser considerada classe por classe, mas sim no geral das formas da língua, independentemente de sua categorização no sistema. Na verdade, a indicação, que também a NGB faz, de uma subclassificação em **primitivo** e **derivado**, separadamente, para as diversas classes²⁸, perde a oportunidade de considerar a formação das palavras como um processo independente de sua classificação.

Entre as sete subclasses de **nomes derivados** indicadas por DT, seis envolvem denominações que a NGB registra,²⁹ muitas vezes com outras aplicações, como indicarei:

- **(nome derivado) comparativo** (em DT: *synkritikón taktikós*, ligado ao verbo *synkríno*, “reunir”, “combinar”, e, daí, “comparar”; latim: *comparativum*); trata-se de formas como *andreióteros*, “mais corajoso”, portanto, trata-se dos (nomes) **adjetivos** em grau comparativo;
- **(nome derivado) superlativo** (em DT: *hyperthetikón*, ligado a *hypérthesis*, “ação de transpor”; latim: *superlativum*); trata-se de formas como *oxýtatos*, “agudíssimo”, portanto, trata-se dos (nomes) **adjetivos** em grau superlativo;
- **(nome derivado) diminutivo** (em Aristóteles, tratando de retórica: *hypokorismón*; em DT, *hypokoristikón*, termo que se liga a *koré*, marca de ternura, de atenuação; latim: *diminutivum*); trata-se de formas como *anthropískos*, “homenzinho”;
- **(nome derivado) verbal** (em DT: *rhematikón*; trata-se de formas como *Filémon*, derivada do verbo *filéo*; latim: *verbale*);
- **(nome derivado) possessivo** (em DT: *ktetikón*; latim: *possessivum*); trata-se de formas como *Platonikón*, “de Platão”;
- **(nome derivado) patronímico** (em DT: *patronymikón*; latim: *patronymicum*); trata-se de formas como *Peleídes*, “filho de Peleu”.

Como já indiquei, em geral as denominações subsistem na gramática com conceito similar, mas com aplicações bem diferentes, já que nem derivação nem expressão de grau levam, de fato, a uma subespecificação da classe dos substantivos. A denominação **patronímico** subsiste na NGB apenas como termo de gramática histórica.

Outra subcategorização grega para os nomes vai ao que DT indica, logo a seguir, como “figuras” (*schémata*), referindo-se à existência de um **nome**

²⁷ Ver nota 17.

²⁸ A NGB faz essa subclassificação para três delas: substantivos, adjetivos e verbos.

²⁹ A outra subclasse traz uma denominação corrente nos estudos linguísticos, mas que a NGB não registra: **parônimo**.

“simples” (em DT: *haploûn*; latim: *simplice*), de um nome “composto” (em DT: *syntheton*; latim: *compositum*) e de um nome “derivado do composto” (em DT: *parassyntheton*).

Além disso, nova grande subcategorização dos **nomes** é oferecida depois daquela primeira classificação que parte das grandes categorias **primitivo** e **derivado**. Agora, baseando-se em critérios mais nocionais, DT apresenta vine e quatro espécies bastante diversificadas de **nomes**.³⁰ As duas ordens de classificação que ele apresenta são paralelas, e uma não interfere na outra. Nessa nova relação, as denominações oscilam entre termos que sofreram tradução, termos que se transliteraram e termos novos (e que, portanto, são tratados neste texto³¹), e termos que foram completamente abandonados, ou não constam da NGB (e que, portanto, não vêm aqui comentados).³² Por outro lado, várias dessas denominações se referem, na nossa gramática, a outras classes que não a dos substantivos, e, assim, são comentadas em outros pontos deste trabalho.³³

Uma das subclasses é a do (**nome**) **demonstrativo** (em DT e em AD: *deiktikón*; latim: *demonstrativum*), e o exemplos são *tal* e *tanto* (portanto, “pronomes”, em nossa gramática). Outro subtipo é o (nome) **indefinido** (em DT e em AD: *adriston*; latim: *infinitem*), cujo conceito não recobre o mesmo campo que o desse termo na nossa gramática: entre os exemplos de DT há relativos e correlativos, por exemplo o correspondente a *qualquer que* (ou seja, mais uma vez um “pronome” indefinido). Outro subtipo, ainda, é o (nome) **interrogativo** (em DT e em AD: *erotematikón*; *peustikón*; latim: *interrogativum*), cujos exemplos são *quê?* *qual?* (ou seja, o que denominamos **pronome interrogativo**).

Nessa relação, uma subclasse que claramente se abriga entre os substantivos, e que legou um termo para a nossa NGB é a do **coletivo** (em DT: *perileptikon*, “que pode ser abarcado”, “que compreende em si”; latim: *collectivum*, “recolhido”, ligado ao verbo *colligo*, “recolher”), com o exemplo *povo*. Trata-se, pois, de um caso em que a tradução latina não conserva exatamente a acepção do termo grego, embora a aplicação seja a mesma.

Acoplam-se às subclassificações as flexões do nome, na exposição gramatical dos gregos.

³⁰ AD oferece vinte subclasses, coincidindo as indicações em dezessete casos. Subclasses que apenas estão em AD são **pátrio**, **temporal** e **locativo**, ausentes de nossas classificações.

³¹ Como subclasses dos nomes desse grupo, já foram tratados: **adjetivo**, **numeral**, **ordinal**. Serão tratados logo a seguir: **demonstrativo** / **relativo**, **interrogativo**, **indefinido**. Serão tratados mais no final do texto, na parte referente a denominações novas: **próprio** e **comum**.

³² Cito algumas das denominações dessas duas últimas categorias de “nomes”: **ferônimo**, **diônimo**, **epônimo**, **étnico**, **distributivo**, **compreensivo**, **onomatopaico**, **genérico**, **específico**, **absoluto**, **partitivo**.

³³ Cito os termos: **homônimo**, **sinônimo**.

DT e AD indicam os três tipos de gênero gramatical (*génos*, latim: *genus*) da língua grega, já nomeados desde os filósofos: **masculino** (*árren*, *arrenikón* / *arsenikón*, “macho”, “do sexo masculino”, “masculino”; latim: *masculinum*); **feminino** (*thély*, *thelykón*, “de mulher”, “feminino”; latim: *femininum*); **neutro** (*oudéteron*, “nem um nem outro”³⁴; latim: *neutrum*), este último, um gênero gramatical inexistente na língua portuguesa. DT acrescenta os termos *koinón*, “comum” e *epikoinón*, “sobrecomum”. Foi pelo entendimento do termo **comum** como “comum ao masculino e ao feminino” que se fixou a denominação “comum de dois”, entretanto o sentido de “comum” explicitado nos escólios sobre DT é outro “o que tem a mesma declinação, mas se acompanha de diferentes artigos”. O sentido de *epikoinón* também vem explicitado nesses escólios: “o que, com a mesma palavra, indica os dois gêneros, e, para essa indicação, recebe apenas um dos dois artigos, ou o masculino ou o feminino”. Nossa *Nomenclatura* abriga, ainda, a transliteração do termo grego *epikoinón*, **epiceno**, que tem aplicação diferente, o que coloca o termo traduzido e o transliterado em distribuição complementar, dentro de uma determinada zona de acepção: o substantivo **epiceno** é aquele que é “sobrecomum” para animais, enquanto o **sobrecomum** se aplica a pessoas. Acrescente-se que, do mesmo modo que os gramáticos gregos, a NGB abriga esses cinco termos sob a rubrica **Gênero**.

DT e AD também nomeiam os três tipos de **número** (*aríthmos*, “quantidade de coisas contáveis”; “número”) dos **nomes** da língua grega: **singular** (*henikón*, ligado à forma neutra *hén* do numeral “um”; latim: *singulare*); **plural** (*plethyntikón*, ligado ao verbo *plethýno*, “tornar numeroso”, e aos substantivos *plethýs*, “multidão” e *plethós*, “grande quantidade”; latim: *plurale*); **dual** (*dýikón*), este último, um número gramatical inexistente na língua portuguesa.

Quanto à subclassificação do **pronome** (*antonymía*), a indicação das espécies já se fez necessária, aqui, quando foi tratada a classe em geral, porque só assim se pôde diferenciar tal classe da classe do **nome** (*ónoma*).

Quanto aos chamados **advérbios**, há em DT uma ampla subdivisão (vinte e seis subclasses). As denominações gregas encontradas correspondem, na NGB, exceto no caso de **interrogativo**, a denominações feitas com expressões, e não, como no grego, feitas com adjetivos simples: (advérbio) **de lugar** (*topikón*, “relativo a lugar”, “tópico”); **de tempo** (*chrónou*, “de tempo”); **de negação**³⁵ (*arnéseos*,

³⁴ Um escólio observa que alguns consideravam apenas dois gêneros, e define *oudéteron* pelo seu valor negativo (BEKKER, 1965 apud NEVES, 2005, p.199). Esse mesmo escólio indica que a diferença de gênero é apenas gramatical, não refletindo diferenças do mundo real. Com diferentes pontos de partida, Protágoras usa, para **neutro**, *skeûos*, “coisa”, “artigo”, e Aristóteles usa *metaxy*, “intermediário”.

³⁵ Há outra subclasse distinguida por DT que é complementar dessa, no campo em que estão hoje os nossos advérbios denominados como **de negação**, já que havia advérbios desse tipo (correspondentes ao nosso “não”) diferentes, para diferentes tipos de sequências textuais. Enquanto essa subclasse dos advérbios de negação é exemplificada com a negação *ou*, “não” (usada, por exemplo, nas declarações, com indicativo), outra subclasse de advérbios semelhantes, denominados como **de interdição** (*apogoreúseos*), exemplifica-se

“de denegação”, ligado a *árnesis*, “ato de negar” e ao verbo *arnéomai*, “dizer que não”, “desmentir”); *apopháseos*, “de recusa”, ligado ao verbo *apófemi*, “dizer que não”, “recusar”); **de afirmação** (*synkatathéseos*, “de assentimento”)³⁶; **de dúvida** (*eikasmou*, “de conjetura”); **de intensidade**³⁷ (*epitáseos*, “de tensão”, “de aumento de intensidade”), **interrogativo** (*erotéseos*, “de interrogação”, ligado ao verbo *erotáo*, “inquirir”, “interrogar”, e ao substantivo *erótesis*, “interrogação”, “questionamento”; latim: *interrogativum*). Os advérbios que denominamos como **de modo** correspondem a duas das subclasses de DT: os advérbios chamados **de qualidade** (*poiótetos*), como *lách*, “com o pé” (*pýx*), e os chamados **de posição intermédia** (*mesótetos*), que são os correspondentes aos nossos advérbios em *mente*.

Também os subgrupos das conjunções são muito especificamente indicados na gramática grega incipiente. Já havia uma cuidada subclassificação na filosofia, feita pelos estoicos, que distinguiram treze subespécies, com denominações grandemente ligadas à lógica e bastante discrepantes das nossas. Mesmo que a atenção seja posta nos gramáticos gregos, dificilmente relacionamos as denominações de nossas conjunções aos seus *syndesmoi*, elementos sempre fortemente distinguidos pela sua importância no relacionamento lógico das proposições. DT distingue oito subclasses e AD, mais desligado do espírito alexandrino dos gramáticos e mais ligado à inspiração estoica, distingue dezenove subclasses. Apenas uma denominação que conservamos por tradução latina consta dessas três subclassificações gregas a que me refiro: é a denominação que corresponde ao nosso termo **causal** (latim: *causalis*), correspondente a dois termos gregos: *aitiologikós*, “que concerne à busca ou à indicação das causas”, “relativo às causas”, “causal”, denominação de DT e AD; *aitiódēs*, “que contém a causa”, “que exprime a ideia de causa”, “causal”, denominação dos estoicos e de AD³⁸. Outras duas denominações que se encontram nessas subclassificações gregas correspondem a conceitos semelhantes aos de subespécies que a NGB registra, mas não traduzem os termos gregos: **copulativas** (*symplektikoí*, “que entrelaçam”), as nossas

com a negação *mé*, “não” (usada, por exemplo, nas proibições). Distingua-se, ainda, o advérbio **de negação por juramento** (*apomotikón*) e de **afirmação por juramento** (*katomotikón*), exemplificados com partículas praticamente intraduzíveis.

³⁶ Hoje incluem-se nessa classe os que DT denominava como **de certeza** (*bebaióseos*, “de confirmação”, “de consolidação”).

³⁷ Nossos advérbios chamados **de intensidade** correspondem a esses (aí exemplificados com *muito, fortemente*), mas também correspondem aos que DT chamava **de quantidade** (*posótetos*), com o exemplo de *muitas vezes* (*pollákis*), e aos que ele chamava **de comparação** (*synkríseos*), com os exemplos de *mais e menos*.

³⁸ Há dois termos em AD porque ele fazia, nesse campo, uma especificação mais miúda, considerando, dentro de uma classe que seria a das “causais” *lato sensu* (às quais ele dava o nome de *aitiódēs*), as “causais propriamente ditas” (às quais a que ele dava o nome de *aitiologikoi*).

aditivas³⁹, com o exemplo *e*; **disjuntivas** (*diazeuktikoí*, “que disjungem”, ligado ao verbo *diazeúgnymi*, “disjuntir”), as nossas **alternativas**⁴⁰, com o exemplo *ou*. Apenas mais um termo de AD corresponde a denominação nossa: **adversativa** (*enantiomatikós*, “que marca oposição”). Há, ainda, nos estoicos, em DT e em AD, uma denominação que é próxima da tradução latina de uma entidade apenas similar: **conclusiva** (*prosleptikós*, ligado ao verbo *lambáno*, que, na voz média, no campo da lógica, significa “ligar-se a”, especialmente no sentido da ligação da premissa maior com a conclusão; latim: *praesumptiva*), por exemplo algumas partículas gregas correspondentes ao nosso *ora*.

A última classe de que aqui trato, com referência a subclassificações e/ou flexões, é o **verbo** (*rhēma*). É especialmente nessa classe que a existência de flexões constitui peça determinante da conceituação. AD insiste no fato de que, no caso do verbo, é uma mesma palavra que, alterando-se, adapta-se aos tempos, às pessoas e a todas as ideias que lhe são acessórias, enquanto o advérbio, que também pode indicar tempo, não o faz por mudança de forma. Desse modo, o que está em questão não é puramente o fato de a palavra fazer todas essas indicações, mas o fato de ser próprio dela essa alteração da forma para expressar as diferenças: especificamente, as diferenças de tempo e as diferenças entre atividade ou passividade (voz).⁴¹

Há, pois, grande número de termos designadores de subespecificações de formas verbais. O primeiro termo a comentar é **conjugação** (em DT e em AD: *syzygía*, “união sob o mesmo jugo”; latim: *coniugatio*). Por outro lado, esse termo designador de sistematização e exercitação metalinguística não era do interesse dos filósofos.

As lições gregas especificam o **tempo** verbal (*chrónos*; latim: *tempus*) considerando-o na sua ligação temporal com a elocução (exatamente a categoria linguística “tempo”), mas também incluem no exame das flexões verbais da língua grega muitas indicações que correspondem ao que denominamos, nos estudos linguísticos, como **aspecto** verbal. Já Aristóteles tratou do **tempo** nos verbos, observando distinções na forma verbal em correspondência com distinções na relação temporal com a elocução. Quanto aos estoicos, a sua preocupação peculiar de definir as relações de causalidade e os modos de conclusão lhes

³⁹ No Anteprojeto da NGB (CHEDIAK, 1960), verifica-se que a comissão que elaborou o documento escolheu a denominação **aditiva** entre outras concorrentes, e uma delas era, exatamente, **copulativa**.

⁴⁰ A comissão que elaborou a NGB escolheu a denominação **alternativa** entre outras concorrentes, e uma delas era, exatamente, **disjuntiva** (CHEDIAK, 1960).

⁴¹ AD (*Da sintaxe* III, 51-59 apud NEVES, 2005, p.181) não considera como algo próprio do verbo nem a expressão do número nem a do modo, porque essas categorias pertencem às pessoas, bem como não considera que seja da natureza do verbo a indicação das pessoas. Assim, para AD, se o que é particular ao verbo é expressar, por suas transformações, a diferença dos tempos e das vozes (e não das pessoas), o infinitivo está incluído entre os verbos, uma indicação que nem sempre foi feita na história da gramática grega (ver nota 53).

proporcionou motivo para definir muito especialmente essas relações, e, por aí, levou à distinção quádrupla em dois tempos verbais considerados “determinados” (**presente** e **passado**), com dois valores aspectuais em cada um (**durativo** e **completado**).⁴² DT altera a classificação dos estoicos especialmente quanto à separação operada entre **presente** (que fica sem distinções aspectuais) e **passado** (que tem indicados quatro valores aspectuais), e quanto à inclusão do **futuro**.⁴³ De AD há a dizer que existem informações fragmentadas de sua doutrina sobre os tempos. A recolha geral da correspondência das denominações dos três tempos verbais de nossa NGB pode ser resumida como vem a seguir. Verifica-se uma correspondência com o quadro da gramática grega, tanto nos tempos como nas denominações: **presente** (em Aristóteles: *he páronta*; nos estoicos e em DT: *enestós*, participio presente de *enístemi*, “estabelecer-se em”, “tomar consistência”; latim: *praesens*); **pretérito** (nos estoicos: *paroichoméno*s, “que passou”, participio presente de *paroíchomai*, “*ser passado*”, “*ter transcorrido*”, em DT: *parelelytós*, “que passou”, participio presente de *parérchomai*, “passar além”, “transcorrer”; latim: *praeteritum*); **futuro** (nos estoicos e em DT: *méllon*, “que está por vir”, participio presente de *méllo*, “estar a ponto de”, “estar para”; latim: *futurum*).

Também no caso do **modo** verbal (em DT e em AD: *énklisis*⁴⁴, “inclinação”; em AD, também *diáthesis* (*tês psykhês*), “disposição” (da alma);⁴⁵ latim: *modus*), os filósofos não trabalharam com o conceito gramatical da categoria, prendendo-se ao valor lógico ou retórico das frases.⁴⁶ Os gramáticos, por sua vez, assentaram-se nas formas gramaticais, não nos tipos de frases, para a indicação dos modos. Nesse campo, nossa *Nomenclatura gramatical* abriga correspondência (exata

⁴² Combinam-se dois critérios, que correspondem ao que entendemos como **tempo** (presente e passado) e **aspecto** (durativo e completado). A bipartição segundo cada um desses critérios leva a uma divisão em quatro tipos, atribuindo-se a cada um deles um nome duplo: 1) *enestós paratitikós* ou *atelés*, “presente durativo”, ou “imperfecto”, que é o presente grego; 2) *enestós syntelikós* ou *téleios*, “presente completado”, que é o perfeito grego; 3) *paroichéménos paratitikós* (ou *atelés*), que é o imperfecto grego; 4) *paroichéménos syntelikós* (ou *téleios*), que é o mais-que-perfeito grego. Esses eram os tempos determinados (*horisménoi*), mas havia os indeterminados (*áoristoi*). Entre os indeterminados é que se alinha o futuro, ao lado do próprio aoristo grego.

⁴³ A classificação tríplice de DT é a que segue: 1) *enestós*, que é o presente; 2) *méllon*, que é o futuro; 3) *parelelythós*, que é o passado, com os subtipos: *paratitikós*, “durativo”, que é o imperfecto grego; *paracheiménos*, “completado”, que é o perfeito grego; *hypersyntelikós*, “completado no passado”, que é o mais-que-perfeito grego; *áoristos*, “indeterminado”, que é o aoristo grego.

⁴⁴ Observe-se que esse é o mesmo termo que designa a “flexão”.

⁴⁵ Por aí, o “modo” não precisaria referir-se unicamente ao verbo. AD aponta uma diferença entre uma *énklisis* optativa do verbo e uma do advérbio, com o exemplo *eítke*, “oxalá” (*Da sintaxe III*, 95 apud NEVES, 2005, p.212).

⁴⁶ Neves (2005, p.210-211) relaciona os seguintes tipos indicados por filósofos, com as fontes. Aristóteles: a ordem (*entolé*), o pedido (*euché*), a narração (*diégesis*), a ameaça (*apeilé*), a interrogação (*erótesis*) e a resposta (*apókrisis*) (*Poética*, 19, 1456b). Protágoras, em Diógenes Laércio, IX, 53: a imprecação (*eucholé*), a interrogação (*erótesis*), a resposta (*apókrisis*) e a ordem (*entolé*). Estoicos, em Diógenes Laércio, IX, 66: a proposição, que é o fundamento da consideração, e da qual se distinguem: a questão, a interrogação, o imperativo, o juramento, a imprecação, a sugestão, o vocativo e o que é semelhante à proposição.

ou não) com denominação grega nos casos do **imperativo** (*prostaktiké*, ligado ao verbo *prostáso*, “comandar”; latim: *imperativus*) e do **subjuntivo** (em DT e em AD: *hypotaktiké*, “posto sob” “que serve para limitar”; ligado ao verbo *hypotáso*, “subordinar”, “sujeitar uma coisa a outra”; latim: *subiunctivus*). Outra correspondência que fica evidente é a do termo **participípio**, que, entretanto, como já mostrei, não se colocava entre os modos do verbo, mas constituía uma das oito classes gramaticais em DT e em AD (*metoché*, “participação”, ligado ao verbo *metéxo*: “participar de”; latim: *participium*). As demais designações de flexões verbais vêm estudadas mais adiante, quando tratarei de denominações novas da NGB.

Quanto à **voz** verbal os estoicos fazem uma tripartição, que reflete o sistema grego de três vozes, mas que não tem base propriamente gramatical, dirigindo-se mais às predicções do que aos verbos.⁴⁷ Os gramáticos, por sua vez, partem das alterações das formas verbais na expressão da **voz**, prendendo-se ao conceito de “disposição” (em DT e em AD: *diáthesis*;⁴⁸ latim: *vox*), a qual é **ativa** (*energetiké*) ou **passiva** (*pathetiké*), desaparecendo o conceito de “neutro”, para a categoria **voz**. As três vozes da língua grega se classificam, assim, em **ativa** (*enérgeia*, “força de ação”; latim: *activa*), **passiva** (*páthos*, “aquilo que se experimenta”; latim: *passiva*) e **média** (*mesótes*, “o que está no meio”, inexistente na língua latina), com correspondência absoluta dos dois primeiros termos com aqueles que nomeiam as duas vozes da língua portuguesa.⁴⁹

Ainda nesta seção dedicada às classes de palavras, suas subclassificações e flexões, chega-se a um compartimento de termos da nossa NGB que devem ser destacados como diferentes, tanto na forma como no conceito, das designações dadas pelas primeiras gramáticas gregas.

Novamente se começa pela classe do **nome** (*ónoma*), tão ampla e diversificada nas propostas originárias. Destacam-se os termos **próprio** (em DT e em AD: *kýrion*, “aplicado a uma pessoa”; latim: *proprium*) e **comum** (em DT e em AD: *prosegorikón*, “que serve para chamar ou saudar”, “que nomeia”, “apelativo”; latim: “*commune*”); *prosegoría*, “nome apelativo”⁵⁰. Em grego, chama-se, pois,

⁴⁷ Os predicados (*kategorémata*) são classificados em **ativos** (*orthá*, “retos”), **passivos** (*hýptia*, “supinos”) e **neutros** (*oudétera*, “nem um nem outro”).

⁴⁸ A transliteração desse termo, **diátese**, é corrente nos estudos linguísticos, mas não é abrigada na NGB.

⁴⁹ Entretanto, não se deve esquecer que a **voz**, em português, não representa, como representava no grego, correspondência com flexão verbal.

⁵⁰ Apesar da denominação, Prisciano atribui a AD a definição segundo a qual o nome é a parte do discurso que mostra a qualidade própria ou comum do sujeito corpóreo ou incorpóreo: “Secundum Apollonium (nomen est) pars orationis quae singularum corporalium rerum vel incorporalium sibi subiectarum qualitatem propriam vel communem manifestat” (Part. XII vers. Aen. V, 95 apud NEVES, 2005, p.174). Assim, de todo modo, nossas denominações são caudatárias do pensamento grego sobre a linguagem.

“apelativo” ao nome que verdadeiramente nomeia, ao nome “por natureza”, já que o nome **próprio** se institui necessariamente “por convenção”, posição que bem lembra a querela filosófica entre analogia e anomalia, e que não está refletida exatamente nos termos portugueses (e latinos).

Na classe dos **pronomes** merece novo comentário o termo **possessivo** (já no latim: *possessivum*) com que denominamos aqueles que os gramáticos gregos denominavam *parágoi*, “derivados” (termo ligado a forma), ou *diprósopoi*, “bipessoais” (termo ligado a função), denominações que não carregam a noção de “posse”, e que são muito bem aplicadas.

Outros casos de denominações diferentes em relação ao grego estão no campo dos **modos** verbais, outro setor de grande ligação com o pensamento filosófico, nos estudos gregos. Não corresponde à designação grega (e é fiel à denominação latina) o termo **indicativo** (em DT e em AD: *horistiké*, “que serve para delimitar”, “definitório”; ligado a *horismós*, “definição”; latim: *indicativus*).⁵¹ Um pouco diferente é o caso do termo **infinitivo**, de base latina mas não exatamente correspondente à tradução latina do grego (em DT e em AD: *aparemphtikós* / *aparémphatos* “indefinido (quanto a pessoa, número e modo)”; ligado ao verbo *paremphaíno*, “fazer ver”, “pôr em evidência”, “reproduzir (uma imagem)”; latim: *infinitus*), considerado um dos cinco modos verbais pela maioria dos gramáticos gregos.⁵²

Quanto à denominação dos tempos verbais, em vários casos mudam os nomes e muda também a aplicação do conceito. Lembre-se, especialmente, que termos com **imperfecto**, **perfeito** e **mais-que-perfeito**, que hoje se indicam como denominações de “tempos”, aparecem com denominação e também conceituação ligada mais a aspecto, na gramática grega, que mostra uma sensível compreensão das duas categorias, uma distinção metodológica que é facilitada pelo modo de expressão flexional dos verbos gregos: **imperfecto** (em DT e em AD: *paratátikós*, “que continua incompleto”; latim: *imperfectum*); **perfeito** (em DT e em AD: *parakeímenos*, “colocado lado a lado”, daí, “que está presente”; latim: *perfectum*); **mais-que-perfeito** (em DT e em AD: *hypersyntélikos*, “completado no passado”; latim: *plus quam perfectum*). Dos três, o termo grego correspondente

⁵¹ Fica sem indicação, por não termos esse modo verbal em nossa sistematização, o **optativo** (*euktiké*).

⁵² Seguindo a opinião dos estoicos, AD via no infinitivo a própria essência do verbo, e encontrava nele a ideia verbal em toda a sua pureza: o infinitivo é o verbo por excelência, é a forma mais geral (*genikotáte*) do verbo (*Da sintaxe* III, 58-60 apud NEVES, 2005, p.182). Para AD, como o verbo só representa as pessoas e os números quando exprime as disposições de alma, e como o infinitivo não representa nenhum movimento da alma, ele não representa pessoas nem números (BEKKER, 1965, p.883, 1-7 apud NEVES, 2005, p.182). Portanto, os infinitivos se incluem entre os verbos, já que eles são precisamente as formas que não exprimem os estados de alma e não distinguem as pessoas (BEKKER, 1965, p.883, 7-13, apud NEVES, 2005, p.182). O gramático alexandrino Trifão (século I a. C.), pelo contrário, fundamentando-se no caráter abstrato do infinitivo e no fato de que ele pode assumir o papel de um substantivo quando precedido de artigo, não o admitia entre os modos do verbo e lhe chamava *ónoma rhématos*, “nome verbal”. (EGGER, 1854, p.150 apud NEVES, 2005, p.181).

a “imperfeito” é o que está mais próximo da conceituação do tempo verbal assim denominado em português.

Entre os termos relativos às vozes verbais, merece menção, nesta seção, a aplicação do termo **reflexivo** (em DT e em AD: *antipeponthóta*, “inverso”, “recíproco”, ligado ao verbo *antipáscho*, “sofrer em troca”, “experimentar igualmente”), hoje destacado da noção de reciprocidade.

Finalmente, chega-se à consideração de termos totalmente novos, que, no geral, correspondem a seções ou a entidades da gramática que, como já observei em parte mais inicial deste texto, não mereceram interesse na gramática emergente, ou ainda não poderiam ter sido tratadas, no ponto de evolução do pensamento gramatical em que se instituiu a gramática no Ocidente. São, por exemplo, denominações desse elenco, na NGB (apresentadas pela ordem): **morfologia**; (nome) **concreto**, **abstrato**;⁵³ **coordenativa**, **coordenação**; **subordinativa**, **subordinação**; (numeral) **multiplicativo**, **fracionário**; **sintaxe**, e todos os termos ligados a esse componente da gramática, exceto **sujeito** e **predicado**, que são termos traduzidos: **sujeito** (*hypokeímenon*); **predicado** (*rhêma*).

A terceira seção da NGB: o Apêndice

Pode-se dizer que o Apêndice da NGB é o “fecho grego” do documento. Entretanto, poucos dos termos vieram por uma tradição de estudos gramaticais, o que se revela, mesmo, no fato de eles serem, em grande parte (trinta, em setenta e sete) transliterações, e não traduções providas do latim, o que os retira de um curso na história das ideias gramaticais.

Começamos pelas **Figuras de sintaxe**, que têm todas as quatro denominações constituídas por transliterações do grego: **anacoluto** (*anakolouthos*, “que não é a sequência de”, “inconsequente”); **elipse** (*elleipsis*, “falta”, “insuficiência”; oposto a *hyperbolé*; ligado ao verbo *elleipo*, “deixar atrás de si”, “deixar de lado”); **pleonasma** (*pleonasmós*, “excesso”, “abundância”, ligado ao verbo *pleonazo*, “ser excessivo”); **silepse** (*syllipsis*, “ação de abarcar”, “compreensão”, termo encontrado em DT para falar de advérbios que têm ideia de reunião). O mesmo ocorre com os **Vícios de linguagem**, com todas as quatro denominações constituídas por transliterações do grego: **barbarismo** (*barbarismós*, já em Aristóteles: “uso de uma língua estranha”; em AD, “incorreção no uso da palavra, por ser estranha ao helênico”); **solecismo** (*soloikismós*, já em Aristóteles: “falta contra as regras da língua”; em AD, “incorreção na construção da frase”);⁵⁴ **cacofonia** (em AD, *kakophonía*: “voz desagradável”).

⁵³ Lembre-se que a gramática grega sugeriu a distinção, mas não cunhou os termos.

⁵⁴ Sóloí era colônia ateniense (na Cilícia), onde se falava mal.

Continuemos com os termos de **Gramática histórica** (trinta e quatro), muitos deles formados no português (como **ditongação**, **vocalismo**, **vocalização**), com treze transliterações, mantendo-se ou o conceito e/ou a aplicação.

Nos casos seguintes não há uma idêntica aplicação de conceito: **analogia** (*analogía*), denominação que na NGB entra como questão de gramática histórica, e na história do pensamento linguístico grego entra na controvérsia filosófica de analogia *versus* anomalia; **etimologia** (*etymología*, “sentido verdadeiro ou primitivo de uma palavra”), que na nossa visão é uma questão técnica (gramática histórica), e no pensamento grego tinha profundas implicações filosóficas; **crase** (*krâsis*; sentido ativo: “mistura”, “ação de misturar”, oposto a *mîxis*, “mistura em que as coisas continuam distintas (grãos)”); sentido passivo: “mistura”, “resultado de mistura”), termo de grande significação na filosofia, hoje questão formal e de aplicação sintática.

Em alguns casos, a correspondência de conceito é bastante próxima, embora sem geral a apreciação dos fatos denominados tenha diferentes direções: **aférese** (*aphaíresis*, “retirada”; em AD, “queda de uma letra”); **apócope** (*apokopé*, “amputação”, ligado ao verbo *apokópto*, “golpear”, “cortar”; em AD, “supressão de letras no final das palavras”); **epêntese** (*epénthesis*, “intercalação”, ligado ao verbo *epentíthemi*, “intercalar”); **haplogia** (*haploûs*, “simples” + *lógos*); **hiperbibismo** (*hyperbibasmós*, “transposição”, ligado ao verbo *hyperbibázo*, “fazer passar para outro lado”); **metátese** (*metáthesis*, “transporte”, “transposição”); **neologismo** (*néos* + *lógos*); **prótese** (*próthesis*, “adição”); **paragoge** (*paragogé*, “ação de trazer”, “ação de puxar”; verbo *parágo*, “conduzir de lado”; em AD, “derivação”); **prótese** (*próthesis*, “adição”), termo que, nos gramáticos, também denomina a classe das **preposições**; **síncope** (*synkopé*, “fracionamento em pequenos pedaços”; em AD, “supressão de letras”).

Vamos à **Ortografia** (dezoito termos), que tem oito denominações ligadas ao grego, entretanto com apenas duas que são representativas de transliteração de termos constantes nas primeiras reflexões gramaticais gregas: **homófono** (*homóphonos*, “que fala a mesma língua”, “que tem o mesmo som”; exemplo: nominativo e vocativo); **apóstrofo** (*apóstrophos*, “que se desvia”, “de que alguém se desvia”, ocorrente nos escólios de DT e em AD indicando elisão de vogal final). Três outras (**alfabeto**, **dígrafo**, **homógrafo**) têm formação com elementos gregos, mas não representam preocupações terminológicas da tradição grega.⁵⁵ O termo **trema**, embora transliteração do grego (*trema*, “furo”, “buraco”, “pontos sobre um dado”, ligado ao verbo *tetraíno*, “furar”, “cortar”), também não era ocorrente como termo da gramática.

⁵⁵ *Alphabetum*, ressalve-se, está em Prisciano.

Na parte referente à **Pontuação** (treze termos), apenas um constitui transliteração de termo grego constante dos estudos sobre língua e linguagem:⁵⁶ **asterisco** (*asterískos*, “pequena estrela”), designação do sinal em forma de estrela com que os críticos marcavam as passagens de texto consideradas espúrias, e que também era usado como sinal de métrica. Por outro lado, designações novas, nesse compartimento, são **ponto e vírgula**, correspondente ao grego *mése stigmé*, “meio ponto”, e **vírgula**, correspondente ao grego *hypostigmé* (literalmente: “subponto”).

No setor da **Significação das palavras**, dois termos (que, na verdade se referem a subclasses de nomes, na gramática grega, e que, portanto, têm outra aplicação na NGB) vêm por transliteração: **homônimo** (*homónymos*, “que tem o mesmo nome”) e **sinônimo** (*synónymos*, “que tem o mesmo sentido”). São dois termos muito importantes na visão aristotélica da relação entre as palavras e as coisas, ou seja, no tratamento da significação.

O Apêndice da NGB também traz denominações (cinco) que constituem tradução de denominações gregas. Termos da **Ortografia** são: **acento** (*tónos*, ligado ao verbo *teíno*, “estender”; latim: *accentus*); **agudo** (*oxýs*, “agudo”; latim: *acutus*); **grave** (*barýs*, “pesado”; latim: *gravis*); **circunflexo** (*perispómenos*, ligado ao verbo *perispáo*, “fazer uma conversão à direita ou à esquerda”, “fazer obliquar duas vezes”; latim: *circumflexus*). Desse mesmo tipo é o termo de **Pontuação** denominado **ponto final** (*stigmé*⁵⁷ ou *teleía stigmé*, “ponto (final)”, com o adjetivo: *téleios*, “último”, “final”).

Ao final chegamos a preocupações novas de denominação, resultantes de direções que o campo de estudo tomou, e que são pouco numerosas. Como já aponte no início, esses termos são notados especialmente na **Morfologia**, e principalmente na parte referente à estrutura e formação de palavras. Muitas apresentam formação vernácula ligada ao grego, outras representam tradução latina. Citem-se, além de todas as denominações ligadas à classificação das vogais e consoantes: **analítico / sintético**; **regular / irregular**; (verbo) **defectivo, abundante, auxiliar**; **monossílabo, dissílabo**, etc.; **tônico, átono, rizotônico**, etc.; **raiz, radical afixo, prefixo, sufixo, desinência, vogal temática, vogal de ligação, cognato, derivação, composição, hibridismo**.

⁵⁶ Os termos gregos para tal fim instituídos aparecem com os primeiros gramáticos alexandrinos. Aristófares de Bizâncio (257-180) reduziu a acentuação e a pontuação a um sistema definido (SANDYS, 1915, p.38 apud NEVES, 2005, p.119-120). O universo de consideração era o da crítica filológica, especialmente a recensão de textos.

⁵⁷ O termo grego *stigmé*, “estigma” designava sinal para marcar suspeita de condição espúria de uma palavra.

Considerações finais

Como peça que é do conjunto ocidental da consolidação de uma visão sistematizada da gramática da língua, a organização da gramática vigente no Brasil é tributária, por via da gramática latina, da organização gramatical que emergiu do esforço de preservação da língua dos estudiosos de Alexandria, que, nas suas formulações, amparavam-se no aparato herdado do pensamento filosófico grego. Consequentemente, essa organização é tributária também da terminologia referente às entidades envolvidas.

Apesar de todos os novos encaminhamentos que a ciência linguística deu à visão e ao estudo da linguagem e da língua, em todo o Ocidente as organizações oficialmente instituídas conservam um núcleo comum bastante fixo do conjunto de termos que designam unidades, categorias e funções ligadas ao funcionamento das diversas línguas dessas nações. No português do Brasil, há um documento em que se registra a nomenclatura gramatical oficializada, preparado no sentido de garantir um modo de referência comum às entidades, e, assim, uma uniformização mínima de referências. Não se discutem, aqui, as vantagens e desvantagens da existência desse documento, ele apenas foi tomado como ponto de partida do exame pela conveniência de poder-se contar com um elenco de termos que, instituídamente, são vigentes no Brasil e podem testemunhar o que este estudo se propôs.

Como já indiquei ao configurar o propósito do trabalho, partindo desse núcleo comum de designações oficialmente vigentes no Brasil, foi possível chegar a uma amostra que mapeia conceitualmente posições relativas a língua e linguagem assumidas (e mantidas ou não), na história do pensamento ocidental sobre gramática, nossa fonte histórica natural.

NEVES, M. H. M. The legacy of Greek in the Brazilian grammatical terminology. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.641-664, 2011.

- *ABSTRACT: This study aims at investigating the existence of a Greek terminological legacy in the Brazilian grammatical organization, taking into account that the initial Greek grammar is the source of our grammar, through the Latin grammar, and that the field defined by it is a reference point for studying the evolution of Western thought about language. The theoretical and methodological approach is based on Historical Linguistics along the lines that guided the extensive research on the emergence of grammar in the West, which is the source of the information organized here (NEVES, 2005). The reflections focus on the examination of nomenclature, considering that it conceptually maps the set of positions assumed, and in general maintained, that deserve consideration. Among other things, the survey compared both Greek terms inherited in the continuous current of the grammatical thinking with Greek terms introduced later, and terms transliterated from the Greek with terms modeled on the Latin translation. In addition, there have been cases of names that were changed while the*

concept was kept and cases of concepts that were changed while the name was kept. Anyway, the examination of the nomenclature reveals the undeniable existence of a Greek legacy in the organization of the Portuguese grammar.

■ **KEYWORDS:** *Brazilian grammatical nomenclature. Alexandrian grammar. Western grammar.*

REFERÊNCIAS

APOLONIUS DISCOLUS. *Grammatici graeci*. Aparato crítico e comentários de G. Uhlig e G. Schneider. Leipzig: Teubner, 1910.

BARBOSA, N. S. S. *Interpretação da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: CADES, 1962.

BEKKER, I. *Anecdota graeca*. Graz: Akademische Druck u. Verlagsanstalt, 1965. 3v.

CHEDIAK, A. J. (Org.). *A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: CADES, 1960.

NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. 2. ed. rev. São Paulo: Ed. da Unesp, 2005.

PRISCIANO. Editado por H. Keil. *Grammatici latini*. Hildesheim: G. Olms, 1961.

UHLIG, G. *Dyonisii Thracis Ars Grammatica*. Leipzig: Teubner, 1883.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

SEXTUS EMPIRICUS. Works. Translated by R. G. Bury. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1953-1959. 4v.

Recebido em março de 2011.

Aprovado em julho de 2011.

A CONSTRUÇÃO DA NORMA LINGUÍSTICA NA GRAMÁTICA DO SÉCULO XVIII

Marli Quadros LEITE*

- RESUMO: A gramática do Pe. Jerônimo Contador de Argote, *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, na sua segunda edição (1725), traz um capítulo voltado à variação linguística, que constitui um pequeno tratado de dialetologia, com minucioso estudo dos dialetos regionais e comentários importantes sobre os dialetos sociais, pelos quais se conhece não somente o estágio em que se encontravam os estudos linguísticos da época, como também pormenores sobre a norma do português praticado na época. Essa é uma obra iluminista e tem como objetivo fundamental descrever as regras da língua portuguesa de modo a identificá-la completamente com o latim, de tal maneira que tudo o que, no português, não estivesse de acordo com as regras dessa língua deveria ser posto de lado, e o mestre deveria negar-se a ensinar aos alunos as estruturas desviantes, por considerá-las **idiotismos**. Essa gramática constrói-se sobre dados linguísticos observados pelo autor na prática da língua e, portanto, não traz exemplos literários. Nosso objetivo é mostrar, com base em princípios e métodos da historiografia linguística, como aspectos da variação linguística foram considerados e registrados nessa gramática e como revelam aspectos da normalização do português.
- PALAVRAS-CHAVE: Uso linguístico. Norma linguística. Variação linguística. Gramática.

Considerações iniciais

Na história da língua portuguesa, há três gramáticas relevantes de diferentes séculos (XVI, XVIII e XX), no que concerne ao tratamento da variação linguística, todas de suma importância para o estudo da historiografia da gramática e a constituição da norma gramatical. Para falar do assunto, é obrigatória a referência a nossa primeira gramática, a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, não somente por ter sido o instrumento que gramatizou o vernáculo,¹ mas também porque registrou o estado da língua falada por pessoas cultas naquela altura no século XVI, com importantes referências sociolinguísticas. Depois dessa, tem-se de citar a gramática do Pe. Jerônimo Contador de Argote, *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, na

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo – SP – Brasil – 05508-900– mqleite@usp.br

¹ *Vernáculo* no sentido da língua nativa, própria dos portugueses. Nessa acepção a palavra é empregada neste trabalho.

sua segunda edição, de 1725, que traz um capítulo completa e especialmente voltado à variação linguística, com minucioso estudo dos dialetos regionais, e comentários importantes sobre os dialetos sociais, pelos quais se conhece não somente o estágio em que se encontravam os estudos linguísticos da época, como também pormenores sobre o português praticado na época. Além dessas, de séculos mais recuados em relação ao nosso tempo, há a *Nova gramática do português contemporâneo*, publicada em 1985, de autoria de dois estudiosos da língua portuguesa, ambos filólogos, linguistas e gramáticos, são eles o português Lindley Cintra e o brasileiro Celso Cunha. Essa gramática reflete a preocupação dos autores com o problema da variação linguística e com o estabelecimento de uma norma que pudesse ser tão abrangente quanto possível para permitir a elaboração de um instrumento que pudesse ser consultado por falantes de todas as variedades da língua portuguesa, especialmente por aqueles das variantes europeia, americana e africana.

A diferença entre esses instrumentos são muitas. A primeira decorre naturalmente da época em que foram escritas: a de Fernão de Oliveira é um exemplo de obra renascentista/humanista, voltada para a gramatização do vernáculo, cujo objetivo foi, antes de tudo, enaltecer a língua, ressaltando suas qualidades e eficiência para dizer a ciência e a arte². A segunda, escrita depois de já passado o momento do registro do **vernáculo** como *língua*, é uma obra iluminista e, por isso, tem como objetivo fundamental descrever as regras da língua portuguesa, de modo a identificá-la completamente com o latim, de tal maneira que tudo o que no português não estivesse de acordo com as regras dessa língua, deveria ser posto de lado. O mestre deveria negar-se a ensinar aos alunos as estruturas desviantes, os **idiotismos**, pois o foco do ensino era a busca pelas regras coincidentes com as do latim. Era a busca pelos **universais linguísticos**. Essas duas gramáticas constroem-se sobre dados linguísticos observados pelos autores na prática da língua e, portanto, não trazem exemplos literários.³ Já na terceira gramática, escrita nos últimos anos do século XX, cuja filiação teórica deve-se ao estruturalismo, toda a elaboração da norma assenta-se sobre exemplos literários, extraídos de textos dos séculos XIX e XX, mas predominantemente deste, e oriundos das três variedades do português, embora de modo não equilibrado, em prejuízo da variedade africana.

Esse artigo inscreve-se no quadro da historiografia linguística (AUROUX, 1992, 1998a, 2007) no âmbito dos estudos da história das ideias linguísticas, já que se volta à análise da constituição do saber linguístico, nesse caso consolidado em

² Especialmente, Fernão de Oliveira afirma o português como uma língua diferente do latim, negando, mesmo, a filiação do português a essa língua (LEITE, 2007).

³ Nas *Regras*, há, contudo, alguns exemplos da linguagem literária quando o autor trata do “dialeto poético”, conforme veremos adiante.

um instrumento linguístico (AUROUX, 1998b), a gramática, que constitui nosso objeto de análise. Para Auroux (2007), o conhecimento, o ato de saber, é uma realidade histórica, marcado pela temporalidade. Por isso, a análise e a descrição de conhecimentos anteriores são fundamentais à interpretação da continuidade dos saberes, embora nem sempre isso se dê por acumulação. O estudo da história do conhecimento é importante para a explicação da relação dos conhecimentos ao longo do tempo, assim como para análise da causalidade existente entre eles. Para que tudo isso seja possível, pode-se considerar o estudo do que Auroux (1987, 2007) denomina **horizonte de retrospecção**, que é o conjunto dos conhecimentos antecedentes ao que se estuda em dado tempo.

O horizonte de retrospecção de Argote

D. Jerônimo Contador de Argote, português de Colares, nasceu em 1676 e morreu em 1749, em Lisboa, no Convento dos Caetanos. Além de gramático, o padre foi historiador e escreveu, dentre outras, a obra *Memórias históricas do arcebispado de Braga* (1744), dividida em quatro volumes e dedicada ao rei D. João V. A gramática de Argote, *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, teve duas edições, tendo sido a primeira, de 1721, publicada sob o pseudônimo Pe. Caetano Maldonado da Gama. A gramática organiza-se em quatro partes: a primeira, com onze capítulos, trata de morfologia; a segunda, com oito capítulos, trata de sintaxe; a terceira, com sete capítulos, trata de sintaxe figurada; e a quarta, acrescentada na edição de 1725, trata da variação linguística. Essa edição, a segunda, é, por isso, diferente da primeira, porque trouxe essa quarta parte com três capítulos, sendo o primeiro “Dos dialectos da lingua portugueza”; o segundo sobre a “Construção da lingua portugueza”; o terceiro sobre “Pratica da regencia da lingua portugueza”, acompanhado da análise, apresentada como exercício de uma carta, inédita naquela época, do Padre Antonio Vieira.⁴

Essa foi a primeira sistematização, embora ainda imperfeita, dos dialetos portugueses (continentais, insulares e ultramarinos).⁵ O comentário sobre o assunto é organizado a partir da classificação de três tipos de dialetos: **locais**, **de tempo**, e de **profissão**. Ademais, o autor, além de tratar de variedades diatópicas e diacrônicas, trata também da variedade diastrática, embora superficialmente, quando se refere à linguagem popular, à gíria de Lisboa e à linguagem dos ciganos. Os “dialetos de profissão”, como denominados pelo gramático são, em verdade, referentes ao estilo (prosa e verso) e não aos dialetos sociais. Antes de Argote,

⁴ Outras novidades da edição são: a revelação do nome do autor e uma dedicatória ao príncipe (que se tornou o rei D. José I).

⁵ Cf. VASCONCELOS, 1987, p.55.

gramáticos e ortógrafos reconheceram a variação da língua,⁶ mas nenhum havia tocado tão profundamente o assunto.

A gramática beneficiou-se de alguma repercussão na época em que apareceu, mas teve apenas as duas edições, as antes citadas de 1721 e de 1725. Como argumento em favor da importância e reconhecimento da obra, em seu tempo, lembramos que Antonio José dos Reis Lobato (1770, p.XXIX), autor da *Arte da Grammatica Portuguesa*, de 1770, o gramático oficial de Portugal da época do rei D. José I, cuja obra foi recomendada pela reforma pombalina, refere-se às *Regras* e, embora teça severas críticas a alguns “erros” de Argote (1725), afirma que “[...] não obstante ser huma das melhores, entre as que se tem escrito de linguas vulgares; he diminuta e contem muitas regras falsas”.⁷

O texto das *Regras* de Argote (1725) apresenta-se na forma de diálogo, à moda dos socráticos,⁸ em que “conversam” o Mestre (M.) e o Discípulo (D.), estando o mestre no papel de inquiridor, como Sócrates, para levar o discípulo a refletir e encontrar as respostas sobre os temas gramaticais a respeito dos quais falam.

A gramática de Argote (1725) segue uma tendência universalista já inaugurada, ainda que intuitivamente, na gramaticologia portuguesa, por Fernão de Oliveira e desenvolvida por Amaro de Roboredo, autores que haviam intuído a existência de regras universais nas línguas. Argote (1725), diferentemente dos primeiros, porque muito consciente dessas regras, afirma-se partidário da *Grammaire Générale e Raisonnée*, de Port Royal, tanto que assim diz na Introdução:

Também advirto que alguns poderão estranhar a explicação, que dou a alguns pontos da Grammatica Portuguesa, porém os que forem versados na lição do novo methodo dos Padres da Congregação de Portroial, e da Grammatica discursada do Padre Lami, verão que na explicação da Grammatica Portuguesa observo a mesma doutrina, que elles observarão a respeito da Latina. (ARGOTE, 1725).

⁶ Vasconcelos (1987) dá notícia completa de autores que falaram da variação linguística portuguesa antes e depois de Argote (1725), mas aqui transcrevemos apenas as indicações dos autores que o antecederam: Fernão de Oliveira (1536), na *Gramática da lingua portuguesa*; João de Barros (1540), no *Diálogo em louvor de nossa linguagem*; Duarte Nunes do Leão (1576 e 1606), na *Orthographia da lingua portuguesa e Origem da lingua portugueza*; Faria de Souza (1628, 1678, 1730), em, respectivamente, *Europa portugueza*, *Epitome de las historias portuguesas* e *Historia del reyno de Portugal*; Ferreira de Vera (1631), na *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*; Bento Pereira, (1666, 1672), nas *Regras geraes breves e comprehensivas da melhor orthographia com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina, e portugueza* e *Ars Grammaticæ pro Lingua Lusitana addiscenda Latino Idiomate proponitur*[...]; Dom Francisco Manoel de Mello (1721), nos *Apologos dialogaes*.

⁷ Reis Lobato (1770) critica também as gramáticas de Fernão de Oliveira (1536), de João de Barros (1540) e do Pe. Bento Pereira (1672).

⁸ Seguindo a “gramática discursada do padre Lami”, como denominou o próprio autor, no prólogo, explicando a sua filiação; assim também Reis Lobato (1770, p.XXIV) se referiu às *Regras*.

Na obra, embora a preocupação central seja a confirmação das regras gerais e comuns ao latim e ao português, em várias passagens, Argote (1725) se refere ao **uso**, para falar de aspectos próprios do português, ou, conforme se observa, de aspectos de variação linguística. Verifica-se que o registro da variação aparece de dois modos na gramática de Argote (1725): 1. nos capítulos em que expõe a doutrina gramatical e nos exemplos em que traz à tona a diversidade; 2. no capítulo específico em que trata dos dialetos do português.

O exame da variação linguística nessa gramática pode ser feito a partir de dois pontos de vista: o da relação das regras do português em contraste com as do latim, que produz um tipo de variação que consideramos **exógena**; e o da variação interna ao português, que consideramos **endógena**, já que o autor toma como parâmetro para análise da diversidade linguística um dos dialetos, o da Estremadura, especialmente o praticado por pessoas cultas, em relação aos dialetos de outras províncias, de pessoas cultas, ou não.

A variação exógena: regras do português em contraste com as do latim

Retomamos, para melhor explorá-los, os títulos “*Dos idiotismos*, *Das figuras de dicção*” e “*Das palavras enclíticas*” por entender que há aí registros valiosos sobre o uso e a variação na língua portuguesa. Considera-se que, nesse caso, a variação como **exógena** porque se percebe que o autor entendeu como “diferentes” todos os fenômenos em que as regras do português são divergentes daquelas do latim.

No capítulo V, à pergunta do mestre sobre o que é idiotismo, o discípulo responde:

M. E neste Capitulo, que entendeis pela palavra Idiotismo?

D. Entendo todos os modos, e termos de fallar a lingua Portugueza, que não tem conveniencia, ou semelhança com a Grammatica Latina, ainda que os taes modos de fallar da lingua Portugueza se achem na Grammatica de outras linguas vulgares, assim como na Castelhana, Italiana, &c. (ARGOTE, 1725, p.258).

É pela descrição dos idiotismos que se conhecem, então, fenômenos típicos da língua portuguesa. Esse capítulo mostra claramente que um dos focos de preocupação do gramático é **a variação da língua portuguesa em relação ao latim**, tanto que a explicação dos fenômenos tipicamente portugueses parece escapar da capacidade do autor para formular regras, já que, até então, a atenção maior dos gramáticos recaía sobre as regras do latim, língua sobejamente gramatizada e explorada, o que não se podia afirmar sobre a língua portuguesa até então; por isso, quando o Mestre indaga ao Discípulo acerca das regras dos idiotismos, esse não tem outra saída a não ser dizer que não se deve ensinar a

gramática “bárbara” aos alunos, como se poderá verificar a seguir pela leitura dos exemplos.

Os idiotismos apresentados dizem respeito a: 1. uso dos artigos; 2. declinações dos nomes e terminações dos casos; 3. ausência de plural dos pronomes demonstrativos (**isto, isso, aquilo**) e adjetivo [indefinido] **tudo**; 4. emprego de voz, tempos e modos verbais; 5. uso de advérbios, preposições e conjunções; 6. emprego da concordância; emprego da regência; 7. uso de metáforas.

O capítulo VI, “*Das figuras de Dicção*”, traz as regras e os exemplos portugueses sobre os fenômenos de **adição, subtração e comutação**, mas, como se observa na fala do próprio Discípulo, não há ênfase sobre isso na obra, embora para todos os tipos de metaplasmos existam exemplos. Evidentemente esse é um tema importante para o conhecimento da variação linguística, porque é o uso que modifica as palavras por meio dos referidos processos de alteração fonética das palavras.

Para que a matéria fique mais bem explicada, apresentamos, a seguir, um quadro em que se vê resumida e estruturada a lição do autor sobre os metaplasmos:

Figura [Metaplasmo]	Posição na palavra/ Classificação	Conhecimento caso a caso.	Frequência de uso na LP	Exemplos
Adição – quando na palavra se acrescenta alguma letra, que segundo as regras commuas não devia ter.	Principio – prothèse Meyo – epenthese Fim - paragoge	Pelo uso. Pelo uso. Pelo uso.	1. Não muyto usada. Não muyto usada. Não	Sombrar por Assombrar; Quera por queyra &c. Quis.
Subtracção – quando na palavra se tira alguma letra, ou letras, que segundo as regras commuas devia ter.	Principio – apherese. Meyo – syncope. Fim – apocope.	Pelo uso. Pelo uso. Pelo uso.	Naõ. Sim. Naõ.	Pollonia por Appolonia; Amares por amardes; heis por haveis; Dirme-há por dizerme-há &c. Quer por quere.
Comutação – na palavra se muda huma, ou muytas letras em outra, ou outras, contra as regras commuas.	-	Pelo uso.	Sim.	Digo, diga, perco, perca minto, minta de dizer, pedir, mentir; lede de ler; peço de pedir; despeço de despedir. Prisão de prender. No, na, nos nas de em + o, a, os, as; pelo, pela de por + o, a, os, as. Cento de cem; Santo de São. Grão de grande, &c.

Figura [Metaplasmo]	Posição na palavra/ Classificação	Conhecimento caso a caso.	Frequência de uso na LP	Exemplos
Apostrophe – quando a palavra perde a última vogal para continuar com a palavra, que lhe vai diante, e formarem ambas uma só palavra..	-	Pelo uso.	Sim.	Antontem de ante e ontem; Pedralvares de Pedro Alvares; Marianna de Maria Anna; Dissemo de disseme o; Diagama de diga me a; Lha manda de Lhe a manda.

Quadro 1 – Figuras de dicção⁹

Fonte: Autoria própria.

O processo denominado pelo autor **apóstrofe** traduz a tendência da fonética do português europeu de elidir ou reduzir as sílabas **pré** ou **pós** tônicas. Sobre o registro gráfico das palavras resultantes de tal processo, o autor esclarece que ficam as palavras que perdem sílabas, ou parte delas, juntas em uma palavra só, porque o português, àquela altura, não possuía o diacrítico, o apóstrofo, como outras línguas, para que se pudesse registrar a perda de sons, por exemplo, Pedr' Alvares.

O capítulo VII, “*Das palavras Enclíticas*”, é importante para a historiografia gramatical por ser a primeira sistematização, para o português, do fenômeno da ênclise e, também, porque registra o fato de a posição da partícula enclítica ser variável para o português europeu, até o século XVIII. No comentário sobre a ênclise, evidentemente, observa-se a tendência da época a respeito da próclise e se verifica que ambos os fenômenos, desde a origem, foram entendidos e explicados pela entoação.

Depois da explicação sobre o conceito da “dicção enclítica”, isto é, da perda de força tonal da partícula que se põe em ênclise, o mestre pergunta, e o discípulo responde:

M. E que cousa he tom?

D. **He hum certo geyto, ou diversidade de som, com que pronunciamos a mesma palavra, ou particula.**

M. Dizey exemplo.

D. *Dizme* nesta palavra a particula *Me* se pronuncia com algum geyto, ou diversidade, do que quando pomos a particula *Me*, antes do Verbo *Diz*, e pronunciamos *Me diz*. (ARGOTE, 1725, p.287, grifo nosso).

⁹ Mantém-se, nas transcrições, a ortografia original da obra.

Importante, também, é que o gramático restringiu o conceito de ênclise ao problema da colocação pronominal, como se pode ver no seguinte trecho:

M. E quaes são as particulas, ou dicções Encliticas na lingua Portugueza?

D. São estas *Me, Te, Se, Lhe, Nós, Vós, Lhes*, e a meu ver tambem os relativos *O, OS, A, As*.

M. E quaes são as regras dos Enclíticos?

D. São estas. **Todas as vezes que estas particulas ou pronomes *Me, Te, Se, Lhe, Nós, Vós, Lhes*, se poem logo depois do Verbo, se fazem Encliticas. Isto he mudaõ o seu tom.** (ARGOTE, 1725, p.287, grifo nosso).

Essa passagem não deixa dúvidas de que, para o autor, o conceito da ênclise não se faz primeiro pela posição da partícula depois do verbo, mas, ao contrário, pela mudança de tom, de forte para fraco, da partícula que se põe depois do verbo, e é pelo enfraquecimento do tom que ela se faz enclítica. O fenômeno é fonético e tem consequência sintática, como foi, séculos depois, retomado por Ali (1908) para explicar a preferência pela próclise na prática do português do Brasil. Esse tema, contudo, por não ter sido bem compreendido desde a origem, foi motivo de polêmicas linguísticas no Brasil, nos séculos XIX e XX (até meados), e configurou a identidade do português praticado pelos brasileiros. Hoje uma gramática de referência, como a de Cunha e Cintra (1985), traz um subcapítulo intitulado “A colocação dos pronomes átonos no Brasil”.

O conceito da próclise existe, embora o fenômeno não seja como tal denominado nas *Regras*, quando o autor trata dos casos em que os pronomes (tônicos ou átonos) são postos antes do verbo. A explicação para isso é a seguinte:

M. E quando estas particulas, ou pronomes se poem antes do Verbo, são Encliticas?

D. Não.

M. Dizey exemplo.

D. *Pedro me he suspeyto*, onde a particula *Me*, não he Enclitica, porque està antes do Verbo.

M. E estes pronomes, ou particulas podem-se por antes, ou depois do Verbo?

D. **Communmente ou se pòdem pòr antes, ou depois.**

M. Dizey exemplo.

D. ***Tu dàslhe paõ*, ou *Tu lhe dàs paõ*, onde a particula *Lhe* em huma Oração está depois do Verbo *Das*, em outra está antes.**

M. E quando são Enclíticos os relativos *O, Os, A, As*?

D. Quando se ajuntão aos pronomes *Me, Te, &c.* que vem logo depois dos Verbos.

M. Dizey exemplo.

D. *Deylhos*, onde o relativo *Os* está Enclítico, porque se ajunta ao pronome *Lhe* vindo depois do Verbo *Dey*. (ARGOTE, 1725, p.289, grifo nosso).

Para reforçar a ideia de que a colocação pronominal do português europeu no século XVIII não sofria as restrições que vieram a vigorar depois, trazemos à luz duas outras gramáticas: primeiro, a gramática oficial, porque recomendada pelo alvará pombalino, a *Arte de Grammatica da Lingua Portuguesa*, de António José dos Reis Lobato, publicada em 1770; e, segundo, a gramática de Pedro José da Fonseca, *Rudimentos da Grammatica Portuguesa, Cómmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*, de 1799, uma das primeiras gramáticas portuguesas construídas com exemplificação literária.¹⁰

Na *Arte*, não há, propriamente, referências à colocação dos pronomes, mas veem-se casos de colocação embutidos, lateralmente, no livro IV, “*Das Figuras da Dicção*”, que trata dos metaplasmos, “*Synalefa, Aferese, Syncope, Apocope, Antithese, Prothese*”. Assim, diz o autor:

Usa-se Synalefa nos Pronomes *Me, Te, Lhe*, quando se lhes seguem *o, os, a, as*; porque então perdem a vogal final *e*, e se ajuntão com a vogal da palavra seguinte, pronunciando-se ambas, como se fosse huma só; porque dizemos: *Mo, Mos, Ma, Mas, To, Tos, Ta, Tas, Lho, Lhos, Lha, Lhas*, em lugar de *Me-os, Me-a, Me-as, Te-o, Te-os, Te-a, Te-as, Lhe-o, Lhe-os, Lhe-a, Lhe-as*, como v.g. quando dizemos: *Entregarão-mo, Derão-ta, Affirmarão-lho*, em lugar de *Entregarão-me-o, Derão-te-a, Affirmarão-lhe-o*. (LOBATO, 1770, p.223).

Ao tratar da Syncope, todavia, Lobato (1770) sugere outra possibilidade de uso das formas de futuro, em que o pronome aparece intercalado entre o verbo principal e a forma sincopada do passado do verbo haver, quando comenta a figura da sinalefa, acima apresentada. Nesse caso, este é o texto:

Usa-se da figura da Syncope em todas as pessoas, assim do singular, como do plural do preterito imperfeito do indicativo do verbo *Haver*, quando se pospõe á voz infinita do presente de qualquer verbo, dividindo-os pela figura Tmesis alguma das seguintes palavras: *Me, Te, Lhe, Nós, Vós, Lhes, O, Os, A, As*; porque dizemos *Ama-lo-hia, Ama-lo-hias*,

¹⁰ Há outra gramática, também de 1799, de Pedro José de Figueiredo, que traz exemplos literários.

Amar-te-hião, em lugar de *Ama-lo-havia*, *Ama-lo-havias*, *Ama-lo-havião*. (LOBATO, 1770, p.224).

Já a gramática de Pedro José da Fonseca (1799) traz um parágrafo (§ IV) do capítulo sobre sintaxe dedicado à colocação pronominal, cujo título é *Da Construcção do verbo com o pronome*. E nesse caso, assim como na gramática de Argote (1725), a regra de colocação permite a posição proclítica ou enclítica, sem restrições. Assim, diz o autor:

Os pronomes pessoais, e demonstrativos se ajuntão aos verbos, quando a significação destes recahe sobre os ditos pronomes, pondo-se, ou antes, ou depois dos mesmos verbos, com aquellas terminações, que são proprias de cada hum delles.

Pelo que tanto póde dizer-se: *me* louvas, *te* estimo, se vai, *o*, ou *a* lisonjeio, *os* ou *as* engrandecem, *se* vingão; como: louvas-*me*, estimo-*te*, vai-*se*, lisonjea-*o*, ou lisonjea-*a*, engrandecem-nos, ou engrandecem-nas, vingão-*se*. (FONSECA, 1799, p.242-243).

Vê-se, assim, que as regras de colocação pronominal, com predomínio para a ênclise, não foram gramatizadas no século XVIII. A gramatização é processo contínuo que acompanha a variação e a mudança da língua (AUROUX, 1992).

A variação endógena: os demais dialetos versus o da Estremadura

A quarta parte das *Regras* é completamente voltada para a questão do uso linguístico e sua variação. São dois capítulos que a formam: I. *Dos dialectos da lingua Portuguesa*; e II. *Da construção da lingua Portuguesa*. Ambos voltam-se para as diferenças que o autor observou internamente na língua portuguesa, no que diz respeito a diferenças *regionais*, *sociais*, *temporais*, e de *profissão*. Nesse último caso, no que tange à diferença de estilo, prosa e verso. Passaremos, pois, a explorar essas diferenças endógenas do português.

Primeiro, observa-se a posição inequívoca do autor quanto à conceituação de dialeto, como um fenômeno de variação interna da língua:

Mestre. Que quer dizer Dialecto?

D. Quer dizer modo de falar.

M. Que cousa he Dialecto?

D. **He o modo diverso de falar a mesma lingua.**

M. Dizey exemplo

D. O modo, com que falla a lingua Portugueza nas terras v.g. da Beyra, he diverso do que se falla a mesma lingua Portugueza em Lisboa porque em huma parte se usa de humas palavras, e pronuncia, e em outra parte se usa de outras palavras, e outra pronuncia, não em todas as palavras, mas em algumas. Esta diversidade pois de fallar, que observa a gente da mesma lingua, he que se chama Dialecto. (ARGOTE, 1725, p.291-292, grifo nosso).

Depois, a clareza quanto à classificação dos dialetos, e, também, a descrição de cada um deles:

M. E quantas castas há de Dialectos?

D. **Muytas, mas as principaes são tres.**

M. Quaes são?

D. **Dialectos locaes**, e **Dialectos de tempo**, e Dialectos de profissão. (ARGOTE, 1725, p.292, grifo nosso).

O estudo recai sobre fatos de fonética, morfologia e léxico, que o autor usa para comparar as diferenças dos vários dialetos relativamente ao padrão da Estremadura.

Os **dialetos locais** são aqueles referentes às variações regionais, e são citados cinco que o autor julga de maior importância: o da Estremadura, tomado como parâmetro para toda a comparação; o do Entre Douro e Minho, o da Beyra e, finalmente, o do Algarve. O dialeto do Alentejo não é citado entre os considerados principais porque, segundo o autor entendeu, pouco diferia daquele da Estremadura. Outros dialetos rapidamente citados são os do norte de Portugal, de Trás os Montes e Minho, ditos “*muyto barbaros, e quase que se não pódem chamar Portuguez, mas só os usa a gente rustica da quelles lugares.*” (ARGOTE, 1725, p.293). E aqui se observa uma referência à diferença social da língua, já que essa população do norte é considerada **rústica** em face de outra certamente **polida**. Há, também, referência aos dialetos ultramarinos (Índia e Brasil).

Os **dialetos de tempo** são divididos em três classes: **antiquíssimo, antigo e moderno**. O autor, contudo, não chega a fornecer exemplos desses dialetos.

Os **dialetos de profissão** são relativos às diferenças de uso da língua em prosa (literária ou familiar) e da língua poética, praticada em verso.

Embora os **dialetos sociais** não tenham sido citados entre as três classes declinadas explicitamente, o autor não deixou de tratar desse tipo de variação, ao referir-se à linguagem popular em geral, à linguagem dos ciganos e à gíria lisboeta.

O quadro apresentado a seguir mostra os pontos principais da teoria de Argote (1725):

Local	Natureza da variação	Exemplos
<i>Provincia da Estremadura</i> (padrão)	1. Diferença fonética. a. Troca do <i>V</i> pelo <i>B</i> . b. Troca de -ão por -om. 2. Diferença lexical 3. Diferença morfológica: a. gênero dos nomes. b. conjugação verbal.	a. <i>Vinho</i> → <i>Binho</i> ; <i>Vento</i> → <i>Bento</i> . b. <i>Naõ</i> → <i>Nom</i> ; <i>Paõ</i> → <i>Pom</i> . a. <i>Viração</i> → <i>Maré</i> ; <i>Alameda</i> → <i>Devesa</i> . a. <i>O fim</i> → <i>A fim</i> . <i>A febre</i> → <i>O febre</i> b. <i>Eu estive</i> → <i>eu esteve</i> . <i>Eu fiz</i> → <i>eu fez</i> .
<i>Provincia da Beyra</i>	1. Diferença fonética. a. Troca de -ou por -oi. b. Epêntese de -i em palavras iniciadas por A. 2. Diferença lexical	a. <i>Ouvir</i> → <i>Oyvîr</i> ; <i>Couves</i> → <i>Coyves</i> . * O autor observa que esse uso se espalhou pela Estremadura, pois lá algumas palavras apresentam a troca do ditongo: couro → coyro; mouro → moyro; touro → toyro. b. <i>A agua</i> → <i>Aiagua</i> ; <i>A alma</i> → <i>Aialma</i> . <i>Canteyros</i> → <i>Leyras</i> ; <i>Vagados</i> → <i>Oyras</i> . <i>Rapazes</i> → <i>Cachopos</i> . <i>Moças</i> → <i>Cachopas</i> .
<i>Provincia de Tras os Montes</i>	1. Diferença fonética. 2. Diferença lexical.	<i>"Differe na pronuncia, e nas palavras que condizem muyto com as da Beyra, e Entre Douro e Minho."</i>
<i>Provincia de Algarve</i>	1. Diferença fonética. a. Troca do -e pelo -i. b. Troca do -i pelo -e.	a. <i>Pedaço</i> → <i>Pidaço</i> . b. <i>Dizer</i> → <i>Dezer</i> .

Local	Natureza da variação	Exemplos
<i>Provincia do Alentejo</i> (dialecto semelhante ao da Estremadura, com alguns defeitos da pronúncia do Algarve)	1. Diferença lexical.	<i>Concertar</i> → <i>Amanhar</i> ; <i>Casaes</i> → <i>Montes</i> .
<i>India e Brazil &c. – dialectos ultramarinos e conquistas de Portugal.</i>	1. Diferença lexical: a. presença de termos de língua bárbaras. b. presença de vocábulos do português antigo.	-

Quadro 2 – Dialectos locais

Fonte: Autoria própria.

Classificação	Localização temporal	Observação
<i>Antiquíssimo</i>	Usado até o tempo de El Rey D. Diniz, o sexto de Portugal. Aproximadamente de 1139 a 1185.	Existente nos livros de doações antigas. Semelhante ao atual [da época] dialecto do <i>Minho</i> , <i>Beira</i> e <i>Trás os Montes</i> .
<i>Antigo</i>	Usado até quase a perda de El Rey D. Sebastião. Aproximadamente de 1185 a 1578.	Idem.
<i>Moderno</i>	Usado desde a perda de D. Sebastião até a época contemporânea ao autor. Aproximadamente de 1578 a 1725.	

Quadro 3 – Dialectos de tempo

Fonte: Autoria própria.

Tipos	Classificação	Observações
<i>Prosaico</i> (qualquer linguagem em prosa)	1. Linguagem familiar. 2. Linguagem literária.	Conserva a ordem natural das palavras na frase.
<i>Poético</i>	Realização em verso.	Inverte a ordem natural das palavras.

Quadro 4 – Dialectos de profissão

Fonte: Autoria própria.

Para melhor esclarecer a teoria do autor quanto aos *dialetos prosaico e poético*, é importante apresentar um trecho da conversa entre o mestre e o discípulo. Como é fácil observar, Argote (1725) não admite o uso, no *dialeto prosaico*, na prosa, de inversão da ordem tida como natural, pelo que se percebe a partir de suas considerações das possibilidades de inversão da ordem dos elementos na frase. As inversões são próprias e aceitáveis apenas no *dialeto poético*, na poesia, e é assim que o problema é explicado:

M. E em que differe o Dialecto Poetico do Prosaico?

D. Differe nas palavras, e na ordem das palavras.

M. Porque differe nas palavras?

D. Porque ao que no Dialecto Prosaico chama *Throno*, o Poetico muytas vezes chama *Solio*, ao Sol chama *Febo*, ao *Chegar* diz *Appropinuar*. Ao *Ceo* chama *Polo*, &c.

M. E porque differe na ordem das palavras?

D. Porque o Dialecto da prosa sempre conserva a ordem natural das palavras, segundo deyxamos dito na Syntaxe. Porém o Dialecto Poetico muytas vezes não conserva a tal ordem, antes usa da figura Hyperbaton, e Synchisis, que explicamos no Capitulo quarto da Syntaxe figurada.

M. Dizey exemplo.

D. O *Sileno buscava*

Daquellas que a serra deu bacantes

Ja que Ninfas as nega ser errantes

O Hombro sem aljava.

Nestes versos a palavra *Sileno* significa o *Guarda*, *Bacantes* significa *Loucas*, *Ninfas* significa *Mulheres*, *Errantes* significa *Vagabundas*, e a ordem está toda côfusa, e ordenada no Dialecto familiar devia ser assim- *Buscava ao guarda daquellas mulheres loucas, que vinhaõ pela serra, pois o não trazerem aljava no hombro mostrava não serem mulheres vagabundas*. Onde se vê que he muyto diversa a ordem, que as palavras tem no Dialecto Poetico, e no de prosa. (ARGOTE, 1725, p.298).

Embora não arrolado, o dialeto social tem espaço na teoria de Argote, tanto que há duas classificações: o **Dialecto rustico, mao** e o **Dialecto verdadeyro**. Assim se pode resumir o que o autor diz sobre esse assunto:

Tipos	Conceito	Exemplos: <i>Dialecto verdadeyro x Dialecto rústico</i>
<i>Verdadeyro</i>	[Usado pelas pessoas educadas]	<i>Por certo → bofé</i> <i>Tostoens → tostaens</i>
<i>Rustico, mao, viciado</i>	Usado pela gente ignorante, rústica e incivil.	<i>Grão → grães</i> <i>Vizita → vigita</i> <i>Vizar → vigitar</i> <i>Fizera → figera</i> <i>Eu truxe → eu trouve</i> <i>Ouvido → ouvisto</i> <i>Atreverse → estreverse</i> <i>Flores → froles</i>
<i>Giria</i>	Usado pelos “homens de ganhar”; linguagem de grupo.	
<i>Ciganos</i>	Espécie de gíria usada pelos ciganos; linguagem de grupo.	

Quadro 5 – [Dialeto sociais]

Fonte: Autoria própria.

No segundo capítulo dessa quarta parte, Argote (1725) trata também de variação quando explica seu conceito de “construção”. O termo “construção”, em acepção diferente da que já se fizera dele, por exemplo, da que Prisciano¹¹ lhe dera, é empregado por Argote (1725) no contexto da **tradução**, ou da **versão**, no sentido da operação de organizar as palavras da língua portuguesa na frase, na “ordem natural”, para o que se deve fazer dois movimentos: i) o da **troca de palavras** de um texto para o outro, quer se trate da tradução de uma língua para outra quer se trate simplesmente da versão de um gênero ou estilo discursivo para outro; ii) o da **ordenação das palavras** na frase, quer a **tradução** seja de uma língua para outra quer seja de um dialeto para outro, ou mesmo de um estilo para outro. A explicação e a exemplificação do fenômeno da **construção** são dadas a partir da transposição de versos, ou estrofes, para trechos em prosa.

A **construção** é explicada por meio de nove regras que, em resumo, têm o objetivo de orientar a ação de quem vai traduzir um texto a fim de deixar as

¹¹ Gramático latino, de Constantinopla, do começo do século VI d.C., que escreveu a obra *Institutionum grammaticarum libri XVIII*, escrita entre 526-527. Essa obra pode ser consultada pela edição de Keil (1961).

palavras ordenadas no modo considerado normal da língua alvo. O início do diálogo entre o mestre e o discípulo, sobre esse assunto, dá-se nos seguintes termos:

M. E como se sabe trocar as palavras de huma lingua nas palavras de outra lingua, ou palavras de hum Dialecto nas de outro Dialecto?

D. Isso se sabe pelos Vocabularios.

M. E como se sabe mudar as palavras da ordem confusa para a ordem natural?

D. Sabe-se pelas regras da Construção.

M. Que cousa são as regras da Construção?

D. São as regras que ensinaõ a pòr em huma lingua na ordem natural as significaçõens daquillo, que em outra lingua, ou Dialecto estava na ordem perturbada, e confusa.

M. Dizey essas regras.

D. Primeyra regra. Na Construção a primeyra palavra, que e deve buscar na Oração confusa, he o nome, que faz na Oração, e serve ao verbo de nominativo ou claro, ou occulto, e esta se deve pòr primetro na Oração feyta na ordem natural, e Dialecto da prosa.

M. Dizey exemplo.

D. *Insuflava nos mares furiozo.*

Com rapida procella o Austro iniquo.

Nesta Oração, q está feyta no Dialecto Poetico cõfuso, para lhe desfazer a cõfusão, e a pòr na ordẽ natural do Dialecto Prosaico, deve-se buscar quem he o nome, que faz na Oração e serve de nominativo ao Verbo *Insuflava*, que significa soprar, e acharemos que he o nome *Austro*, que significa o *Vento Sul*, porque esse nome he o que serve de pessoa ao verbo *Insuflava*; e assim construiremos primeyro, e poremos na Oração natural a palavra *Austro*, dizendo o *Vento Sul*, &c. (ARGOTE, 1725, p.303-304).

A citação das demais regras não cabe aqui, mas, pelo que foi apresentado, é possível verificar a importância dessa teorização para a compreensão da diferença de uso e norma da língua portuguesa do século XVIII. Nessa época, considerava-se não somente a variação entre as modalidades da língua (falada e escrita), mas também aquela existente entre os gêneros de uma mesma modalidade (prosaico e poético).

Considerações finais

Como intentamos desvelar, devido a sua orientação teórica, o texto de Argote (1725) traz com precisão e minúcia, para a época em que foi escrito, fatos de variação linguística que mostram dados do **uso** e da **norma** da língua portuguesa. Como afirmou Vasconcelos (1987), Argote foi o primeiro a desenhar o quadro da dialetologia portuguesa e, como observou também esse autor, o gramático não procedeu como outros (especialmente ortógrafos e puristas) que, antes dele, fizeram referências à diversidade linguística, sempre considerando os dialetos populares como corrompidos e dignos da censura. Argote (1725) organizou, mesmo com restrições à diversidade dialetal, observáveis pela qualificação feita especialmente à gente da Região Norte não praticante do *dialeto verdadeyro* (“ignorante”, “rústica”, “incivil”), o quadro da variação linguística, classificando os diversos falares, a partir de critérios, alguns até hoje válidos. O gramático português não fez uma obra de “descrição linguística” no sentido moderno, uma **gramática descritiva**, tal como é hoje denominada, mesmo assim contribuiu para o reconhecimento de que o português não era uma língua homogênea, como é comum ver-se em obras gramaticais de todas as épocas. O capítulo IV, pois, é fonte para a leitura da heterogeneidade da língua portuguesa do século XVIII.

A análise da obra de Argote (1725), pelo prisma **do horizonte de retrospectação**, exige que se vá além do que se fez neste artigo, pois exige que se examine o tratamento dado pelos gregos à questão da variação linguística, pois, como alertou Vasconcelos (1987), a fonte de Argote (1725) para a elaboração da teoria dialetológica que compõe sua obra foi grega. Um estudo comparativo das *Regras* com as obras gregas que tratam da língua grega em oposição às consideradas **bárbaras** (todas as não gregas), todavia, é uma etapa ainda a ser cumprida e que não deve ser negligenciada, pois essa conexão constitui fato relevante para que se complete o conhecimento dessa fase da elaboração da teoria linguística portuguesa.

Finalmente, pode-se dizer que o exame da obra de Argote (1725), pela análise de seu **horizonte de retrospectação**, é relevante para a compreensão da construção do saber linguístico sobre o português. Enfatiza-se, ainda uma vez, que na obra aqui examinada encontram-se registrados fatos de **uso** e **norma** da língua portuguesa, revelados especialmente nos comentários sobre os **idiotismos**, pelos quais também se gramatizou a língua portuguesa.

LEITE, M. O. The construction of linguistic norm in an 18th century Portuguese grammar. *Alfa*, Araraquara, v.55, n.2, p.665-684, 2011.

- **ABSTRACT:** Published in 1725, the second edition of Jerônimo Contador de Argote's "*Regras da lingua portuguesa: espelho da língua latina*" [Rules of the Portuguese language: mirror of Latin] contains a chapter dealing specifically and thoroughly with linguistic variation. Argote's grammar is indeed important for he examines both regional and social dialects of Portuguese thereby enabling researchers to ascertain the state of the art of language studies as well as the prevailing norm of the language in Portugal in the 18th century. Truly a masterpiece of the Enlightenment, the goal of the author was to describe the structure of Portuguese and compare it with Latin. Syntactic rules that diverged from those in Latin were to be ignored. Argote (1725) recommended that instructors of Portuguese in schools refrained from teaching syntactic structures deviant from the Latin norm and contended also that such practice would be unsound. The data of this grammar text is based on the author's observation of the language in everyday practice and, therefore, no literary examples are provided. Our aim in this study, based on the principles and methods of linguistic historiography, is to illustrate (i) how the aspects of linguistic variation were accounted for, (ii) how they were recorded in the text, and (iii) what they reveal about the attempt to identify and establish a norm for the Portuguese language at that moment in history.
- **KEYWORDS:** Linguistic usage. Linguistic norm. Linguistic variation. Grammar book.

REFERÊNCIAS

ALI, S. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1908.

ARGOTE, J. C. de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina: ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Lisboa: Officina da Musica, 1725.

AUROUX, S. La question de l'origine des langues suivi de L'historicité des sciences. Paris: PUF, 2007.

_____. La raison, le langage et les normes. Paris: PUF, 1998a.

_____. *Língua e hiperlíngua*. Tradução de Eduardo Guimarães. Línguas e instrumentos linguísticos, Campinas, v.1, p.17-30, jan./jun. 1998b.

_____. *A revolução tecnológica da gramática*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. *Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques. Les horizons de rétrospection*. In: SCHMITTER, P. (Ed.). *Geschichte der sprachtheorie 1: zur theorie und methode der geschichtsschreibung der lingistik*. Tübingen: Gunter Narr, 1987. p.20-42.

BARROS, J. de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Dialogo em louvor da nossa linguagem. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu[m], 1540.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FONSECA, P. J. da. *Rudimentos da grammatica portugueza*: commodos á instrucção da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

KEIL, H. *Grammatici latini*. Hildesheim: Georg Olms, 1961.

LEÃO, D. N. de. *Origem da lingua portuguesa*. Lisboa: Crasbeeck, 1606.

_____. *Orthographia da lingua portuguesa*: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingua Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem. Item hum tractado dos pontos das clausulas. Lisboa: João de Barreira, 1576.

LEITE, M. Q. *O nascimento da gramática portuguesa – uso e norma*. São Paulo: Humanitas, 2007.

LOBATO, R. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

MELLO, F. M. de. *Apologos dialogaes*. Lisboa: Mathias Pereira da Silva & João Antunes Pedroso, 1721.

OLIVEIRA, F. *Grammatica da lingoagem portugueza*. Lisboa: Germão Galharde, 1536.

PEREIRA, B. *Ars Grammaticæ pro Lingua Lusitana addiscenda Latino Idiomate proponitur, in hoc libello, velut in quadam academiola divisa in quinque classes, instructas subselliis, recto ordine dispertitis, ut ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint*. Ac finem ponitur Orthographia, ars recte scribendi, ut sicut prior docet recte loqui, ita posterior doceat recte scribere linguam Lusitanam. In gratiam Italorum conjugationibus Lusitanis Italæ correspondent. Ludguni: Sumptibus Laurentii Anisson, 1672.

_____. *Regras geraes breves e comprehensivas da melhor orthographia com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina, e portugueza*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1666.

SOUZA, M. F. *Historia del reyno de Portugal*. Bruxelas: Francisco Foppens, 1730.

_____. *Europa portuguesa*. 2. ed. il. e aum. Lisboa: Antonio Craesbeck de Mello, 1678.

_____. *Epitome de las historias portuguesas*. Madrid: Francisco Martinez, 1628.

VASCONCELOS, J. L. de. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 3. ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

VERA, A. F. de. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*. Lisboa: Mathias Rodriguez, 1631.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AUROUX, S. A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura* – da história no discurso. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p.241-252.

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em janeiro de 2011.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- (Inter)subjetivização, p. 423
As vinhas da ira, p. 393
Aspectos fonético-fonológicos, p. 601
Cognatos, p. 601
Conectores, p. 393
Consoantes, p. 601
Construções com SE, p. 523
Diacronia, p. 545
Domínios cognitivos, p. 457
Efeito V2, p. 501
Estrutura moraic, p. 573
Família Tupí-Guaraní, p. 613
Gramática Alexandrina, p. 641
Gramática gerativa, p. 501, p. 545
Gramática ocidental, p. 641
Gramática, p. 665
Gramaticalização, p. 423, p. 457, p. 477
Interferências externas, p. 613
Interpolação, p. 545
Latim, p. 573
Língua Geral Amazônica, p. 613
Marcadores discursivos, p. 423
Mescla de formas de tratamento, p. 361
Método histórico-comparativo, p. 601
Moras, p. 573
Motivações convergentes, p. 477
Mudança encaixada, p. 523
Mudança linguística, p. 361
Mudança sintática, p. 545
Mudança, p. 393, p. 457, p. 573
Mudança, p. 393, p. 573
Mudanças históricas, p. 613
Nomenclatura gramatical brasileira, p. 641
Norma linguística, p. 665
Olha e vê, p. 423
Passado imperfeito, p. 477
Passivas, p. 523
Português clássico, p. 501
Português, p. 573
Posição do sujeito, p. 523
Posição do verbo, p. 501
Pronomes de tratamento, p. 361
Relações semântico-cognitivas, p. 457
Sintaxe histórica quantitativa, p. 523
Sintaxe, p. 545
Suyá, p. 601
Tapajúna, p. 601
Tempo aparente, p. 393
Tempo real, p. 393
Transmissão normal, p. 613
Uso linguístico, p. 665
Variação linguística, p. 665
Variação tu/você, p. 361
VARISUL, p. 393

SUBJECT INDEX

- (Inter)subjectivization, p.423
- Alexandrian grammar, p.641
- Apparent time, p. 393
- Brazilian grammatical nomenclature, p.641
- Change Latin, p.573
- Change, p.393, p.457
- Classical portuguese, p.501
- Cognates, p.601
- Cognitive domains, p.457
- Connectors, p. 393
- Consonant, p.601
- Converging motivations, p.477
- Diachrony, p.545
- Discourse markers, p.423
- Embedded change, p.523
- External interferences, p. 613
- Forms of pronominal address, p.361
- Generative Grammar, p.501, p.545
- Grammar book, p.665
- Grammaticalization, p.423, p.457, p.477
- Historical changes, p. 613
- Historical comparative method, p.601
- Imperfective past, p.477
- Interpolatio, p.545
- Língua Geral Amazônica, p. 613
- Linguistic change, p.361
- Linguistic norm, p.665
- Linguistic usage, p.665
- Linguistic variation, p.665
- Mixture of address forms, p.361
- Mora, p.573
- Moraic structure, p.573
- Normal transmission, p. 613
- Olha and vê, p.423
- Passives, p.523
- Phonetic, p.601
- Phonology, p.601
- Portuguese, p.573
- Quantitative historical syntax, p.523
- Real time, p. 393
- SE-constructions, p.523
- Semantic cognitive relations, p.457
- Subject position, p.523
- Suyá, p.601
- Syntactic-change, p.545
- Syntax, p.545
- Tapajúna, p.601
- The grapes of wrath*, p. 393
- Tu/você variation, p.361
- Tupí-Guaraní family, p. 613
- V2 Effect, p.501
- VARISUL, p. 393
- Verb position, p.501
- Western grammar, p.641

ÍNDICE DE AUTORES ***AUTHOR INDEX***

ANTONELLI, A. L, P.501
CABRAL, A. S. A. C, P.613
CAVALCANTE, S. R, P.523
COSTA, E. P. F. S, P. 573
FERREIRA-SILVA, M. N, P.601
FREITAG, R. M. K, P.477
GÖRSKI, E. M., P.423
LEITE, M, P.665
LOPES, C. R. DOS S, P.361
LOPES-DAMASIO, L. R, P.457
NAMIUTI-TEMPONI, C, P.545
NEVES, M. H DE M, P.641
RODRIGUES, A. D, P.613
RODRIGUES, C. K. C, P.601
ROST SNICHELOTTO, C. A, P.423
TAVARES, M. A, P.393

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS DA

Alfa: Revista de Linguística

1. Informações gerais

A *Alfa*: Revista de Linguística, *financiada pela* Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – publica trabalhos inéditos de professores e pesquisadores, incluindo doutorandos de programas de pós-graduação, vinculados a instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais. Não serão aceitos, no entanto, trabalhos de pesquisa produzidos por mestres ou graduados. A revista edita artigos, retrospectivas, resenhas, entrevistas e traduções vinculados a todas as linhas de pesquisa dos Estudos Linguísticos.

São aceitas apenas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil nos dois últimos anos e, no exterior, nos quatro últimos anos.

Sem o conhecimento da autoria, dois membros do Conselho Editorial emitem parecer sobre os trabalhos. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro parecerista, que também não terá acesso ao nome autor. Depois da análise, cópias dos pareceres serão encaminhadas aos autores juntamente com instruções para modificações, quando for o caso.

No caso dos textos produzidos por autores convidados, o *peer review* será

realizado pelos membros do Conselho Editorial da revista.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português, francês, inglês, espanhol ou italiano. Para artigos escritos em português, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* precedem o texto e *TITLE*, *ABSTRACT* e *KEYWORDS* sucedem o texto. Para artigos escritos em outros idiomas, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* que precedem o texto devem ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto deverão ser em português, no caso de artigos em inglês; e em inglês, no caso de artigos em francês, espanhol ou italiano.

Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas da revista serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

Dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

2. Apresentação dos trabalhos

Encaminhamento: Os autores devem realizar o cadastro (Login/Senha) no site da revista (www.alfa.unesp.br), na seção Submissões Online, preencher corretamente o perfil e escolher a opção

“AUTOR”. Após haver realizado esses passos, deve ir para “SUBMISSÕES ATIVAS” e iniciar o processo de submissão através do link “CLIQUE AQUI PARA INICIAR O PROCESSO DE SUBMISSÃO”, no qual irá realizar os cinco passos básicos:

1. Início: Iniciar o processo de submissão, confirmando se está de acordo com as condições estabelecidas pela revista (marcando as caixas de seleção das condições e da declaração de direito autoral) e selecionar a seção artigos;
2. Inclusão de metadados: indicar os dados principais – nome, sobrenome, e-mail, instituição, resumo da biografia, título e resumo;
3. Transferência de manuscritos: realizar a transferência do arquivo para o sistema;
4. Transferência de documentos suplementares: realizar a transferência de arquivos com informações suplementares, que funcionam como um apêndice ou anexo ao texto principal, tais como instrumentos de pesquisa, conjuntos de dados e tabelas, que seguem os padrões de ética de avaliação, fontes de informação normalmente não disponíveis para leitores, ou figuras e/ou tabelas que não podem ser integradas ao texto em si.
5. Confirmação: Concluir a submissão.

Após concluir os cinco passos acima descritos, o autor deve aguardar o

e-mail do editor e, nesse ínterim, pode acompanhar todo o fluxo de seu trabalho, da submissão, aceite, avaliação, re-edição do original até a publicação. Os artigos, após a submissão, são designados aos avaliadores definidos pelo conselho ou editores da revista. A política de seleção dos artigos é definida pelos membros do Conselho Editorial, Consultivo e os Editores da revista, disponibilizadas na seção “Sobre a Revista”, “Processo de Avaliação por Pares”.

3. Preparação dos originais

3.1. Apresentação

A preparação do texto deve obedecer aos seguintes parâmetros: *Word for Windows*, fonte *Times New Roman* de tamanho 12, espaçamento um e meio entre linhas no corpo do texto, papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), margens esquerda e superior 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm e extensão total de 30 páginas, incluindo referências bibliográficas e anexos e/ou apêndices.

3.2. Estrutura do trabalho

Para elaboração do artigo, o autor(es) deve(m) obedecer à seguinte sequência:

1. **título** em caixa alta e em negrito, centralizado no alto da primeira página, em espaçamento simples entrelinhas;
2. texto, de, no mínimo, 150 palavras e, no máximo, 200, contendo resumo do artigo, que indique seus obje-

- tivos, referencial teórico utilizado, resultados obtidos e conclusão, precedido da palavra **RESUMO**, em caixa alta, duas linhas abaixo do nome do autor, sem adentramento e em espaçamento simples;
3. palavras-chave, no máximo de sete, separadas por ponto, precedidas do termo **PALAVRAS-CHAVE**, em caixa alta, mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo. Para maior facilidade de localização do trabalho em consultas bibliográficas, a Comissão Editorial sugere que as palavras-chave correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho;
 4. o corpo do texto inicia-se duas linhas abaixo das palavras-chave, em espaçamento um e meio entrelinhas;
 5. subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho, referenciados a critério do autor, devem estar alinhados à margem esquerda, em negrito, sem numeração, com dois espaços de um e meio depois do texto que os precede e um espaço um e meio antes do texto que os segue;
 6. agradecimentos, quando houver, seguem a mesma diagramação dos subtítulos, precedidos da palavra **Agradecimentos**;
 7. título do artigo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), inserem-se duas linhas abaixo do final do texto, em espaçamento simples, sem caixa alta e negrito.
 8. versão do resumo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da palavra *ABSTRACT*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do título do artigo em inglês;
 9. versão das palavras-chave, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da expressão *KEYWORDS*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do abstract;
- OBS.: No tocante às três últimas instruções, artigos redigidos em inglês devem seguir a versão em português do título, do *RESUMO* e das *PALAVRAS-CHAVE*;
10. referências, sob o subtítulo **REFERÊNCIAS** alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, devem ser mencionadas em ordem alfabética e cronológica, indicando-se as obras de autores citados no corpo do texto, separadas por espaço simples, duas linhas abaixo das palavras-chave em inglês (cf. 3.3.1 abaixo);
 11. duas linhas abaixo das referências, se considerado imprescindível, sob o subtítulo *Bibliografia consultada*, alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, podem ser indicadas, também em ordem alfabética e cronológica, obras

consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto.

3.3. Outras instruções

3.3.1. Normas para referências

As referências devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002: espaço simples e um espaço entre cada obra. Caso a obra seja traduzida, solicita-se que se informe o nome do tradutor.

Exemplos:

Livros

Authier-Revuz, J. **Palavras incertas:** as não coincidências do dizer. Tradução de Cláudia Pfeiffer et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

Coracini, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org). **O desejo da teoria e a contingência da prática.** Campinas: Mercado das Letras, 2003.

Capítulos de livros

PECHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (Org). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p.15-50.

Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho:** o ensino nas escolas paulista (1917-1939). 1988. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Artigos em periódicos

SCLIAR-CABRAL, L.; RODRIGUES, B. B. Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.26, p.63-77, 1994.

Artigos em periódicos on line

SOUZA, F. C. Formação de bibliotecários para uma sociedade livre. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.11, p.1-13, jun. 2001. Disponível em: . Acesso em: 30 jun. 2001.

Artigos em jornal

BURKE, Peter. Misturando os idiomas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2003. Mais!, p.3.

EDITORA plagiou traduções de clássicos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.6, 4 nov. 2007.

Documento eletrônico

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. Normalização Documentária para a produção científica da UNESP: normas para

apresentação de referências. São Paulo, 2003. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2004.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990. **Anais...**São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

3.3.2. Citação no texto

O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado, por vírgula, da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala...”.

Quando for necessário especificar página(s), estas deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (MUNFORD, 1949, p.513).

As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a), (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

Citações diretas em mais de três linhas deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 11, sem aspas e espaço simples entrelinhas. Citações com menos de três linhas devem seguir o fluxo normal do texto e virem destacadas apenas entre aspas.

3.3.3. Notas

Notas devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página; remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior, após o sinal de pontuação, quando for o caso.

3.3.4. Ilustrações

Ilustrações compreendem figuras, desenhos, gráficos, quadros, mapas, esquemas, fórmulas, modelos, fotografias, radiografias. As legendas devem ser inseridas abaixo das ilustrações, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e centralizadas. As figuras, os desenhos, os gráficos, os quadros, os esquemas, as fórmulas e os modelos devem ser enviados em arquivo separado, no programa em que foram gerados. Os mapas, as fotografias e as radiografias também devem ser enviadas em arquivos separados e em alta resolução (300 dpi).

3.3.5. Tabelas e quadros

Tabelas devem ser usadas para apresentação de informações tratadas estatisticamente e quadros para

sintetizar e organizar informações textuais. O título de tabelas e quadros insere-se na parte superior, centralizado, e a numeração é consecutiva, em algarismos arábicos; caso seja necessário especificar a fonte dos dados, esta deverá ser colocada abaixo da tabela ou do quadro e o texto, alinhado à esquerda. Tabelas devem ser construídas com as bordas laterais abertas e sem linhas de separação de colunas.

3.3.6. Anexos e/ou Apêndices.

Quando imprescindíveis à compreensão do texto, e inclusos no limite de 30 páginas, **Anexos e/ou apêndices**, seguindo formatação dos subtítulos, devem ser incluídos no final do artigo, após as referências bibliográficas ou a bibliografia consultada.

3.3.7. Transferência de direitos autorais – Autorização para publicação

Caso o artigo submetido seja aprovado para publicação, JÁ FICA ACORDADO QUE o autor AUTORIZA a UNESP a reproduzi-lo e publicá-lo na *Alfa: Revista de Linguística*, entendendo-se os termos “reprodução” e “publicação” conforme definição respectivamente dos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O ARTIGO poderá ser acessado tanto pela rede mundial de computadores (WWW – Internet), como pela versão impressa, sendo permitidas, A TÍTULO GRATUITO, a consulta e a reprodução de exemplar do ARTIGO para uso próprio de quem a consulta. ESSA autorização de publicação não tem limitação de tempo, FICANDO A UNESP responsável pela manutenção da identificação DO AUTOR do ARTIGO.

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275 ou 3301-6234
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
site: <http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



Impressão:



